Fundação Oswaldo Cruz

Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 06/2025

02 a 15 de abril de 2025

Publicação Digital

Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ

Rio de Janeiro, 17 de abril de 2025

FIOCRUZ

15 ANOS CRIS 10 ANOS CENTRO COLABORADOR OMS-OPAS

SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar*

Sistema Nações Unidas

15 - Fragmentos sobre saúde global em um mundo instável, ameaçador e em frangalhos - *Paulo Buss e Santiago Alcázar*

22 - As políticas comerciais absurdas de Trump empobrecerão os americanos e prejudicarão o mundo - *Jeffrey D. Sachs*

25 - Dando à Luz a Nova Ordem Internacional - *Jeffrey D. Sachs*

27 - A hora de o Brasil ser parceiro - *Adhemar Bahadian*

29 - Acordo Pandêmico: Convergências e Disputas na Reta Final das Negociações do INB13 - *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

35 - Direitos das Pessoas com Deficiência e Tecnologias Digitais e Assistivas – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

44 - Novo Relatório da IPBES destaca conexões vitais entre biodiversidade, água, alimentação e saúde - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

52 - Estimativas e tendências da mortalidade materna no mundo: Avanços e desafios no século XXI - *Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

63 - Os perigos da redução do financiamento ao enfrentamento da desnutrição no mundo - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira*

70 - UNESCO: Relatório de Resultados Estratégicos 2024 - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

85 - O Relatório do Banco Mundial sobre Proteção Social - *Isis Pillar Cazumbá*

88 - O Banco de Desenvolvimento para América Latina e Caribe (CAF) e o Brasil - *Laura Tavares Soares*

113 - Tarifas e Inteligência Artificial Inclusiva para o Desenvolvimento - *Claudia Chamas* e *Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

137 - As estratégias da sociedade civil em um contexto de mudança geopolítica e crise - *Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza*

163 - Direitos e saúde sob ataque: As duas faces da crise sistêmica - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

177 - Cooperação, Cooperação e Cooperação - Sul Global - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Livia Ferreira*

203 - A ausência de informações persiste no G20 / Escalada de tensão no Estreito de Taiwan, desafios geopolíticos e inovações para a segurança global: o papel do G7 no cenário atual / Políticas regulatórias globais e saúde mental da juventude em pauta na OCDE – *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

213 - Agendas de BRICS: Rede de Pesquisa em Saúde Pública, Reunião Ministerial de Meio Ambiente e moeda alternativa - *Claudia Hoirisch*

220 - Vamos sozinhos ou nos ajudamos? O dilema da região frente aos desafios conjunturais - *Samia de Brito Franco, Miryam Minayo e Sebastián Tobar*

236 - Eleições no Equador - *Fernando Jacome e Samia de Brito Franco*

238 - Declaração emitida por ocasião da IX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC - Tegucigalpa, 9 de abril de 2025

241 - Palabras del presidente Gustavo Petro Urrego al asumir la Presidencia Pro-Tempore de la CELAC para el periodo 2025-2026

244 - Pronunciamento do presidente Lula na abertura da 9ª reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - Tegucigalpa (Honduras), 9 de abril de 2025

247 - O mês dos Institutos Nacionais de Saúde Pública **-** *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá*, *Dala Djop* e *Felix Rosenberg*

256 - Europa entre Trump e a febre aftosa **-** A*na Helena Gigliotti de Luna Freire*

263 - Terremoto e intensificação do sofrimento em Myanmar e a força da China na disputa tarifária - *Lúcia Marques e Bárbara Nogueira*

274 - Beijing, cidade global da saúde - *André Costa Lobato*

277 - Departamentos Locais de Saúde Pública (LHDs) nos EUA em questão - *Guto Galvão*

283 - ENSP é designada Centro Colaborador da Opas/OMS em Sistemas de Saúde com Ênfase na Atenção Primária de Saúde - *Danielle Monteiro*

Autores deste Caderno - 285

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 289

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 290

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº. 06/2025 – 02 a 15 de abril de 2025

Apresentação

O grande destaque da quinzena na **saúde global e diplomacia da saúde** foi a conclusão exitosa, em 15 de abril, das negociações do *instrumento internacional para fortalecer a prevenção, preparação e resposta a futuras emergências sanitárias globais.* O **Acordo de Pandemias** resulta de tratativas ocorridas ao longo dos últimos anos, em mais de 13 rodadas de negociação, na sede da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, em Genebra.

O acordo logrou consolidar compromissos claros por parte dos governos e avanços em uma série de temas importantes para o mundo, como: o fortalecimento das capacidades de vigilância e prevenção, inclusive com a consagração do princípio "Uma Só Saúde"; esforços para fortalecimento de sistemas de saúde; proteção e participação social; proteção dos trabalhadores e trabalhadoras de saúde; acesso equitativo a vacinas, terapias, diagnósticos e outras tecnologias em saúde; pesquisa e desenvolvimento; aumento das capacidades de produção local; compartilhamento de benefícios decorrentes do acesso a patógenos; e rede de distribuição de produtos médicos durante emergências pandêmicas.

A implementação desses avanços, sobretudo para os países em desenvolvimento, é incentivada pela criação de um *Mecanismo de Coordenação Financeira*, para identificar e mobilizar recursos financeiros, assim como pela previsão de realização de *Conferência das Partes, para avançar medidas adicionais* em prol da saúde e do monitoramento da implementação.

O Brasil participou ativamente das negociações, inclusive como representante da região das Américas na mesa diretora dos trabalhos, reafirmando seu compromisso com o multilateralismo, a cooperação internacional em saúde pública, a solidariedade entre as nações e a promoção de princípios de equidade, transparência e respeito à soberania nacional. Apenas dois países recursaram-se a aprovar o documento: Estados Unidos da América e Argentina.

Em nota conjunta, emitida em 16 de abril, o *Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Saúde* brasileiros declararam que "*o Brasil seguirá engajado nos esforços multilaterais voltados à melhoria da governança da saúde global, com o firme propósito de proteger a saúde da população e reforçar a resiliência dos sistemas de saúde nacionais diante de futuras emergências de saúde pública e pandemias, com base em princípios como equidade e solidariedade entre as nações*".

A notícia completa sobre as conclusões das históricas negociações encontram-se no portal da OMS em: WHO Member States conclude negotiations and make significant progress on draft pandemic agreement. Para localizar esta medida na evolução das contribuições históricas da OMS à saúde global e à diplomacia da saúde, a OMS divulgou no seu portal https://www.who.int/campaigns/75-years-of-improving-public-health/milestones#year-2004 os marcos da saúde pública ao longo dos anos, ao qual remetemos nossos curiosos leitores.

A guerra comercial declarada unilateralmente por Trump contra o mundo todo, com consequências econômicas, sociais e geopolíticas de monta, tem feito analistas políticos se perguntarem se isso implica em uma nova ordem política e econômica global ditada unilateralmente pelos EUA, se uma reformulação estrutural do neoliberalismo vigente desde o Consenso de Washington, ou se apenas o estilo de negociação e os caprichos de um líder arrogante da maior potência econômica e militar do planeta.

Quatro artigos abordam o delicado momento político, social e econômico e a (des)ordem mundial atual, a partir dos movimentos políticos da Casa Branca, e cujos títulos sintetizam seus conteúdos. O artigo de ***Buss e Alcázar, "****Fragmentos sobre saúde global em um mundo instável, ameaçador e em frangalhos*; o do ***Embaixador Adhemar Bahadian***, "*A hora de o Brasil ser parceiro*", e dois artigos do economista ***Jeffrey D. Sachs,*** da Universidade de Colúmbia, USA, "*Dando à luz a nova ordem internacional*" e "*As políticas comerciais absurdas de Trump empobrecerão os americanos e prejudicarão o mundo",* aos quais remetemos os leitores.

Destaque deste fascículo é também a *agenda política da América Latina e Caribe*, na qual se realizaram a reunião de líderes da **Comunidade de Países Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)** (Tegucigalpa, Honduras, 9/04/2025) e o **Fórum de Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável** (Santiago, Chile, 31/03-4/4/2025).

A **IX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC)** se realizou em *Tegucigalpa, Honduras (9 de abril de 2025)*. O foco principal foi a tentativa de revitalizar a integração dos 33 países-membros da CELAC e a manutenção do diálogo entre os Estados nacionais do bloco. O diálogo não foi fácil, em virtude de discordâncias de Argentina, Paraguai e Nicarágua com o teor da *Declaração de Tegucigalpa* https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-emitida-por-ocasiao-da-ix-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-celac-2013-tegucigalpa-9-de-abril, que está transcrita na íntegra neste fascículo. Também publicamos na íntegra os discursos de Lula e o discurso de Gustavo Petro, presidente da Colômbia, que assume a presidência da CELAC para o ano de 2025. ***Tobar, Brito e Minayo*** analisam os referidos documentos no seu **informe sobre a ALC**, neste fascículo dos Cadernos.

Diferente do que vem ocorrendo entre outros blocos de países, como a União Europeia, União Africana e ASEAN, que vêm reforçando posições públicas comuns diante das ações unilaterais intimidatórias dos EUA, a CELAC não logrou uma posição forte, pelo menos pública, por sua Declaração, embora haja indícios de que tenha conseguido avançar em alguns entendimentos estratégicos para os próximos tempos. A aproximação entre Brasil, México e Colômbia foi evidente e pode render uma resistência articulada a futuras ameaças comerciais e de outra natureza, que venham do Norte. Lamentavelmente, capitulada, a Argentina deu o tom negativo a uma frente latino-americana comum, no que foi acompanhada pelo Paraguai e Nicarágua.

A *América Latina e o Caribe* debateram a *Agenda 2030 e o Desenvolvimento Sustentável* no **VIII Fórum de Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável**, reunindo representantes de alto nível dos 33 países da região, entre 31 de março e 04 de abril, na sede da CEPAL, em Santiago do Chile. A 5 anos do ano aprazado para alcançar as metas dos ODS, o *ODS3 – Saúde e bem-estar para todos em todas as idades* esteve em escrutínio especial,

junto com o ODS 5: Igualdade de Gênero, o ODS 8: Trabalho Decente e Crescimento Econômico; o ODS 14: Vida na Água e o ODS 17: Parcerias para os Objetivos.

Como de praxe, a CEPAL preparou o informe anual sobre progressos e desafios da Agenda 2030 na região *(América Latina y el Caribe y la Agenda 2030 a cinco años de la meta: ¿Cómo gestionar las transformaciones para acelerar el progreso? - Octavo informe)* https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/1c7d9df9-fd4d-42fb-90dc-2e6378b9b7c9/content. Como também é de praxe, o Fórum emitiu uma importante declaração https://foroalc2030.cepal.org/2025/sites/foro2025/files/2500068s_fds.8_concluisiones_acordadas.pdf, que será levada como posição da região ao Fórum Político de Alto Nível (HLPF, no acrônimo em inglês), a se realizar sob os auspícios do Conselho Econômico Social das Nações Unidas (ECOSOC), em julho, na sede da ONU, em Nova York. Ambos os documentos são apresentados e comentados no *informe sobre ALC* deste fascículo, elaborado por ***Tobar, Brito e Minayo.***

Os resultados quanto ao alcance das metas dos ODS na ALC até aqui foram desanimadores, com a maior parte dos indicadores mostrando estagnação e até mesmo retrocessos, com algumas delas tendo sido alcançadas apenas parcialmente.

Em 9 de abril último, o *Seminário Avançado em Saúde Global e Diplomacia da Saúde* do CRIS/Fiocruz debateu os principais documentos e conclusões do Fórum, com especialistas nacionais e estrangeiros. Para assisti-lo, acesse: *213 - Seminários Avançados CRIS 2025 - Agenda 2030 e Saúde na América Latina e Caribe*

O Equador reelegeu *Daniel Noboa* como presidente, mantendo o país no grupo de governos de direita na região, ao lado da Argentina e Paraguai.

Em São Tomé e Príncipe, dias 14 e 15 de abril, realizou-se a **Reunião de Ministros da Saúde da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP)**, com o tema "*Promovendo a Saúde Integral e Sustentável na CPLP. Estratégias Inovadoras para Todas as Gerações*". Em debate, prioridades que os países compartilham quanto ao aperfeiçoamento de seus sistemas de saúde. As Redes de Institutos Nacionais, Escolas de Saúde Pública, Centros Formadores de Nível Médio e Bancos de Leite Humano foram escrutinizadas e revisadas, formulando-se as prioridades para o próximo biênio. Foi revisado o *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP) 2025-2027*, que orienta as ações conjuntas em saúde do bloco. Ao final da reunião, os ministros emitiram uma *Declaração*. Ambos os documentos e mais informações sobre a reunião estão disponíveis em: https://saude.cplp.org/informacao/noticias/noticias-detalhe/?id=22027. No próximo fascículo, nossos analistas sobre África apresentarão sua análise sobre a reunião.

Sob a presidência do Brasil, **BRICS** impulsiona sua agenda de debates temáticos, inclusive na saúde, com a realização, a 31 de março, sob a liderança de Biomanguinhos/Fiocruz, da primeira reunião dos *Centros de P&D de Vacinas do BRICS.* Ainda neste mês de abril, reúne-se a *Rede de Pesquisa em Saúde Pública,* com foco em políticas e experiências bem-sucedidas nos sistemas de saúde de BRICS, também sob a liderança da Fiocruz. Os resultados da reunião da Rede de Pesquisa vêm comentado no artigo de ***Claudia Hoirisch***.

====*====

Saúde global e diplomacia da saúde: Temas e territórios

O Caderno 6 abre com os quatro artigos já mencionados nos parágrafos iniciais desta apresentação.

Reges, Bermudez e Galvão trazem informações e comentários atualizados sobre a *13ª reunião do Órgão Intergovernamental de Negociações (INB13)* da **Organização Mundial da Saúde (OMS),** que representa a reta final das negociações do *Acordo Pandêmico*, o documento central a ser submetido à 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2025. Após longas negociações, os países quase finalizaram o texto completo, restando apenas uma divergência importante: a definição da transferência de tecnologia para produtos relacionados a pandemias. O debate se concentrou na inclusão do termo "voluntária", o que, segundo diversos países e especialistas, poderia limitar a capacidade dos governos de agir em emergências e comprometer a equidade no acesso. Por outro lado, países com grandes indústrias farmacêuticas defenderam sua manutenção. O Brasil apresentou uma proposta de compromisso que pode ter permitido superar o impasse, preservando a flexibilidade legal dos Estados. O processo evidencia os desafios de equilibrar interesses econômicos, saúde pública e solidariedade global na preparação para futuras pandemias.

Em continuidade às análises dos relatórios temáticos apresentados na 58ª Sessão do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, três relatórios que gravitam em torno das pessoas com deficiência e direitos humanos e a saúde mental formam um conjunto instigante para compartilhamento e ampliação da discussão de temas que ficam à margem das pautas centrais. Neste fascículo, ***Gaspar e De Negri Filho*** apresentam o relatório sobre os direitos das pessoas com deficiência e tecnologias digitais, incluindo tecnologias assistivas

Na área de **ambiente e saúde**, o destaque foi o relatório de Avaliação de Nexo lançado pela *Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES)*, que analisa as interligações entre biodiversidade, água, alimentação e saúde. O documento destaca como a degradação ambiental compromete diretamente a qualidade da água, a segurança alimentar e a saúde humana, e reforça que abordagens isoladas já não são eficazes diante de crises tão interconectadas. Segundo ***Magalhães e Galvão***, os achados são especialmente relevantes para o setor saúde, revelando como a perda de biodiversidade, a poluição e as mudanças climáticas afetam a propagação de doenças, o acesso à água potável e alimentos nutritivos, e a resiliência dos sistemas de saúde. O informe também apresenta um resumo das mensagens-chave do relatório, organizadas nas categorias: a) interações passadas e atuais do nexo, b) projeções futuras, c) opções de resposta, e d) governança para um futuro justo e sustentável.

A redução da **mortalidade materna** segue sendo um desafio nos mais diferentes níveis de recortes geográficos e territoriais. Ainda que muitos avanços possam ser observados desde o início deste século, uma estagnação em termos globais tem se manifestado, o que dificulta o cumprimento de metas e objetivos pactuados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Neste fascículo, ***Massari, Santos e Gomes*** apresentam o relatório "*Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023*", preparado pelo *Grupo Interagências de Estimativa de Mortalidade Materna das Nações Unidas (MMEIG)*, composto por membros da *OMS, UNICEF, UNFPA, Banco Mundial e UNDESA/Population Division*. Embora alguns países tenham obtido reduções significativas na taxa de mortalidade materna, muitos permanecem estagnados e outros, como os da América Latina e Caribe, enfrentam um cenário preocupante, com agravamento dos indicadores.

No seu informe sobre **segurança alimentar e nutricional, *Nilson e Oliveira*** discutem sobre as recentes perdas no financiamento de ações de enfrentamento da desnutrição no mundo, em especial a países mais vulneráveis, que coloca em grande risco o futuro de toda uma

geração de crianças nesses países. Mesmo diante de anúncios de grandes volumes de recursos para os compromissos de nutrição que foram anunciados desde o início deste ano, essa lacuna reforça a dependência de fontes de recursos e a fragilidade global de mobilizar fundos para compensar as atuais perdas

Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues apresentam e analisam o *Relatório sobre os Resultados Estratégicos 2024 (SRR4)* da **UNESCO,** que é destinado a subsidiar as discussões da 221ª sessão do Conselho Executivo da agência, sobre o futuro Programa e Orçamento da Organização 2026-2029. Destaca o grande desafio durante um período turbulento de quatro anos, marcado por crises globais crescentes e volatilidade. Desde a pandemia de COVID-19 e a intensificação das mudanças climáticas até o aumento dos conflitos, desastres naturais e transformações tecnológicas rápidas, realizar as metas dos ODS enfrentou obstáculos significativos. O Relatório SRR24 avalia o impacto da UNESCO durante este período de mudança, também reflete sobre o que é necessário para alcançar impacto e os motivos, às vezes, dos esforços não se traduzirem em maiores mudanças.

Cazumbá aborda o recente relatório lançado pelo **Banco Mundial (BM**) sobre os avanços da proteção social em diversos países de baixa e média renda na última década. Entretanto, os desafios ainda são alarmantes: três em cada quatro pessoas nos países mais pobres não possuem cobertura de proteção social. Nos países de baixa e média renda, cerca de 2 bilhões de pessoas permanecem inadequadamente cobertas. No relatório, a instituição financeira reafirma o compromisso de ampliar os programas de proteção social, com a finalidade de alcançar milhões de pessoas até 2030.

Tavares apresenta os principais projetos e programas apoiados e financiados pelo **CAF (Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe)** no Brasil nos últimos anos (período 2023-25). As ações foram desenvolvidas nos três níveis da Federação: nacional, regional (estadual) e local (municipal), com ênfase nas cidades e nas regiões metropolitanas. As áreas de intervenção foram, principalmente: desenvolvimento regional e local; meio ambiente; prevenção de desastres climáticos; planejamento urbano; e promoção do bem-estar da população, com destaque para a saúde – afetada direta ou indiretamente. O CAF se relacionou com Bancos Nacionais (BNDES) e regionais (BDMG e BRDE do RGS), além de interagir com diversos governos estaduais e municipais, e com o governo federal. Por fim, são apresentados artigos de especialistas do CAF que tratam especificamente da saúde – que abordam as desigualdades em saúde e a relação entre planejamento urbano e saúde – alertando para a importância da presença transversal da saúde nas políticas públicas.

O economista-chefe da **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, Ralph Ossa, explica que, embora as tarifas possam servir a objetivos políticos ou econômicos de curto prazo, elas carregam custos ocultos de longo prazo que os formuladores de políticas devem ponderar cuidadosamente em uma economia global cada vez mais interconectada. A *OMC* comemorou seu *30º aniversário* em 10 de abril. Na ocasião, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala propôs uma agenda abrangente de reformas com o objetivo de aprimorar a transparência, o monitoramento, a negociação e a solução de controvérsias na OMC. *A China* iniciou consultas na *OMC* contra os *Estados Unidos* sobre novas medidas tarifárias. O *Canadá* iniciou consultas sobre litígios na *OMC* com os *Estados Unidos* sobre a imposição de um imposto de 25% sobre automóveis e autopeças canadenses. A **OMPI** promoveu debate sobre direitos autorais e inteligência artificial generativa, durante a 46ª sessão do Comitê Permanente de Direitos Autorais e Direitos Conexos. O *Relatório de Tecnologia e Inovação 2025* da **UNCTAD** analisa o

cenário complexo da *Inteligência Artificial (IA),* destacando seu potencial para acelerar o progresso em direção aos ODS, mas também alertando para sua capacidade de agravar desigualdades existentes se não for guiada de forma ética e inclusiva. O relatório documenta uma concentração significativa no desenvolvimento de IA, no poder de mercado, nos investimentos em P&D e na criação de conhecimento, restritos a algumas grandes empresas de tecnologia e a países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e China. Ele identifica uma profunda divisão no acesso à IA, com muitos países em desenvolvimento ficando para trás devido a lacunas críticas em infraestrutura, dados e habilidades – elementos essenciais para a adoção e o desenvolvimento da IA. O documento enfatiza a necessidade de políticas nacionais proativas em IA, alinhadas com estratégias industriais e de inovação, especialmente nos países em desenvolvimento. Além disso, defende uma governança global robusta da IA e maior cooperação internacional para garantir prosperidade compartilhada. São os temas tratados neste fascículo por nossos analistas ***Chamas e Cesário***.

O informe de ***Souza e colegas*** sobre **sociedade civil global** analisa manifestações de 44 *organizações da sociedade civil (OSC),* divulgadas entre 24 de março e 8 de abril de 2025. Nesse período, as OSC abordaram temas diversos, destacando-se os conflitos armados, as crises humanitárias, os desastres ambientais (o terremoto de Mianmar, notadamente), políticas caóticas do governo Trump e a equidade de gênero. Conflitos foram denunciados na República Democrática do Congo, no Iêmen, na Colômbia, em Gaza e no Sudão. Os impactos do fim do apoio dos EUA à aliança global GAVI e os cortes em programas de nutrição e educação foram mencionados, chamando-se a atenção para o modo como decisões políticas afetam profundamente a saúde das populações mais vulneráveis. No campo da equidade de gênero, várias OSC denunciaram a persistência de desigualdades nos sistemas de saúde e alertaram para a violência contra mulheres. Outros assuntos mencionados incluíram o estigma relacionado ao HIV, à falta de acesso a cuidados em saúde mental, a passagem do Dia Mundial da Saúde, e as ações de mobilização voltadas pela erradicação da tuberculose. Como em outros informes, observa-se um contraste entre as **OSC de interesse público** e aquelas de **interesse privado.** Enquanto as primeiras concentraram suas ações em torno de conflitos, desastres ambientais e desigualdades estruturais, as segundas priorizaram campanhas voltadas à promoção da saúde, adesão a tratamentos e fortalecimento de sistemas de atenção primária.

De Negri e De Negri Filho analisam o **panorama político-econômico e de saúde global**, examinando as crises políticas em ascensão - como disputas no Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD) e a repressão nos EUA sob o governo Trump - até o colapso dos sistemas de saúde em Gaza e Líbano, onde ataques e austeridade alimentam epidemias. Paralelamente, a desregulamentação da *Big Pharma* e os impasses nas negociações do Acordo Pandêmico ameaçam a equidade sanitária global. Essas emergências interligadas exigem ação urgente para proteger tanto os direitos democráticos quanto a saúde pública mundial.

Sobre o **Sul Global,** informam ***Ungerer, Kastrup e Ferreira*** que o **UNOSSC** esteve envolvido em diversas frentes, a exemplo das discussões com parceiros focando no desenvolvimento sustentável e na transição verde das pequenas e médias empresas para práticas comerciais mais sustentáveis. Destacam o *Dia Mundial da Saúde* com um projeto da OPAS/OMS para fortalecer a eliminação da transmissão vertical do HIV, sífilis e hepatite B no Caribe.

A **cooperação Sul-Sul do Brasil** esteve à frente da cooperação na área da agricultura com países da América Latina e da África, especialmente com o avanço das tecnologias. No

entanto, vai mais além, e contribuiu com o desenvolvimento do censo digital na Guiné-Bissau em parceria com Cabo Verde e o Senegal. Países da Ásia tem buscado parceria com o Brasil, como o Camboja, possibilitando ampliar o leque de cooperações. Houve ainda ações humanitárias como a doações de vacinas contra a poliomielite para São Vicente e Granadinas, no Caribe, e Camarões, na África, e estações meteorológicas para o Equador.

O **G-77 e a China** estão empenhados nas discussões sobre as Declarações Políticas da *2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social* (Doha, novembro de 2025), assim como na reunião especial do *ECOSOC de 2025 sobre Cooperação Internacional,* especialmente no que concerne o financiamento.

O destaque do **MNA** foi o *Centro de Ciência e Tecnologia dos Países Não Alinhados e outros Países em Desenvolvimento,* que tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento por meio do conhecimento compartilhado, e promover a cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia. O **Movimento Jovem dos Não-alinhados** se concentrou na ação contra minas terrestres e munições não explosivas, que são responsáveis por impactos humanitários e impedem o desenvolvimento, com importantes reflexos na saúde pública.

O **Centro Sul**, que vai celebrar 30 anos em 2025, aproveita o momento para refletir sobre sua trajetória na promoção dos interesses dos países em desenvolvimento. Também esteve bastante ativo com participações no Conselho de Direitos Humanos 58: Neurotecnologia, Fronteiras Éticas e Direitos Humanos; em evento de Intercâmbio de Conhecimento e Inovação na OMPI; na inauguração do Centro de Pesquisa do Sul Global, em Pequim, China; no 3º Fórum Mundial de Produção em Abu Dhabi, entre outros.

No **G20,** a falta de informações veiculadas persiste. Os principais destaques da quinzena foram as reuniões de Sherpas, do Grupo de Trabalho de Emprego e do Grupo de Trabalho de Economia Digital. No **G7,** um texto do grupo discute o aumento das tensões econômicas e geopolíticas entre China e Estados Unidos, mediante as tarifas e a movimentação ao redor de Taiwan, com manobras militares chinesas na região. Em resposta, o bloco se posiciona na defesa da paz e do diálogo na região. Também recebem destaque artigos publicados em tom de recomendação pelo *Think 7* sobre segurança energética, mudanças climáticas e o uso da IA na prevenção de conflitos globais. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a publicação de um relatório sobre políticas regulatórias, um estudo sobre políticas europeias para a saúde mental de jovens e outro sobre os efeitos da pandemia no crescimento econômico, além de atualizações sobre a inflação mundial. É o informe de ***Burger e colegas*** para o Caderno 6.

A *Rede de Pesquisa em Saúde Pública* dos **BRICS** realizou seu 1º encontro em 15 de abril, sob a presidência brasileira 2025. O objetivo da Rede é fortalecer os sistemas de saúde dos países do BRICS em áreas prioritárias, incluindo atenção primária à saúde; acesso a medicamentos, vacinas, testes diagnósticos e insumos de saúde; promoção e educação em saúde; prevenção de doenças, com ênfase nos Planos Nacionais de Imunização; ações de combate a Doenças Socialmente Determinadas; segurança alimentar e erradicação da fome; saúde digital e telessaúde; e outras áreas de interesse dos membros do BRICS. Trump alertou os países BRICS sobre a *substituição do dólar americano como moeda de reserva*, repetindo a ameaça de tarifas de 100% a 150%. O presidente já usou antes essa mesma tática tarifária contra Europa, China e Canadá, mas essa é a primeira vez que ele está mirando no bloco. Ao invés de "dividir e governar", a estratégia do presidente é "se vocês (BRICS) se unirem, irei atacá-los como um todo". Ou seja, Trump deseja não apenas minar o multilateralismo, mas o plurilateralismo

também. O grupo está explorando o estabelecimento de um *sistema de pagamento comum dos BRICS* como alternativa ao SWIFT, uma *moeda comum* e uma *moeda digital comum* dos bancos centrais. Esse é o momento para o Brasil e outros BRICS se aproximarem ainda mais uns dos outros. A distância comercial entre o Brasil e os BRICS por exemplo, vem diminuindo desde a fundação do bloco, há 16 anos, e, desde 2018, o país já exporta mais para os membros do grupo do que para os EUA e UE somados.

Em um cenário internacional marcado pelo aprofundamento da crise do multilateralismo, o informe sobre **América Latina e Caribe,** preparado por ***Franco, Minayo e Tobar*** traz dois grandes eventos regionais com espaços próprios de coordenação política e cooperação regional: a *VIII Reunião do Fórum de Países Latino-Americanos sobre o Desenvolvimento Sustentável*, organizado pela CEPAL, e a *XI Cúpula de Chefes de Estado da CELAC.* Esses dois importantes encontros parecem renovar apostas na cooperação regional como caminho para ampliar a voz da ALC no âmbito das pautas globais atuais. Os autores trazem também a *reunião de Chanceleres do Mercosul*, a assunção da presidência do *Conselho Permanente da OEA* pelo Brasil e as eleições no *Equador*, que renovou o mandato do atual Presidente Daniel Noboa.

Sobre a **CELAC**, os Cadernos veiculam a Declaração emitida por ocasião da *IX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC* (Tegucigalpa, 9 de abril) e os discursos do *presidente Gustavo Petro* ao assumir a Presidencia do bloco e o pronunciamento do *presidente Lula* no mesmo evento.

Entre os dias 9 e 10 de abril, Maputo sediou a principal reunião global dos *Institutos Nacionais de Saúde Pública*, promovida *pela Associação Internacional dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI)* e pelo *Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique*. O evento ocorre em um contexto de grandes desafios para a saúde global, como mudanças climáticas, crescimento populacional acelerado na África, conflitos armados, tecnologias destrutivas e redução do financiamento internacional para a saúde. O presidente da IANPHI enfatizou o papel exclusivo da rede como instituições governamentais globais, destacando a necessidade de colaboração diante da redução de recursos. Durante o evento, o Diretor-Geral do CDC África visitou o INS e elogiou sua atuação, considerando-o um modelo para os países africanos de língua portuguesa e para o continente africano. A reunião resultou na *Declaração de Maputo,* que propõe fortalecer redes de cooperação, criar protocolos padronizados para resposta a crises e promover o uso de tecnologias digitais e troca de dados entre países. Paralelamente, Kigali (Ruanda) sediou *a primeira Cúpula Global de Inteligência Artificial (IA) na África*, reunindo líderes e especialistas para discutir o potencial da IA no continente. No âmbito da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),** ocorreu a *VI Reunião Ordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP-CPLP),* com representantes de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Foram avaliados avanços e desafios do Plano Bienal e discutidas ações para fortalecimento dos institutos.

Sobre a **Europa, *Freire*** comenta sobre os novos ataques russos à Ucrânia, em meio às negociações de um remoto cessar-fogo, e sobre a criação de uma "força de segurança" europeia, que segue em pauta. Trump continua aterrorizando a Europa, isolando-a e perseguindo-a ideologicamente. Para a autora, as tarifas aduaneiras impostas por Trump, trazem um cenário propício à acordos de livre comércio, mas não aquele tão almejado com o Mercosul. Alemanha firma coalização entre conservadores e centro-esquerda, mantendo o "cordão sanitário" que neutraliza a extrema direita. Fiedrich Merz deve ser o novo chanceler. Epidemia de febre aftosa

na Eslováquia e Hungria assusta, leva ao sacrifício de animais sadios, ameaça a segurança alimentar e impõe controles de fronteira.

Na **Ásia**, o terremoto que atingiu *Myanmar*, país multiétnico do Sul do continente, em final de março, com magnitude de 7.7 na escala Richter, encontrou o país já devastado por uma guerra civil que dura quatro anos, após golpe militar O epicentro do abalo atingiu principalmente a região onde se concentra o conflito entre os grupos de resistência e os militares do Tatmadaw. O sistema de saúde já era precário. O terremoto destruiu ou deixou inoperantes 193 instalações de saúde, 2.311 escolas, pontes e estradas. Além das dificuldades logísticas e físicas de fazer chegar ajuda à região, a junta militar dificulta o acesso e cria "apagões" de comunicação, cortando internet. Ajuda chega de países vizinhos. Europa e EUA prometem ajuda. Justo num momento de cortes às agências humanitárias da ONU. No *Tabuleiro da Geopolítica*, nossas analistas ***Marques e Nogueira*** informam que a China enfrenta a guerra tarifária americana usando o ponto fraco dos EUA: terras raras. No escopo das proibições das terras raras, estão os ímãs – essenciais para fabricação de quase tudo (carros, drones, robôs, mísseis e indústria aeroespacial). A China vem se preparando ao longo dos últimos anos para enfrentar um cenário semelhante, desde quando o primeiro governo Trump, em 2018, impôs impostos, barreiras comerciais e sanções para conter o 'gigante vermelho', que Biden manteve. Pequim rapidamente buscou alternativas: reforçou e ampliou suas capacidades domésticas de design e fabricação dos semicondutores – acaba de lançar um nanochip inovador, segundo artigo da Nature – acelerou o crescimento e modernização de sua indústria e vem estabelecendo acordos e parcerias comerciais com os países vizinhos e do Sul Global, como a Rota da Seda e Iniciativa RCEP.

A **China** respondeu ao aumento tarifário dos EUA com a elevação das tarifas sobre produtos americanos para 125% e bloqueou exportações de itens de uso dual a 16 entidades dos EUA, citando segurança nacional. Informa ***Lobato*** que, em visita à Fiocruz, o vice-prefeito de Pequim, Jin Wei, destacou desafios de saúde como envelhecimento populacional e resistência microbiana, propondo cooperação científica com o Brasil. No campo econômico, a China concedeu 9,78 trilhões de yuans em novos empréstimos no primeiro trimestre de 2025, com forte expansão no financiamento a empresas. O país também registrou alta nos depósitos e no total de financiamento social, impulsionando sua economia.

Sobre os **EUA,** nosso analisa ***Guto Galvão*** traz dois temas. A *Semana Nacional de Saúde Pública (NPHW) 2025*, organizada pela *Associação Americana de Saúde Pública (APHA),* que comemorou seu 30º aniversário, destacando três décadas de esforços para aumentar a conscientização, promover a educação e defender a importância da saúde pública na melhoria do bem-estar da comunidade nos Estados Unidos. Este evento ocorre anualmente na primeira semana completa de abril, com a próxima celebração marcada para 7 a 13 de abril de 2025. Um artigo de Jennifer Avegno destaca o papel essencial dos *Departamentos Locais de Saúde Pública (LHDs)* no gerenciamento de emergências de saúde e no combate à hesitação vacinal. Ao integrar serviços diretos com políticas nacionais, os LHDs se concentram em água potável, prevenção de doenças crônicas e vacinação infantil. Sua compreensão das necessidades da comunidade os torna cruciais para os esforços de teste, educação e vacinação do COVID-19. São agências governamentais responsáveis por proteger e promover a saúde da comunidade nos níveis municipal ou regional. Estabelecidas no final do século XVIII, suas funções evoluíram, especialmente durante movimentos significativos de saúde nos séculos XIX e XX. Os LHDs

oferecem vários serviços essenciais de saúde pública com base na estrutura dos "10 Serviços Essenciais de Saúde Pública".

A **ENSP** foi designada *Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) em Formação e Desenvolvimento Estratégico para Sistemas de Saúde com Ênfase em Atenção Primária à Saúde (APS).* Com a designação, a Escola é uma das primeiras instituições na América Latina a se tornar um Centro Colaborador com enfoque especial na APS. O CRIS e estes Caderno se regozijam com esta conquista da ENSP e agradecem a jornalista ***Danielle Monteiro*** pela colaboração no preparo da nota.

Dia Mundial da Saúde 2025: Inícios saudáveis, futuros esperançosos

O Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de abril de 2025, dará início a uma campanha de um ano sobre saúde materna e neonatal. A campanha, intitulada *Inícios saudáveis, futuros esperançosos*, instará os governos e a comunidade da saúde a intensificar seus esforços para acabar com as mortes maternas e neonatais e priorizar a saúde e o bem-estar de longo prazo das mulheres. Além disso, a OMS e seus parceiros compartilharão informações úteis para apoiar gestações e partos saudáveis, bem como melhor saúde pós-natal. Dia 21 de maio, durante a Assembleia Mundial da Saúde, o **CRIS** vai realizar um *Seminário Avançado* sobre o tema, com a presença da Ministra dos Direitos Humanos do Brasil, Macaé Evaristo, e especialistas brasileiros e da OPAS.

ENSP designada Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS)

A ENSP foi designada *Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) em Formação e Desenvolvimento Estratégico para Sistemas de Saúde com Ênfase em Atenção Primária à Saúde (APS)*. Com a designação, a Escola é uma das primeiras instituições na América Latina a se tornar um Centro Colaborador com enfoque especial na APS.

Parabéns a ENSP pelo merecido reconhecimento, nas pessoas do seu diretor, *Marco Menezes* e vice-diretor, *Eduardo Melo.* Matéria completa sobre o novel Centro neste fascículo, autoria de *Danielle Monteiro.*

Reunião anual 2025 da IANPHI em Moçambique

A Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI) realizou em conjunto com o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP) de Moçambique, em Maputo, sua reunião anual de 2025. A *Declaração de Maputo*, emitida pelo coletivo de Institutos encontra-se publicada na íntegra neste fascículo do Cadernos.

Na oportunidade, nosso querido colega *Felix Rosenberg*, coordenador da Rede de INSP da CPLP, foi homenageado pelos

seus mais de 20 anos de serviços prestados ao desenvolvimento do INSP de Moçambique e dos INSP da CPLP. Merecida homenagem à qual nos associamos todos os do CRIS/Fiocruz.

Seminário do CRIS dia 23 de abril tratará dos movimentos sociais globais e saúde

O tema escolhido para o próximo Seminário traz a intensidade que têm assumido os movimentos sociais globais diante da gravidade da situação mundial. Como tem ficado demonstrado nos informes do grupo de trabalho liderado por Luis Eugênio de Souza, da UFBA, ao longo dos fascículos do Caderno CRIS, há uma clara diferenciação quanto aos interesses e posições assumidas pelas chamadas *organizações de interesse público e de interesse privado*. A riqueza dos temas abordados pelos movimentos sociais globais vem à tona no seminário do CRIS da próxima semana.

Este Caderno 5/2025 trouxe as novidades alvissareiras da conclusão das negociações que levaram a alcançar um texto para o Tratado sobre Pandemias da OMS e de reuniões de blocos de países na América Latina e Caribe e da CPLP. Mas veiculou também o desarranjo político, econômico, social e ambiental global gerado pela insensatez política do governo do país mais poderoso do mundo.

Seguimos aqui no CRIS e na Fiocruz com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Este Caderno é um tributo a estas posições. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 17 de abril de 2025

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Fabiane Gaspar
Editor e editoras-associadas dos Cadernos CRIS/Fiocruz

Fragmentos sobre saúde global em um mundo instável, ameaçador e em frangalhos

Paulo Buss e Santiago Alcázar

Para este fascículo dos Cadernos tratamos de recolher e refletir sobre algumas questões que vêm afetando o mundo neste início de 2025 e considerando algumas de suas consequências sobre a saúde global: a guerra comercial mundial desatada por Trump, seu possível impacto sobre insumos para a saúde e o reposicionamento de países em relação à saúde global, diante da retirada dos EUA deste campo de cooperação. Comentamos também o importante tema do Dia Mundial da Saúde 2025, dedicado às mulheres e bebês, ou seja, ao início da vida, que hoje especialistas consideram determinante para o futuro dos indivíduos e comunidades.

Implodindo a ordem econômica mundial ou apenas satisfazendo caprichos?

Estará Trump procurando redesenhar a ordem política e econômica global**,** que ele parece querer que seja ditada unilateralmente pelos Estados Unidos? Estará em curso uma reformulação estrutural do neoliberalismo vigente desde o Consenso de Washington? Ou se trata apenas do estilo de negociação conjuntural, a partir dos caprichos de um líder arrogante da maior potência econômica e militar do planeta, sob a égide do *America First* para *Make America Great Again*?

Pedro Feliú[1] recorda-nos que desde o término da guerra civil nos EUA (1861-1865) até o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Washington costumeiramente aplicava tarifas comerciais, ou para proteger a indústria infante ou para angariar recursos. A ascensão internacional dos EUA depois da II Guerra Mundial ao posto de potência tornou a prática tarifária obsoleta, e o país passou a promover o livre comércio como um dos pilares da ordem global. O impressionante avanço do capital financeiro do país, impulsionado por empréstimos durante as guerras mundiais e o uso internacional do dólar tornaram o déficit comercial dos EUA tolerável e, muitas vezes, desejável. Há muitas décadas, a balança comercial norte-americana apresenta vultuosos déficits comerciais, atingindo aproximadamente 900 bilhões de dólares em 2024, segundo o autor.

Insiste o autor que a arquitetura econômica liberal, renomeada de *Consenso de Washington* após a queda da União Soviética, está em ruínas. O *padrão ouro-dólar* foi substituído pelo padrão dólar-dólar, a *Organização Mundial do Comércio* perdeu relevância e os acordos bilaterais de livre comércio e entre blocos regionais proliferaram em detrimento da abertura comercial multilateral. A eleição de *Donald Trump* duas vezes (2017-2021; 2025 - presente) seria mais um duro golpe patrocinado pela Casa Branca na combalida ordem econômica internacional. O isolacionismo na política externa dos EUA ressurge das cinzas do século XIX, com uma nova retórica anti-globalista e a utilização de tarifas comerciais como instrumento de barganha.

Governos de todos os países e de blocos de países, analistas políticos e econômicos renomados, de importantes órgãos de imprensa, de agências de avaliação de riscos, de ONGs e

[1] Ver: https://pex-network.com/2025/03/18/a-ruina-do-consenso-de-washington-trump-tarifas-e-a-estrategia-do-brasil/

do setor privado, estão entre estupefatos e expectantes. Ninguém consegue afirmar com segurança do que se trata e para onde vai a ordem econômica e política mundial, com a desconfiança geral instalada. Contudo, há um consenso: ao invés do primado liberal das instituições, o populismo, ao invés da abertura de mercados, o isolacionismo, ao invés da globalização, a guerra tarifária

Se não temos ainda uma resposta aquelas questões, é possível afirmar, entretanto, que entre 'trumpaços', canetaços e tarifaços, a tradição estadunidense do *soft power* (ao modo deles) vem sendo substituída pela *(não)-diplomacia* da força e da imposição da vontade por coerção e ameaças. Para além da questão econômica há um fato marcante, brutal e desumano nas medidas de Trump: milhares de *imigrantes* – principalmente da ALC – foram deportados, outros tantos aguardam a expulsão sumária e milhões vivem estados mentais miseráveis, diante das ameaças que pendem sobre suas cabeças. Vidas de migrantes importam!

Na semana que passou (7-12 de abril), após dias de volatilidade e declínio prolongados dos mercados de ações em todo o mundo, Trump anunciou uma pausa seletiva nas chamadas tarifas recíprocas destinadas à maioria dos países, reduzindo-as ao padrão comum de 10% — exceto para a China. Com tarifas entre as duas maiores economias do mundo ultrapassando 150%, as superpotências parecem estar caminhando para uma guerra comercial total, na qual nem Washington nem Pequim dão sinais de recuar.

As revisões que Trump teve que fazer foram uma tremenda derrota política para ele. Elas foram produto das críticas candentes feitas por seus conselheiros preferidos, os economistas neoliberais e CEOs de grandes empresas sediadas no EUA, que alertaram para a desorganização econômica global, e para os riscos de inflação e, mesmo, de redução da atividade econômica nos EUA e no mundo. Eles só não reclamaram dos ganhos astronômicos na bolsa que as idas-e-vindas de Trump trouxeram às empresas e aos fundos pessoais dos grandes investidores e empresários estadunidenses, muitas vezes às custas dos fundos de poupança de trabalhadores e aposentados do país.

Entretanto, a vontade da *expansão territorial ilegal* e *intervenções no exterior* continuam. Ignorando a *Ucrânia* e a Europa, Rússia e EUA continuam discutindo o *cessar-fogo*, segundo o interesse americano, mas que não chega, enquanto a matança e a destruição também continuam. *Bibi Netanyahu* continua com apoio total para implementar a limpeza étnica e a ocupação definitiva da faixa de *Gaza*, o fortalecimento da colonização da *Cisjordânia*, assim como para o reinício dos bombardeios no *Líbano* e a permanência das forças israelenses no país. As perdas de vidas inocentes, de mulheres e crianças, assim como de profissionais de saúde (como as vítimas do Crescente Vermelho), revoltaram pessoas e governos em todos os quadrantes do planeta. Contudo, pouco-a-pouco se abate impressionante silêncio mundial em relação aos massacres em Gaza. Raras são as vozes, como a das Nações Unidas, que se levantam, acusando o uso da fome e da suspensão da entrada de alimentos e ajuda humanitária como arma de guerra, que se soma aos bombardeios diários sobre o território, vitimando milhares de civis, a maioria crianças, mulheres e idosos.

Dentro do país, a toada continua a mesma. Como afirmávamos no Caderno 5 e repetimos, porque nada mudou, Trump continua a perseguição sistemática ao pensamento e à liberdade das grandes *universidades americanas*, com cortes de financiamento e outras ameaças, aos quais, algumas delas covardemente, cedem. Harvard resistiu e vozes de cientistas dos EUA e de todo o mundo se levantam em protestos. O *HHS* (ministério da saúde dos EUA)

continua submetido a pressões, com demissões de elevado número de servidores, restrições orçamentárias e mudanças estruturais de monta. O *ministério da educação* está profundamente esvaziado, a caminho da extinção. Trump continua querendo reescrever a história dos EUA com intervenção no *Smithsonian Institute* e seus grandes e respeitados museus. Frente à avalanche de sandices, alguns *juízes federais* contestam medidas e, ultimamente, algumas vozes da *sociedade civil* se levantaram, mas muito longe ainda do que seria de esperar.

A novela está ainda nos primeiros capítulos. Mas o vilão parece que precisou colocar as barbas de molho e revisar algumas de suas vilanias, diante da perda de prestígio até mesmo entre seus maiores adeptos. Seguimos acomopanhando.

A guerra comercial global e os insumos para a saúde

Um tema ainda pouco abordado, mas de grande interesse para a saúde global, é *a influência da guerra comercial* em curso no mundo sobre os *insumos para a saúde* (vacinas, medicamentos, meios para diagnóstico, equipamentos médico-cirúrgicos etc.). Em jantar do Comitê Nacional Republicano do Congresso, em Washington, dia 10/04, Trump afirmou *que vai taxar medicamentos importados para que os grandes laboratórios voltem ou instalem fábricas nos Estados Unidos (EUA).*

Asseverando que isto pode ocorrer, a *Federação Europeia de Indústrias e Associações Farmacêuticas (EFPIA)* alertou no mesmo momento à presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que a menos que a Europa ofereça "mudanças políticas rápidas e radicais", a pesquisa, o desenvolvimento e a fabricação de medicamentos na União Europeia (UE) têm cada vez mais probabilidade de serem direcionadas para os EUA.

Os potenciais impostos de importação específicos para medicamentos prometidos por Trump têm gerado grandes preocupações entre os líderes da indústria farmacêutica, que agora temem que mais de US$ 100 bilhões em investimentos possam deixar a União Europeia. Cerca de 16,5 bilhões de euros (US$ 18 bilhões) em investimentos farmacêuticos em países da UE podem estar em risco apenas nos próximos três meses, calcula a EFPIA, citando uma pesquisa com CEOs realizada na semana passada entre os líderes de 18 grandes e médias empresas fabricantes de medicamentos na Europa.

Já *Flynn Murphy*, jornalista freelance, escreveu no *British Medical Journal* (BMJ) que a guerra comercial de Trump quebrará as cadeias globais de suprimentos de medicamentos[2], pois são surpreendentemente frágeis. A guerra comercial do presidente estadunidense - com aliados e rivais - pode quebrá-las. A reconfiguração agressiva de Trump das relações comerciais dos EUA e a promessa de fabricar todos os medicamentos essenciais do país e seus insumos em casa estão ameaçando a estabilidade das cadeias de suprimentos médicos que acabaram de se recuperar da Covid. Além disso, as tarifas direcionadas a aliados e rivais tradicionais dos EUA provavelmente dificultarão o progresso já feito na realocação de algumas fontes médicas do principal exportador China para outros países.

"Nosso inimigo" tem sido como Trump chama a China. No entanto, a China ocupa uma posição incontornável nas cadeias globais de suprimentos de saúde – particularmente para medicamentos genéricos, dispositivos e suprimentos médicos. É também fonte importante de muitos dos materiais necessários para a produção de medicamentos, como os usados para fazer

[2] *BMJ* 2025; 389:R648 https://doi.org/10.1136/bmj.r648, publicado em 01/04/2025

ingredientes farmacêuticos ativos (IFAs), os próprios IFAs, e excipientes, como aglutinantes, enchimentos e lubrificantes.

Segundo Murphy, anos de esforços dos EUA para mitigar a dependência da China criaram espaços para Canadá, Costa Rica, Índia, Irlanda, México e outros desenvolverem suas próprias indústrias de exportação. Mas agora eles também estão na mira tarifária de Trump.

3º. Fórum Mundial de Produção Local

Na contramão do isolacionismo e do protecionismo da indústria farmacêutica pelos países mais desenvolvidos – e das propostas de elevadas tarifas às importações de insumos de saúde por Trump – a OMS e os Emirados Árabes Unidos organizaram o ***3º. Fórum Mundial de Produção Local (WLPF)*** (Abu Dhabi, 7-9 de abril de 2025), sobre o tema *"Promovendo a Produção Local para a Equidade em Saúde, Segurança Global da Saúde e Desenvolvimento Sustentável"*[3]. O debate se desenvolveu em torno da concentração da manufatura de insumos para a saúde em apenas um punhado de países, o que, sabemos, levou a profundas desigualdades no acesso a vacinas e outros produtos durante a pandemia de COVID-19.

Diante das profundas desigualdades no acesso a vacinas e outros produtos de saúde, os países em desenvolvimento buscam a expansão da produção local, que se torna imprescindível para fortalecer a preparação e a resposta às pandemias em todo o mundo.

Os recentes surtos de varíola dos macacos, Ebola e vírus de Marburg – e a ameaça de uma potencial Doença X pandêmica – são lembretes da urgência do desafio que o mundo enfrenta, enquanto também doenças antigas como malária e tuberculose continuam a matar.

É por isso que o texto preliminar do *Acordo Pandêmico* inclui um artigo inteiro sobre produção local sustentável e geograficamente diversificada, e outro artigo sobre transferência de tecnologia e know-how para a produção de produtos de saúde relacionados à pandemia.

O Acordo deveria constituir-se em um instrumento vital do direito internacional para apoiar o aumento da produção local, mas isto não está assegurado, exatamente pela oposição dos países que sediam as mais poderosas indústrias farmacêutica do mundo: EUA e alguns países da União Europeia (ver artigo de *Reges, Bermudez e Galvão*, o grupo do CRIS que acompanha a OMS, neste fascículo)

Tedros Adhanom, DG da OMS, apresentou no Fórum um informe sobre o que ele considera iniciativas positivas em curso na matéria, impulsionadas pela OMS. Assim, reportou que em 2021, a OMS lançou o *Programa de Transferência de Tecnologia de mRNA*, que agora está compartilhando tecnologia de sua base na África do Sul com uma rede de 15 países parceiros em todo o mundo. A OMS, com o *Pool de Patentes de Medicamentos*, também estaria garantindo os direitos de uma tecnologia de plataforma para testes de diagnóstico rápido para doenças como HIV e malária, que ela sublicenciaria aos fabricantes. Em 2023, a OMS estabeleceu a *Iniciativa de Treinamento da Força de Trabalho de Biomanufatura*, incluindo um Centro de

[3] Ver: WLPF 2025: Promoting Health Equity & Sustainable Development

Treinamento Global na República da Coreia, que ajudou a treinar mais de 7000 participantes em todo o mundo, segundo o DG.

Na verdade, são progressos ainda modestos, pois na prática os países de baixa e média renda ainda enfrentam barreiras significativas no acesso e na oferta de toda sorte de insumos para a saúde, sejam medicamentos, vacinas, recursos para diagnóstico ou equipamentos médico-cirúrgicos.

Tedros levanta em seu discurso[4] quatro proposições que governos, indústria, associações e outros atores podem desenvolver, com o apoio da OMS e de outros parceiros, para fortalecer a produção local.

Primeiro, construir ecossistemas propícios para a produção local, por meio de transferência de tecnologia, P&D, compartilhamento de dados, fortalecimento regulatório e mais. Em segundo lugar, aproveitar o poder das tecnologias digitais, IA e big data para impulsionar toda a cadeia de valor da produção, desde a pesquisa até a distribuição de medicamentos. Em terceiro lugar, tornar a produção local verde, usando tecnologias de eficiência energética e aquisição sustentável de matérias-primas. E, quarto, construir parcerias público-privadas entre setores para aumentar o investimento em P&D, infraestrutura de manufatura e capacidade da força de trabalho.

Países começam a se reposicionar na saúde global

Tudo indica que estamos entrando em uma nova era moldada pela geopolítica isolacionista e pelo recuo dos EUA nos assuntos globais. Contudo, mesmo antes disso, movidos principalmente pela imensa crise da Covid-19 e suas consequências, muitos governos e organizações da sociedade civil, comprometidos com a saúde global, já estavam organizando grupos de especialistas capazes de ajudá-los a entender melhor a questão e buscando orientações para se reposicionar. Foi o caso do **Canadá**. Depois de 2 anos de trabalho, um painel de especialistas convocado pela *Royal Society of Canada (RSC)* e pela *Canadian Academy of Health Sciences (CAHS)* sobre o papel passado e futuro do Canadá na saúde global publicou seu relatório "*Protecting Our Collective Future: Renewing Canada's Role in Global Health*"[5], em 27 de março de 2025. O grupo foi liderado por dois importantes e conhecidos líderes da saúde global, os canadenses Tim Evans e Kelley Lee e teve, na sua composição, especialistas nacionais e estrangeiros, inclusive de países em desenvolvimento as África e Ásia.

O grupo de especialistas entende que o Canadá, como potência média, deve se engajar ativamente no multilateralismo. Eles propõem sete recomendações para o país promover a saúde doméstica e global juntas, como objetivos políticos mutuamente dependentes. A cooperação global em saúde deve incluir: o apoio à construção de sistemas de saúde universais equitativos, centrados nas mulheres e nos cuidados primários; a continuidade da promoção da saúde materno-infantil globalmente, incluindo assegurar contraceptivos gratuitos como compromisso global, como o faz no plano doméstico; revitalizar o foco histórico do Canadá na promoção da saúde - que remonta à Carta de Ottawa de 1986; e compromissos com o desenvolvimento global da força de trabalho em saúde, incluindo ressarcindo os países cujos emigrantes são aproveitados pelo sistema de saúde canadense.

[4] Ver: Discurso de abertura do Diretor-Geral da OMS no Fórum de Produção Local do Terceiro Mundo: Melhorar o acesso a medicamentos e outras tecnologias de saúde – 7 de abril de 2025

[5] Ver: https://rsc-src.ca/sites/default/files/Global%20Health_EN.pdf

Além disso, promover uma abordagem *One Health* para a segurança da saúde global, incluindo a preparação para futuras emergências de saúde e a valorização da sustentabilidade e da equidade, aproveitando o conhecimento e a experiência dos povos indígenas no Canadá, onde perspectivas holísticas e intergeracionais e sistemas de conhecimento conectam intimamente a saúde humana, animal e ambiental.

O Brasil na saúde global

Seria assumir um risco pretender falar em curto espaço sobre a revitalização do Brasil na saúde global, no bojo do mote de Lula para a diplomacia, "o Brasil está de volta!". Ainda que sem um grupo de trabalho formal, o Brasil voltou a compromissos históricos dos governos Lula I e II e do governo Dilma na saúde global e a diplomacia da saúde. Está na linha de frente do apoio ao multilateralismo em geral e da saúde em particular, com apoio inconteste à OMS durante a gestão Nísia Trindade, reafirmado no discurso de posse do ministro Padilha.

Na presidência do G20 propôs importantes medidas para a saúde global, como a Aliança contra a Fome e a Pobreza, entre outras iniciativas, e na presidência de BRICS está propondo uma aliança global para o enfrentamento das doenças socialmente determinadas, inclusive as enfermidades tropicais negligenciadas. Vamos tratar em artigo especial, mais adiante, sobre o Brasil na diplomacia da saúde global.

O Dia Mundial da Saúde 2025 foca no início da vida

O *Dia Mundial da Saúde*, comemorado em 7 de abril de 2025, dará início a uma campanha de um ano sobre saúde materna e neonatal. A campanha, intitulada *Inícios saudáveis, futuros esperançosos*, instará os governos e a comunidade da saúde a intensificar seus esforços para acabar com as mortes maternas e neonatais e priorizar a saúde e o bem-estar de longo prazo das mulheres. Além disso, a OMS e seus parceiros compartilharão informações úteis para apoiar gestações e partos saudáveis, bem como melhor saúde pós-natal.

Em junho de 2024, o Diretor da OPAS, Jarbas Barbosa, fez um chamado urgente à ação para reduzir a mortalidade materna nas Américas. Em 2020, a América Latina e o Caribe registraram uma morte materna a cada hora, revertendo duas décadas de progresso dos indicadores de saúde materna na região. Embora as mortes maternas em todo o mundo tenham diminuído 40% desde 2000, novas estimativas divulgadas no Dia Mundial da Saúde mostram que a taxa de declínio diminuiu substancialmente desde 2016 e que 260.000 mulheres em todo o mundo ainda morreram durante a gravidez, o parto ou nos primeiros 42 dias, após 2023. No mesmo ano, 1,9 milhão de bebês nasceram mortos e 2,3 milhões morreram durante os primeiros 28 dias de vida.

Segundo a revista Lancet (Renovando nosso compromisso com a sobrevivência materna e neonatal - The Lancet Global Health), infelizmente esse apelo por um novo compromisso com a sobrevivência materna e infantil ocorre em um momento em que vários governos de países de alta renda estão sinalizando claramente seu desrespeito pela vida das pessoas desfavorecidas. A dizimação da ajuda ao desenvolvimento dos EUA, rapidamente seguida por cortes inescrupulosos nos orçamentos de desenvolvimento de muitos países europeus, incluindo o Reino Unido, é um mau presságio para as mães e crianças do mundo. Em artigo na mesma edição, *Ruth Gibson e colegas*

(The impact of aid sanctions on maternal and child mortality, 1990–2019: a panel analysis - The Lancet Global Health) mostram que as reduções na assistência oficial ao desenvolvimento como consequência das sanções de ajuda impostas durante o período de 1990 a 2019 resultaram em aumentos anuais na mortalidade infantil, infantil e materna de 3,1%, 3,6% e 6,4%, respectivamente.

Mensagens chaves da campanha

As mensagens-chave veiculadas pela OMS e OPS encontram-se a seguir.

Ajudar toda mulher e todo bebê a sobreviver e se desenvolver - Essa é uma tarefa essencial. Com base em estimativas recentes, cerca de 300 mil mulheres a cada ano perdem a vida por causas relacionadas à gravidez ou ao parto; mais de 2 milhões de bebês morrem no primeiro mês de vida e milhões nascem mortos. Isso equivale a, aproximadamente, 1 morte evitável a cada 7 segundos. Quatro em cada 5 países não estão no caminho certo para alcançar as metas globais de melhoria da sobrevivência materna até 2030.

Escutar as mulheres e apoiar as famílias - Mulheres e famílias precisam de cuidados de alta qualidade, físicos e emocionais, antes, durante e depois do parto. Os sistemas de saúde devem evoluir para gerenciar os problemas de saúde maternos e dos recém-nascidos, incluindo complicações obstétricas, saúde mental, doenças não transmissíveis e planejamento familiar.

Podemos acabar com a mortalidade materna e neonatal evitável - A OMS pede intensificar acesso a cuidados respeitosos de alta qualidade para mulheres e recém-nascidos, especialmente nos países mais pobres, onde ocorre a maioria das mortes e emergências.

As necessidades de saúde das mulheres vão além da mera sobrevivência ao parto **-** Em todos os lugares, as mulheres merecem o apoio de profissionais de saúde que ouçam suas preocupações e atendam às suas necessidades, inclusive no período pós-parto prolongado.

Acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva **-** É fundamental para os resultados maternos e a capacidade das mulheres de planejarem suas vidas e sua saúde. A capacidade de decidir e o empoderamento de mulheres e meninas são a 'peça faltante' para combater o problema.

Investir em todos os aspectos da saúde materna e neonatal **-** Traz imensos benefícios para famílias, comunidades e sociedades, lida com algumas das principais disparidades na saúde e acrescenta anos e amor à vida para bilhões de mulheres e suas famílias no mundo.

CRIS Fiocruz na campanha

Em 21 de maio, durante a semana em que se realiza a *78ª. Assembleia Mundial da Saúde* (Genebra, 19-27 de maio), o CRIS/Fiocruz dedicará seu seminário avançado ao tema do Dia Mundial da Saúde. O programa do seminário encontra-se abaixo.

- Introdução / Mediação - *Maria Teresa Massari* (Instituto Fernandes Figueira, Fiocruz)
- Vidas de mulheres e crianças importam: Direitos humanos e políticas públicas - *Macaé Evaristo* (Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Brasil)
- Inícios saudáveis, futuros esperançosos - *Suzanne Serruya* (Chefe da Unidade de Saúde da Mulher, Materna, Neonatal e Reprodutiva, OPAS Washington)
- Contagem regressiva (Countdown) para 2030: Saúde de mulheres, crianças e adolescentes - Onde estamos? - *César Victora* (Professor Emérito, Universidade Federal de Pelotas)
- Políticas de atenção à saúde da mulher no Brasil - *Renata de Souza Reis* (Coordenadora-geral de Atenção à Saúde das Mulheres, Ministério da Saúde)
- Nascer no Brasil - *Maria do Carmo Leal* (Pesquisadora titular da Fiocruz)

As políticas comerciais absurdas de Trump empobrecerão os americanos e prejudicarão o mundo[6]

Jeffrey D. Sachs

O presidente dos EUA, Donald Trump, está destruindo o sistema de comércio mundial por causa de uma falácia econômica básica. Ele afirma erroneamente que o déficit comercial dos EUA é causado pelo resto do mundo roubando os EUA, afirmando repetidamente coisas como: "Ao longo das décadas, eles nos roubaram como nenhum país jamais foi roubado na história...".

Trump pretende fechar o déficit comercial impondo tarifas, impedindo assim as importações e restaurando o equilíbrio comercial (ou induzindo outros países a acabarem com seus roubos da América). No entanto, as tarifas de Trump não cobrirão o déficit comercial, mas empobrecerão os americanos e prejudicarão o resto do mundo.

O déficit comercial de um país (ou mais precisamente, seu déficit em conta corrente) não indica práticas comerciais desleais dos países superavitários. Ele indica algo completamente diferente. Um déficit em conta corrente significa que o país deficitário está gastando mais do que produzindo. Equivalentemente, está economizando menos do que investindo.

O déficit comercial dos Estados Unidos é uma medida da prodigalidade da classe dominante corporativa dos Estados Unidos. Mais especificamente, o resultado de déficits orçamentários cronicamente grandes, resultantes de cortes de impostos para os ricos, combinados com trilhões de dólares desperdiçados em guerras inúteis. Os déficits não são a

[6] Artigo publicado originalmente no blog *Common Dreams,* em 2/04/2025, traduzido pelo CRIS/Fiocruz e publicado com autorização do Autor. Acesso ao original: https://www.commondreams.org/opinion/trump-tariffs

perfídia do Canadá, México e outros países que vendem mais para os EUA do que os EUA vendem para eles.

Para fechar o déficit comercial, os EUA devem fechar o déficit orçamentário. Aplicar tarifas aumentará os preços (como para automóveis), mas não fechará o déficit comercial ou orçamentário, especialmente porque Trump planeja compensar as receitas tarifárias com cortes de impostos muito maiores para seus doadores ricos. Além disso, à medida que Trump aumenta as tarifas, os EUA enfrentarão contra-tarifas, que impedirão diretamente as exportações dos EUA. O resultado será perda para os EUA e o resto do mundo.

Vamos dar uma olhada nos números. Em 2024, os EUA exportaram US$ 4,8 trilhões em bens e serviços e importaram US$ 5,9 trilhões em bens e serviços, resultando em um déficit em conta corrente de US$ 1,1 trilhão. Esse déficit de US$ 1,1 trilhão é a diferença entre o gasto total dos Estados Unidos em 2024 (US$ 30,1 trilhões) e a renda nacional dos Estados Unidos (US$ 29,0 trilhões). Os Estados Unidos gastam mais do que ganham e tomam emprestado a diferença do resto do mundo.

Trump culpa o resto do mundo pelo déficit dos Estados Unidos, mas isso é absurdo. É a América que está gastando mais do que ganha. Considere isso. Se você é um funcionário, você tem um superávit em conta corrente com seu empregador e um déficit com as empresas das quais você compra bens e serviços. Se você gasta exatamente o que ganha, você está em saldo em conta corrente. Suponha que você faça compras compulsivas, gastando mais do que seus ganhos ao acumular dívidas no cartão de crédito. Agora você estará com um déficit em conta corrente. As lojas estão roubando você ou sua prodigalidade está levando você ao endividamento?

As tarifas não fecharão o déficit comercial enquanto a irresponsabilidade fiscal dos invasores corporativos e sonegadores de impostos que dominam Washington continuar. Suponha, por exemplo, que as tarifas de Trump reduzam as importações de automóveis e outros bens do exterior. Os americanos então comprarão carros produzidos nos EUA e outras mercadorias que teriam sido exportadas. As importações cairão, mas também as exportações. Além disso, novas tarifas impostas por outros países em resposta às tarifas de Trump reforçarão o declínio nas exportações dos EUA. O desequilíbrio comercial dos EUA permanecerá.

Embora as tarifas não eliminem o déficit comercial, elas forçarão os americanos a comprarem bens de alto preço produzidos nos EUA que poderiam ter sido obtidos a um custo menor de produtores estrangeiros. As tarifas desperdiçarão o que os economistas chamam de ganhos do comércio: a capacidade de comprar bens com base na vantagem comparativa de produtores nacionais e estrangeiros.

As tarifas aumentarão os preços dos automóveis e os salários dos trabalhadores automotivos, mas esses aumentos salariais serão pagos por padrões de vida mais baixos dos americanos em toda a economia, não por um aumento da renda nacional. A verdadeira maneira de apoiar os trabalhadores americanos é por meio de medidas federais opostas às implementadas por Trump, incluindo cobertura universal de saúde, apoio à sindicalização e apoio orçamentário para infraestrutura moderna, incluindo energia verde, tudo financiado com impostos mais altos, não mais baixos, sobre os americanos mais ricos e o setor corporativo.

O governo federal não cobre seus gastos gerais com receitas fiscais porque doadores ricos de campanha promovem cortes de impostos, evasão fiscal (por meio de paraísos fiscais) e

outras formas. Lembre-se de que o DOGE destruiu a capacidade de auditoria do IRS. O déficit orçamentário está atualmente em torno de US$ 2 trilhões, ou cerca de 6% da renda nacional dos EUA. Com um déficit orçamentário cronicamente alto, a balança comercial dos EUA permanecerá em déficit crônico.

Trump afirma que reduzirá o déficit orçamentário cortando o desperdício e o abuso por meio do DOGE. O problema é que o DOGE deturpa a verdadeira causa da prodigalidade fiscal. O déficit orçamentário não se deve aos salários dos servidores públicos, que estão sendo demitidos arbitrariamente, ou aos gastos do governo com P&D, dos quais depende nossa prosperidade futura, mas sim à combinação de cortes de impostos para os ricos e gastos irresponsáveis com as guerras perpétuas dos Estados Unidos, o financiamento americano para as guerras ininterruptas de Israel, as 750 bases militares americanas no exterior, a CIA inchada e outras agências de inteligência, e o pagamento de juros sobre a crescente dívida federal.

Trump e os republicanos do Congresso estão supostamente mirando no Medicaid — isto é, nos americanos mais pobres e vulneráveis — para abrir caminho para mais um corte de impostos para os americanos mais ricos. Em breve, eles podem também atacar a Previdência Social e o Medicare.

As tarifas de Trump não conseguirão fechar os déficits comerciais e orçamentários, aumentar os preços e empobrecer os Estados Unidos e o mundo, desperdiçando os ganhos do comércio. Os EUA serão inimigos do mundo pelos danos que estão causando a si mesmos e ao resto do mundo.

Dando à luz a Nova Ordem Internacional[7]

Jeffrey D. Sachs

O mundo multipolar nascerá quando o peso geopolítico da Ásia, África e América Latina corresponder ao seu crescente peso econômico.

Escrevendo em sua cela como prisioneiro político na Itália fascista após a Primeira Guerra Mundial, o filósofo Antonio Gramsci declarou: "A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparece." Um século depois, estamos em outro interregno, e os sintomas mórbidos estão por toda parte. A ordem liderada pelos EUA acabou, mas o mundo multipolar ainda não nasceu. A prioridade urgente é dar à luz uma nova ordem multilateral que possa manter a paz e o caminho para o desenvolvimento sustentável.

Estamos no fim de uma longa onda da história humana que começou com as viagens de Cristóvão Colombo e Vasco da Gama há mais de 500 anos. Essas viagens deram início a mais de quatro séculos de imperialismo europeu, que culminou no domínio global da Grã-Bretanha, do fim das Guerras Napoleônicas (1815) até a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914). Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA reivindicaram o posto de novo hegemônico mundial. A Ásia foi deixada de lado durante esse longo período. De acordo com estimativas macroeconômicas amplamente utilizadas, a Ásia produzia 65% da produção mundial em 1500, mas em 1950, essa participação havia caído para apenas 19% (em comparação com 55% da população mundial).

Nos 80 anos desde a Segunda Guerra Mundial, a Ásia recuperou seu lugar na economia global. O Japão liderou o caminho com rápido crescimento nas décadas de 1950 e 1960, seguido pelos quatro "tigres asiáticos" (Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coreia) a partir das décadas de 1960 e 1970, e depois pela China, por volta de 1980, e pela Índia, por volta de 1990. Atualmente, a Ásia representa cerca de 50% da economia mundial, segundo estimativas do FMI.

O mundo multipolar nascerá quando o peso geopolítico da Ásia, África e América Latina corresponder ao seu crescente peso econômico. Essa mudança necessária na geopolítica tem sido adiada, pois os EUA e a Europa se apegam a prerrogativas ultrapassadas, incorporadas às instituições internacionais, e a suas mentalidades ultrapassadas. Mesmo hoje, os EUA intimidam o Canadá, a Groenlândia, o Panamá e outros países do Hemisfério Ocidental e ameaçam o resto do mundo com tarifas e sanções unilaterais que violam flagrantemente as regras internacionais.

Ásia, África e América Latina precisam se unir para elevar sua voz coletiva e seus votos na ONU, inaugurando um novo e justo sistema internacional. Uma instituição crucial que precisa de reforma é o Conselho de Segurança da ONU, dada sua responsabilidade única, sob a Carta da ONU, de manter a paz. Os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (o P5) – Grã-Bretanha, China, França, Rússia e Estados Unidos – refletem o mundo de 1945, não o de 2025. Não há assentos permanentes latino-americanos ou africanos, e a Ásia ocupa apenas

[7] Artigo publicado originalmente no blog *Other News,* em 11/04/2025, traduzido pelo CRIS/Fiocruz e publicado com autorização do Autor. Acesso ao original: Giving Birth to the New International Order - Other News - Voices against the tide

um assento permanente dos cinco, apesar de abrigar quase 60% da população mundial. Ao longo dos anos, muitos novos potenciais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU foram propostos, mas o P5 atual manteve-se firmemente em sua posição privilegiada.

A reestruturação adequada do Conselho de Segurança da ONU será frustrada nos próximos anos. No entanto, há uma mudança crucial que está ao nosso alcance e que serviria a todo o mundo. Por qualquer métrica, a Índia merece indiscutivelmente um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Dado o excelente histórico da Índia em diplomacia global, sua admissão ao Conselho de Segurança da ONU também elevaria uma voz crucial para a paz e a justiça mundiais.

Em todos os aspectos, a Índia é uma grande potência. A Índia é o país mais populoso do mundo, tendo ultrapassado a China em 2024. A Índia é a terceira maior economia do mundo, medida a preços internacionais (paridade de poder de compra), com US$ 17 trilhões, atrás da China (US$ 40 trilhões) e dos Estados Unidos (US$ 30 trilhões) e à frente de todos os demais. A Índia é a economia de maior crescimento do mundo, com crescimento anual de cerca de 6%. O PIB (PPC) da Índia provavelmente ultrapassará o dos EUA até meados do século. A Índia é uma nação com armas nucleares, inovadora em tecnologia digital e com um programa espacial de ponta. Nenhum outro país mencionado como candidato a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU se aproxima das credenciais da Índia para um assento.

O mesmo pode ser dito sobre o peso diplomático da Índia. A diplomacia hábil da Índia foi demonstrada pela soberba liderança indiana no G20 em 2023. A Índia administrou habilmente um G20 de enorme sucesso, apesar da amarga divisão em 2024 entre a Rússia e os países da OTAN. A Índia não apenas alcançou um consenso no G20, como também fez história ao acolher a União Africana como membro permanente do G20.

A China tem hesitado em apoiar o assento permanente da Índia no Conselho de Segurança da ONU, preservando sua posição única como única potência asiática no P5. No entanto, os interesses nacionais vitais da China seriam bem atendidos e fortalecidos pela ascensão da Índia a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Isso é especialmente verdade considerando que os EUA estão realizando um esforço desesperadamente cruel, por meio de tarifas e sanções, para bloquear a ascensão arduamente conquistada da China em prosperidade econômica e proeza tecnológica.

Ao apoiar a Índia no Conselho de Segurança da ONU, a China estabeleceria decisivamente que a geopolítica está sendo refeita para refletir o verdadeiro mundo multipolar. Ao mesmo tempo em que a China criaria um par asiático no Conselho de Segurança da ONU, também conquistaria um parceiro vital para superar a resistência dos EUA e da Europa à mudança geopolítica. Se a China exigir a adesão permanente da Índia ao Conselho de Segurança da ONU, a Rússia concordará imediatamente, enquanto os EUA, o Reino Unido e a França também votarão pela Índia.

As birras geopolíticas dos EUA nas últimas semanas – abandonando a luta contra as mudanças climáticas, atacando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e impondo tarifas unilaterais em violação às regras fundamentais da OMC – refletem os verdadeiros "sintomas mórbidos" de uma velha ordem moribunda. É hora de abrir caminho para uma ordem internacional verdadeiramente multipolar e justa.

A hora de o Brasil ser parceiro[8]

Adhemar Bahadian

Vejamos os fatos: Trump esperava um telefonema chinês. Não veio. Trump esperava um apoio popular a sua política. Ao contrário, os americanos começam a correr aos supermercados com temor da escassez e da alta de preços. Trump esperava o consentimento dos super-ricos. O mercado financeiro entra em arritmia galopante. Trump esperava que as operações das obrigações do Tesouro americano se mantivessem estáveis e confiáveis. Esta semana, fluxos financeiros se dirigem à Alemanha. Trump conseguiu abalar a confiança não só das" velhinhas americanas" no Tesouro americano, mas grandes capitalistas começam a vender suas posições. Musk à frente.

Em pouco mais de cem dias, Trump tornou os Estados Unidos um Estado chamado ora de "Pária", ora de "mafioso". Não apenas por opositores, mas por revistas reconhecidamente conservadoras, como o "The Economist", jornais como o "The Guardian" e o "The New York Times". Finalmente, Trump resolveu unilateralmente suspender as tarifas aplicadas a produtos tecnológicos exportados pela China. Trump não só piscou. Precisa de um oftalmologista.

Em entrevista à imprensa mundial, por ocasião da visita do Primeiro Ministro da Espanha, o mandatário chinês mencionou o Presidente Lula como uma das principais vozes em defesa do sistema internacional justo e equilibrado.

A agenda de viagens de Lula demonstra a aceitação do papel do Brasil como interlocutor leal e construtivo. A viagem ao Japão e ao Vietnã resultaram em claras reafirmações da soberania dos Estados e do reconhecimento da primazia do Direito Econômico Internacional.

Lula deverá avistar-se ainda com Xi ji Ping, com autoridades europeias e ainda outros líderes, como Macron. Mais importante de tudo, Lula receberá os chefes de Estado dos BRICs, em julho, no Rio de Janeiro, talvez a mais importante reunião internacional deste ano de 2025.

Esta agenda indica a reconhecida importância do Brasil e reafirma a confiança da comunidade internacional na capacidade de agregação de Lula, porta-voz inequívoco da melhor Diplomacia hoje disponível no mundo. Cordial, negociadora, cumpridora de seus compromissos internacionais, defensora da Democracia, do comércio justo e equlibrado, consciente de que só o desenvolvimento social e o controle dos fenômenos climáticos poderão nos fazer sair do maior e mais ameaçador futuro.

Uma força não-armada, em consonância com as aspirações maiores de paz universal do povo brasileiro.

Agrego a esses fatos, recentes pesquisas de opinião de órgãos nacionais que confirmam a inabalável solidariedade do povo brasileiro com o regime democrático, com uma maior justiça tributária em que os ricos tenham maior contribuição para o desenvolvimento social equilibrado, e o apoio explícito ao papel construtivo do Brasil no cenário internacional.

[8] Publicado originalmente no *Jornal do Brasil* online, dia 13/04/2025. Republicado com autorização do Auroe. Acesso: https://www.jb.com.br/brasil/opiniao/artigos/2025/04/1055095-a-hora-de-o-brasil-ser-parceiro.html

E aqui há uma constatação a se impor. Lula fala em consonância com as aspirações de seu povo, além e acima de eventuais opções partidárias, que numa Democracia é de praxe.

Impossível também não reconhecer - e o melhor exemplo é o da Alemanha - que as ideologias de extrema polarização começam a perder força. O novo governo alemão governará com maioria sem a participação da extrema direita no Poder.

Neste ponto, registro como altamente alentador, que o registro autoritário e autárquico imprimido por Trump nos Estados Unidos da América não provocou senão repúdio mundo afora, esgotado como as movimentações bélicas na Faixa de Gaza, na Ucrânia e em alguns países da Africa. E sempre ameaçador no Oriente Médio.

Igualmente, claramente repudiada a política de ameaça à soberania de países, aliados ou não, de invasões ao direito soberano sobre seus territórios, como estamos a ver nas ameaças ao Canadá, ao Panamá e à Groelândia. Mesma incoerência observada em relação à Carta das Nações Unidas, ao abandono da ajuda ao desenvolvimento e à saída intempestiva da Organização Mundial da Saúde.

Sabe-se, ademais, que está nos planos maquiavélicos de Trump promover reestruturação da política industrial das grandes empresas farmacêuticas, trazendo-as de volta aos Estados Unidos em grande prejuízo para a assistência sanitária internacional.

Há certamente quem haverá de ler maliciosamente estas linhas como uma confirmação de uma possível ideologia anti-americana. Nada mais fora da realidade. Sou, claramente, contra as políticas de Trump em gênero, número e grau. Até porque hoje já não há dúvidas de que elas se baseiam em autoritarismo e falsas percepções políticas e econômicas. E tenho os melhores cientistas políticos e econômicos a meu lado.

Acredito que é chegada a hora de o Brasil reafirmar sua contribuição ao bom-senso. E o que estamos a fazer me parece digno de todo apoio e aplauso de nosso povo.

Até porque, nesta hora, replicar erros que estamos a testemunhar seria um atestado de incurável indigência intelectual. E, sobretudo, de reles subserviência.

Acordo Pandêmico:
Convergências e disputas na reta final das negociações do INB13

Paula Reges

Luana Bermudez

Luiz Augusto Galvão

Resumo. A 13ª reunião do Órgão Intergovernamental de Negociações (INB13) da OMS representou a reta final das negociações do Acordo Pandêmico, documento central a ser submetido à 78ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2025. Após longas negociações, os países quase finalizaram o texto completo, restando apenas uma divergência importante: a definição da transferência de tecnologia para produtos relacionados a pandemias. O debate se concentrou na inclusão do termo "voluntária", o que, segundo diversos países e especialistas, poderia limitar a capacidade dos governos de agir em emergências e comprometer a equidade no acesso. Por outro lado, países com grandes indústrias farmacêuticas defenderam sua manutenção. O Brasil apresentou uma proposta de compromisso que pode ter permitido superar o impasse, preservando a flexibilidade legal dos Estados. O processo evidencia os desafios de equilibrar interesses econômicos, saúde pública e solidariedade global na preparação para futuras pandemias.

Palavras-chave: INB, Acordo Pandêmico

Abstract. *The 13th meeting of the WHO Intergovernmental Negotiating Body (INB13) represented the final stretch of negotiations on the Pandemic Agreement, a central document to be submitted to the 78th World Health Assembly in May 2025. After lengthy negotiations, countries have almost finalized the full text, with only one important disagreement remaining: the definition of technology transfer for products related to pandemics. The debate focused on the inclusion of the term "voluntary," which, according to several countries and experts, could limit governments' ability to act in emergencies and compromise equity in access. On the other hand, countries with large pharmaceutical industries defended its maintenance. Brazil presented a compromise proposal that may have allowed the impasse to be overcome, preserving the legal flexibility of States. The process highlights the challenges of balancing economic interests, public health, and global solidarity in preparing for future pandemics.*

Keywords: INB, Pandemic Agreement

A temática do Acordo Pandêmico e do Órgão Intergovernamental de Negociações (INB) tem ocupado espaço central em nossas análises desde a primeira sessão de negociação, em 2022. Ao longo desse processo, acompanhamos de perto as expectativas geradas, os avanços alcançados, os retrocessos enfrentados e os complexos embates em torno da redação e dos compromissos do texto. O percurso de negociação tem sido marcado por intensas disputas e ajustes de linguagem, refletindo as tensões entre interesses geopolíticos e demandas por equidade. A seguir, apresentamos um apanhado geral do que o atual rascunho do documento

propõe, com ênfase em seus principais dispositivos, princípios estruturantes e lacunas ainda em aberto.

Com o objetivo de fortalecer a governança internacional em saúde e reduzir as profundas desigualdades que marcaram a resposta global às emergências sanitárias, o tratado propõe um novo arcabouço legal multilateral para a prevenção, preparação e resposta a pandemias. A proposta busca promover maior solidariedade entre os países, garantir a equidade no acesso a recursos críticos – como vacinas, diagnósticos e tratamentos – e assegurar uma abordagem integrada que leve em conta os determinantes ambientais e sociais da saúde. Entre os seus pilares, o acordo inclui o fortalecimento dos sistemas de saúde, financiamento sustentável, capacitação e transferência de tecnologia, vigilância baseada na abordagem de Saúde Única, compartilhamento de patógenos e benefícios, além de mecanismos de governança e monitoramento. A negociação do tratado, cuja conclusão está prevista para a 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2025, ocorre em meio a um cenário geopolítico complexo, no qual interesses divergentes sobre soberania, propriedade intelectual, acesso a benefícios e financiamento colocam desafios para alcançar consensos ambiciosos. A seguir, apresentamos um apanhado geral dos principais termos do tratado, com destaque para seus compromissos normativos, lacunas ainda existentes e aspectos críticos que impactam diretamente o papel dos países do Sul Global na nova arquitetura de governança sanitária internacional.

1. Equidade como Princípio Estruturante: O acordo estabelece a equidade como princípio transversal e essencial (Art. 3), com o compromisso de reduzir desigualdades evitáveis entre países e populações. Também reforça o valor da solidariedade, especialmente com os países em desenvolvimento, pequenos Estados insulares e países menos desenvolvidos, reconhecendo suas diferentes capacidades e contextos.

2. Fortalecimento da Força de Trabalho em Saúde (Art. 7): O texto prevê ações para desenvolver, proteger e investir em uma força de trabalho em saúde qualificada e segura. Isso inclui combater a discriminação, promover condições de trabalho dignas e criar uma força de emergência global em saúde, mobilizável em situações pandêmicas.

3. Financiamento Sustentável e Solidário (Art. 20): Há previsão de reforço ao financiamento doméstico e mecanismos para mobilizar recursos adicionais, incluindo subsídios e abordagens inovadoras. O acordo encoraja governança transparente e modelos de financiamento que minimizem o ônus financeiro sobre os países mais vulneráveis.

4. Cooperação Internacional e Transferência de Capacidades (Art. 19): Promove a cooperação para fortalecer capacidades de PPR em países em desenvolvimento, por meio de

transferência de tecnologia, assistência técnica e apoio financeiro, ampliando a base de conhecimento e soberania científica desses países.

5. Saúde Única e Integração Ambiental (Art. 5): O tratado adota a abordagem de Saúde Única como base, reconhecendo a interdependência entre saúde humana, animal e ambiental. Visa integrar políticas para prevenir zoonoses e reduzir fatores ambientais que impulsionam pandemias, por meio de planos coordenados e multissetoriais.

6. Prevenção e Vigilância Integrada (Art. 4): Prevê planos nacionais abrangentes para prevenção e vigilância de doenças, incorporando fatores ambientais, climáticos, sociais e econômicos. Estimula a vigilância conjunta e resposta coordenada entre setores.

7. Sistema de Acesso e Compartilhamento de Benefícios (Art. 12): O acordo propõe um sistema multilateral para o compartilhamento rápido de patógenos e suas informações genéticas, com mecanismos para garantir a repartição equitativa dos benefícios derivados de seu uso. Deve estar em conformidade com o Protocolo de Nagoya, promovendo transparência e acesso justo.

8. Cadeias de Suprimentos e Logística (Art. 13): Estabelece uma Rede Global para assegurar acesso equitativo e oportuno a produtos essenciais durante pandemias. Prevê estocagem, liberação rápida e distribuição com base no risco e nas necessidades em saúde pública.

9. Fortalecimento de Autoridades Regulatórias (Art. 14): Busca melhorar a capacidade regulatória nacional e regional para garantir qualidade, segurança e eficácia de produtos relacionados a pandemias. Promove maior alinhamento técnico e transparência nos processos regulatórios.

10. Comunicação, Literacia e Confiabilidade Pública (Art. 18): O acordo promove o acesso a informações baseadas em ciência e combate à desinformação. Estimula pesquisas sobre adesão às medidas de saúde pública e confiança nas instituições, com foco em campanhas coordenadas de comunicação de risco.

11. Governança, Monitoramento e Atualização (Arts. 21, 25, 29 e 31): Prevê a criação da Conferência das Partes para monitorar a implementação do acordo, com possibilidade de estabelecer órgãos subsidiários. Estimula resolução pacífica de disputas e estabelece mecanismos para propostas de emendas e protocolos, garantindo flexibilidade adaptativa com base em novas evidências.

12. Principais Lacunas e Desafios: Apesar dos avanços, o acordo apresenta limitações significativas. Não há mecanismos robustos de fiscalização e sanção, tampouco garantias claras sobre o financiamento sustentável ou a distribuição equitativa de recursos durante emergências. A operacionalização da transferência de tecnologia ainda carece de instrumentos concretos. Além disso, faltam propostas claras para garantir resiliência dos sistemas de saúde, acelerar pesquisa e desenvolvimento durante crises, e coordenar esforços entre múltiplas instituições globais. As lacunas ambientais, embora reconhecidas, carecem de metas ou mecanismos vinculantes.

O Acordo Pandêmico da OMS representa um marco relevante rumo a uma governança sanitária mais equitativa e colaborativa. No entanto, sua eficácia dependerá da ambição política dos Estados Membros na implementação, da solidez dos mecanismos de cooperação

internacional e do compromisso com o fortalecimento de capacidades nos países do Sul Global. Para que o tratado vá além das boas intenções, será essencial assegurar dispositivos jurídicos vinculantes, mecanismos de responsabilização e financiamento garantido, de forma a reduzir desigualdades históricas e enfrentar com mais equidade as futuras pandemias.

O Acordo Pandêmico: impasses finais, soberania e caminhos para a equidade

A 13ª reunião do INB da Organização Mundial da Saúde (OMS), realizada em abril de 2025, marca as etapas finais de um processo intenso e complexo de elaboração do Acordo, Tratado ou Instrumento Pandêmico. Com o objetivo de concluir um texto de consenso a ser apresentado na 78ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2025, os Estados Membros se empenharam em tentar resolver os últimos impasses políticos e jurídicos remanescentes após três anos de negociações. O encontro foi decisivo para consolidar os compromissos multilaterais em torno da prevenção, preparação e resposta a pandemias futuras, refletindo o esforço coletivo da comunidade internacional para não repetir os erros da resposta global à COVID-19. No entanto, um grande ponto segue travando o consenso total: a questão da transferência de tecnologia para produtos relacionados a pandemias – e, mais especificamente, se esse processo deve ser qualificado como "voluntário" no texto do acordo.

As negociações foram intensas, com sessões durando mais de 24 horas ininterruptamente, os negociadores chegaram a um acordo de princípio sobre todo o texto, com exceção de uma nota de rodapé no Artigo 11, que trata da transferência de tecnologia. O impasse gira em torno da expressão "voluntária e em termos mutuamente acordados", inserida no contexto da definição desse tipo de transferência. Apesar do esgotamento físico dos participantes e da necessidade de reconsultar capitais nacionais, a expectativa é que o texto final seja aprovado na próxima sessão do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB), com vistas à Assembleia Mundial da Saúde (AMS) de maio.

A discussão em torno do termo "voluntário" transcende a simples redação jurídica. Trata-se, na verdade, de um embate entre interesses industriais, compromissos com a inovação, princípios de soberania nacional e exigências de equidade global. Países que abrigam grandes indústrias farmacêuticas – como Alemanha e Suíça – têm insistido na manutenção da voluntariedade, refletindo a posição do setor privado, que teme coerção ou mecanismos obrigatórios de compartilhamento de tecnologia.

Por outro lado, uma coalizão crescente de países em desenvolvimento, apoiada por juristas internacionais, alerta que a inclusão do termo pode restringir de maneira indevida o direito soberano dos Estados de adotar medidas excepcionais, inclusive compulsórias, em contextos de emergência sanitária. Essa posição está ancorada em experiências concretas de legislações nacionais, como o *Defense Production Act* dos Estados Unidos ou a legislação emergencial adotada pela Alemanha durante a pandemia de COVID-19.

Em carta enviada aos negociadores (aqui), trinta especialistas jurídicos destacaram que qualificar a transferência de tecnologia como "voluntária" comprometeria dois princípios fundamentais do Acordo Pandêmico: (i) o respeito à soberania legislativa dos Estados e (ii) a promoção da equidade na preparação e resposta às pandemias. Além disso, lembram que o fracasso na disseminação tecnológica durante a pandemia de COVID-19 — quando fabricantes se recusaram a compartilhar conhecimento com centros como o da OMS em mRNA — não se deu por ausência de disposição legal, mas sim por falta de incentivos e pressões institucionais. Repetir esse modelo agora seria institucionalizar um fracasso.

Do ponto de vista jurídico, os especialistas argumentam que a inserção do termo "voluntária" é desnecessária e até contraproducente. A definição já menciona que a transferência ocorre em um "processo acordado" e em "termos mutuamente aceitos", o que por si só implica voluntariedade. Acrescentar explicitamente o termo apenas reforça uma leitura limitada do que os Estados podem fazer, inclusive dentro de seus marcos legais internos e respeitando obrigações internacionais.

Ademais, como o Acordo se aplica apenas aos Estados Partes e não impõe obrigações diretas a atores privados, seu papel é sobretudo normativo: estabelecer expectativas de comportamento em crises futuras. Portanto, incluir "voluntária" na definição pode criar um efeito paralisante sobre medidas legítimas que um Estado possa adotar – como licenciamento compulsório ou requisição de ativos tecnológicos – mesmo que estejam previstas em seu ordenamento jurídico e respaldadas por normas internacionais como o Acordo TRIPS da OMC.

Diante do impasse, diversas propostas surgiram nas negociações para conciliar os interesses em jogo. Uma delas, sugerida pelo Bureau do INB, introduziu uma redação que buscava proteger a soberania dos Estados. Ainda assim, persistiram resistências. Nesse contexto, o Brasil apresentou uma proposta de compromisso, com redação mais concisa, porém com formulação diplomática precisa, em português, seriam termos como o a seguir: "Para os fins deste acordo, 'conforme mutuamente acordado' significa empreendido voluntariamente e em termos mutuamente acordados, sem prejuízo aos direitos e obrigações das Partes sob outros acordos internacionais."

A proposta brasileira, ao mesmo tempo que acolhe a demanda política de certos países e setores econômicos por uma linguagem que reafirme a voluntariedade, garante que tal formulação não interfira em outros dispositivos jurídicos internacionais e, sobretudo, não limite a atuação soberana dos Estados em contextos de emergência. Aparentemente, essa redação foi bem recebida pelas delegações e tem boas chances de ser a base do texto final que será submetido à Assembleia Mundial da Saúde.

A reta final das negociações do Acordo Pandêmico expõe a complexidade de se construir um regime jurídico multilateral robusto para enfrentar futuras pandemias. Mais do que uma disputa semântica, o debate sobre a transferência de tecnologia condensa os principais dilemas da governança global em saúde: a tensão entre propriedade intelectual e bem comum, entre soberania e solidariedade, entre interesse nacional e responsabilidade coletiva.

Nesse cenário, o papel do Sul Global – com destaque para o protagonismo diplomático do Brasil – tem sido fundamental para assegurar que o acordo não seja apenas uma resposta tecnocrática, mas também um instrumento de correção das desigualdades estruturais que marcaram a resposta global à COVID-19.

A eventual aprovação de um texto consensual representará um marco importante, mas não o fim da trajetória. Como alertou o Dr. Mike Ryan, vice-diretor da OMS, "o trabalho preenche o tempo que lhe é dado" – e a implementação do Acordo exigirá vigilância, recursos, mecanismos de responsabilização e, sobretudo, vontade política contínua. A verdadeira proteção contra futuras pandemias dependerá menos da letra do tratado e mais da sua tradução concreta em práticas que coloquem vidas acima de lucros.

Reestruturação da OMS por déficit financeiro

De acordo com um artigo da revista Health Policy Watch, a Organização Mundial da Saúde (OMS) está passando por uma grande reestruturação para enfrentar um déficit orçamentário projetado de US$ 600 milhões em 2025 e um déficit de US$ 1,9 bilhão para o período de 2026-2027. O plano inclui reduzir o número de divisões de programas de 10 para 5 e cortar cerca de 40% do quadro de funcionários da sede em Genebra, diminuindo de 2.600 para aproximadamente 1.400-1.500 pessoas. Além disso, a OMS planeja transferir departamentos e funções de Genebra para escritórios regionais ou locais satélites, onde os custos operacionais são menores.

A reorganização será estruturada em torno de cinco áreas principais, conhecidas como os "5 P's": **perform** (desempenho), **power** (poder), **promote** (promoção), **provide** (provisão) e **protect** (proteção). Cada divisão terá um foco específico: ciência, dados e medicina estarão na divisão "power"; meio ambiente, nutrição e saúde sexual e reprodutiva na divisão "promote"; doenças transmissíveis e não transmissíveis, além de sistemas de saúde, na divisão "provide"; e emergências humanitárias e de saúde na divisão "protect". Essa estrutura busca simplificar as operações, consolidando cerca de 60 programas em aproximadamente 32, e reduzindo o número de diretores na sede.

O plano também propõe transferir operações específicas para regiões onde elas são mais relevantes ou onde os custos são menores. Por exemplo, a operação de pólio pode ser movida para a região do Mediterrâneo Oriental, que cobre países como Afeganistão e Paquistão, os únicos onde a transmissão do vírus ainda ocorre. Há discussões sobre transferir o Departamento de Medicina Tradicional para o campo e outras funções para escritórios satélites próximos à sede, mas com custos reduzidos.

A reestruturação tem implicações políticas e operacionais significativas, incluindo possíveis mudanças nos cargos de liderança sênior. Por exemplo, o cargo de vice-diretor-geral não foi mencionado nos últimos rascunhos do plano, levantando dúvidas sobre o futuro do atual ocupante, Mike Ryan. Além disso, a OMS enfrenta preocupações dos funcionários, que estão discutindo seus direitos em meio às mudanças. A Associação de Funcionários da OMS está considerando uma ação coletiva para garantir que os direitos dos trabalhadores sejam respeitados, especialmente para aqueles com contratos de longo prazo.

Essa reestruturação ocorre após um período de expansão sob a liderança de Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, que aumentou o número de diretores e divisões, elevando os custos nos níveis superiores da organização. Embora a transformação tenha sido vista como uma medida progressista para enfrentar desafios como saúde digital e inteligência artificial, também gerou críticas por criar uma estrutura burocrática mais cara e menos eficiente. O novo plano busca corrigir esses problemas, simplificar as operações e melhorar a eficiência, enquanto aborda desafios de saúde interdisciplinar.

Direitos das Pessoas com Deficiência e Tecnologias Digitais e Assistivas

Fabiane Gaspar
Armando De Negri Filho

Em continuidade às análises dos relatórios temáticos apresentados na 58ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, três relatórios que gravitam em torno das pessoas com deficiência e direitos humanos e a saúde mental formam um conjunto instigante para compartilhamento e ampliação da discussão de temas que ficam à margem das pautas centrais.

Este informe apresentará o relatório sobre os direitos das pessoas com deficiência e tecnologias digitais, incluindo tecnologias assistivas[9]; os outros dois relatórios que tratam dos trinta anos da implantação plataforma para ação da Declaração de Beijing: seu potencial para mulheres e meninas com deficiência[10], e sobre saúde mental e direitos humanos[11].

Adicionalmente, serão analisadas as resoluções adotadas pelo Conselho na perspectiva da correlação de força nas votações, enfatizando o posicionamento dos Estados votando em bloco diante de assuntos controversos.

Relatório sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Tecnologias Digitais e Dispositivos, incluindo Tecnologias Assistivas - Doc A/HRC/58/33

O relatório foi elaborado em resposta à resolução 55/8 do Conselho de Direitos Humanos da ONU, que solicitou um estudo temático sobre os direitos das pessoas com deficiência e tecnologias digitais e dispositivos, incluindo tecnologias assistivas. O documento expande estudos anteriores sobre sistemas de apoio e cuidados para pessoas com deficiência.

O Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR, sigla em inglês) reitera a importância de adotar uma abordagem baseada nos direitos das pessoas com deficiência para sistemas de cuidado e apoio que reconheça a relevância das tecnologias digitais e das tecnologias assistivas.

O documento é composto por cinco seções. A seção II apresenta um resumo e compilação de normas internacionais de direitos humanos, com foco específico na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência[12]; os principais desafios e boas práticas em relação às tecnologias digitais nas dimensões de e-governança, acesso à informação, ferramentas de acessibilidade e dispositivos assistivos são ilustrados na seção III; enquanto as reflexões sobre a importância das tecnologias digitais e assistivas nos sistemas de cuidado e apoio são fornecidas na seção IV; e por fim, as recomendações aos Estados e outras partes interessadas são apresentadas na seção V. Apresentaremos alguns destaques de cada seção para este informe.

[9] Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/58/33
10 Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/58/38
[11] Disponível em: https://docs.un.org/en/A/HRC/58/38
[12] Decreto no 6.949, de 25 de Agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm

Tecnologias Digitais e Assistivas no Sistema Internacional de Direitos Humanos

Tecnologias Digitais através da lente dos direitos humanos

As tecnologias da informação e comunicação, ou tecnologias digitais, referem-se a uma ampla gama de soluções de *hardware* e s*oftware*, abrangendo dispositivos, aplicativos e plataformas usadas para transmitir, armazenar, criar e trocar informações e dados. As tecnologias digitais se sobrepõem às tecnologias assistivas quando fornecem ferramentas de acessibilidade.

Importante esclarecer que diversas tecnologias digitais não incluem ferramentas que ajudam na acessibilidade. Por exemplo um *smartphone* (tecnologia digital) pode ter aplicativos de leitura de tela ou reconhecimento de voz (tecnologias assistivas) que ajudam pessoas com deficiência visual ou auditiva a usar o dispositivo de forma mais eficaz. Portanto, quando as tecnologias digitais incorporam funcionalidades que melhoram a acessibilidade, elas se sobrepõem às tecnologias assistivas.

As tecnologias digitais, que incluem dispositivos, aplicativos e plataformas, têm transformado estados, comunidades, negócios e lares. Embora possam melhorar a eficiência e a entrega de serviços, também apresentam riscos aos direitos humanos, como privacidade e não discriminação. O relatório enfatiza a necessidade de ancorar o desenvolvimento e uso dessas tecnologias no marco dos direitos humanos para prevenir a exclusão de grupos marginalizados quando o retorno do investimento é priorizado em detrimento da obrigação em cumprir com os direitos humanos, prejudicando sua dignidade e inclusão.

De acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, as empresas de tecnologia digital devem respeitar os direitos humanos identificando, abordando e mitigando riscos. Isso envolve a devida diligência em direitos humanos, práticas transparentes de dados, acessibilidade e design não discriminatório, especialmente para pessoas com deficiência, para garantir que as inovações preservem a privacidade, igualdade e dignidade. A Organização Internacional do Trabalho inclui solidariedade e a economia social em sua definição do setor de cuidado e apoio[13].

O que timidamente as empresas do Vale do Silício e as *Big Techs* “tentam” informar quando nos informam ao acessar seus aplicativos e plataformas que sua política de privacidade foi atualizada, ou quando aparece um pop up muito rápido com letras miúdas que podemos acessar o procedimento de uso dos dados pessoais e que nunca conseguimos achar facilmente onde estão tais procedimentos. Acessibilidade e design não discriminatórios estão na pauta da experiência do usuário (UX) de diversas empresas por terem identificado um amplo público que ainda não consomem seus produtos, mesmo assim, ainda são tecnologias digitais com acesso restrito seja pelo alto custo ou por ainda precisar de assistência para conseguir se apropriar do uso de tal tecnologia.

O OHCHR adverte que os Estados devem implementar medidas de proteção de dados garantindo o manuseio seguro de dados pessoais, incluindo assegurar a transparência, limitar a coleta de dados a propósitos legítimos especificados e estabelecer medidas de segurança contra

[13] Resolução relacionada ao trabalho decente e a economia do cuidado, adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) na sua 112ª sessão (2024), § 9-14.

acesso não autorizado. *Big data* e inteligência artificial introduzem novas ameaças devido a conjuntos de dados tendenciosos e algoritmos discriminatórios.

O Relator Especial sobre extrema pobreza e direitos humanos expressou preocupações sobre privacidade, discriminação e desigualdade em relação ao estado de bem-estar digital, instando os Estados a regularem as tecnologias de acordo com os princípios dos direitos humanos para garantir transparência, responsabilidade e proteção para populações vulneráveis.

O Relator Especial sobre os direitos das pessoas com deficiência identificou o potencial da inteligência artificial para melhorar a acessibilidade, independência e suporte personalizado, incluindo na educação, emprego e saúde. No entanto, ele alertou sobre riscos como exclusão, discriminação e violações de privacidade, enfatizando que os sistemas de inteligência artificial muitas vezes negligenciam as necessidades específicas das pessoas com deficiência, exacerbando as desigualdades

Tecnologias Assistivas e os direitos das pessoas com deficiência

As tecnologias assistivas são produtos, sistemas e serviços que apoiam indivíduos com limitações funcionais, melhorando sua independência e bem-estar. O relatório destaca a importância dessas tecnologias para a mobilidade, reabilitação e participação pública e política das pessoas com deficiência. As tecnologias assistivas podem representar produtos assistivos digitais ou não-digitais.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CRPD) enfatiza a importância das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, conforme os artigos mencionados abaixo:

- **Artigo 2**: Define "comunicação" de forma ampla, incluindo todas as formas de comunicação.
- **Artigo 4**: Obriga os Estados Partes a promoverem pesquisas e acesso a novas tecnologias.
- **Artigo 9**: Exige que os Estados Partes garantam a acessibilidade das TICs desde a fase de design.
- **Artigo 20**: Visa garantir a mobilidade pessoal para pessoas com deficiência, incluindo o acesso a tecnologias assistivas.
- **Artigo 21**: Assegura a igualdade na liberdade de expressão, instando entidades privadas a fornecerem serviços online acessíveis.
- **Artigo 26**: Obriga os Estados Partes a promover tecnologias assistivas no que se refere à reabilitação.
- **Artigo 29**: Facilita o uso de novas tecnologias para a participação política.
- **Artigo 32**: Trata da cooperação internacional no compartilhamento e acesso a tecnologias acessíveis e assistivas.

O Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência considera as tecnologias digitais como: (a) um recurso de governança eletrônica; (b) uma ferramenta de acesso à informação; e (c) uma ferramenta de acessibilidade, na forma de produtos assistivos. O Comitê as considerou em conexão com os direitos à acessibilidade, acesso à informação, educação, proteção social, privacidade, saúde e vida independente na comunidade, estatísticas e coleta de dados, acesso à justiça, conscientização e situações de risco e emergências humanitárias.

Tecnologias digitais e assistivas na política

Governança eletrônica e inclusão digital: preenchendo lacunas para pessoas com deficiência

O relatório aborda os principais desafios e boas práticas relacionadas às tecnologias digitais e assistivas, incluindo:

- **Acesso e Inclusão Digital**: A importância de infraestrutura digital robusta e plataformas de e-governança para políticas eficazes. Maturidade digital das infraestruturas governamentais é definida de acordo com a sua capacidade de implementar, gerencias e utilizar tecnologias avançadas.
- **Participação e Responsabilidade**: A necessidade de envolver pessoas com deficiência na co-criação de serviços digitais e garantir a transparência e segurança dos dados. As *entidades públicas* devem fornecer um ambiente de políticas, financiamento e acesso à tecnologia digital por meio de plataformas públicas, incluindo programas de saúde e sociais. O *setor privado* contribui através da inovação, desenvolvimento, prestação de serviços e distribuição de produtos.
- **Não Discriminação**: Medidas para prevenir discriminação e mitigar preconceitos em sistemas de e-governança. A governança eletrônica tem enfrentado críticas em relação aos riscos ao direito à privacidade e às práticas de processamento de dados que podem levar à discriminação e exclusão. Além disso, o design dos sistemas de governança eletrônica pode criar barreiras através de interfaces de usuário complexas ou inacessíveis. Idosos, mulheres e pessoas com deficiência são desproporcionalmente excluídos dos serviços digitais e móveis, particularmente no Sul Global.
- **Empoderamento**: Como tecnologias digitais e assistivas podem facilitar tarefas administrativas e promover a *advocacy* e conscientização. O acesso aos serviços eletrônicos pode facilitar tarefas administrativas para pessoas com deficiência, deixando mais tempo para atividades de autocuidado. As plataformas de governo eletrônico ajudam a gerenciar serviços de forma mais eficiente, mas ainda são necessários suporte humano e treinamento para garantir o engajamento completo. Uma abordagem híbrida, combinando ferramentas digitais com assistência, preenche as lacunas de acessibilidade. As tecnologias de comunicação digital, combinadas com tecnologias assistivas, capacitam as pessoas com deficiência a construir comunidades, defender seus direitos e compartilhar experiências. Elas aumentam a capacidade das pessoas com deficiência de conscientizar, denunciar injustiças e promover mudanças sociais, dando-lhes uma voz mais forte no discurso público.

Tecnologias digitais para acessar informações

Os governos podem usar sistemas de gerenciamento de casos digitais para coordenar serviços como saúde e serviços sociais de forma eficiente. Soluções baseadas em nuvem permitem o compartilhamento de informações em tempo real, garantindo suporte mais rápido e responsivo para pessoas com deficiência. Por exemplo, a plataforma Mi Argentina oferece um certificado único de deficiência digital, permitindo que os indivíduos gerenciem procedimentos relacionados à deficiência e acessem serviços de saúde e sociais.

Plataformas digitais para coletar dados sobre pessoas com deficiência permitem a entrega de serviços personalizados, armazenando registros médicos e necessidades de dispositivos assistivos. Ferramentas de inteligência artificial e *big data* ajudam a analisar tendências, prever necessidades e alocar recursos para suporte oportuno. Na Suécia, o

Departamento de Saúde e Cuidados de Helsingborg desenvolveu uma ferramenta de inteligência artificial para identificar usuários em alto risco e aqueles com potencial de reabilitação, permitindo intervenções direcionadas, otimizando o uso de recursos e reduzindo necessidades futuras.

A governança eletrônica de cidadão para governo pode melhorar a participação pública e a transparência na formulação de políticas. Plataformas online permitem que os cidadãos contribuam por meio de enquetes, pesquisas e discussões, fornecendo feedback e perspectivas diversas. Isso fortalece a colaboração e apoia o desenvolvimento de políticas inclusivas e baseadas em dados. O portal de consulta pública do Ministério da Inclusão, Segurança Social e Migração da Espanha permite que pessoas com deficiência e organizações contribuam para políticas, promovendo transparência e políticas inclusivas baseadas em necessidades reais.

Produtos assistivos digitais

A integração de tecnologias digitais em produtos assistivos pode transformar produtos assistivos tradicionais em dispositivos inteligentes que podem enviar e receber dados, melhorando a compreensão sobre os comportamentos dos usuários e expandindo as capacidades dos produtos assistivos. Embora a acessibilidade dos produtos assistivos digitais seja uma preocupação crucial, seus potenciais benefícios de economia de custos não devem ser negligenciados, pois esses produtos consolidam múltiplas funcionalidades em um único dispositivo digital. Cadeiras de rodas inteligentes usam controles digitais, como mobilidade por olhar, inteligência artificial e sensores para evitar obstáculos e auxiliar na navegação. Feedbacks auditivos e táteis podem ser integrados em bengalas usadas por pessoas cegas para um movimento mais seguro. Assistentes virtuais alimentados por inteligência artificial, dispositivos domésticos inteligentes e tecnologia vestível, como óculos inteligentes, oferecem assistência em tempo real, melhorando a vida diária e a comunicação. Em Israel, um produto assistivo vestível fornece acesso mãos-livres a informações de saúde e cuidados auditivos, lendo instantaneamente textos para o usuário.

O ecossistema digital inclui dispositivos, plataformas e aplicativos acessíveis, como o SeeingAI, que auxilia na navegação e reconhecimento de objetos. Smartphones agora apresentam ferramentas de acessibilidade, como texto para fala e ditado por voz, reduzindo barreiras para pessoas com deficiência. No Chile, o Serviço Nacional para Pessoas com Deficiência (SENADIS) colabora com o Lazarillo, um aplicativo que apoia usuários cegos ou com baixa visão por meio de notificações e georreferenciamento dos escritórios do SENADIS.

Além do custo dos smartphones de alta qualidade, a conscientização limitada sobre os recursos de acessibilidade entre os usuários com deficiência é uma barreira para a adoção de tecnologias assistivas baseadas em smartphones. Pesquisas em Bangladesh e Quênia descobriram que apenas cerca de 10% das pessoas com deficiência usavam esses recursos. As línguas disponíveis para tecnologias assistivas digitais, como texto para fala e reconhecimento de fala, são frequentemente limitadas, e as imagens visuais muitas vezes não refletem a diversidade étnica local e a representação.

Quebrando barreiras através de tecnologias assistivas

As tecnologias assistivas são essenciais para pessoas com deficiência, pois permitem maior independência, participação e qualidade de vida. Elas são cruciais para superar barreiras

de acessibilidade e inclusão, permitindo que os indivíduos se envolvam em educação, emprego e atividades sociais.

O acesso às tecnologias assistivas apoia a independência funcional, melhora a comunicação e facilita a mobilidade, reduzindo assim a necessidade de assistência externa e promovendo a autossuficiência. Aqueles que fornecem cuidados e suporte não remunerados se beneficiam das tecnologias assistivas que aumentam a funcionalidade e reduzem a quantidade de suporte necessário. Além disso, as tecnologias assistivas desempenham um papel fundamental ao longo da vida, apoiando o desenvolvimento na primeira infância e a conquista educacional, e mantendo a autonomia na velhice

Conscientização

A conscientização sobre os benefícios e opções disponíveis permanece baixa entre os potenciais usuários e seus familiares, profissionais de saúde, formuladores de políticas e o público. Isso leva à subutilização dessas ferramentas e à demanda reduzida, limitando ainda mais o desenvolvimento do mercado e o investimento.

Profissionais de saúde e trabalhadores comunitários de saúde frequentemente não têm conhecimento sobre tecnologias assistivas, o que afeta sua capacidade de identificar necessidades, fazer encaminhamentos apropriados e apoiar o uso desses produtos. Sem uma compreensão ampla das tecnologias assistivas, o estigma e as concepções errôneas persistem, criando barreiras ao acesso e à inclusão.

A cooperação internacional, incluindo a cooperação Sul-Sul, também é essencial, pois pode facilitar o compartilhamento de conhecimento, a capacitação e o desenvolvimento de padrões globais para a provisão de produtos assistivos. Parcerias público-privadas entre governos, organizações internacionais e o setor privado devem cumprir suas obrigações de direitos humanos, ao mesmo tempo que estimulam a inovação e a acessibilidade.

Modelos de preços transparentes, orçamentos dedicados e catálogos de produtos podem melhorar a alocação de recursos e os esforços de defesa. Existem iniciativas que servem como soluções de cadeia de suprimentos, facilitando a compra, armazenamento e envio direto de produtos assistivos de vários fabricantes para prestadores de serviços. Em outro tipo de iniciativa, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) colaboraram para introduzir produtos assistivos pré-aprovados em seus catálogos de suprimentos, reduzindo custos e agilizando os processos de aquisição para os Estados.

Políticas abrangentes e apoio regulatório são necessários para aumentar a integração nos sistemas de saúde e sociais e combater o estigma. A falta de integração na cobertura universal de saúde e nos sistemas sociais resulta em prestação de serviços inconsistente e acesso limitado. O estigma e a ausência de ambientes inclusivos desencorajam o uso de tecnologias assistivas e perpetuam a exclusão social e econômica para aqueles que mais precisam delas.

Qualidade

A qualidade dos produtos assistivos é fundamental, mas o acesso a produtos de alta qualidade e confiáveis é limitado. Muitas vezes, o mercado é inundado com produtos de baixo custo e qualidade inferior que não atendem aos padrões necessários de segurança ou funcionalidade, levando a uma eficácia limitada e potencial dano aos usuários. Os produtos geralmente não são adaptados às necessidades específicas dos usuários ou aos ambientes em

que vivem, resultando em menor usabilidade e vida útil mais curta. Em Serra Leoa, mulheres que receberam dispositivos protéticos ou ortóticos para membros inferiores relataram menos ganhos funcionais, provavelmente porque o design dos dispositivos era baseado na anatomia masculina e nas necessidades associadas.

A produção local orientada pelo contexto e a inovação baseada em pesquisa podem criar produtos assistivos acessíveis e de alta qualidade. O treinamento e a certificação para prestadores de serviços melhoram a qualidade do ajuste e manutenção dos produtos, garantindo dispositivos bem ajustados. A garantia de qualidade e a supervisão regulatória asseguram ainda mais o acesso a tecnologias seguras e confiáveis. Na Índia, a ALIMCO, uma empresa do setor público, mantém padrões internacionais de qualidade e colabora com um fabricante alemão de próteses para co-produzir componentes.

Treinamento

Existem desafios significativos em relação à provisão de treinamento em tecnologias assistivas, principalmente devido à falta de programas de educação especializados e à escassez de profissionais treinados. Muitos profissionais de saúde e reabilitação recebem pouco ou nenhum treinamento formal, deixando-os despreparados para avaliar, prescrever e apoiar o uso dessas ferramentas. Os programas de treinamento frequentemente carecem de currículos padronizados, resultando em inconsistências nas habilidades e competências dos prestadores de serviços.

Governos e instituições educacionais devem integrar treinamento, padronizar currículos e certificar programas para garantir a disponibilidade de pessoal qualificado para a provisão e manutenção de produtos assistivos. Programas locais, parcerias com organizações internacionais e plataformas digitais podem ajudar a construir capacidade e superar barreiras geográficas. O programa de treinamento online da OMS em produtos assistivos prioritários é projetado para fornecer treinamento relevante a profissionais de saúde primária e outros para apoiar o uso de tecnologia assistiva. Em Papua Nova Guiné, o pessoal dos serviços de saúde primária foi treinado usando o programa da OMS para fornecer produtos assistivos simples relacionados.

O pessoal precisa ser capacitado para cumprir seu papel usando tecnologias assistivas e equipado com as instalações, materiais e produtos assistivos necessários. Oferecer apoio financeiro, incluindo bolsas de estudo e subsídios, torna o treinamento mais acessível e atrai profissionais, ajudando a construir uma força de trabalho qualificada para fornecer serviços de qualidade.

Tecnologias digitais e assistivas em sistemas de cuidado e apoio

Seguindo o relatório anterior, o tema do debate anual do Conselho de Direitos Humanos em 2024 foi "Boas práticas de sistemas de apoio que permitem a inclusão comunitária de pessoas com deficiência". O Conselho também adotou a resolução 55/8 sobre esse tema. Na resolução 54/6, o Conselho mandatou o ACNUDH para preparar um estudo temático abrangente sobre a dimensão dos direitos humanos no cuidado e suporte; o presente relatório complementa esse relatório.

Na resolução 79/1, a Assembleia Geral adotou o Pacto para o Futuro, no qual os Estados Membros decidiram aumentar significativamente os investimentos para fechar a lacuna de gênero, incluindo na economia de cuidado e apoio, e criar empregos decentes para os jovens,

enquanto desmantelam as desigualdades nesse setor. Eles também decidiram aumentar a inclusão de pessoas com deficiência e investir em tecnologias assistivas.

A Conferência Internacional do Trabalho reconheceu a economia do cuidado como uma economia que inclui todo o trabalho pago e não pago que apoia o bem-estar ao longo das fases da vida, envolvendo cuidadores, beneficiários e prestadores de serviços. Moldada por políticas e normas, depende fortemente do cuidado não remunerado, realizado principalmente por mulheres, afetando a igualdade de gênero. A economia de cuidado e suporte, como reconhecida no Pacto para o Futuro, é um conceito em evolução que expande a definição de economia do cuidado para refletir os direitos específicos das pessoas com deficiência e idosos em igualdade de condições com os demais.

Transformando sistemas de cuidado e apoio com tecnologias digitais

A governança é tanto uma questão de desenvolvimento quanto de direitos humanos, pois sistemas administrativos ineficazes agravam os desafios enfrentados por pessoas com deficiência, muitas vezes aumentando seus custos extras relacionados à deficiência e, às vezes, levando à negação de seus direitos humanos. A falta de coordenação entre setores e sistemas inadequados de gestão da deficiência, incluindo o registro, dificultam o acesso ao cuidado e apoio necessários, criando redundâncias e exclusão.

Conclusões e recomendações

O relatório oferece várias conclusões e recomendações para estados e partes interessadas, incluindo:

- Estabelecimento de estruturas de e-governança centradas nos direitos, participação e compromisso (*accountability)*.
- Implementação de padrões de acessibilidade e proteção de dados. Acesso à informação e direito à privacidade
- Promoção de campanhas de conscientização sobre tecnologias assistivas.
- Fomento de parcerias público-privadas para reduzir custos e aumentar a disponibilidade de produtos assistivos,
- Fomento à cooperação sul-sul e acordos comerciais para facilitar a transferência de conhecimento.
- Estabelecimento e fomento a padrões de qualidade através da produção, distribuição e serviços de produtos assistivos para uso por pessoas com deficiência.
- Inclusão de pessoas com deficiência e seus direitos humanos na governança digital dos sistemas de apoio e cuidado.
- Adoção de design centrado em pessoas e fornecimento de pontos focais do governo digital para a gestão de serviços e registro digital de deficiência, sempre equilibrando automação e interação humana.
- Aumentar a capacidade do comércio e tarifas inclusivos para pessoas com deficiência,
- Aumentar a capacidade dos Estados para transferência de tecnologia, para aumentar o acesso a produtos digitais e assistivos de qualidade que reflitam os direitos e as necessidades de apoio das pessoas com deficiência.
- Fomentar a regulamentação do setor de cuidado e apoio para a transformação de serviços.

- Expandir o espaço fiscal para aumentar o financiamento e o acesso a dispositivos digitais e produtos assistivos pelos usuários, bem como incentivos fiscais para aumentar a produção local e os serviços.

O relatório conclui que as tecnologias digitais e assistivas são essenciais para a independência e qualidade de vida das pessoas com deficiência. Ele destaca a necessidade de esforços coordenados para superar barreiras de acesso, aumentar a conscientização e garantir a qualidade dos produtos assistivos.

Novo Relatório da IPBES destaca conexões vitais entre biodiversidade, água, alimentação e saúde

New IPBES Report highlights vital connections between biodiversity, water, food, and health

Danielly Magalhães & Guto Galvão

Resumo: Nesta semana, a Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) lançou o relatório histórico da Avaliação de Nexo, que analisa as interligações entre biodiversidade, água, alimentação e saúde. O documento destaca como a degradação ambiental compromete diretamente a qualidade da água, a segurança alimentar e a saúde humana, e reforça que abordagens isoladas já não são eficazes diante de crises tão interconectadas. Para o setor da saúde, os achados são especialmente relevantes, revelando como a perda de biodiversidade, a poluição e as mudanças climáticas afetam a propagação de doenças, o acesso à água potável e alimentos nutritivos, e a resiliência dos sistemas de saúde. O informe também apresenta um resumo das mensagens-chave do relatório, organizadas nas categorias: A) interações passadas e atuais do nexo, B) projeções futuras, C) opções de resposta, e D) governança para um futuro justo e sustentável.

Abstract: *This week, the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (IPBES) released its landmark Nexus Assessment report, which analyzes the interlinkages between biodiversity, water, food, and health. The document highlights how environmental degradation directly undermines water quality, food security, and human health, and emphasizes that isolated approaches are no longer effective in the face of such interconnected crises. The findings are particularly relevant for the health sector, revealing how biodiversity loss, pollution, and climate change impact disease spread, access to clean water and nutritious food, and the resilience of health systems. The report also presents a summary of its key messages, organized into the following categories: A) past and current nexus interactions, B) future projections, C) response options, and D) governance for a just and sustainable future.*

A Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES), publicou o *relatório Temática sobre as Interligações entre Biodiversidade, Água, Alimentação e Saúde – Avaliação de Nexo*. A Avaliação de Nexus é um relatório histórico que aborda as relações urgentes e complexas entre os sistemas ambientais e humanos. Essa avaliação fornece aos formuladores de políticas e partes interessadas evidências científicas robustas destacando como a degradação da biodiversidade e dos ecossistemas afeta diretamente a qualidade da água, a segurança alimentar e a saúde humana. O relatório ressalta que abordagens isoladas de governança não são mais suficientes – estratégias integradas e intersetoriais são essenciais para enfrentar essas crises interconectadas. Para o setor de saúde, as descobertas são particularmente críticas: revelam como a perda de biodiversidade, a poluição e as mudanças climáticas exacerbam as doenças transmissíveis e não transmissíveis, reduzem o acesso à água potável e alimentos nutritivos e ameaçam a resiliência dos sistemas de saúde em todo o mundo. Como tal, esta avaliação serve como um apelo crucial à ação para que

profissionais de saúde, governos e comunidades trabalhem de forma colaborativa em direção a soluções sustentáveis e equitativas que protejam a saúde planetária e humana.

Neste informe, listamos e resumimos as mensagens-chave, divididas em “A-interações de Nexus Passados e Atuais” onde foi feito uma análise do cenário passado e atual e as atuais consequências para Biodiversidade, água, alimentação e saúde; as “B- Interações futuras do nexo” onde é feita uma projeção das medidas atuais e das projeções futuras; “C- Opções de resposta para solucionar o nexus”, onde se avaliou vários tipos de politicas e projetos e seus efeitos positivos e negativos a todos os componentes do nexus e , por último, D- as questões de governança do nexus para um futuro justo e sustentável. Abaixo listamos e resumimos as principais mensagens da avaliação temática do IPBES sobre as interligações entre biodiversidade, água, alimentação e saúde (avaliação de nexo), conforme descrito no resumo para formuladores de políticas:

A. Interações de Nexus Passadas e Atuais

A1: A biodiversidade é essencial para a existência humana e sustenta o abastecimento de água e alimentos, a saúde e a estabilidade climática. Sua perda produz efeitos complexos que ameaçam o bem-estar humano.

A biodiversidade suporta funções ecossistêmicas como fornecimento de água limpa, regulação de pragas e doenças, polinização, ciclagem de nutrientes e regulação do clima. No entanto, todas as regiões do planeta estão experimentando declínios de biodiversidade de 2 a 6% por década nos últimos 30 a 50 anos. Essa perda reduz significativamente o sequestro de carbono, agravando as mudanças climáticas. Aumenta o risco de surgimento de doenças devido à perturbação do ecossistema. A degradação do ecossistema reduz a resiliência a eventos extremos (inundações, secas, etc.), ameaçando a saúde e os meios de subsistência. Além disso, a perda da biodiversidade e a degradação do ambiente causam diminuição da qualidade e disponibilidade da água, especialmente em ecossistemas de água doce. E também ameaça os sistemas alimentares, reduzindo a diversidade de culturas, a pesca e a saúde do solo.

A2: Nos últimos 50 anos, os fatores indiretos (por exemplo, econômicos, demográficos, tecnológicos) intensificaram os fatores diretos (por exemplo, mudança no uso da terra, poluição) com impactos negativos em todo o nexo.

As tendências globais de crescimento populacional, urbanização, consumo e comércio aceleraram fatores como mudanças no uso da terra e do mar, poluição, mudanças climáticas e superexploração de recursos. Por exemplo, a expansão agrícola leva à conversão de terras, o que degrada habitats e polui a água. Para lidar com esses problemas de forma eficaz, é necessária uma governança mais colaborativa, mas a realidade é que a governança é fragmentada, onde os ministérios e as políticas geralmente operam em silos, o que resulta em trade-offs e ineficiências. O relatório aponta que algumas políticas climáticas implementadas sem considerar o ecossistema podem prejudicar a biodiversidade (por exemplo, monoculturas de biocombustíveis em grande escala).

A3: Decisões de curto prazo e com fins lucrativos levam a resultados desiguais e degradam os sistemas de biodiversidade, água, alimentos, saúde e clima.

Os sistemas econômicos priorizam o retorno financeiro para poucos, negligenciando os impactos na biodiversidade e na saúde. Cerca de US$ 7 trilhões/ano são investidos em atividades prejudiciais à natureza. As populações vulneráveis, especialmente nos países em

desenvolvimento e entre os povos indígenas e comunidades locais, enfrentam os maiores fardos. Essas desigualdades, juntamente com uma governança deficiente, levam a uma exposição desproporcional a ecossistemas degradados e riscos à saúde. Apoiando essas suposições, o relatório mostra que o aumento do PIB, do comércio e da urbanização aumentou os desastres climáticos, a perda de biodiversidade e reduziu o acesso à água. Em outra avaliação, os indicadores de expectativa de vida e mortalidade infantil revelam disparidades nos resultados de saúde ligados à degradação ambiental. Eles também descobriram que mais de 50 doenças estão ligadas ao acesso e à qualidade da água. E a insegurança alimentar ainda afeta mais de 800 milhões de pessoas, apesar do aumento global na produção de alimentos, em grande parte devido à má diversidade de dietas e ecossistemas degradados.

B. Interações futuras do nexo

Esta seção explora como as trajetórias atuais e os cenários futuros afetarão os elementos do nexo e destaca o potencial de resultados positivos se políticas integradas e sinérgicas forem adotadas.

B1: A continuidade das tendências atuais terá graves consequências negativas para todos os elementos do nexo e objetivos de políticas globais, como os ODS e o Acordo de Paris.

Se as tendências atuais de extração de recursos, consumo insustentável e formulação de políticas fragmentadas continuarem, a biodiversidade diminuirá ainda mais; a escassez e a contaminação da água aumentarão; os sistemas alimentares se tornarão menos resilientes e mais desiguais; os encargos de saúde aumentarão devido à poluição, doenças e desnutrição e a mudança climática vai acelerar. Os trade-offs ocorrem quando soluções de elemento único (por exemplo, segurança alimentar às custas da biodiversidade) são priorizadas. Por exemplo, o aumento da produção agrícola por meio do desmatamento e do uso excessivo da água piora as mudanças climáticas e os resultados de saúde.

Para reverter esse cenário as ações devem ocorrer o mais rápido possível, atrasar as ações aumenta os custos futuros. O relatório estima que atrasos nos investimentos em biodiversidade podem dobrar o custo da restauração de ecossistemas e atrasos na ação climática podem adicionar pelo menos US$ 500 bilhões/ano em danos futuros e custos de resposta.

B2: Os benefícios em todo o Nexus são possíveis por meio de ações integradas, mas alcançar resultados de alto nível em todos os elementos é um desafio.

Resultados positivos para o futuro do planeta e das sociedades humanas são plenamente possíveis, desde que as ações adotadas sejam integradas, equitativas e guiadas por ciência sólida. Estratégias como conservar, restaurar e gerenciar ecossistemas de forma sustentável; reduzir a poluição e o consumo excessivo; promover dietas sustentáveis e saudáveis; e alinhar metas climáticas com objetivos de segurança alimentar e preservação da biodiversidade são elementos centrais para alcançar esses resultados. Essas ações não apenas reforçam os sistemas naturais que sustentam a vida, mas também promovem saúde, justiça social e resiliência econômica, criando um ciclo virtuoso de benefícios interconectados.

Cenários que adotam abordagens integradas, como a agroecologia, mostram que é possível melhorar a nutrição humana ao mesmo tempo que se preserva o solo e os ecossistemas. A restauração de pântanos, florestas e turfeiras tem se mostrado eficaz para regular a água, capturar carbono e proteger a biodiversidade. Da mesma forma, a pesca sustentável e os

sistemas alimentares tradicionais e indígenas oferecem soluções adaptadas ao contexto local, promovendo a segurança alimentar e o fortalecimento de comunidades. No entanto, mesmo os melhores cenários apresentam desafios e exigem o gerenciamento cuidadoso de trade-offs — é necessário garantir que as soluções não beneficiem apenas um setor ou grupo em detrimento de outros, mas sim promovam um equilíbrio entre múltiplos interesses e necessidades.

B3: As políticas que se concentram em sinergias entre os elementos do nexo apoiam melhor as metas globais de sustentabilidade do que as abordagens isoladas.

Cenários que priorizam respostas integradas e sinérgicas, em vez de abordagens setoriais isoladas, demonstram maior eficácia no alcance de metas globais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal e o Acordo de Paris. Esses cenários reconhecem que os desafios ambientais, sociais e econômicos estão profundamente interconectados e que soluções sustentáveis devem abordar essas interdependências de forma coordenada. Em vez de tratar a saúde, a alimentação, o clima e a biodiversidade como questões separadas, a integração dessas agendas permite potencializar os impactos positivos, reduzir custos e aumentar a eficiência das ações.

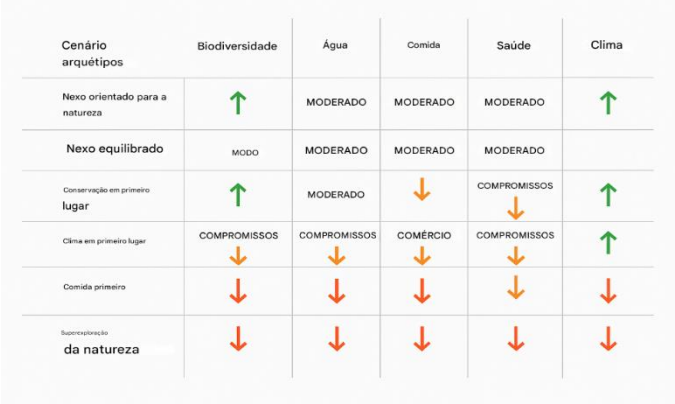


Figura 1: Resumo das análises dos seis arquétipos de cenários baseados em 186 estudos. cenário 1: Nexo orientado para a natureza: Fortes ganhos de biodiversidade, resultados moderados de alimentação / saúde (competição pela terra). Cenário 2: Nexo equilibrado: melhorias moderadas e generalizadas em todos os elementos. Cenário 3: Conservação em primeiro lugar: Protege a biodiversidade, mas leva à insegurança alimentar e à desigualdade. Cenário 4: Clima em primeiro lugar: Prioriza a redução de emissões, mas arrisca a biodiversidade e as compensações alimentares. Cenário

Entre as estratégias que exemplificam essa abordagem integrada estão a transformação dos sistemas alimentares, que pode reduzir a pressão sobre o uso da terra, mitigar emissões de gases de efeito estufa e melhorar a nutrição global; e a conservação de ecossistemas costeiros, que protege a biodiversidade marinha, atua como barreira natural contra desastres climáticos e garante a subsistência de comunidades locais. O planejamento territorial voltado para múltiplos resultados evita conflitos entre bioenergia, agricultura e conservação, promovendo soluções equilibradas. Para que essas políticas sejam eficazes, é essencial que sejam inclusivas — valorizando o conhecimento indígena e local — e implementadas de forma oportuna e coordenada, de modo a prevenir perdas irreversíveis como extinções de espécies e degradação de ecossistemas essenciais como os recifes de coral.

O relatório analisa seis arquétipos de cenários baseados em 186 estudos para avaliar diferentes caminhos possíveis para o futuro das interações entre biodiversidade, água, alimentação, saúde e clima (Figura 1). Os cenários "nexo orientado para a natureza" e "nexo equilibrado" apresentam os melhores resultados gerais. O primeiro gera fortes ganhos em

biodiversidade, embora apresente resultados mais moderados em alimentação e saúde devido à competição por terras. Já o cenário equilibrado oferece melhorias consistentes em todos os elementos, ainda que menos intensas, demonstrando equilíbrio e viabilidade política. Por outro lado, os cenários "conservação em primeiro lugar" e "clima em primeiro lugar" mostram que, ao priorizar um único objetivo, surgem compensações negativas — como insegurança alimentar, desigualdade ou perdas de biodiversidade. Os cenários "comida em primeiro lugar" e "superexploração da natureza" ilustram consequências mais severas: apesar de avanços nutricionais no primeiro, ambos resultam em degradações ambientais significativas, sendo o último uma continuação insustentável do modelo atual. A análise conclui que apenas abordagens integradas, como nos arquétipos equilibrado e orientado para a natureza, conseguem avançar múltiplos objetivos de forma simultânea e sustentável.

C. Opções de resposta que abordam as interações do Nexus

Esse conjunto de mensagens enfatiza que a ação coordenada pode gerar benefícios sinérgicos e que o agrupamento e o sequenciamento de intervenções cuidadosas podem aumentar a equidade, a eficácia e o impacto de longo prazo.

C1: Existem muitas opções de resposta sinérgicas e econômicas que podem beneficiar vários elementos do nexo simultaneamente, incluindo alguns não originalmente projetados para a biodiversidade.

A mensagem-chave C1 do relatório destaca que há uma vasta gama de opções de políticas capazes de gerar benefícios simultâneos para a biodiversidade, água, alimentação, saúde e clima — os chamados elementos do nexo. Foram revisadas 61 opções de resposta, muitas das quais apresentam um enorme potencial para contribuir diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as metas do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal e os compromissos do Acordo de Paris. O relatório mostra que ações integradas e bem planejadas podem, ao mesmo tempo, proteger ecossistemas, melhorar a qualidade de vida das populações e promover resiliência climática. Políticas e práticas que tradicionalmente eram vistas como setoriais — como a agricultura, o planejamento urbano ou a gestão de resíduos — podem, quando redesenhadas com visão de sustentabilidade, atuar como alavancas de transformação sistêmica.

Entre os exemplos mais eficazes estão a agroecologia, que melhora a saúde do solo, promove a polinização, controla pragas naturalmente, e ainda reduz custos de insumos e aumenta a diversidade alimentar, além de sequestrar carbono e mitigar a poluição. Infraestruturas verdes urbanas, como parques e áreas arborizadas, trazem múltiplos benefícios: melhoram a qualidade do ar e da água, combatem ilhas de calor, reduzem enchentes e oferecem espaços que promovem a saúde física e mental. A restauração de zonas úmidas e florestas não apenas melhora a filtragem da água e atua como sumidouro de carbono, como também restaura habitats e impulsiona a biodiversidade local. A pesca sustentável e os sistemas alimentares indígenas conservam a biodiversidade aquática, apoiam meios de subsistência resilientes e oferecem dietas culturalmente adequadas e nutricionalmente ricas. Além disso, políticas aparentemente desvinculadas da biodiversidade — como a adoção de fogões mais eficientes, a transição para energias limpas e a redução de desperdício de alimentos — acabam por gerar efeitos positivos indiretos, reforçando os benefícios ambientais e sociais dessas intervenções. Esses múltiplos co-benefícios reforçam a necessidade de integrar essas soluções em estratégias políticas amplas e coordenadas.

C2: As opções de resposta podem apoiar ou atrapalhar umas às outras; agrupá-los e sequenciá-los aumenta a eficácia e a equidade.

O agrupamento de opções aborda os trade-offs e amplifica os benefícios. Por exemplo, a combinação de agrossilvicultura com educação, acesso ao mercado e posse equitativa da terra garante melhor aceitação e impacto. O relatório também encontrou que iniciativas que primeiro constroem confiança, capacidade e estruturas de governança da comunidade levam a resultados mais duradouros, recomendando começar com intervenções de baixo risco para criar apoio antes de introduzir a restauração complexa do ecossistema.

Neste contexto, a equidade é crucial. As opções de resposta devem beneficiar mulheres, povos indígenas, jovens e outros grupos marginalizados e devem ser projetados em conjunto. O relatório aponta que os programas co-projetados com as comunidades locais têm maior probabilidade de serem sustentados e produzirem resultados positivos para a saúde e o meio ambiente. Outras estruturas de resposta integradas, como a Saúde Única ou Soluções Baseadas na Natureza (SbN), são especialmente eficazes quando vinculadas à governança local e a processos multissetoriais.

C3: Essas opções de resposta avançam estruturas de políticas globais como os ODS, a Estrutura Global de Biodiversidade Kunming-Montreal e o Acordo de Paris.

A mensagem-chave C3 destaca como as opções de resposta integradas podem avançar simultaneamente múltiplos compromissos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo de Paris e o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. Essas ações contribuem diretamente para metas como Fome Zero (ODS 2), Boa Saúde e Bem-Estar (ODS 3), Água Limpa e Saneamento (ODS 6), Ação Climática (ODS 13) e a proteção da vida marinha e terrestre (ODS 14 e 15). Além disso, ajudam a alcançar metas específicas da estrutura global de biodiversidade, como a Meta 10 sobre sistemas alimentares sustentáveis, a Meta 11 sobre contribuições da natureza para as pessoas, e a Meta 19 sobre o fortalecimento do conhecimento, dados e finanças para a biodiversidade.

Exemplos concretos mostram que essas abordagens já estão funcionando em diversos contextos. A restauração da paisagem florestal de Ruanda, por exemplo, tem gerado ganhos em biodiversidade, melhorado a retenção de água e aumentado a renda de comunidades rurais. As Áreas Indígenas Protegidas e Conservadas (IPCAs) no Canadá e na Austrália são modelos bem-sucedidos de gestão ambiental que conciliam conservação da biodiversidade com valorização cultural e benefícios à saúde. Já a pesca comunitária em Fiji e nas Filipinas reforça a soberania alimentar, sustenta economias locais e protege ecossistemas marinhos. No entanto, para que essas soluções sejam escaladas e integradas de forma eficaz, é essencial garantir apoio jurídico e institucional, financiamento de longo prazo, capacitação das comunidades envolvidas e mecanismos que promovam a cooperação intersetorial. Essas condições são fundamentais para transformar boas práticas em políticas amplas e duradouras que beneficiem tanto as pessoas quanto o planeta.

A avaliação mostra que um portfólio bem coordenado de opções de resposta – mesmo que extraídas de diferentes setores ou objetivos – pode ser mais do que a soma de suas partes (Figura 2). Investir nessas intervenções transversais, especialmente quando projetadas para serem justas, inclusivas e adaptáveis, pode impulsionar mudanças transformadoras e resiliência em todo o nexo.

D. Governando o Nexo para Futuros Justos e Sustentáveis

D1: Transformar a governança por meio de abordagens inclusivas, coordenadas e adaptativas é crucial para a gestão integrada dos elementos do nexo.

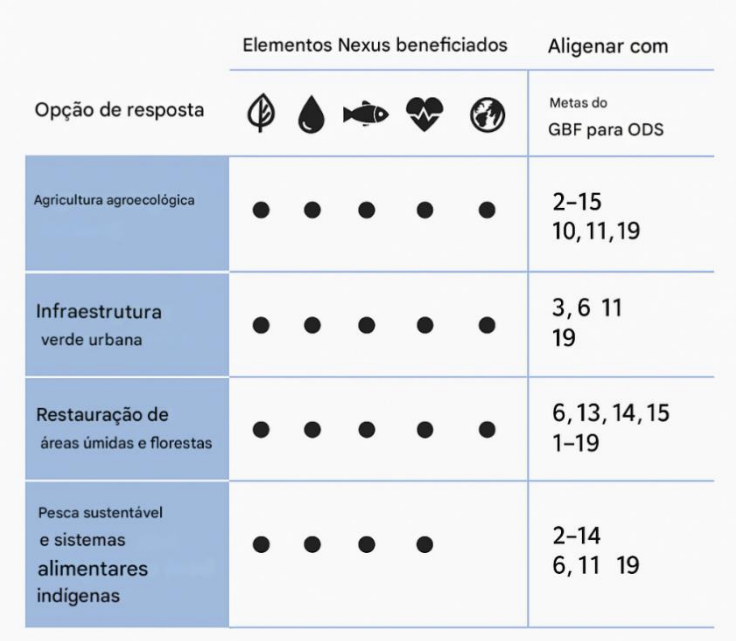


Figura 2: Exemplo de como alguns cenários e ações podem se relacionar positivamente com os ODS, o Acordo de Paris, beneficiando os componentes do nexo.

Essa mensagem salienta que sistemas profundamente enraizados, como o colonialismo, as desigualdades estruturais e os modelos de crescimento econômico insustentáveis, criaram e reforçaram as atuais crises em matéria de biodiversidade, clima, saúde, água e alimentação. Esses sistemas priorizam ganhos econômicos de curto prazo sobre o bem-estar e a sustentabilidade ambiental de longo prazo, levando a compensações persistentes e reforçando a injustiça.

D2: Fechar lacunas financeiras – até US$ 5 trilhões por ano – é essencial para atingir as metas de biodiversidade, saúde, água, alimentos e clima.

O relatório enfatiza que a mudança transformadora é necessária e possível. Isso significa repensar valores, normas e estruturas de poder. Requer o afastamento de metas de crescimento estreitamente definidas em direção ao bem-estar, sustentabilidade e equidade. A mudança transformadora envolve reformas sistêmicas em finanças, educação, governança e tecnologia, e deve ser inclusiva e projetada em conjunto com os mais afetados.

D3: Um roteiro para a governança do nexo, baseado em diversos sistemas de conhecimento e tomada de decisão inclusiva, pode orientar ações transformadoras e equitativas.

O relatório explica que a transformação deve começar em todos os níveis – indivíduos, comunidades, instituições e governos. Não se trata apenas de reformas políticas, mas de mudança de mentalidades e comportamentos. Ação coletiva, vontade política e liderança visionária são essenciais para liberar o potencial de um futuro mais justo, sustentável e saudável para as pessoas e a natureza.

Ação multilateral para um planeta e pessoas saudáveis

Em uma reunião com os Estados-membros da ONU na sede da ONU em Nova York, Inger Andersen abriu seu discurso enfatizando a urgência da ação ambiental coletiva em meio aos desafios globais em curso. Ela destacou que crises como mudança climática, perda de

biodiversidade, poluição e degradação da terra ameaçam não apenas os ecossistemas, mas também a saúde humana, a paz e a equidade econômica. No entanto, ela observou que investir em soluções de natureza, energia limpa e resíduos pode trazer benefícios tangíveis – promovendo os ODS, apoiando economias, criando empregos e promovendo estabilidade e bem-estar.

Ela ressaltou o papel crítico da ciência na formação da política ambiental, destacando as contribuições do IPBES e do IPCC na promoção da conscientização e ação global. Andersen apontou para os esforços para estabelecer um terceiro painel de política científica sobre produtos químicos, resíduos e poluição, completando um "trigêmeo" de órgãos especializados para informar a tomada de decisões. Ela também chamou a atenção para a Avaliação IPBES Nexus, que descreve a natureza interconectada das crises ambientais e seu potencial para desbloquear grandes oportunidades econômicas e de emprego por meio de abordagens positivas para a natureza.

Grande parte do foco da Andersen estava no progresso e nos desafios remanescentes nas negociações do tratado global de poluição plástica. Ela detalhou três áreas-chave que precisam de mais consenso: regulamentação de aditivos em plásticos, definição de produção e consumo sustentáveis e estabelecimento de mecanismos de financiamento, particularmente para nações em desenvolvimento e pequenos estados insulares. Ela enfatizou a importância do engajamento em nível ministerial para resolver essas questões antes do INC-5.2 e afirmou o apoio do PNUMA para facilitar as negociações e processos multilaterais mais amplos.

Para encerrar, Andersen reafirmou o compromisso do PNUMA com o multilateralismo ambiental, inclusive por meio da próxima UNEA-7, que se concentrará em respostas integradas às crises planetárias. Ela citou resultados bem-sucedidos de outros MEAs, como o Protocolo de Montreal e as recentes negociações sobre biodiversidade em Roma. Andersen pediu a todas as nações que ratifiquem acordos críticos, como a Emenda de Kigali e o tratado BBNJ, lembrando aos Estados-Membros que o meio ambiente é um recurso global compartilhado. Seu apelo final foi claro: apoiar a ciência, apoiar a ação multilateral e apoiar um meio ambiente saudável - para todas as pessoas e para o planeta.

Estimativas e tendências da mortalidade materna no mundo: Avanços e desafios no século XXI

Maternal Mortality Estimates and Trends Worldwide: Progress and Challenges in the 21st Century

Estimaciones y tendencias de la mortalidad materna en el mundo: Avances y desafíos en el siglo XXI

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos
Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: A redução da mortalidade materna segue sendo um desafio nos mais diferentes níveis de recortes geográficos e territoriais. Ainda que muitos avanços possam ser observados desde o início deste século, uma estagnação em termos globais tem se manifestado, o que dificulta o cumprimento de metas e objetivos pactuados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Neste boletim, apresentamos o relatório "*Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023*", desenvolvido pelo Grupo Interagências de Estimativa de Mortalidade Materna das Nações Unidas (MMEIG), composto por membros da OMS, UNICEF, UNFPA, Banco Mundial e UNDESA/Population Division. Embora alguns países tenham obtido reduções significativas na taxa de mortalidade materna, muitos permanecem estagnados e outros, como os da América Latina e Caribe, enfrentam um cenário preocupante, com agravamento dos indicadores.

Palavras-chave: Mortalidade Materna; Saúde das Mulheres; Desenvolvimento Sustentável; Desigualdades em Saúde; Direitos Humanos.

Abstract: *Reducing maternal mortality remains a challenge across various geographic and territorial contexts. Although significant progress has been made since the beginning of this century, a global stagnation has emerged, hindering the achievement of the goals outlined in the 2030 Agenda for Sustainable Development. In this article, we present the report "*Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023*," developed by the United Nations Maternal Mortality Estimation Inter-Agency Group (MMEIG), which includes members from WHO, UNICEF, UNFPA, the World Bank, and UNDESA/Population Division. While some countries have achieved significant reductions in maternal mortality rates, many remain stagnant, and others—such as those in Latin America and the Caribbean—face a concerning scenario, with worsening indicators.*

Key-words: *Maternal Mortality; Women's Health; Sustainable Development; Health Inequities; Human Rights.*

Resumen: *La reducción de la mortalidad materna sigue siendo un desafío en distintos niveles geográficos y territoriales. Aunque se han observado avances importantes desde comienzos de este siglo, una estancación a nivel global ha comenzado a manifestarse, dificultando el cumplimiento de las metas establecidas en la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible. En este boletín, presentamos el informe "Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023," desarrollado por el Grupo Interinstitucional de las Naciones Unidas para la Estimación de la Mortalidad Materna (MMEIG), conformado por miembros de la OMS, UNICEF, UNFPA, el Banco*

Mundial y el UNDESA/División de Población. Si bien algunos países han logrado reducciones significativas en las tasas de mortalidad materna, muchos se mantienen estancados y otros, como los de América Latina y el Caribe, enfrentan un escenario preocupante, con un empeoramiento de los indicadores.
Palabras-clave: *Mortalidad Materna; Salud de la Mujer; Desarrollo Sostenible; Inequidades en Salud; Derechos Humanos.*

Contextualização

A mortalidade materna (MM) é definida como a morte de uma mulher durante a gestação, parto ou até 42 dias após o término da gestação, por causas relacionadas à gravidez ou agravadas por ela. O principal indicador utilizado para sua mensuração é a Razão de Mortalidade Materna (RMM), que corresponde ao número absoluto de mortes maternas por 100 mil nascidos vivos (NV) em determinado período e local, sendo ele um importante indicador de saúde pública de um país. Ele reflete não apenas o acesso e a qualidade do cuidado prestado às mulheres durante a gestação, parto e puerpério (pós-parto), mas também revela desigualdades sociais, econômicas e de gênero em uma população.

Desde a virada do século, o mundo teve grandes avanços no enfrentamento da mortalidade materna, com uma redução de 40% entre 2000 e 2023. Isso é resultado de uma combinação de políticas públicas implantadas, diretrizes estabelecidas, inovações tecnológicas, expansão do acesso a serviços de saúde e melhorias nas condições socioeconômicas. Um dos principais processos que contribuíram para essa redução foi a ampliação do acesso a cuidados pré-natais e ao parto assistido por profissionais de saúde qualificados, especialmente em países de baixa e média renda. A presença de enfermeiras obstétricas e obstetrizes, parteiras e médicas treinadas no momento do parto é fundamental para identificar e tratar precocemente complicações como hemorragias, infecções e eclâmpsia, que são as principais causas globais de MM, por exemplo.

Além disso, a produção e disseminação de conhecimentos e práticas clínicas baseadas em evidências e iniciativas em contextos de crises humanitárias também têm sido essenciais. Estruturas de saúde improvisados nesses contextos oferecem cuidados maternos a mulheres em áreas afetadas por conflitos, desastres naturais ou deslocamentos forçados, garantindo o acesso a exames, vacinas e tratamentos que salvam vidas.

Parte significativa desses avanços têm sido impulsionada pelo compromisso global da Agenda 2030, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem sido um importante pacto entre as nações para incentivar este processo em nível mundial. O ODS3, que visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades”, tem a redução da mortalidade materna para 70/100.000 NV, como uma de suas metas centrais.

Apesar de estar circunscrita dentro de um objetivo, a redução da mortalidade materna está intrinsecamente conectada a outros ODS, como o ODS 1 (erradicação da pobreza), uma vez que a vulnerabilidade socioeconômica é fator de risco para desfechos maternos negativos; o ODS 4 (educação de qualidade), pois mulheres com maior escolaridade tendem a acessar de maneira mais oportuna os serviços de saúde; e o ODS 5 (igualdade de gênero), dado que a autonomia das mulheres na tomada de decisões sobre sua saúde é fundamental para a prevenção de mortes evitáveis. Neste sentido, é evidente que o enfrentamento da mortalidade

materna exige uma abordagem intersetorial e integrada entre os diversos objetivos da Agenda 2030.

Ainda que os avanços tenham sido múltiplos e significativos, o progresso vem desacelerando e a redução da mortalidade materna ainda segue sendo um desafio global. Atualmente, em alguma parte do mundo, uma mulher ainda morre a cada dois minutos devido a complicações durante a gravidez e o parto — um total estimado de 260.000 em 2023.

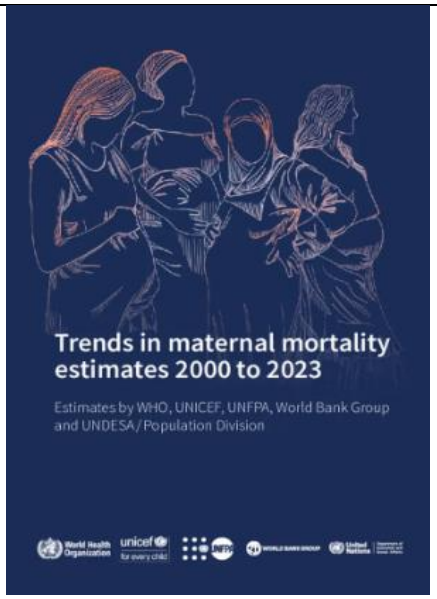
E neste contexto, o Dia Mundial da Saúde deste ano, celebrado dia 07 de abril, traz como tema "Inícios saudáveis, futuros esperançosos", que promoverá uma campanha sobre saúde materna e neonatal. A campanha incentivará os governos e a comunidade da saúde a intensificar seus esforços para reduzir a MM e mortalidade neonatal, e priorizar a saúde e o bem-estar de longo prazo das mulheres.

Além da estimativa de que quase 300 mil mulheres a cada ano perdem a vida por causas relacionadas à gravidez ou ao parto, mais de 2 milhões de bebês morrem no primeiro mês de vida e milhões nascem mortos. Isso equivale a, aproximadamente, 1 morte evitável a cada 7 segundos de recém-nascidos. Quatro em cada cinco países não estão no caminho certo para atingir as metas globais de melhoria da sobrevivência materna até 2030.

Os sistemas de saúde devem evoluir para gerenciar os diversos problemas de saúde que afetam a saúde materna e neonatal, que incluem não apenas complicações obstétricas diretas, mas também questões de saúde mental, doenças não transmissíveis e saúde sexual e reprodutiva.

A partir dessa compreensão, apresentamos neste boletim, o relatório "*Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023*" que traz estimativas sobre a mortalidade materna, desenvolvidas pelo Grupo Interagências de Estimativa de Mortalidade Materna das Nações Unidas (MMEIG), composto por membros da Organização Mundial da Saúde (OMS), UNICEF, UNFPA, Banco Mundial e UNDESA/Population Division, conforme discriminado a seguir:

- OMS: Bochen Cao, Jenny Cresswell, Ann-Beth Moller, Jean-Pierre Monet, Allisyn Moran, Lale Say and Aya Tanaka
- UNICEF: Tashrik Ahmed
- UNFPA: Tapiwa Jhamba and Mengjia Liang
- Banco Mundial: Charles Yao Kouadio Kouame and Emi Suzuki
- UNDESA/Population Division: Patrick Gerland and Danan Gu

	Publicado no dia 07 de abril de 2025, o relatório está disponível em diferentes idiomas e apresenta estimativas e tendências internacionalmente comparáveis em níveis global, regional e nacional para a mortalidade materna entre 2000 e 2023. Um total de 195 países e territórios atenderam aos critérios para inclusão nas análises de dados e nos resultados apresentados. É o segundo relatório em que são apresentadas estimativas e tendências para a mortalidade materna, desta vez abrangendo os oito primeiros anos do período da Agenda 2030 (2016 a 2023). A última versão cobria o período 2000–2020 e foi lançada em 2023.

O documento apresenta e descreve as estimativas da razão de mortalidade materna (RMM), o número de mortes maternas, a proporção de mortes maternas em relação ao total de óbitos entre mulheres em idade reprodutiva e o risco de mortalidade materna ao longo da vida adulta para o ano de 2023. Além disso, também analisa as tendências desses indicadores entre os anos de 2000 e 2023, e entre 2016 e 2023 (primeira metade da era dos ODS). Aqui traremos alguns de maior relevância como a RMM.

Em termos metodológicos, o grupo utilizou o modelo bayesiano, tendo como fontes de dados: Registros civis, pesquisas domiciliares, estudos RAMOS (Estudos de Mortalidade em Idade Reprodutiva) e censos. Os resultados apresentados são as estimativas pontuais mais precisas possíveis, considerando os dados disponíveis, na atualidade. Ainda assim, importante ressaltar que os cálculos possuem um nível de incerteza que varia de acordo com a quantidade e a qualidade dos dados disponíveis utilizados para produzi-los.

Principais causas de morbimortalidade materna

As principais causas de morbidade e mortalidade materna incluem tanto fatores obstétricos diretos quanto indiretos. A hemorragia continua sendo a principal causa direta de morte materna no mundo. Outras causas diretas incluem transtornos hipertensivos na gestação, infecções relacionadas à gravidez e parto e complicações de abortos inseguros.

As causas obstétricas indiretas, como doenças crônicas e não transmissíveis (por exemplo, hipertensão e diabetes pré-existentes) e doenças infecciosas ou parasitárias, são o segundo grupo mais comum. Já os transtornos hipertensivos da gestação são a terceira causa mais comum isoladamente.

Existe grande variação regional na prevalência dessas causas, refletindo desigualdades no acesso e na qualidade do cuidado obstétrico básico e emergencial. Apesar da existência de intervenções clínicas e de sistemas de saúde capazes de prevenir muitas dessas mortes, elas nem sempre estão disponíveis ou acessíveis, especialmente em países de baixa e média renda.

Entre as condições médicas mais comuns na gestação está o diabetes gestacional. Outras doenças não transmissíveis frequentes incluem asma, doenças cardíacas, epilepsia, hemoglobinopatias e transtornos de saúde mental ou uso de substâncias.

Além das causas biomédicas, diversos fatores sociais afetam a saúde materna, como:

- Determinantes sociais (educação, etnia, raça, gênero, renda);
- Normas e desigualdades de gênero;
- Sistemas de saúde frágeis e mal estruturados;
- Fatores externos, como mudanças climáticas, conflitos e crises humanitárias.

Estimativas globais para 2023 e tendências para 2000–2023

De acordo com o relatório, atualmente, mais de um terço dos países em todo o mundo tiveram uma taxa de MM extremamente baixa. Apesar disso, observa-se que o progresso na redução da mortalidade materna está estagnado nesta primeira metade da era dos ODS. Globalmente, estima-se que 260.000 mulheres morreram de causas maternas em 2023, o equivalente a mais de 700 mortes maternas todos os dias, e aproximadamente uma a cada dois minutos. Ainda que seja um número significativamente menor do que em 2000 (a estimativa era de 443.000 mortes maternas), ainda é insuficiente para atingir o desejável.

Em 2023, a taxa de mortalidade materna (TMM) global foi estimada em 197 mortes a cada 100 mil nascidos vivos (intervalo de incerteza - UI - de 174 a 234), uma queda significativa em relação às 328 mortes por 100 mil nascidos vivos registradas em 2000 (UI 308 a 352). Isso representa uma redução de 40% ao longo dos 24 anos.

Entre 2000 e 2023, a TMM global caiu, em média, 2,2% ao ano (UI 1,4% a 2,8%), embora esse progresso tenha ocorrido de forma desigual ao longo do tempo. Já no período mais recente, de 2016 a 2023, a taxa média anual de redução foi de 1,6% (UI 0,04% a 2,7%).

Os autores destacam que, se este ritmo atual continuar até 2030, a taxa de mortalidade materna global chegaria a 177 mortes por 100 mil nascidos vivos — o que ainda está bem acima da meta 3.1 dos ODS, que é de 70. Para que a meta seja alcançada até 2030, seria necessária uma taxa média anual de redução de 14,8% nos sete anos restantes (2024–2030).

Estimativas regionais e nacionais para 2023

É sabido que as médias globais muitas vezes escondem variações significativas e profundas desigualdades entre as diferentes regiões do mundo — e até mesmo entre os países de cada região.

Quadro 1 - Categorização da RMM (2025).

Classificação da Razão de Mortalidade Materna (RMM)	Número de mortes maternas por 100.000 nascidos vivos
Muito baixa	Menos de 20
Baixa	Menos de 100
Moderada	100 a 299
Alta	300 a 499
Muito alta	500 a 999
Extremamente alta	1000 ou mais

Fonte: Elaboração própria (adaptado do Relatório *Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023* - WHO, 2025).

Em 2023, segundo os grupos regionais dos ODS, pela primeira vez desde o início desta série de relatórios do MMEIG, nenhuma região foi classificada com uma taxa de mortalidade materna "extremamente alta". No Quadro 1 é possível ver a categorização da RMM utilizada.

No entanto, nove países registraram TMM "muito elevada", sendo oito deles localizados na África Subsaariana, que concentrou cerca de 70% de todas as mortes maternas no mundo, estimada em 454 mortes por 100 mil nascidos vivos, sendo:

- Nigéria – 993 mortes por 100 mil nascidos vivos (intervalo de incerteza: 718 a 1.540)
- Chade – 748 (UI: 493 a 1.248)
- República Centro-Africana – 692 (UI: 333 a 1.299)
- Sudão do Sul – 692 (UI: 400 a 1.254)
- Libéria – 628 (UI: 436 a 913)
- Somália – 563 (UI: 244 a 1.089)
- Afeganistão – 521 (UI: 339 a 942) *(único fora da África Subsaariana)*
- Benim – 518 (UI: 393 a 740)
- Guiné-Bissau – 505 (UI: 313 a 851)

Outros três países registraram mais de 10 mil mortes maternas em 2023: Índia (19 mil), República Democrática do Congo (19 mil) e Paquistão (11 mil), respondendo por 7,2%, 7,2% e 4,1% das mortes maternas globais, respectivamente. Somados à Nigéria, esses quatro países foram responsáveis por quase metade (47%) das mortes maternas no mundo naquele ano. Esses dados reforçam as disparidades globais na saúde materna e a necessidade de ações específicas em contextos de maior vulnerabilidade. Elas refletem desigualdades significativas no risco de uma mulher morrer por causas relacionadas à maternidade ao longo da vida. Além disso, o peso da mortalidade materna varia substancialmente conforme a faixa de renda dos países, sendo muito mais elevado em contextos de baixa renda.

Duas regiões apresentaram TMM classificadas como “moderadas”: a Oceania (excluindo Austrália e Nova Zelândia), com 173 mortes por 100 mil nascidos vivos, e a Ásia Central e Meridional, com 112 mortes por 100 mil. Já a menor TMM foi registrada na Austrália e Nova Zelândia, com uma estimativa de apenas 3 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos.

Crises humanitárias e situações de conflito/pós-conflito e desastre também dificultam significativamente o progresso em direção às metas globais de saúde e bem-estar, incluindo metas de redução da mortalidade materna.

Tendências regionais e nacionais, entre 2000 e 2023

Entre 2000 e 2023, todas as regiões registraram queda na taxa de mortalidade materna (TMM). A Ásia Central e Meridional foi a que apresentou a maior redução proporcional no período. Outras regiões também tiveram avanços importantes, como Austrália e Nova Zelândia, Norte da África e Ásia Ocidental, Leste e Sudeste Asiático, e África Subsaariana.

Apesar disso, a redução foi mais modesta em regiões como a Oceania (excluindo Austrália e Nova Zelândia) e Europa e América do Norte. A menor queda foi observada na América Latina e Caribe, que teve o progresso mais lento entre todas as regiões dos ODS.

Considerando o período de implantação dos ODS, desde 2016, três regiões apresentaram as reduções mais significativas: Austrália e Nova Zelândia, Ásia Central e Meridional, e África Subsaariana, demonstrando avanços importantes na saúde materna durante a primeira metade do período da Agenda 2030.

Em contrapartida, em quatro regiões — Norte da África e Ásia Ocidental, Leste e Sudeste Asiático, Oceania (excluindo Austrália e Nova Zelândia) e Europa e América do Norte — a TMM permaneceu estagnada, sem progresso significativo, já que os intervalos de incerteza incluíam a possibilidade de variação nula.

O caso mais preocupante, no entanto, foi o da América Latina e Caribe. Enquanto outras regiões avançavam ou mantinham certa estabilidade, a TMM nessa região apresentou um aumento significativo. A taxa média anual de redução foi negativa, indicando uma piora no cenário da mortalidade materna. Essa reversão da tendência gera um alerta sobre os desafios da região para proteger a vida de gestantes e puérperas.

Cabe mencionar que os autores atentam para a emergência sanitária global, causada pela Covid-19, que também contribuiu para a piora das taxas. A pandemia interrompeu a trajetória de declínio da RMM, com aumento de mortes em 2021, principalmente na América Latina e Europa. Em 2022, os índices retornaram aos níveis pré-pandemia.

E para além da pandemia, diversas outras crises — como as mudanças climáticas, a instabilidade econômica e política e conflitos armados — fragilizaram os sistemas de saúde e ampliaram os riscos para a saúde materna, especialmente entre populações vulneráveis. Esses fatores, aliados a determinantes sociais como normas de gênero, raça e renda, dificultam o acesso a serviços de saúde reprodutiva e agravam as desigualdades.

Para melhorar os resultados em saúde materna, é fundamental adotar uma abordagem interseccional baseada na dignidade, nos direitos humanos e na justiça. Isso significa empoderar mulheres, combater desigualdades de gênero (e outras sobrepostas) e eliminar a pobreza. Intervenções que considerem a equidade são essenciais para promover justiça em saúde.

Os autores destacam que sistemas de saúde fortes são essenciais para garantir cuidados maternos de qualidade, seguros, respeitosos e acessíveis. É preciso investir em profissionais capacitados, suprimentos médicos, responsabilização e capacidade de resposta a crises. Com menos da metade do prazo dos ODS restante, ações urgentes e coordenadas são necessárias para reduzir a mortalidade materna e garantir que as mulheres não apenas sobrevivam à gravidez, mas vivam com saúde e dignidade.

Estimativas em nível nacional

As estimativas por país sobre mortalidade materna incluem a RMM, o número de mortes maternas, o risco vitalício de morte materna e a porcentagem de mortes maternas relacionadas ao HIV.

Razão de Mortalidade Materna (RMM):

- Nenhum país teve RMM extremamente alta em 2023, pela primeira vez nos relatórios da ONU.
- Nove países tiveram RMM muito alta: Nigéria, Chade, República Centro-Africana, Sudão do Sul, Libéria, Somália, Afeganistão, Benin e Guiné-Bissau.
- Classificação global de RMM em 2023:
  - 14 países com RMM alta;
  - 43 países com RMM moderada;
  - 129 países com RMM baixa, dos quais 74 apresentaram RMM muito baixa.

Na Figura 1 é possível ver um mapa com os países sombreados de acordo com os níveis de RMM em 2023.

Mortes maternas em números absolutos:

- Nigéria teve o maior número absoluto, com cerca de 75.000 mortes, representando 28,7% das mortes globais.
- Índia, República Democrática do Congo e Paquistão tiveram mais de 10.000 mortes cada.
- 84 países tiveram 20 ou menos mortes maternas em 2023.

Proporção de mortalidade materna (PM) – isto é, a proporção de mortes maternas entre as mortes de mulheres em idade fértil:

- Mais alta no Afeganistão (32,8%), seguida por Mauritânia, República Centro-Africana, Somália e Chade.
- Em 59 países, a PM foi menor que 1%, especialmente na Europa, América do Norte, Ásia Oriental e Norte da África.

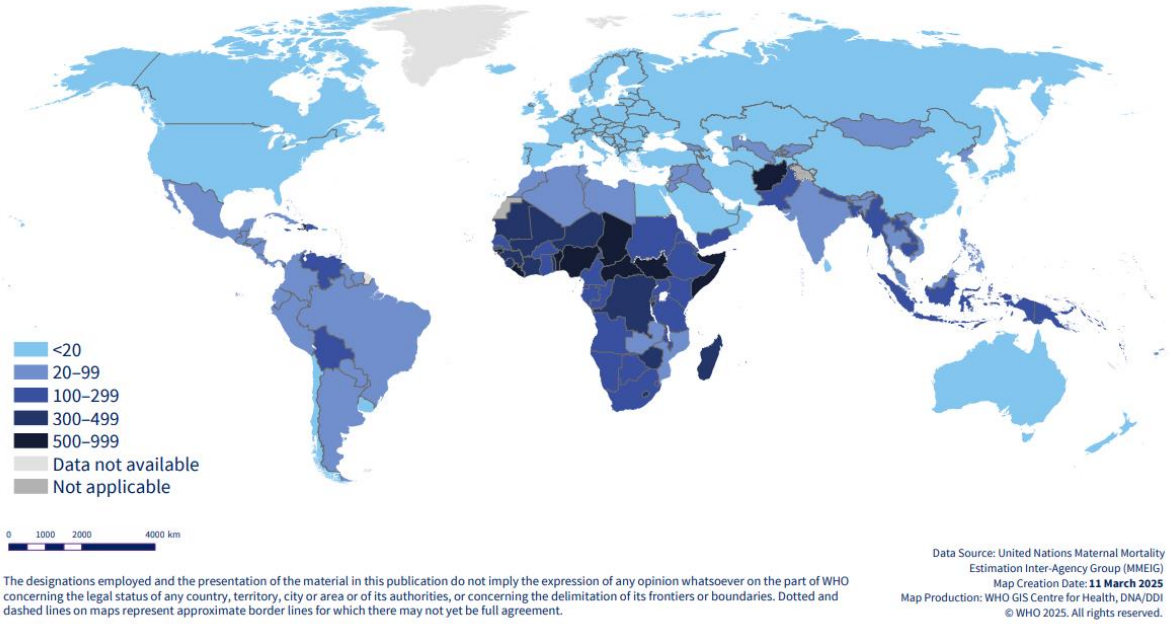
Risco vitalício de morte materna para uma menina de 15 anos:

- Mais alto: Chade e República Centro-Africana (1 em 24), Nigéria (1 em 25), Somália (1 em 30), Afeganistão (1 em 40).
- Mais baixo: Ilhas Cook (1 em 550.710), Bielorrússia (1 em 96.213), Noruega (1 em 60.475).
- O risco em Chade e na República Centro-Africana é 23 mil vezes maior do que nas Ilhas Cook.

Mortes maternas relacionadas ao HIV:

- Três países com 10% ou mais das mortes maternas atribuídas ao HIV: Moçambique (17,8%), Eswatini (16,9%) e Bielorrússia (10,4%).

Figura 1 – *Estimativa da Razão da Mortalidade Materna (RMM), por país, 2023.*



Fonte: Relatório *Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023* (WHO, 2025).

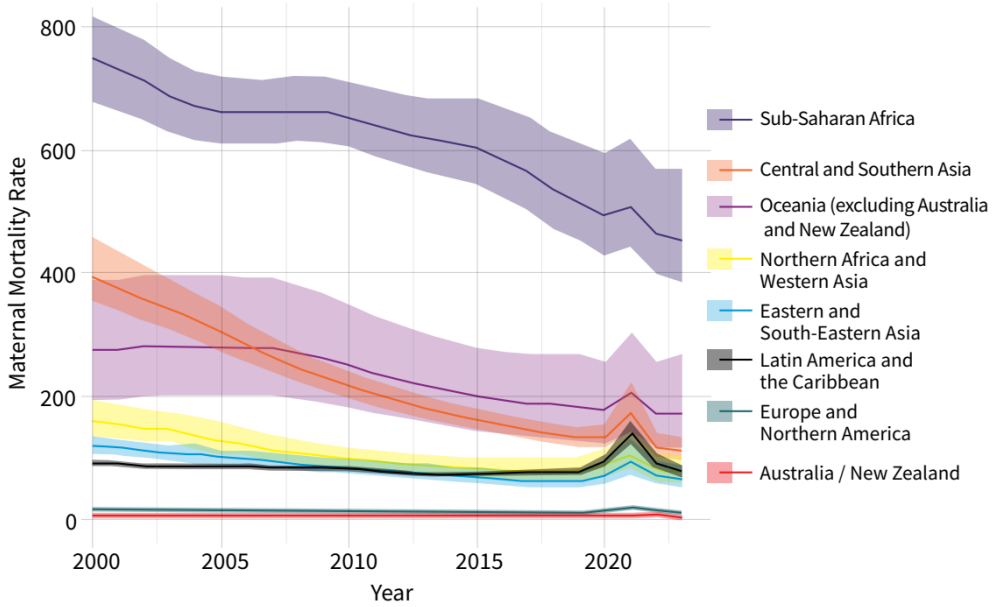
Tendências regionais entre 2000 e 2023

Na Figura 2, é possível observar que, entre 2000 e 2023, a razão de mortalidade materna (RMM) diminuiu em todas as regiões dos ODS e em três grupos adicionais de países. A região da Ásia Central e do Sul teve a maior redução percentual (71,8%), caindo de 395 para 112 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos. Outras regiões também apresentaram reduções significativas, como a Oceania (exceto Austrália e Nova Zelândia) com 38,2% e a América Latina e Caribe com 16,8%. A menor redução foi observada nessa última região.

No nível sub-regional, a maior redução foi na Europa Oriental (75,4%), seguida pela Ásia do Sul (71,4%) e Ásia Oriental (67,7%). A maior queda no risco de morte materna ao longo da vida ocorreu na Ásia Central e do Sul, com uma redução de 82,6%, passando de 1 em 71 para 1 em 410.

Além disso, a razão de mortalidade materna caiu mais de 50% nos países menos desenvolvidos (LDCs), passando de 686 para 313 mortes por 100 mil nascidos vivos, com uma redução média anual de 3,4%.

Figura 2 – *Estimativa da RMM por região ODS, 2000–2023.*



Fonte: Relatório *Trends in Maternal Mortality Estimates 2000 to 2023* (WHO, 2025).

Considerações finais

O relatório destaca avanços significativos, mas alerta para a lentidão no progresso recente. Sem aceleração urgente, a meta 3.1 dos ODS não será alcançada. Reconhecendo a urgência do problema, a 77ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2024, aprovou uma resolução que convoca os países a intensificarem os esforços para alcançar as metas dos ODS relacionadas à saúde materna, infantil e neonatal. O texto do evento alerta que mais de 80% dos países provavelmente não cumprirão suas metas atuais, a menos que medidas urgentes sejam tomadas.

Se o ritmo atual de redução (1,6%) for mantido, a RMM em 2030 será de 177 — mais que o dobro da meta. Mesmo com um cenário mais otimista, baseado na média de 2000 a 2023 (2,2%), a RMM projetada para 2030 ainda seria de 169.

O relatório propõe algumas estratégias e recomendações, como:

- **Fortalecer os sistemas de saúde**, incluindo cuidados primários e cuidado obstétrico de emergência; expandir acesso a partos assistidos por profissionais qualificado; integrar cuidados para doenças não transmissíveis (DNTs) e HIV durante a gravidez;
- **Promover direitos sexuais e reprodutivos** e eliminar barreiras ao acesso a serviços e a contraceptivos.
- **Cobertura universal de saúde:** Incluindo planejamento familiar e cuidados obstétricos.
- ***Advocacy*****:** Envolver líderes políticos e comunidades locais. Pressão política para traduzir dados em políticas nacionais com orçamentos específicos; inovação em financiamento visando explorar mecanismos como títulos de impacto social (*social bonds*); e equidade como princípio: Focar em populações marginalizadas (ex.: mulheres rurais, refugiadas);
- **Melhorar a coleta de dados** (transparência e aprimoramento);

- **Abordagens e ações multissetoriais** para enfrentar desigualdades e melhorar a qualidade dos serviços;
- **Investir em sistemas de saúde resilientes**, capazes de responder a crises como pandemias e conflitos;
- **Priorizar a equidade**, especialmente em países de baixa renda e contextos frágeis;
- **Incluir a mortalidade materna em negociações multilaterais** (ex.: UNGA, COP28).
- **Promover *accountability*.**

A mortalidade materna permanece uma tragédia evitável, exigindo compromisso político, financiamento sustentável e abordagens inovadoras para salvar vidas e garantir direitos das mulheres.

Referência

World Health Organization (WHO). *Trends in maternal mortality estimates 2000 to 2023: estimates by WHO, UNICEF, UNFPA, World Bank Group and UNDESA/Population Division*. Geneva: World Health Organization; 2025. 73 p. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Available from: https://www.who.int/publications/i/item/9789240108462

Os perigos da redução do financiamento ao enfrentamento da desnutrição no mundo

Eduardo Nilson e Denise Oliveira

Resumo: Nesse informe, discutimos sobre as recentes perdas no financiamento de ações de enfrentamento da desnutrição no mundo, em especial a países mais vulneráveis, que coloca em grande risco o futuro de toda uma geração de crianças nesses países. Mesmo diante de anúncios de grandes volumes de recursos para os compromissos de nutrição que foram anunciados desde o início deste ano, essa lacuna reforça a dependência de fontes de recursos e a fragilidade global de mobilizar fundos para compensar as atuais perdas

Mesmo em um cenário em que temos a estruturação e ampliação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e os recentes anúncios de mais de US$27 bilhões de dólares realizados na Cúpula de Nutrição para o Crescimento (*Nutrition for Growth – N4G*), as populações mis vulneráveis do planeta estão em crescente risco, em especial as crianças, devido aos cortes na ajuda humanitária devido aos significativos cortes no USAID e mesmo no financiamento das ações pela União Europeia.

Essa notícia preocupante foi trazida por especialistas internacionais em nutrição infantil, que estimaram que 369 mil crianças podem morrer e 2,3 milhões estão em risco devido a cortes de 44% no financiamento global para nutrição. Esses mesmos especialistas alertam para o impacto devastador dos cortes de ajuda humanitária em crianças desnutridas e como isso afetará as gerações futuras, representando não somente um custo humano enorme na atualidade, mas também como um grande prejuízo para o desenvolvimento, o crescimento econômico e a prosperidade global. Para além disso, esses cortes estão minando programas vitais que apoiam a nutrição e mantêm milhões de pessoas saudáveis, incluindo iniciativas e políticas em agricultura, alimentação escolar, água e saneamento (Micronutrient Forum, 2025).

Nessa análise, destaca-se que o agravamento da crise de ajuda humanitária vem se intensificando há algum tempo, mas se agravou em anos recentes. Nesse sentido, embora os cortes da USAID representem uma parte significativa, vários países doadores, como Reino Unido, França, Holanda e Bélgica, anunciaram reduções que variam de 40% a 25% nos próximos 3 a 5 anos. Portanto, todo esse contexto representa um grande retrocesso no combate à desnutrição no mundo e, em termos quantitativos, equivale a um corte de 44% no apoio internacional a programas globais de nutrição, que somaram US$ 1,6 bilhão apenas em 2022.

Além dos danos atuais desse retrocesso, o impacto real provavelmente será sentido por gerações, pois crianças desnutridas tendem a se tornar adultos desnutridos e ter filhos desnutridos, de modo que o sofrimento e a mortalidade se perpetuam ao longo dos anos, reforçando a transmissão intergeracional da pobreza e comprometendo o desenvolvimento humano e econômico de populações inteiras.

Para além desses elementos, a escala dessa crise é ainda maior e suas consequências de longo alcance, tendo em vista que representa uma ameaça imediata a centenas de milhares de vidas, bem como esses cortes podem contribuir para tornar o mundo menos seguro, menos estável e menos próspero, já que a nutrição é fundamental para prevenir migrações, conflitos e

para promover a produtividade. Em outras palavras, a crise compromete diretamente o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os especialistas verificaram, ainda, o efeito dominó desses cortes em várias partes do mundo. Por exemplo, na Nigéria, a organização Helen Keller International teve que interromper seu programa de tratamento da desnutrição para 5,6 milhões de crianças. No Sudão, quase 80% das cozinhas emergenciais de alimentos foram fechadas. Na Etiópia, os estoques de alimentos ricos em nutrientes usados para tratar cerca de 1 milhão de crianças gravemente desnutridas por ano podem acabar até maio de 2025, e um sistema de dados para monitorar riscos de fome está parado, prejudicando sistemas de alerta precoce para planejamento humanitário e alocação de recursos em emergências. Em Bangladesh, segundo a UNICEF, o número de crianças que precisam de tratamento emergencial para desnutrição aguda grave nos campos de refugiados aumentou 27% entre 2024 e o início de 2025. No Haiti, ONGs alertaram que cortes na ajuda humanitária deixaram cerca de 13 mil pessoas sem acesso a serviços essenciais de nutrição, afetando mais de meio milhão de pessoas.

É particularmente preocupante a situação das crianças com desnutrição aguda grave, ou emaciação severa, a forma mais letal de desnutrição, que afeta 13,6 milhões de crianças no mundo e é responsável por um quinto das mortes de menores de cinco anos. Evidências apontam que, caso não tenham acesso a tratamento adequado, até 60% das crianças afetadas podem morrer. No entanto, enquanto a necessidade de tratamento aumenta em populações vulnerabilizadas devidos a crises econômicas, questões ambientais e conflitos, os recursos estão se tornando perigosamente escassos.

Em relação a esse tratamento, a perda de financiamento também está comprometendo a compra e distribuição de Alimentos Terapêuticos Prontos para Uso (*Ready-to-Use Therapeutic Foods* - RUTFs), uma pasta densa em energia e rica em micronutrientes, feita de amendoim, leite em pó, açúcar, óleos, vitaminas e minerais, que representa um dos principais produtos usados para o tratamento da desnutrição aguda grave. Destaca-se que a USAID sozinha apoiava metade do fornecimento global de RUTFs, além de grande parte desse produto ser fabricada por apenas duas empresas nos Estados Unidos.

Outro problema é que os cortes fragilizam a capacidade institucional, o conhecimento especializado e a infraestrutura de dados necessários para fornecer serviços essenciais de nutrição. Exemplos disso incluem as demissões no próprio USAID, bem como a necessidade de redução no pessoal de instituições filantrópicas e da sociedade civil.

Segundo os especialistas, esses achados devem levar a comunidade global a agir com urgência para restaurar intervenções que salvam vidas, ampliar ações essenciais de nutrição e trabalhar com todas as partes interessadas para priorizar e expandir opções de financiamento. Nesse sentido, é preciso urgentemente colaborar com governos para repensar e reformular o financiamento e a implementação de programas de nutrição, diversificando soluções de financiamento, incluindo aumentar investimentos domésticos, aproveitar setores como agricultura e clima para torná-los mais sensíveis à nutrição e desafiar instituições financeiras internacionais a focar nas oportunidades de produtividade que a redução da desnutrição oferece. Além disso, é preciso que as iniciativas que estão promovendo o financiamento das ações de nutrição, como a Aliança contra a Fome e a Pobreza e o próprio N4G articulem-se para preencher as lacunas de recursos para as ações emergenciais e humanitárias que estão descobertas.

Esse alerta, inclusive, foi dado pelo Programa Mundial de Alimentos (WFP) durante a Cúpula N4G, quando alertou que a desnutrição está aumentando em todo o mundo devido a uma onda implacável de crises globais, incluindo conflitos, instabilidade econômica e emergências relacionadas ao clima, de modo que, nos 15 países mais afetados pela desnutrição, 33 milhões de crianças sofrem de desnutrição. Além disso, a agência reforça que a desnutrição é responsável por metade de todas as mortes entre crianças menores de cinco anos e, mesmo para aqueles que sobrevivem a ela, a desnutrição reduz sua capacidade de aprender, ganhar e prosperar como adultos, prendendo-os em um ciclo de pobreza e saúde precária de geração a geração.

A Pobreza Alimentar Infantil e a dupla carga de má nutrição

Vale a pena recordar que no Informe 10/2024 discutimos relatórios globais sobre indicadores de nutrição, incluindo o relatório que traz uma nova métrica para a questão da INSAN na infância, a pobreza alimentar. Segundo esse relatório, cerca de 181 milhões de crianças – ou 1 em cada 4 - de até cinco anos de idade em todo o mundo estão sofrendo de pobreza alimentar infantil grave, tornando-as até 50% mais propensas a sofrer de emaciação (baixo peso para a altura), que caracteriza a desnutrição grave e constitui uma forma letal de má nutrição. Além disso, o relatório apresenta uma agenda para enfrentar o problema, incluindo ações para transformar os sistemas alimentares, aproveitar os sistemas de saúde e ativar sistemas de proteção social de maneiras que coloquem o direito das crianças à alimentação e nutrição na primeira infância no centro. (Unicef, 2024).

A pobreza alimentar infantil prejudica as crianças de todas as idades, mas é particularmente danosa na primeira infância, quando a ingestão insuficiente de nutrientes essenciais pode causar os maiores danos à sobrevivência, ao crescimento físico e ao desenvolvimento cognitivo das crianças, prendendo-as e suas famílias em um ciclo de pobreza e privação. Adicionalmente, a extrema pobreza alimentar infantil está impulsionando a desnutrição infantil, visto que a prevalência da extrema pobreza alimentar infantil é três vezes maior em países com alta prevalência de baixa estatura para idade infantil.

Segundo o relatório, no mundo, quatro em cada cinco crianças nessa situação recebem apenas leite materno/leite e/ou um alimento básico com amido, arroz, milho ou trigo. Menos de 10% dessas crianças são alimentadas com frutas e verduras e menos de 5% são alimentados com alimentos ricos em nutrientes, como ovos, peixes, aves ou carne. Assim, as crianças que vivem em pobreza alimentar grave são aquelas em situação de maior vulnerabilidade e, particularmente entre as mais novas, isso pode ter um impacto negativo irreversível em sua sobrevivência, crescimento e desenvolvimento cognitivo.

Como já observado em outros relatórios globais, como a Situação da Segurança Alimentar no Mundo (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2023), o relatório do Unicef alerta que, embora os países ainda estejam se recuperando dos impactos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, os efeitos das crescentes desigualdades, conflitos e da crise climática levaram os preços dos alimentos e o custo de vida a níveis recordes e isso impacta mais severamente às crianças de regiões e grupos mais vulneráveis.

Além disso, os dados mostram que o progresso em direção ao fim da extrema pobreza alimentar infantil é lento, mas algumas regiões e países estão provando que o progresso é possível e está acontecendo. Por exemplo, Burkina Faso reduziu pela metade a taxa de pobreza alimentar infantil grave, passando de 67% (2010) para 32% (2021), o Nepal reduziu a taxa de

pobreza alimentar infantil grave de 20% (2011) para 8% (2022), o Peru manteve a taxa abaixo de 5% desde 2014, em meio a um período prolongado de declínio econômico, e Ruanda reduziu a taxa de 20% (2010) para 12% (2020).

Adicionalmente, o relatório Estatísticas Globais de Saúde de 2024, que atualizou os dados de acompanhamento dos indicadores de saúde e relacionados à saúde com foco nos 50 indicadores relacionados à saúde dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estimou que que 148 milhões de crianças menores de 5 anos em todo o mundo foram afetadas pelo muito baixo peso para idade e 45 milhões, pela emaciação (baixo peso para altura), revelando a extensão da desnutrição na população mais jovem. No entanto, ao mesmo tempo, foi estimado que aproximadamente 37 milhões de crianças menores de 5 anos estavam com excesso de peso no mesmo ano.

A desnutrição entre crianças menores de 5 anos globalmente, refletida pelo número de afetados pelo baixo peso para idade e pela emaciação, diminuiu nas últimas três décadas. O número de afetados pela baixa estatura para idade diminuiu de 259 milhões, em 1990, para 148 milhões, em 2022. No mesmo período, o número de afetados pela emaciação diminuiu de 59 milhões para 45 milhões, enquanto o número de crianças com excesso de peso aumentou de 32 milhões para 37 milhões.

Em termos de prevalências, isso significa que globalmente a baixa estatura para idade (indicador ODS 2.2.1) quase caiu pela metade, saindo de 40,2%, em 1990, para 22,3%, em 2022, e a prevalência de emaciação (indicador ODS 2.2.2) diminuiu em 26%, de 9,2% para 6,8%. No entanto, a prevalência de excesso de peso (indicador ODS 2.2.2) aumentou 12%, de 5,0% para 5,6% ao longo do mesmo período.

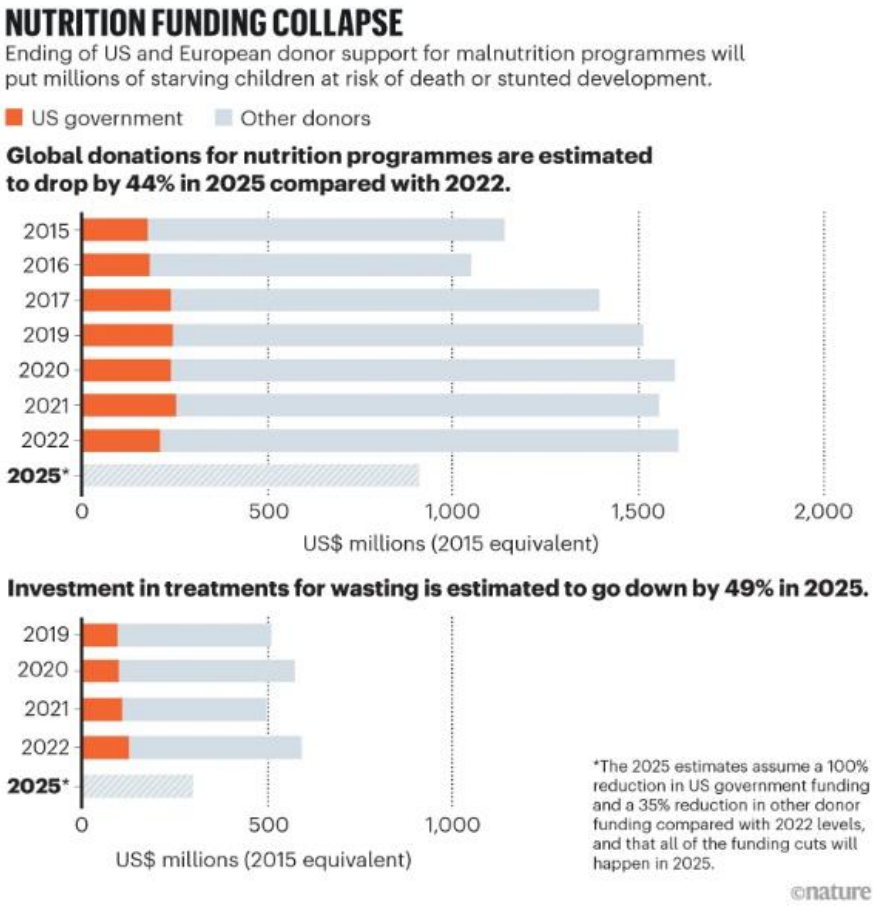
Esses dados são preocupantes, pois as tendências de redução dos indicadores de desnutrição são insuficientes para alcançar as metas globais até 2030, enquanto, ainda pior, as prevalências de excesso de peso continuam a crescer. Em outras palavras, o mundo está fora da rota esperada para reduzir pela metade o número de crianças menores de 5 anos afetadas pela baixa estatura para idade (a partir da linha de base de 2012) e de reduzir a prevalência de emaciação e excesso de peso para menos de 3%.

Colapso do financiamento e milhões de vidas em risco

Voltando à discussão do financiamento, em um texto publicado na revista Nature, um grupo de especialistas internacionais em nutrição materno-infantil estimou reduções de US$ 290 milhões no financiamento de doadores para desnutrição aguda grave. A Figura 1 é muito emblemática nesse sentido, mostrando a grande queda no financiamento em 2025, tanto pelo governo estado-unidense e pelos demais doadores internacionais, ficando muito abaixo dos investimentos medidos anualmente desde 2015.

De acordo com os autores, essa redução no financiamento pode resultar na interrupção do tratamento de 2,3 milhões de crianças em países de baixa e média renda, porém, se essa interrupção puder ser evitada, se poderia evitar até 369 mil mortes adicionais de crianças por ano. Desse total de recursos, considerando apenas a interrupção dos programas financiados pelos EUA (no valor de US$ 128 milhões em 2022), temos um cenário em que até um milhão de crianças podem não ter acesso ao tratamento da desnutrição e de carências de micronutrientes, resultando em até 163.500 mortes adicionais de crianças por ano (Osendarp *et al.*, 2025).

Figura 1- O colapso do financiamento global da nutrição



Segundo a publicação, a eliminação total do financiamento dos EUA e um corte médio de 35% na ajuda de outros doadores resultaria na redução de US$704 milhões no financiamento geral de ações emergenciais de nutrição, além de US$290 milhões especificamente para o tratamento da desnutrição aguda grave. Os autores ressaltam que esses cálculos partem do pressuposto de que os desembolsos seriam equivalentes aos de 2022, que os cortes médios de 35% anunciados por países doadores europeus reduzirão o financiamento para nutrição na mesma proporção, e que os recursos dos doadores são complementados por contribuições dos governos dos países de baixa e média renda, como normalmente ocorre.

Adicionalmente, o relatório '*No Time to Waste*' (Sem Tempo a Perder)4 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) estimou que 1,2 milhão de mortes foram evitadas em 2023 ao tratar 7,4 milhões de crianças com desnutrição aguda grave em 47 países de alto risco. Como esses países concentravam 80% dos casos globais, ajustamos esses números para cobrir 100% dos casos em todo o mundo, chegando a 9,3 milhões de crianças tratadas e 1,5 milhão de mortes evitadas (Unicef, 2022).

Consequências globais e próximos passos

Embora seja chocante o número de mortes apresentado pelos especialistas, os valores publicados são provavelmente subestimados, pois os cortes na ajuda ameaçam uma ampla gama de programas de apoio à nutrição - incluindo saúde, agricultura, alimentação escolar e água e

saneamento. Como resultado, é possível que, em breve, haverá mais algumas milhões de crianças em todo o mundo desenvolvendo emaciação, crescimento insuficiente e deficiências de micronutrientes.

Além dos impactos em curto prazo, as consequências a longo prazo dessa redução e descontinuidade do financiamento global também são preocupantes, pois crianças desnutridas nos primeiros anos de vida não conseguirão atingir seu potencial físico e cognitivo, reduzindo seu desempenho educacional e comprometendo sua futura produtividade econômica e saúde. Como resultado, o custo econômico da desnutrição, por meio da perda de capital humano e do aumento dos gastos com saúde, pode reduzir o Produto Interno Bruto das nações em 3 a 16%. Além disso, esses graves impactos econômicos podem comprometer ainda mais a saúde pública, incluindo doenças infecciosas e doenças crônicas não-transmissíveis, e minam o desenvolvimento nas próximas décadas, corroendo a segurança, estabilidade e prosperidade dessas nações, com efeitos em cadeia para os países doadores.

Portanto, a justificativa para o tratamento da desnutrição infantil grave é inequívoca e representa uma responsabilidade global, e o conhecimento e as ferramentas para prevenir e tratar a desnutrição estão disponíveis e são altamente custo-efetivos. Como exemplo desse custo-efetividade, o Banco Mundial estima que cada dólar investido no enfrentamento da desnutrição pode retornar até US$23 em termos de sobrevivência infantil, desenvolvimento de capital humano e prosperidade econômica.

Levando em consideração o enfrentamento dessa situação, os autores afirmam que essa crise sem precedentes exige que o mundo repense a ajuda para nutrição, além de priorizar e expandir as opções de financiamento. Então, como resposta a esse desafio, solicitam que governos, doadores e financiadores trabalhem em múltiplas frentes de ação.

Primeiro, recomendam restaurar a implementação e direcionamento da assistência humanitária para intervenções nutricionais que salvam vidas. Isso é essencial para garantir a continuidade e ampliação dos programas de manejo comunitário da emaciação grave, que incluem triagem, tratamento com alimentos terapêuticos, aconselhamento nutricional e acompanhamento para prevenir recaídas.

Segundo, afirmam que é necessário capacitar, incentivar e apoiar governos a redobrarem esforços para ampliar a cobertura de programas nutricionais essenciais baseados em evidências nos sistemas de saúde, de agricultura e alimentação e de proteção social. Por exemplo, essas ações e políticas incluem promover práticas ideais de aleitamento materno e alimentação complementar, aumentar a adesão a suplementos de vitamina A para crianças e de múltiplos micronutrientes durante a gravidez e apoiar políticas que ampliem o acesso a dietas saudáveis e sustentáveis

Terceiro, sugerem que é preciso colaborar com governos de países de baixa e média renda e líderes nacionais, incentivando instituições de financiamento ao desenvolvimento a aumentar os recursos globais para programas de nutrição. Nesse contexto, recursos externos ao setor nutricional podem ser mobilizados através de investimentos agrícolas focados em alimentos nutritivos de alto valor, parcerias com atores climáticos para reduzir perdas alimentares e financiamento a pequenas e médias empresas para garantir acesso a alimentos nutritivos produzidos localmente.

Por fim, é fundamental reconstruir e fortalecer sistemas de coleta e monitoramento de dados nutricionais, utilizando tecnologias inovadoras de baixo custo como pesquisas via dispositivos móveis, imageamento por satélite e análises preditivas com inteligência artificial. Essas ferramentas são particularmente importantes para permitir respostas ágeis a crises alimentares com menos recursos.

Em sua conclusão, os especialistas afirmam que o fracasso em agir imediatamente não apenas elevará drasticamente a mortalidade infantil, como causará danos sociais de longo prazo que se perpetuarão por gerações. É, então, imperativo que parceiros globais de desenvolvimento, governos e doadores se mobilizem imediatamente para proteger a nutrição das populações mais vulneráveis do mundo. Nosso futuro coletivo depende dessa ação.

Conclusão

É muito preocupante, portanto, que denúncias como a revelada pelos especialistas em relação ao financiamento das ações emergenciais para a segurança alimentar e nutricional de populações mais vulneráveis e, mais particularmente das formas mais graves de desnutrição infantil, estejam em grande risco devido às mudanças políticas nos EUA e à redução nas doações de outros países do Norte Global.

Ao mesmo tempo, as iniciativas existentes ainda se mostram pouco articuladas para minimizar os efeitos dessa redução no financiamento global do enfrentamento da desnutrição infantil grave. Contudo, os próprios especialistas que alertam para a situação do financiamento perderam uma importante oportunidade para chamar diretamente iniciativas que poderiam mitigar a situação, como foi mencionado em relação à Cúpula de Nutrição para o Crescimento e para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Elas precisam se colocar como instâncias mediadoras desses financiamentos de ações emergenciais. Nesse contexto, a Aliança Global, em particular, tem a capacidade de ainda articular apoios para além da ação humanitária e buscar concomitantemente atuar sobre as questões estruturais que levaram à situação de pobreza, fome e desnutrição para garantir a sustentabilidade de todo o conjunto de ações para uma contínua interrupção da transmissão intergeracional da pobreza.

Novamente, o mundo está falhando em garantir direitos básicos às pessoas, como a alimentação e a saúde, e isso se reflete diretamente na dificuldade em alcançarmos os ODS. Com as quebras de financiamento de ações emergenciais de alimentação e nutrição, caminhamos mais rapidamente na antítese do lema, deixando milhões para trás, milhões de crianças. A fome não é tolerável ou aceitável em nenhuma condição, mas temos falhado sucessivamente em reduzi-las, portanto é fundamental articular diagnósticos, compromissos e ação.

Referências

MICRONUTRIENT FORUM. **Aid Cuts Have Dire Consequences for Malnutrition**. Disponível em: <https://micronutrientforum.org/standing-together-for-nutrition/aid-budget-cuts-have-dire-consequences-for-malnutrition/>.

OSENDARP, S. *et al.* The full lethal impact of massive cuts to international food aid. **Nature**, v. 640, n. April, p. 35–37, 2025.

UNICEF. **No Time To Waste - UNICEF's Acceleration Plan 2022 - 2023**. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/no-time-waste>.

UNESCO: Relatório de Resultados Estratégicos 2024

UNESCO: Strategic Results Report 2024

Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Heliton Barros
Vitor Rodrigues

Abstract. *The Strategic Results Report 2024 (SRR4), intended to inform the discussions of the 221st session of UNESCO's Executive Board on the future Programme and Budget of the Organization for 2026-2029, highlights the significant challenges during a turbulent four-year period marked by increasing global crises and volatility. From the COVID-19 pandemic and intensified climate change to rising conflicts, natural disasters, and rapid technological transformations, achieving the Sustainable Development Goals (SDGs) faced significant obstacles. The SRR24 Report assesses UNESCO's impact during this period of change and also reflects on what is needed to achieve impact and the reasons why efforts sometimes do not translate into greater changes.*
Keywords. *UNESCO. Executive Board. Strategic Results Report.*

Resumo. O Relatório sobre os Resultados Estratégicos 2024 (SRR4) que é destinado a subsidiar as discussões da 221ª sessão do Conselho Executivo da UNESCO sobre o futuro Programa e Orçamento da Organização para 2026-2029, destaca o grande desafio durante um período turbulento de quatro anos marcado por crises globais crescentes e volatilidade. Desde a pandemia de COVID-19 e a intensificação das mudanças climáticas até o aumento dos conflitos, desastres naturais e transformações tecnológicas rápidas, realizar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) enfrentou obstáculos significativos. O Relatório SRR24 avalia o impacto da UNESCO durante este período de mudança, também reflete sobre o que é necessário para alcançar impacto e os motivos, às vezes, dos esforços não se traduzirem em mudanças maiores.
Palavras-chave: UNESCO. Conselho Executivo. Relatório sobre Resultados Estratégicos.

221ª Reunião do Conselho Executivo da UNESCO (2 a 17 de abril)

O Conselho Executivo da UNESCO é um dos três órgãos constitucionais da organização, juntamente com a Conferência Geral e o Secretariado. Ele desempenha um papel crucial na orientação do trabalho da UNESCO e na garantia de que as decisões tomadas pela Conferência Geral sejam implementadas efetivamente. O Conselho, composto por 58 Estados Membros, está reunido entre os dias 02 e 17 de abril, em sua 221ª reunião. A agenda completa pode ser encontrada no link: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393013

Neste informe, destacamos o Relatório sobre os Resultados Estratégicos 2024 (Documento 220 EX/4 + Corr).

Execução do programa adotado pela Conferência Geral da UNESCO - Relatório sobre os Resultados Estratégicos 2024 (SRR24)

O Relatório da UNESCO de 111 páginas sobre os resultados estratégicos 2024 destaca o grande desafio durante um período turbulento de quatro anos marcado por crises globais crescentes e volatilidade. Desde a pandemia de COVID-19 e a intensificação das mudanças climáticas até o aumento dos conflitos, desastres naturais e transformações tecnológicas rápidas, realizar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) enfrentou obstáculos significativos.

O Relatório SRR24 avalia o impacto da Organização durante este período de mudança, também reflete sobre o que é necessário para alcançar impacto e os motivos, às vezes, dos esforços não se traduzirem em mudanças maiores. Abaixo, seguem traduzidos e transcritos trechos dos resultados dos objetivos estratégicos monitorados no período entre 2020 e 2023.

Objetivo Estratégico 1 – Investir em Educação para Transformar Vidas

Resultado 1 – Garantir uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Segundo o Relatório SRR24, com 1,6 bilhão de alunos fora da escola no auge da pandemia da COVID-19, a UNESCO apoiou os países na transformação de seus sistemas educacionais. Hoje[14], o mundo ainda está se recuperando: 250 milhões de crianças permanecem fora da escola, e 70% das crianças de 10 anos não conseguem ler um texto básico, um aumento em relação aos 57% antes da pandemia. **A Coalizão Global pela Educação, com 175 membros, mobilizou diversos stakeholders para minimizar as interrupções no aprendizado**.

Segundo o Relatório, nos últimos quatro anos, a UNESCO apoiou sistemas educacionais em 177 países, incluindo 133 países afetados por crises e propensos a desastres, estabeleceu o Comitê Diretor de Alto Nível do ODS 4 (HLSC) e da Plataforma Multilateral de Educação (MEP) em 2019. Em outubro de 2020, a UNESCO reuniu 100 Estados Membros, incluindo 14 Chefes de Estado e governo e 68 Ministros e Vice-Ministros, em uma **Reunião Global Extraordinária de Educação para proteger a educação durante a pandemia**, catalisando uma resposta global e preparando o terreno para futuras iniciativas de recuperação.

Tais esforços levaram à realização da **Cúpula de Transformação da Educação** (TES, sigla em inglês) de 2022 e sua pré-cúpula em Paris, que ajudou a reacender o senso de urgência em torno do ODS 4. Antes da cúpula, 163 Estados Membros realizaram consultas nacionais, e cerca de 143 países apresentaram declarações nacionais de compromisso para transformar seus sistemas educacionais e investir em educação.

Em 2023, a Convenção Global sobre o **Reconhecimento de Qualificações no Ensino Superior entrou em vigor**, agora ratificada por 30 países representando mais de 25% dos estudantes internacionais móveis do mundo. A UNESCO também introduziu uma nova **Recomendação sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável**, adotada unanimemente por 194 Estados Membros após consultas com mais de 3.000 especialistas de 130 países.

O **relatório Futuros da Educação e os Relatórios de Monitoramento Global da Educação** informaram consultas nacionais em mais de 100 países e estão entre as principais publicações da UNESCO, traduzidos em vários idiomas. O financiamento flexível da Noruega e

[14] O Relatório foi publicado em outubro de 2024, analisando o período entre 2020 e 2023.

da Suécia facilitou investimentos estratégicos e coerentes, permitindo respostas mais ágeis em situações de emergência. A UNESCO estima que há uma lacuna global anual de financiamento da educação de quase 100 bilhões de dólares.

Resultado 2 – Fortalecer a coordenação internacional para a realização do ODS4 e desenvolver uma agenda educacional global baseada em pesquisa, previsão e inovação

Colocando a educação no topo da agenda global, o compromisso histórico de 143 países para transformar a educação de 1,6 bilhão de alunos, com destaque para a histórica **Cúpula Transformando a Educação** que atraiu mais de 2.000 participantes, incluindo 65 Chefes de Estado. A UNESCO está agora traduzindo esses compromissos em iniciativas concretas, impulsionando reformas, promovendo a colaboração e garantindo a prestação de contas para efetuar mudanças reais na vida dos alunos em todo o mundo.

Além disso, nos últimos quatro anos, a UNESCO liderou uma **revisão abrangente da arquitetura da educação global**, aprimorando significativamente a cooperação e as parcerias internacionais. Essa transformação começou com o estabelecimento da Plataforma Multilateral de Educação (MEP) em 2019, seguida por **Reuniões Globais de Educação** (GEM) críticas.

Em outubro de 2020, a UNESCO convocou uma sessão extraordinária da GEM com 100 Estados-Membros, incluindo 14 Chefes de Estado e de Governo e 68 Ministros e Vice-Ministros, para abordar a crise de aprendizagem causada pela pandemia da COVID-19. Reuniões subsequentes, como o GEM 2021, marcaram um novo capítulo na cooperação internacional em educação, com a inauguração do **Comitê de Direção de Alto Nível (HLSC) do ODS 4-Educação 2030**. Esse órgão de cúpula oferece liderança para acelerar o progresso em direção ao ODS 4, demonstrando o papel crucial da UNESCO na promoção do desenvolvimento e da colaboração educacional global.

Por meio de seu papel como copresidente do Comitê Diretor de Alto Nível (HLSC) do ODS 4, a UNESCO tem defendido mais e melhores financiamentos multilaterais e domésticos para a educação, desbloqueando ações transformadoras em nível nacional. Entre as realizações notáveis estão a facilitação de diálogos entre 68 Ministros da Educação e das Finanças sobre o financiamento doméstico da educação, o lançamento da **Iniciativa de Financiamento Multilateral da Educação** e a defesa do financiamento da educação na Cúpula de Paris de 2023 para um Novo Pacto de Financiamento.

Três importantes **relatórios de Monitoramento Global da Educação** (GEM, sigla em inglês) para acompanhar o progresso do ODS 4 analisaram questões críticas, como inclusão, o papel de agentes não estatais na educação e o impacto da tecnologia no aprendizado. O impacto desses relatórios é significativo, com 450 artigos de mídia publicados por mês, mais de 13.000 downloads mensais do relatório GEM e mais de meio milhão de visualizações das animações do relatório GEM da UNESCO. Além disso, foram realizados mais de 500 eventos do GEM, ampliando ainda mais o alcance e a influência desses i*nsights* educacionais essenciais

As **mais de 1.000 cátedras universitárias da UNESCO em 125 países**, única no sistema da ONU, tem liderado colaborações dinâmicas de pesquisa e trocas de conhecimento por meio de iniciativas como seminários mensais. Esses diversos esforços acadêmicos continuam a

informar as publicações da UNESCO, a orientar as estruturas de políticas e a moldar os principais eventos liderados pela UNESCO.

Objetivo Estratégico 2 – Reconciliando a Humanidade com a Natureza

Entre 2020 e 2023, houve desafios ambientais significativos, com temperaturas globais subindo cerca de 1,2°C acima dos níveis pré-industriais, podendo atingir 1,5°C até 2030. O WWF relatou uma queda de 68% nas populações de vida selvagem desde 1970. O uso de recursos pela humanidade equivale a 1,7 Terras, pressionando ainda mais o planeta. Avanços tecnológicos rápidos, como a inteligência artificial (IA), apresentaram desafios e oportunidades. A UNEP alertou que a **IA poderia acelerar a degradação ambiental se não for gerida adequadamente, mas também melhorou a resposta a desastres, reduzindo os tempos de resposta em 30% em algumas regiões**.

Durante o mesmo período, houve importantes acordos ambientais, incluindo o **Pacto Climático de Glasgow** da COP26 em 2021, que reforçou compromissos para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C. O **Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal**, concluído na COP15 em 2022, estabeleceu metas para reverter a perda de biodiversidade, como proteger 30% das terras e oceanos até 2030 e restaurar ecossistemas. O **acordo BBNJ**[15] visa conservar a biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional. Além disso, o **acordo legalmente vinculativo sobre poluição plástica**, alcançado na UNEA em 2023, visa reduzir o desperdício de plástico e promover uma economia circular. A UNESCO enfatizou a importância de reconectar-se com a natureza, valorizando sistemas de conhecimento diversos e promovendo o engajamento comunitário na conservação.

A Organização enfatizou a **integração da ciência na formulação de políticas**, evidenciada por um aumento de 15% nos resultados de políticas informadas por pesquisas científicas entre 2015 e 2023. A UNESCO gerou propostas políticas inovadoras, como a **Recomendação sobre Ciência Aberta**, tornando a ciência mais acessível e inclusiva.

A UNESCO com seu mandato robusto de ciência e liderança da **Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030) e a Década Internacional das Ciências para o Desenvolvimento Sustentável (2024-2033)**, junto com a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, o Programa Hidrológico Internacional, sua Convenção do Patrimônio Mundial e rede de locais designados, a Organização tem as ferramentas para causar um impacto significativo. No entanto, para garantir que a expertise global e as iniciativas da UNESCO alcancem os países, especialmente os mais vulneráveis, esses recursos devem ser adequadamente financiados. Para cumprir seus compromissos com a Prioridade Global África e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, sigla em inglês), a UNESCO precisa de recursos mais previsíveis, flexíveis e sustentáveis para cumprir suas promessas e promover mudanças significativas.

[15] O Acordo BBNJ (Biodiversidade Marinha de Áreas Além da Jurisdição Nacional) é um tratado internacional adotado em 19 de junho de 2023, sob a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Este acordo visa a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas que não estão sob jurisdição nacional, cobrindo mais de 70% da superfície da Terra.

Resultado 3 - Aprimorar o conhecimento para a ação climática, a biodiversidade, o gerenciamento da água e dos oceanos e a redução do risco de desastres

Alguns destaques do resultado 3 estão a seguir: UNESCO protege os ecossistemas mais significativos do planeta e **apoia a restauração de ecossistemas em 10 milhões de km² de terra e mar, conectando pessoas e natureza**.

Somente os **Sítios do Patrimônio Mundial Natural da UNESCO protegem cerca de 1% da superfície da Terra e 20% de suas espécies mapeadas globalmente**, atuando como guardiões vitais da biodiversidade e do clima do nosso planeta, e vastos ecossistemas marinhos são essenciais para a regulação do clima, abrigando 15% do "carbono azul" do mundo em habitats costeiros. Em terra, florestas representam 8% das terras protegidas, demonstrando o impacto da UNESCO na conservação. Os Patrimônios Mundiais da UNESCO também protegem 69 milhões de hectares de florestas, que contêm cerca de 13 bilhões de toneladas de carbono em sua biomassa e solo.

A **Rede Mundial de Reservas da Biosfera** adicionou 66 novas reservas e quatro locais transfronteiriços, com 11 novos países se juntando à rede, elevando o número total de reservas da biosfera para 748 em 134 países. Duzentos e setenta e cinco (275) milhões de pessoas vivem nas reservas de biosfera da UNESCO, que abrangem aproximadamente 7.500.000 km² em 134 países, o maior centro de aprendizado do mundo para o desenvolvimento sustentável.

Os **Geoparques Globais da UNESCO** impactam mais de 46 milhões de vidas e 800.000 km² de terra, protegendo locais de importância geológica e beleza natural, e celebrando as relações entre culturas e paisagens. Espalhados por 48 países, esses 213 locais variam de costas tropicais a montanhas cobertas de geleiras. Estabelecidos em 2015, são a designação mais recente da UNESCO.

A UNESCO tem aproveitado o **conhecimento indígena** através de seu programa LINKS para **promover o desenvolvimento sustentável** ao integrar o conhecimento indígena e local na tomada de decisões nacionais e internacionais. Os esforços da UNESCO moldaram planos de adaptação nacional em Burkina Faso, Chade e Níger, e iniciaram discussões sobre adaptação climática no Quênia, Uganda, Etiópia e Tanzânia. Diálogos de conhecimento foram facilitados na Argentina, Guiana e Peru.

A UNESCO está fortalecendo a **resiliência global contra desastres com sistemas de alerta precoce** em 51 países. Alinhada ao plano ambicioso do Secretário-Geral para garantir proteção para todos os indivíduos até 2027, a iniciativa visa melhorar a capacidade de resposta e mitigação de desastres em diversas regiões.

As inovações em IA da UNESCO potencialmente protegem mais de 5 milhões de pessoas em caso de desastres. O uso de inteligência artificial pela UNESCO oferece soluções inovadoras que auxiliam pessoas e formuladores de políticas, especialmente na redução de riscos de desastres. Especificamente, a UNESCO implementou um chatbot móvel de IA como sistema de alerta precoce em cinco países da África Oriental. Esta ferramenta fornece aos usuários alertas, locais de abrigo e informações sobre como acessar suporte público, beneficiando potencialmente cerca de 5 milhões de usuários de smartphones. Além disso, na República Dominicana, a UNESCO desenvolveu algoritmos de IA para avaliar o risco em escolas

e pontes, visando proteger a educação de 80.000 estudantes ao minimizar interrupções causadas por inundações e terremotos.

Fortalecimento da segurança de 400.000 estudantes e professores globalmente. Como copresidente da **Aliança Global de Redução de Riscos de Desastres e Resiliência no Setor Educacional** (GADRRRES, sigla em inglês), melhora da infraestrutura escolar, do currículo e do planejamento de emergência através de seus setores de Ciências Naturais e Educação. Utilizando a ferramenta de avaliação de risco VUSUS (Inspeção Visual para definir Estratégias de Melhoria de Segurança) e colaborando com estudantes locais de engenharia e acadêmicos, a UNESCO avaliou 6.000 edifícios e melhorou a segurança em 900 escolas em quatro países, fortalecendo significativamente a resiliência e a preparação para proteger o futuro das crianças.

Através do **Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento da Água**, a UNESCO, em nome da UN-Water, oferece uma análise temática anual que molda significativamente a compreensão e as políticas em torno dos recursos hídricos do mundo. Edições recentes abordaram questões críticas, incluindo Água e Mudança Climática (2020), Valorização da Água (2021), Água Subterrânea: Tornando o Invisível Visível (2022) e Parceria e Cooperação (2023).

A **Análise de Decisão Informada pelo Risco Climático** (CRIDA, sigla em inglês) da UNESCO impulsiona a adoção global da resiliência climática *bottom up* (da base para o topo) na gestão da água. A ferramenta CRIDA tem ganhado reconhecimento de grandes entidades como o Banco Mundial e o Fundo Verde para o Clima (GCF) por sua eficácia em promover uma gestão resiliente da água através de uma abordagem *bottom up*. Até o momento, a CRIDA foi aplicada em mais de 25 estudos de caso em 22 países, impactando significativamente as estratégias globais de gestão da água e aprimorando a resiliência climática.

O **Sistema de Informação sobre Biodiversidade Oceânica** (OBIS, sigla em inglês) da UNESCO integra 100 milhões de registros para impulsionar a conservação dos oceanos. A plataforma OBIS da UNESCO reúne mais de 100 milhões de registros de 160.000 espécies marinhas, fornecendo dados essenciais para pesquisa, gestão e conscientização pública em esforços vitais de conservação oceânica. O OBIS também apoiou iniciativas como a Avaliação Mundial dos Oceanos da ONU, promovendo ações globais para avaliar e proteger a saúde dos nossos oceanos.

A Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO monitora 35 variáveis-chave dos oceanos para impactos climáticos e de biodiversidade, através do **Sistema Global de Observação dos Oceanos** (GOOS, sigla em inglês), que rastreia essas variáveis essenciais. Esses dados são vitais para entender os processos oceânicos e os impactos humanos, melhorando modelos climáticos e meteorológicos para prever eventos extremos.

Resultado 4 - Promover a cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação

Adotada em 2021 por 193 países, a **Recomendação sobre Ciência Aberta** garante que o conhecimento científico seja acessível, inclusivo e transparente, apoiando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Anteriormente, a ciência aberta não tinha uma definição universal, com padrões variados. Agora, com um quadro comum, o avanço científico é democratizado, tornando-se um recurso

compartilhado para enfrentar os problemas mais urgentes do mundo. Desde a adoção da Recomendação, 11 países desenvolveram políticas abrangentes de ciência aberta.

As iniciativas de treinamento em empreendedorismo da UNESCO equiparam **136 cientistas de 21 países com habilidades para transformar suas pesquisas em empreendimentos e soluções inovadoras.** Muitos cientistas possuem excelentes capacidades de pesquisa, mas carecem do conhecimento para comercializar suas ideias inovadoras. Ao promover a inovação e o empreendedorismo, a UNESCO permite que esses cientistas façam a ponte, traduzindo suas pesquisas em aplicações práticas que abordam desafios globais.

O **Programa L'Oréal-UNESCO *For Women in Science* (FWIS) aumentou o reconhecimento de mulheres no Prêmio Nobel,** homenageando mais de 1.000 cientistas mulheres globalmente. Desde 2020, o programa tem empoderado mulheres cientistas em todo o mundo, desafiando preconceitos de gênero e inspirando futuras gerações em STEM (Sigla em inglês para Science, Technology, Engineering and Mathematics). Ao reconhecer pesquisadoras excepcionais através de seus prêmios internacionais e programas de Jovens Talentos nacionais e regionais, a iniciativa amplificou as contribuições das mulheres para o progresso científico. Desde sua criação em 1998, 15 laureadas do Nobel em ciências foram reconhecidas, sendo que seis foram primeiramente homenageadas pelos Prêmios L'Oréal-UNESCO. Esta iniciativa destaca uma mensagem poderosa de igualdade e inclusão na ciência.

Objetivo Estratégico 3 – Construindo Sociedades Justas, Inclusivas e Pacíficas

A pandemia de COVID-19 causou mais de 6 milhões de mortes globalmente e impactou severamente as economias, levando a uma perda projetada de 8,5 trilhões de dólares na produção global entre 2020-2021. As desigualdades crescentes ampliaram a diferença de riqueza, com o 1% mais rico possuindo quase 50% da riqueza global. Além disso, o aumento dos conflitos armados deslocou mais de 84 milhões de pessoas até 2021, contribuindo para a crescente polarização dentro e entre os países. Transformações sociais rápidas impulsionadas por tecnologias digitais aumentaram ainda mais a sensação de insegurança e exclusão, exacerbada por um aumento na desinformação e na disseminação de informações falsas, que continua a desgastar o tecido social das comunidades.

No entanto, a própria cultura tem passado por mudanças significativas. As artes foram profundamente impactadas pela pandemia, com uma queda de 70% nas receitas de bilheteria global em 2020. Os sítios de patrimônio cultural estão cada vez mais ameaçados pelas mudanças climáticas, com o aumento do nível do mar e eventos climáticos extremos representando riscos para 30% dos sítios do Patrimônio Mundial. A transformação digital está remodelando os cenários culturais, e os sítios de patrimônio cultural estão cada vez mais impactados por conflitos. Ao mesmo tempo, a liberdade de expressão e o fluxo livre de conhecimento e informação enfrentam grandes ameaças, exacerbadas pela transformação digital. O aumento da desinformação, da disseminação de informações falsas e do discurso de ódio está seriamente minando a capacidade das sociedades de lidar de maneira aberta e justa com transformações em grande escala.

Em um contexto de desintegração do tecido social, a UNESCO desempenhou um papel crucial ao aumentar a compreensão global sobre a necessidade de proteger a cultura como um elemento vital de uma humanidade compartilhada globalmente. Através de *advocacy* política, como o MONDIACULT, a UNESCO trabalhou para ilustrar como o poder da cultura pode semear

tolerância e reconciliação e pode servir como um motor de inovação e criatividade para meios de subsistência sustentáveis em tempos de mudança.

A UNESCO também tem sido uma poderosa defensora da inclusão e contra o racismo, discriminação e ódio, aproveitando seu Fórum Global anual contra o Racismo e Discriminação. Através da educação, a UNESCO tem promovido a compreensão intercultural e a cidadania global, notadamente através da nova Recomendação sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável. Os jovens têm impulsionado mudanças por meio de programas como *Youth As Researchers*. Como uma voz forte pela liberdade de expressão e liberdade de mídia, a UNESCO destacou novas ameaças emergentes do cenário político polarizado de hoje, incluindo repressões contra vozes críticas e mídia independente, com 57 jornalistas mortos apenas em 2022. A UNESCO também fortaleceu ações para proteger a segurança dos cientistas.

Resultado 5 – Aprimorar a proteção e promoção da diversidade do patrimônio e expressões culturais

A Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 1972, que celebrou seu 50º aniversário em 2022, protege 1.199 sítios de patrimônio cultural e natural em 168 países. Esta convenção tem estado na vanguarda da proteção do patrimônio, promovendo significativamente os tesouros da humanidade e transformando a maneira como as pessoas valorizam os sítios de patrimônio. Com Tuvalu se tornando o 195º Estado Parte, **a Convenção do Patrimônio Mundial se destaca como uma das convenções internacionais mais universalmente ratificadas**.

De 2019 a 2023, **quatro sítios de Patrimônio Mundial foram removidos da Lista de Patrimônio Mundial em Perigo da UNESCO**, marcando uma conquista significativa na conservação e gestão. Este sucesso destaca a eficácia dos esforços colaborativos dos países envolvidos, gestores de sítios, parceiros e UNESCO. Uma contribuição coletiva de $17,5 milhões de dólares, que inclui contribuições voluntárias, o Fundo do Patrimônio Mundial e a Assistência Internacional ao Patrimônio Mundial, foi destinada a propriedades na lista de perigo.

A **Lista do Patrimônio Mundial tornou-se mais diversa e representativa, agora incluindo 103 sítios de Patrimônio Mundial Africano**s. A UNESCO desempenhou um papel crucial ao apoiar os países africanos a fortalecer sua capacidade de proteger seu patrimônio. A Organização melhorou a eficácia da gestão do patrimônio em 32 propriedades de Patrimônio Mundial Africanas e envolveu 35 países africanos em um novo programa de mentoria, cultivando a próxima geração de especialistas em patrimônio na África.

A Convenção de 1970 da UNESCO avançou significativamente na **luta global contra o tráfico ilícito de bens culturais**. Através do aconselhamento técnico e do apoio ao desenvolvimento de capacidades da UNESCO, 144 países desenvolveram legislação nacional, fortalecendo as habilidades de funcionários do governo, forças de segurança, judiciário e profissionais de museus para combater o tráfico ilícito e revisar certificados de exportação. Além disso, em alinhamento com a **Recomendação de 2015 sobre Museus e Coleções**, a UNESCO apoiou a reabilitação e reconstrução de museus, bem como esforços de gestão de coleções, inventário e digitalização no Brasil, Líbano, Palestina e Ucrânia. Esses esforços destacam o papel impactante da UNESCO na preservação do patrimônio cultural e na melhoria da cooperação internacional.

No Afeganistão, a UNESCO tem protegido o patrimônio cultural, incluindo os sítios de Patrimônio Mundial do Minarete e restos arqueológicos de Jam e a Paisagem Cultural e Restos Arqueológicos do Vale de Bamiyan. O apoio emergencial também está sendo fornecido a indústrias culturais e criativas lideradas por mulheres na região central montanhosa, usando a **cultura como uma ferramenta para o empoderamento das mulheres**. O projeto da UNESCO "Revive o Espírito de Mosul" reconstruiu com sucesso monumentos emblemáticos e 124 casas históricas, criando 6.000 empregos através de um investimento de $114,5 milhões de dólares.

Ratificada por 183 Estados Partes, a **Convenção do Patrimônio Imaterial da UNESCO** inscreveu 730 elementos de 145 países, promovendo o diálogo transfronteiriço com 85 inscrições multinacionais de 103 países. Ao longo de seus 20 anos de história, a Convenção ampliou o conceito de patrimônio cultural, reconhecendo expressões e práticas culturais que requerem salvaguarda proativa para as gerações futuras. Fortalecendo sinergias com a Convenção do Patrimônio Mundial, a UNESCO desenvolveu abordagens holísticas para proteger tanto o patrimônio tangível quanto o intangível, enfatizando a interconexão entre pessoas, natureza e cultura, conforme destacado no Chamado à Ação do Espírito de Nápoles.

As iniciativas da UNESCO permitiram que 158 países aprimorassem significativamente sua **capacidade de salvaguardar o patrimônio vivo**. A taxa de submissão de relatórios periódicos de 100% da Europa e dos Estados Árabes, 97% da África e 87,5% da América Latina e Caribe (a região da Ásia-Pacífico submete em 2024) destaca a importância política fundamental atribuída à proteção do patrimônio imaterial.

Em um acordo histórico na Conferência Mundial da UNESCO sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT 2022), 150 Estados Membros da UNESCO endossaram um *roadmap* comum para fortalecer o impacto transformador da cultura no desenvolvimento sustentável. Este encontro sem precedentes resultou na adoção unânime de uma poderosa Declaração Ministerial, instando a ONU a reconhecer a **cultura como um bem público global** e integrá-la como um **objetivo específico** por direito próprio nas perspectivas da **agenda de desenvolvimento sustentável pós-2030**.

Lançado em 2021, o **Atlas Mundial das Línguas** (WAL, sigla em inglês) da UNESCO documenta a diversidade linguística global, tendo registrado 1.954 das 8.324 línguas registradas até o momento. Engajando 126 Estados Membros, o WAL garante a participação global na preservação das línguas, oferecendo registros detalhados com 35 descritores e dois indicadores por língua. Diferente de esforços anteriores, o WAL inclui todas as línguas, com ênfase especial nas línguas de sinais e uma compreensão redefinida de "risco e vitalidade" ao considerar vários contextos.

Resultado 6 – Promover liberdade de expressão e o direito à informação

A **defesa constante da UNESCO pela liberdade de expressão e liberdade de imprensa**, direitos cruciais cada vez mais ameaçados, foi revitalizada pelo impulso da Declaração Windhoek+30. A Organização expandiu seus esforços através de campanhas globais, conferências e a observância anual do **Dia Mundial da Liberdade de Imprensa**. Além disso, o Prêmio UNESCO/Guillermo Cano anualmente homenageia defensores excepcionais da liberdade de imprensa, três dos quais ganharam o Prêmio Nobel da Paz, destacando a significativa influência mundial e credibilidade das iniciativas da UNESCO.

A UNESCO liderou um esforço global para aprimorar a governança das plataformas digitais, coletando mais de 10.000 contribuições de 134 países através de sua iniciativa Internet para a Confiança (*Internet for Trust Iniciative*). Esta iniciativa uniu governos, empresas e sociedade civil para desenvolver as amplamente utilizadas **Diretrizes para a Governança de Plataformas Digitais**. Esta abordagem inclusiva e multissetorial produziu um framework que agora influencia discussões e decisões políticas em todo o mundo, capacitando os stakeholders a proteger direitos fundamentais e garantir uma internet livre, aberta e confiável para todos.

A UNESCO apoiou 262 estações de rádio em 61 países e 106 instituições de mídia em 28 países para melhor se prepararem e responderem a crises como emergências humanitárias, mudanças climáticas e desastres. Ao promover o jornalismo de soluções e fornecer ferramentas digitais para reportagens investigativas sobre mudanças climáticas, a UNESCO defende o pluralismo e a independência da mídia. Esses esforços fortaleceram os cenários de mídia globalmente, permitindo que as instituições de mídia produzam e disseminem conteúdo preciso e confiável antes, durante e após emergências.

A UNESCO apoiou **mais de 200 projetos de mídia comunitária** em todo o mundo, promovendo o pluralismo da mídia, combatendo o discurso de ódio e amplificando vozes marginalizadas. Através de seu **Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação** (IPDC, sigla em inglês), a UNESCO atende às necessidades locais críticas, aprimorando a capacidade da mídia local de fornecer notícias e informações específicas da comunidade. Um terço desses projetos focou na igualdade de gênero, expandindo a cobertura e amplificando as vozes das mulheres. Essas iniciativas promoveram cenários de mídia inclusivos e pluralistas ao redor do mundo.

Resultado 7 - Promover inclusão e combater discriminação, discurso de ódio e estereótipos

Através do **Fórum Global anual contra o Racismo e Discriminação**, a UNESCO formou parcerias para promover a equidade racial, igualdade de gênero, direitos dos migrantes e povos indígenas, inclusão de pessoas com deficiência e história e memória ligadas ao comércio transatlântico de escravos. A UNESCO lançou plataformas como a **Rede de Oficiais contra o Racismo e Discriminação** e a **Rede de Escritores contra o Racismo** no Fórum Global para apoiar ações concretas. Além disso, alianças com a **Parceria Norte-Americana para Equidade e Justiça Racial**, a **Coalizão Global contra o Racismo Sistêmico e pelas Reparações**, e o **Fórum Permanente da ONU sobre Pessoas de Descendência Africana** amplificaram vozes diversas. O **Kit de Ferramentas contra o Racismo** da UNESCO tornou-se uma prioridade política chave em muitos países, garantindo que os esforços contra o racismo e a discriminação sejam centrais nas agendas institucionais e comunitárias.

O **Framework da UNESCO para Facilitar o Diálogo Intercultural**, abrangendo mais de 160 países, impactou significativamente os esforços globais e nacionais para gerenciar a diversidade. Ao promover a compreensão e cooperação entre culturas diversas, o framework é essencial para a coesão social, prevenção de conflitos e inclusão. Programas como as Rotas da Seda aprofundam a apreciação de legados compartilhados.

O **programa Rotas dos Povos Escravizados** facilitou o diálogo e a reconciliação nas Américas, Europa e África. Através de iniciativas e parcerias inovadoras, a UNESCO está abordando os legados da escravidão, facilitando o diálogo, a lembrança e a reconciliação. O feedback dos participantes destaca o impacto profundo dos esforços da UNESCO em curar as

feridas profundas do legado da escravidão e construir uma base para um futuro mais justo. Com 89% dos conflitos ocorrendo em áreas com diálogos estagnados, essas iniciativas são vitais para a paz e a unidade.

Em 2023, na sua 42ª sessão, a Conferência Geral adotou—por consenso—a **Recomendação sobre Educação para a Paz, Direitos Humanos e Desenvolvimento Sustentável**. Este texto revisado redefine a paz como um processo positivo e participativo, visando construir sociedades justas, inclusivas, saudáveis, sustentáveis e pacíficas. A recomendação é o culminar de um processo consultivo de dois anos, inclusivo, participativo e transparente, envolvendo mais de 3.000 especialistas de mais de 130 países. Desde sua adoção, a UNESCO tem apoiado ativamente os países na tradução do espírito da recomendação em ação. Um folheto explicativo foi publicado, e um guia de implementação e uma ferramenta de revisão de políticas estão atualmente em desenvolvimento.

Para avançar na aprendizagem socioemocional, o Mahatma Gandhi *Institute of Education for Peace and Sustainable Development* (MGIEP) treinou 300.000 professores, incluindo 11.000 mestres treinadores em aprendizagem socioemocional e pedagogias digitais. O trabalho da UNESCO em direitos humanos e na prevenção do extremismo violento incluiu iniciativas como o empoderamento juvenil, treinamento de professores em direitos humanos e treinamento de profissionais de mídia em reportagens sensíveis a conflitos em Burkina Faso, Mali, Níger, Sudão e Sudão do Sul. Dentro desta linha de trabalho, foram lançadas duas publicações: **Educação em Direitos Humanos: Fatores de Sucesso Chave** e **Empoderando Estudantes para Sociedades Justas: Um manual para ensinar integridade em escolas secundárias**.

Em 2021, a UNESCO convocou a **Conferência Global de Ministros da Educação sobre o Combate ao Discurso de Ódio**, atraindo mais de 4.000 participantes, incluindo representantes de 85 Estados Membros e quase 60 ministros e oficiais de educação. Após a conferência, a UNESCO desenvolveu recursos vitais, como um guia para formuladores de políticas, um resumo de políticas, diretrizes para instrutores de professores sobre cidadania digital e um guia para abordar teorias da conspiração. Em 2023, a UNESCO lançou seu **guia de políticas para *Combater o Discurso de Ódio*** através da educação globalmente na Costa Rica e regionalmente no Nepal, alcançando cerca de 1.000 educadores. Também avançou o terceiro ciclo de seu **Programa Internacional de Educação sobre o Holocausto e Genocídio**, fornecendo orientação regional para professores africanos e desenvolvendo um curso online sobre antissemitismo.

Objetivo Estratégico 4 – Fomentando a inovação e a tecnologia a serviço da humanidade

A transformação no cenário tecnológico global foi uma característica marcante durante o período de relatório, juntamente com o rápido avanço das tecnologias digitais, particularmente a Inteligência Artificial (IA). A mudança foi significativamente influenciada pela pandemia de COVID-19. Durante a pandemia, o uso global da internet aumentou 40%, destacando tanto o potencial quanto as disparidades no acesso digital.

A desinformação relacionada à COVID-19, denominada "infodemia" pela Organização Mundial da Saúde, contribuiu para a desconfiança pública e dificultou medidas de resposta eficazes. Nesse contexto, o acesso a instituições de memória, como arquivos e bibliotecas, tornou-se fundamental para informações e conhecimentos confiáveis.

(...) a UNESCO liderou iniciativas inovadoras, como a Recomendação sobre a Ética da IA. Este padrão global pioneiro orientou mais de 50 países a alinhar suas políticas de IA com princípios éticos. As metodologias inovadoras da UNESCO, como a **Avaliação de Prontidão e a Avaliação de Impacto Ético**, capacitaram e espera-se que continuem a apoiar os governos na implementação responsável da IA.

A **defesa da UNESCO pela literacia midiática e informacional (MIL, sigla em inglês)** tomou o centro do palco em meio à infodemia. Ao integrar a MIL nas políticas e currículos nacionais, a UNESCO capacitou os cidadãos, especialmente os jovens, a se envolverem criticamente com a mídia e combater a desinformação.

O **Observatório de Ética e Governança da IA** facilitará a troca de conhecimentos, enquanto a iniciativa Internet para a Confiança promoverá uma abordagem baseada em direitos humanos para a governança das plataformas digitais.

Ao defender a **IA ética, a literacia midiática e informacional, a literacia digital, soluções abertas e governança inclusiva**, a UNESCO está direcionando a tecnologia para servir aos melhores interesses de toda a humanidade.

Resultado 8 – Fomentar compartilhamento do conhecimento e desenvolvimento de habilidades na era digital

A UNESCO está promovendo a **literacia midiática e informacional (MIL, sigla em inglês) como uma habilidade crítica para a era digital**. Através de uma defesa contínua, a UNESCO integrou a MIL na Resolução da Assembleia Geral da ONU A/RES/75/267 e na Cúpula de Transformação da Educação, instando os países a desenvolverem políticas e estratégias abrangentes de MIL, com 12 países tendo feito isso desde que a resolução foi aprovada em 2021. O currículo modelo de MIL da UNESCO e as Diretrizes Globais para o Desenvolvimento de Currículos de MIL estão sendo adaptados globalmente, posicionando a MIL como uma ferramenta indispensável para navegar no mundo digital.

A UNESCO apoia mais de 540 organizações juvenis em 22 países, incluindo o treinamento de mais de 200 organizações juvenis em 15 países africanos, para combater a desinformação e promover a paz através da literacia midiática e informacional (MIL).

A UNESCO instruiu mais de 16.000 professores em 389 escolas e 73 universidades em 17 países usando seu currículo modelo de literacia midiática e informacional (MIL). Para expandir ainda mais o acesso ao treinamento em MIL, **a UNESCO desenvolveu sete Cursos Online Abertos e Massivos (MOOCs) sobre literacia midiática e informacional, disponíveis em cinco idiomas**.

A UNESCO fortaleceu a capacidade de 46 instituições de mídia e reguladores para promover a **literacia midiática e informacional** (MIL).

A UNESCO fez parceria com 43 países **para salvaguardar a memória coletiva da humanidade e aumentar o acesso ao patrimônio documental inestimável**, em conformidade com sua Recomendação de 2015 sobre a preservação e o acesso ao patrimônio documental, incluindo em formato digital. Ao fortalecer capacidades, aumentar as nomeações para o **Registro Internacional da Memória do Mundo** e o **Prêmio UNESCO-Jikji Memória do Mundo**, e aprimorar habilidades através de workshops regionais, a UNESCO está garantindo que documentos, manuscritos e gravações sejam protegidos e acessíveis.

Coliderada pela UNESCO e UNICEF, a Iniciativa Portais para o Aprendizado Digital Público foi inspirada pela Cúpula de Transformação da Educação. Hoje, ela está trabalhando para transformar a educação em 14 países, estabelecendo e aprimorando plataformas públicas de aprendizado digital. A iniciativa mapeia plataformas existentes, promove uma comunidade internacional de prática e estabelece normas e padrões globais. Além disso, através da Colaborativa de Transformação Digital (DTC, sigla em inglês) – um subgrupo focado em tecnologia da Coalizão Global pela Educação – a UNESCO está trabalhando para fortalecer ecossistemas de aprendizado digital e construir parcerias multissetoriais, garantindo um impacto abrangente nos sistemas educacionais em todo o mundo.

Respondendo às preocupações sobre sistemas de IA generativa no início de 2023, a UNESCO convocou uma mesa redonda ministerial online sobre IA generativa na educação em maio de 2023. A UNESCO também lançou o "**Guia sobre IA Generativa na Educação e Pesquisa**", baseado no "**AI and Education: Guidance for Policy-Makers**" de 2021. Para auxiliar na implementação, a UNESCO realizou seminários para formuladores de políticas de 50 Estados Membros.

O **relatório de monitoramento global da educação de 2023**, "***Technology in Education: A Tool on Whose Terms?***" e "***An Ed-Tech Tragedy? Educational Technologies and School Closures in the Time of COVID-19***" tiveram um impacto profundo. Esses relatórios receberam ampla cobertura da mídia; o relatório de monitoramento global da educação sozinho foi baixado 70.000 vezes no primeiro mês após seu lançamento e foi citado em 2.700 artigos de mídia em mais de 100 países, incluindo grandes veículos como The Guardian, BBC, Al Jazeera, El Pais e BFM TV.

Resultado 9 – Desenvolver padrões, normas e abordagem éticos para ação para conhecer os desafios das tecnologias de inovação & transformação digital

Em novembro de 2021, a UNESCO produziu o primeiro padrão global sobre ética em IA, a "**Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial**", adotada por todos os 193 Estados Membros. Este marco prioriza a proteção dos direitos humanos e da dignidade, enfatizando princípios fundamentais como transparência, justiça e supervisão humana dos sistemas de IA.

Como **parceiro de conhecimento das presidências do G7 e G20**, a UNESCO está ativamente moldando o discurso internacional sobre governança de IA. A Recomendação da UNESCO foi incluída na declaração ministerial do G7 sobre digital, tecnologia e indústria. Além disso, a UNESCO está colaborando com a OCDE para desenvolver um kit de ferramentas éticas de IA para o setor público. A expertise da UNESCO também informa o grupo de trabalho sobre economia digital do G20, com iniciativas focadas em abordar IA e desigualdades.

A UNESCO está ativamente apoiando as autoridades competentes em IA em toda a UE na supervisão de IA. Isso envolve **monitorar, controlar e orientar sistemas de IA para garantir sua operação segura e ética**. A supervisão ocorre em todas as etapas do ciclo de vida de um sistema de IA—desenvolvimento, implantação e operações—para garantir conformidade com padrões éticos, transparência, segurança e requisitos regulatórios.

A UNESCO estabeleceu **um Conselho Empresarial com o setor privado para promover práticas éticas na indústria de IA**. O Conselho Empresarial, atualmente copresidido pela Microsoft e Telefonica, inclui membros como Salesforce, Init, LG AI Research e Telstra.

A UNESCO está na vanguarda das considerações éticas em neurotecnologia, aumentando a conscientização através de publicações chave como "**Desvendando o Panorama da Neurotecnologia**" e promovendo diálogos multissetoriais. Em 2021, o Secretário-Geral das Nações Unidas destacou a neurotecnologia como uma questão de direitos humanos na sua Agenda Comum. Ele estabeleceu um grupo de trabalho coliderado pela UNESCO e o Escritório Executivo do Secretário-Geral (EOSG, sigla em inglês), incluindo outras organizações da ONU como o Alto Comissário para os Direitos Humanos. Dentro deste framework, a UNESCO convocou especialistas interdisciplinares para apresentar principais descobertas.

Conclusão

É visível o esforço da UNESCO em demonstrar o sucesso de seu mandato e ações, e organização das informações em linguagem simples. Ao final de cada Objetivo Estratégico (OE), há um infográfico "Parcerias", que menciona os maiores doadores, o total de fundos mobilizado em contribuições voluntárias, a mobilização dos recursos (uso dos recursos restrito específico ou uso dos recursos restrito flexível), regiões beneficiárias entre outras informações indicando o seu principal programa, entre outras. Há ainda ao final de cada OE, um infográfico sobre análise da lacuna de fundos financeiros para contribuições voluntárias referente ao período de 2022-2023 e um quadro denominado "Lições Aprendidas", dividido em quatro subquadros, Relevância, Vantagem Comparativa, Capacidade de Entrega e Sustentabilidade. E ao final do Relatório, há infográficos sobre as prioridades globais e sobre fortalecimento da performance institucional e finalmente, os próximos passos e lições para os próximos quatro anos.

A Organização busca por excelência em alto nível diante dos desafios apresentados de diversas formas e tempo por meio de análises coerentes e buscando meios para alcançar suas metas e objetivos estratégicos. Os principais riscos para os programas e para a operacionalidade da instituição vai muito da dependência de contribuições voluntárias, desafios na resposta a crises, necessidade de adaptabilidade e inovação, manutenção de uma força de trabalho global qualificado e garantia de segurança da informação.

Nesse ponto o relatório é bastante específico para dar subsídios à aprovação do orçamento bianual 2026-2027 do quadriênio 2026-2029. Para que a análise fique completa para os não especialistas em procedimentos de reuniões de Diretoria Executiva da UNESCO, é necessário completar a análise com outro relatório, o de progresso relacionado à implementação dos programas, projetos e ações 2024 (C/5 IR)[16], assim, é possível indicar com mais precisão o balanceamento sobre o que está em curso (*on track*), parcialmente em curso (*partially on track*) e fora de curso (*off track*).

Referências

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Tratado do Alto Mar é aberto para assinatura dos Estados-membros da ONU**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/246546-tratado-do-alto-mar-%C3%A9-aberto-para-assinatura-dos-estados-membros-da-onu Acesso em: 13 abr.2025

[16] Execution of the Programme adopted by the General Conference. C/5 Implementation Report. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000392997

UNESCO. **2026-2027 Draft Resolutions Vol. 1 (43 C/5)**. Disponível em: https://www.unesco.org/en/fight-illicit-trafficking/return-and-restitution-under-icprcp?hub=416 Acesso em 08 abr. 2025.

UNESCO. **220 EX/4 Strategic Results Report (SRR) 2024**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000391185 Acesso em 11 abr.2025.

UNESCO. **C/5 Implementation Report. 2024 Progress**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000392997 Acesso em: 12 abr.2025.

UNESCO. Executive Board. **221st session of the Executive Board**, 2-17 April 2025. Disponível em: https://www.unesco.org/en/executive-board?hub=421 Acesso em 10 abr. 2025.

UNESCO. Executive Board. **Agenda of the 221st session of the Executive Board.** Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393013 Acesso em: 08 abr. 2025.

UNESCO. Executive Board. **Draft Programme and Budget for 2026-2029 (43 C/5)**. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393069 Acesso em 08 abr. 2025.

UNITED NATIONS. **Agreement on Marine Biodiversity of areas beyond National Jurisdiction - BBNJ Agreement**. Disponível em: https://www.un.org/bbnjagreement/en Acesso em: 12 abr. 2025.

O Relatório do Banco Mundial sobre Proteção Social

The World Bank Social Protection Report

Isis Pillar Cazumbá

Abstract: *The recent report released by the World Bank (WB) addresses the progress made in social protection in several low- and middle-income countries over the last decade. However, the challenges are still alarming; three out of four people in the poorest countries do not have social protection coverage. In low- and middle-income countries, around 2 billion people remain inadequately covered. In the report, the financial institution reaffirms its commitment to expanding social protection programs, with the aim of reaching millions of people by 2030.*

Keywords: World Bank . Social Protection . Development Countries

Resumo: O recente relatório lançado pelo Banco Mundial (BM) aborda sobre os avanços da proteção social em diversos países de baixa e média renda na última década. Entretanto, os desafios ainda são alarmantes; três em cada quatro pessoas nos países mais pobres não possuem cobertura de proteção social. Nos países de baixa e média renda, cerca de 2 bilhões de pessoas permanecem inadequadamente cobertas. No relatório, a instituição financeira reafirma o compromisso em ampliar os programas de proteção social, com a finalidade de alcançar milhões de pessoas até 2030.

Palavras-chave: Banco Mundial . Proteção Social . Países em Desenvolvimento

O Relatório do Banco Mundial

Lançado pelo Banco Mundial (BM) o relatório *Estado da Proteção Social 2025: O Desafio de 2 Bilhões de Pessoas* mostra os avanços e os desafios dos países de baixa e média renda a respeito da proteção social e dos sistemas de trabalho[17]. No documento, o BM apontou também diretrizes que podem ajudar no combate à insistente falta de cobertura de proteção social para os países mais pobres do mundo[18].

O relatório revelou que nos últimos dez anos houve a expansão da proteção social nos países de baixa e média renda, alcançando a marca histórica de 4,7 bilhões de pessoas. Entre 2010 e 2022, a cobertura aumentou 10 pontos, com ganhos expressivos nos países mais pobres[19]. No período pandêmico, as respostas emergenciais de proteção social atingiram 1,7

[17] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

[18] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

[19] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

bilhão de pessoas nos países em desenvolvimento; países que possuíam uma melhor infraestrutura antes da pandemia conseguiram responder de forma mais eficiente[20].

Segundo o documento do BM, atualmente, cerca de 2 bilhões de pessoas que vivem nos países de baixa e média renda estão sem ou com pouca cobertura em relação à proteção social (no continente africano e no Sul da Ásia mais de 1 bilhão de pessoas). O BM aponta que nos países de renda média-baixa, mais da metade dos habitantes vivem sem nenhuma proteção social. Três em cada quatro pessoas dos países de baixa renda vivem semelhantemente[21].

De acordo com o relatório, cerca de 400 milhões de pessoas possuem benefícios de proteção social, porém, eles são escassos, resultando aos beneficiários um ineficiente combate à pobreza, além da dificuldade para amortecer os choques imprevisíveis[22]. As transferências de assistência social nos países de baixa renda não ultrapassam de 11% da renda das famílias mais carentes. A África, o Oriente Médio e o Sul da Ásia são as regiões onde se encontram as populações com este perfil, sendo consideradas frágeis devido aos conflitos constantes e a fome persistente[23].

Orientações Políticas

Para estimular as mudanças que ajudem na adequação dos benefícios, o BM apontou algumas orientações políticas que podem ser usadas pelos governos, compatíveis "ao contexto, capacidade e restrições fiscais de cada país". A primeira orientação para os governos foi direcionada a melhoria da infraestrutura tecnológica, mesmo com recursos limitados. O BM sugeriu que os governos, especialmente os países de baixa renda, devem investir no desenvolvimento dos bancos de dados, dos sistemas de gerenciamento de casos e dos pagamentos digitais. A segunda orientação foi voltada especialmente para os países de média renda, onde os governos devem apoiar a população com o objetivo de se tornarem mais autossuficientes. A terceira e última orientação foi direcionada à criação de sistemas responsivos a choques, para que estes ajudem eficazmente no suporte quando surgirem as crises[24].

O BM observou que para financiar estas orientações seria oportuno que utilizassem os recursos existentes, como por exemplo, usar as transferências de renda para apoiar aos mais pobres, fazendo com que esta ação os beneficiasse fornecendo "quase metade do financiamento necessário para cobrir os 20% mais pobres da população com proteção social"[25].

[20]Disponível em: https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099907504032517291

[21] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

[22] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

[23] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

[24] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

[25] Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

Considerações finais

Em mundo que vem retrocedendo na diminuição da pobreza, a proteção social permanece relevante para apoiar as pessoas a se tornarem mais independentes. Quando falamos em proteção social, rapidamente vem em nossas mentes o fornecimento de dinheiro ou alimentação, porém, é bem mais do isso. O seu significado é trazer para as pessoas as melhores oportunidades de emprego e de inclusão econômica, tornando-as mais produtivas em suas áreas.

O BM anunciou no ano passado uma meta ousada de atingir 500 milhões de pessoas – especialmente mulheres e crianças – vulneráveis, ampliando os programas de proteção social de seu portfólio[26]. Apesar do comprometimento da instituição financeira, o acesso à proteção social é essencial para combater a pobreza extrema e não pode ser feita solitariamente. Os governos e os parceiros de desenvolvimento devem trabalhar conjuntamente, encontrando os recursos necessários que ajudem a mitigar as desigualdades profundas, fortalecendo a capacidade de superação para as gerações futuras.

Referências

Banco Mundial [homepage na internet] State of Social Protection Report 2025: The 2-Billion-Person Challenge [acesso em 14 abr 2025]. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/0445391c-9b64-4e6e-ad99-617dce4f27bc

Banco Mundial [homepage na internet] World Bank Group Ramps Up Fight Against Global Hunger [acesso em 14 abr 2025]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/07/24/world-bank-group-ramps-up-fight-against-global-hunger

TESLIUC, Emil Daniel; FONTENEZ, Maria Belen. Adaptive Social Protection Agenda: Lessons from Responses to COVID-19 Shock (English) [acesso em 14 abr 2025]. Disponível em: http://documents.worldbank.org/curated/en/099907504032517291

[26] Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2024/07/24/world-bank-group-ramps-up-fight-against-global-hunger

O Banco de Desenvolvimento para América Latina e Caribe (CAF) e o Brasil

Laura Tavares Soares

Resumo: Neste Informe foram apresentados os principais projetos e programas apoiados e financiados pelo CAF (Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe) no Brasil nos últimos anos (período 2023-25). As ações foram desenvolvidas nos três níveis da Federação: nacional, regional (estadual) e local (municipal), com ênfase nas cidades e nas regiões metropolitanas. As áreas de intervenção foram, principalmente, as de desenvolvimento regional e local; as de meio ambiente; as de prevenção de desastres climáticos; as de planejamento urbano; e as de promoção do bem-estar da população, com destaque para a Saúde – afetada direta ou indiretamente. O CAF (Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe) se relacionou com Bancos Nacionais (BNDES) e regionais (BDMG e BRDE do RGS); além de interagir com diversos governos estaduais e municipais, e com o governo federal. Por fim são apresentados artigos de especialistas do CAF que tratam especificamente da Saúde – abordando as desigualdades em saúde e a relação entre planejamento urbano e saúde – alertando para a importância da presença transversal da Saúde nas políticas públicas.

Palavras-chave: Desenvolvimento Nacional, Regional e Local – Desenvolvimento Sustentável – Meio Ambiente – Ações Climáticas – Desastres Climáticos – Cidades Inteligentes – Planejamento Urbano – Saúde – Brasil – BNDES – BDMG – BRDE RGS

Na reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da **CELAC** (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) realizada em Honduras no dia 9 de abril deste ano, o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em um trecho de seu discurso afirmou que era necessário fortalecer as instituições financeiras regionais, mencionando especificamente o **Banco de Desenvolvimento América Latina e Caribe – CAF**.

Qual tem sido, precisamente, o papel deste Banco no apoio e financiamento de projetos de desenvolvimento econômico e social **no Brasil nos últimos dois anos**?

Antecedentes

CAF ratifica sua visão compartilhada com o Brasil para promover a integração regional, o desenvolvimento econômico sustentável e a inclusão social (2023)

Durante visita a Brasília e ao Rio de Janeiro, o presidente-executivo do banco, Sergio Díaz-Granados, se reuniu com autoridades governamentais ligadas à indústria, comércio e inovação, igualdade racial, turismo e com autoridades da cidade do Rio de Janeiro.

Uma delegação do CAF, Banco de desenvolvimento para a América Latina e o Caribe, liderada por seu presidente-executivo, **Sergio Díaz-Granados**, visitou o Brasil nos dias 28 e 29 de agosto de 2023. Durante esses dias, os representantes do Banco se reuniram com diversas autoridades brasileiras para continuar fortalecendo os laços entre o banco e o país e promover o desenvolvimento de novas ações conjuntas como forma de apoiar a recuperação econômica sustentável e inclusiva.

"Viemos ratificar nossa **visão compartilhada com o governo do Brasil de apostar na integração regional efetiva e real**, por meio do aumento da conectividade, do comércio e do bem-estar das pessoas. Para isso, identificamos em conjunto projetos que visam a promover a superação das desigualdades por meio do desenvolvimento inclusivo e sustentável. Regressamos com um roteiro claro e ambicioso centrado nessas aspirações. Também permitirá enfrentar desafios como a luta contra as mudanças climáticas, o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores, a inclusão étnico-racial e o crescimento da contribuição do turismo para o PIB", disse **Díaz-Granados**

No dia 28, eles tiveram reuniões com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Comércio e Indústria (MDIC), **Geraldo Alckmin**, a ministra da Igualdade Racial, **Anielle Franco**, a ministra da Ciência e Tecnologia, **Luciana Santos** e o presidente da Embratur, **Marcelo Freixo**. Em nome do CAF, esteve acompanhado do presidente-executivo, do vice-presidente corporativo de Programação Estratégica, **Christian Asinelli**, do gerente de Infraestrutura e Transformação Digital, **Antonio Silveira**, do gerente de Desenvolvimento Humano, **Pablo Bartol**, da **representante do Banco no Brasil**, **Estefania Laterza.**

No dia 29 de agosto, os encontros aconteceram no Rio de Janeiro, com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), **Aloisio Mercadante**, com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e diretores da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Durante encontro de trabalho com o presidente do BNDES, **Aloísio Mercadante**, foram avaliadas alternativas para somar esforços a fim de gerar instrumentos inovadores no campo do financiamento à infraestrutura da região, dando como exemplo o mecanismo de financiamento das exportações brasileiras para a Argentina nos segmentos de autopeças e alimentos. Concordaram, por sua vez, em realizar eventos conjuntos no âmbito da reunião do Conselho de Administração do CAF em dezembro de 2023.

Ambos compartilharam o painel sobre o papel dos bancos de desenvolvimento e seu impacto na América Latina no âmbito do encontro *Latimpacto "Impact Minds: standing together"*. Esse evento reúne e conecta pessoas e líderes que canalizam capital para a América Latina e o Caribe a fim de gerar investimentos de impacto.

Durante sua apresentação, o presidente-executivo do **CAF** levantou três grandes **desafios** que nossa região enfrenta: **crescimento, desigualdade e as consequências das mudanças climáticas**. Enfatizando o problema da desigualdade, mencionou que é preciso garantir urgentemente o ensino fundamental em todos os cantos da nossa região. Ele compartilhou que, como o documento *RED2022* (*Relatório de Economia e Desenvolvimento do CAF)* conclui, essas desigualdades em nossa região são herdadas. Segundo ele, a única forma de enfrentar esses desafios é unindo forças e compartilhando experiências em redes como o *Latimpacto (https://latimpacto.org/)*. Ele convidou os presentes a canalizar recursos por meio do CAF, a fim de alcançar os objetivos dos ODS e NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) e a proteção da biodiversidade na região.

A comitiva do CAF também foi à **Prefeitura do Rio de Janeiro** para encontrar-se com o prefeito, Eduardo Paes. Durante o encontro, foram exploradas possibilidades para a instituição aderir ao financiamento de projetos que contribuam para o avanço da mobilidade sustentável,

infraestrutura de saúde e melhoria das condições nos assentamentos informais com foco em gênero, igualdade, inclusão social e geração de empregos para jovens.

Em consonância com a reunião realizada em Brasília com o **Ministério da Ciência e Tecnologia**, a delegação do CAF se reuniu com executivos da **FINEP**, oportunidade em que buscaram aprender formas de como ambas as organizações podem contribuir para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, gerando inovação e capacitação no Brasil e na região. Destacou-se a importância de promover a transformação digital dos governos subnacionais e locais, a implementação de programas por meio das **universidades** e a oportunidade de unir esforços técnicos e financeiros para **inovar em instrumentos** como **garantias e financiamentos em moeda local.**

CAF amplia presença no Brasil com diretório e anúncio de investimentos em integração regional (dezembro de 2023)

Em dezembro de 2023, pela primeira vez em sua história, o CAF - Banco de desenvolvimento da América Latina e Caribe realizou sua reunião de Diretório no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. O encontro, que contou com a participação de representantes de 21 países-membros, aprovou 10 projetos de desenvolvimento em temas estratégicos como **água e saneamento, saúde e educação**, **apoio a micro, pequenas e médias empresas lideradas por mulheres**, além de **negócios verdes**. As aprovações totalizam US$ 1,6 bilhão, destinadas ao **Brasil**, Chile, Colômbia, Equador, República Dominicana e Uruguai.

As iniciativas relacionadas ao Brasil na ocasião incluiam projetos da prefeitura de Santos (Programa Santos Mais - US$ 105 milhões), do BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (Empréstimo A/B - US$ 250 milhões) e do Banco Cooperativo Sicredi (Empréstimo A/B - US$ 250 milhões), totalizando US$ 605 milhões. Na mesma semana do Diretório, o CAF também realizou uma série de eventos e assinaturas de acordos no Rio de Janeiro para promover o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região.

Destaca-se, entre eles, o anúncio feito ao final da Cúpula do Mercosul, referente à alocação de US$ 3 bilhões (R$ 15 bilhões) para **projetos de infraestrutura destinados à integração da América do Sul**, visando facilitar o comércio e os serviços entre os países. Esse anúncio faz parte da iniciativa **Rotas de Integração**, que envolve o CAF, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e o *Fonplata*, disponibilizando US$ 10 bilhões (R$ 50 bilhões) para garantir a execução de um conjunto de projetos estratégicos com o objetivo de criar uma **rede de rotas de integração latinoamericanas.**

"Sabemos que nosso compromisso com a integração regional vai além de ser uma mera prioridade como banco; realmente é parte de nossa essência no CAF. Ao longo de nossa história, aprovamos mais de US$ 200 bilhões em projetos para a América Latina e o Caribe. Nos últimos 25 anos, financiamos mais de 96 projetos voltados para a integração física entre os países", afirmou Sergio Díaz-Granados, presidente-executivo do banco.

No âmbito federal, o Rotas de Integração Sul-Americana **está incluído no Novo PAC** brasileiro. Conta com **US$ 10 bilhões em financiamento**, sendo US$ 3 bilhões do BNDES — apoiando estados e municípios dentro do Brasil — e o restante para as obras nos demais países e com recursos vindos de bancos multilaterais, incluindo o Banco de Desenvolvimento da

América Latina (CAF) e o Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), além do BID.

Além disso, foram assinados acordos de cooperação específicos para atuação conjunta em diversos segmentos. Em um evento, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi assinado um documento de intenções entre o **NDB (Novo Banco de Desenvolvimento**, ou o **Banco dos BRICS**) e o **BNDES** para trabalhos conjuntos em eixos estratégicos, como **mudanças climáticas, transformação digital, desenvolvimento social, energia, gestão de riscos de desastres naturais e políticas de gênero**.

Outro acordo firmado na semana, com o **BNDES**, prevê atuação conjunta em financiamentos, cofinanciamentos e garantias para projetos em áreas estratégicas comuns, especialmente focados no **desenvolvimento da região amazônica**. No segmento de **cultura e** fomento às artes até a capacitação de profissionais da área, um com a Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI) e com a *Asociación Ópera O.L.A.*.

BNDES assina contrato com o CAF para captação de R$ 2,7 bilhões (novembro de 2024)

O **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)** e **o CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe** assinaram, em 19 de novembro de 2024, durante a **Cúpula de Líderes do G20**, o primeiro contrato entre as duas instituições para **abertura de linha de crédito do CAF ao Banco no valor de R$ 2,7 bilhões**. A operação visa financiar projetos estratégicos no Brasil, promovendo a **reindustrialização sustentável, a economia verde, a inclusão financeira e a emissão de títulos temáticos, com impactos positivos na economia e no meio ambiente.**

Os recursos serão destinados a quatro áreas prioritárias. Em primeiro lugar, o financiamento apoiará **plantas industriais novas ou reformadas com alto consumo energético, incentivando a produção de bens manufaturados verdes, como aço, celulose, cimento e químicos, com foco na redução de emissões de carbono e melhorias ambientais**. Além disso, serão apoiados **projetos de produção de Hidrogênio Verde** (**H2V**), uma fonte energética limpa e sustentável. Também está prevista a **melhoria da infraestrutura necessária para atrair novas plantas industriais sustentáveis**, incluindo investimentos em **linhas de transmissão, gasodutos, ferrovias e rodovias**.

Outra área de destaque é a **carteira verde, voltada para projetos que promovam a economia verde e social, abrangendo setores como eficiência energética, energias renováveis, florestas, agricultura sustentável, infraestrutura, saneamento, educação e desenvolvimento urbano.** Essa iniciativa beneficiará especialmente pequenas e médias empresas, instituições financeiras e entes subnacionais, ampliando o alcance dos impactos positivos na sociedade. A linha de crédito também contemplará recursos destinados a iniciativas que aumentem a produtividade de **micro, pequenas e médias empresas (MPEs)**. O foco será o desenvolvimento de **produtos e serviços inovadores que promovam a inclusão social e financeira**, contribuindo para o fortalecimento do tecido empresarial brasileiro. Por fim, a linha de crédito também poderá financiar a **emissão de títulos temáticos**, proporcionando garantias parciais ou adquirindo emissões realizadas pelo BNDES. Entre os títulos elegíveis estão os **verdes, sociais, sustentáveis e com enfoque de gênero**, reforçando o compromisso com o desenvolvimento econômico inclusivo e ambientalmente responsável.

“O contrato do BNDES com o CAF é o início de uma parceria importante para as duas instituições e contribuirá para que Banco, maior investidor em energia limpa no Brasil, amplie o apoio em investimentos que promovam a transição energética, tornando o país altamente competitivo no mercado internacional”, afirma Mercadante.

“Esta operação reafirma o compromisso do CAF com o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Brasil, apoiando setores estratégicos que promovem o crescimento econômico com responsabilidade ambiental,” destacou Sergio Díaz-Granados, presidente-executivo do CAF. “O BNDES é um dos mais importantes agentes de desenvolvimento do país, e essa colaboração reflete a confiança mútua e a visão compartilhada de construir uma América Latina mais resiliente e competitiva.”

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

Nesse mesmo encontro da Cúpula do G20 o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe – CAF assumiu o compromisso com o combate à pobreza e à desigualdade, melhorando a vida das populações vulneráveis. O banco tem a meta de investir **US$ 22 bilhões até 2035** no financiamento e assistência técnica para melhorar a infraestrutura e **expandir o acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e segurança alimentar**. Além disso, o **CAF** promoverá mecanismos **de proteção social para impactar diretamente os principais indicadores sociais.**

Para cumprir sua missão, o **CAF priorizará a melhoria dos serviços de saúde nas comunidades amazônicas afetadas por doenças como a malária.** O banco também fortalecerá a capacidade dos países para a elaboração de políticas baseadas em evidências e o desenvolvimento institucional por meio de **assistência técnica e treinamento.** Ao promover parcerias, o CAF pretende mobilizar recursos e conhecimentos para promover o ODS3. O CAF também se comprometeu a otimizar a alocação de recursos e alinhar seus esforços com a **Aliança Global contra a Fome e a Pobreza**. Atualmente, o banco tem **US$ 1,6 bilhão** em recursos financeiros dedicados ao combate à fome e à pobreza, com **US$ 865 milhões aprovados para 2023 e 2024.**

Primeira reunião do CAF em 2025

Em sua primeira reunião de Diretoria de 2025, a 27 de **março de 2025**, realizada em Santiago do Chile, o CAF – Banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe – aprovou **USD 1,445 bilhão para impulsionar grandes projetos de infraestrutura e melhorar a mobilidade urbana, os sistemas educacionais, a gestão migratória, o setor empresarial e o bem-estar social em seis países da região**: projetos estratégicos na Argentina, **Brasil**, Chile, El Salvador e Honduras.

Para o **Brasil** o CAF **aprovou um empréstimo de USD 150 milhões para o município de Fortaleza (CE),.** O objetivo da operação é financiar parcialmente o Programa de Urbanização e Mobilidade da capital do estado do Ceará. Atualmente, a cidade é a quarta maior do país, com aproximadamente 2,6 milhões de habitantes, número que chega a 4 milhões considerando a região metropolitana.

"O CAF se orgulha de contar com clientes históricos em sua carteira, como o município de Fortaleza, com o qual agora estabelecemos nossa quinta operação de crédito. **Continuaremos contribuindo para a melhoria das condições socioeconômicas e do ambiente urbano de uma das maiores cidades do Brasil**, que passou por uma grande transformação nos

últimos anos, elevando a qualidade de vida de seus habitantes e aprimorando as condições de recepção de turistas, alcançando níveis de desempenho em nível global", afirmou o presidente do CAF, Sergio Díaz-Granados.

Com o empréstimo recém-aprovado, o município terá recursos para um programa que prevê um conjunto de intervenções integradas na cidade, incluindo o financiamento de obras, equipamentos e serviços relacionados ao planejamento territorial e à infraestrutura em diversos **bairros vulneráveis de Fortaleza**. Os **setores de mobilidade urbana, saneamento básico, equipamentos públicos e meio ambiente** fazem parte dessa iniciativa.

Além disso, o apoio técnico do CAF ao programa de Fortaleza permitiu enriquecê-lo com a introdução de **elementos voltados para a adaptação climática**, como pavimentação permeável e drenagem de águas pluviais, reflorestamento e o fortalecimento das ações voltadas para a **Economia do Mar**, facilitando o suporte a novas estratégias e iniciativas para promover a

Entre as principais intervenções previstas no programa, destacam-se:

- **Reabilitação da infraestrutura viária**, incluindo pavimentação (aproximadamente 100 km), drenagem de águas pluviais (cerca de 100 km de tubulações e galerias), sinalização, melhorias em calçadas e faixas de pedestres, além da modernização da iluminação pública (cerca de 10 mil luminárias LED novas ou substituídas);

- **Intervenções para a melhoria da mobilidade urbana e do transporte público** (um túnel, um viaduto, quatro pares de vias e aproximadamente 20 km de ciclovias);

- **Construção de Núcleos de Formação Esportiva** (10 "areninhas"), incluindo a urbanização do seu entorno; e

- **Ampliação da cobertura vegetal em corredores verdes, praças e parques** (35 mil mudas plantadas).

Uma parceria de longo prazo

Ao longo de **15 anos**, a prefeitura de Fortaleza conta com o apoio do CAF em empréstimos e cooperação técnica para enfrentar os desafios urbanos que se apresentam. Nesse tempo, foram realizadas verdadeiras transformações estruturantes na cidade, com a elevação do nível de qualidade de vida, tanto de moradores locais e da região quanto dos turistas nacionais e internacionais que visitam a cidade.

São quatro operações de empréstimos realizadas nesse período: o **Programa Municipal de Drenagem Urbana**, assinado em 2012, no valor de USD 45,1 milhões (já finalizado); o **Programa Nacional de Turismo para o Município de Fortaleza (Prodetur)**, com contrato assinado em 2012, em uma operação de USD 50 milhões (finalizado); o **Programa Aldeia da Praia/Cidade com Futuro**, assinado em 2018, com um empréstimo de USD 83,25 milhões (ainda em execução); e o **Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento de Fortaleza**, assinado em 2019, no valor de USD 150 milhões (em execução).

Entre as principais intervenções realizadas, que mudaram estruturalmente a cidade para melhor, está a recuperação da Beira-Mar. Com uma **abordagem democrática e inclusiva**, a iniciativa promoveu o saneamento da região; a recuperação do passeio público, dos quiosques, da feira de artesanato e do Mercado de Peixes; e realizou o alargamento da faixa de areia da

Praia de Iracema, a construção de *areninhas* e a capacitação de mão de obra para o turismo, entre outras **frentes de trabalho**.

Também podem ser citados o Programa *Re-ciclo*, que ganhou prêmios internacionais ao trabalhar a **gestão de resíduos com potencial de reciclagem diretamente com cooperativas de catadores locais, com enfoque na profissionalização e no incentivo do trabalho de mulheres**. A **requalificação de bairros mais distantes** do centro da cidade, como o Jardim Guanabara e o Conjunto Ceará, promoveu a **recuperação de vias, a drenagem fluvial, o acesso a água e saneamento a milhares de famílias**.

Olhar para o Futuro

A próxima operação a ser assinada entre CAF e prefeitura de Fortaleza dá continuidade ao **planejamento integrado do desenvolvimento urbano** realizado até o momento. Desta vez, vai financiar a melhoria da infraestrutura viária e na qualificação do trânsito, com o objetivo de diminuir o tempo de viagens no município, além de promover a redução de emissões de gases de efeito estufa.

O financiamento prevê ainda a arborização de diversas áreas da cidade, com base no Plano de Arborização, Recuperação de Nascentes e Educação Ambiental, doado pelo CAF à Prefeitura e realizado pela Certare Engenharia, que trabalhou em conjunto com representantes da gestão local envolvidos nos temas ambientais.

Trata-se de mais uma ação ligada ao combate dos efeitos das mudanças climáticas do banco no Brasil, que tem como mandato ser o Banco Verde da América Latina e Caribe.

Com quinze anos de parceria CAF reafirma compromisso com o desenvolvimento urbano sustentável de Fortaleza. A aliança entre o banco e a prefeitura foi abordada em encontro entre o secretário de Governo de Fortaleza, Júnior Castro, e a representante do Banco CAF no Brasil, Estefania Laterza.

"Fortaleza é um **exemplo claro de investimento de longo prazo em projetos integrados de desenvolvimento urbano**, imprimindo uma mudança estrutural na cidade, tanto em grandes obras quanto em capacitação profissional e para a geração de emprego e renda", destacou Estefania Laterza.

Também em março deste ano (2025) o **CAF** entregou **planos de arborização para quatro municípios cearenses:** Tauá, Irauçuba, Juazeiro do Norte e Fortaleza, municípios considerados vulneráveis ao clima e situados em áreas semiáridas do Brasil, receberam projetos de arborização urbana, recuperação de nascentes, educação e comunicação ambiental.

Melhorar as condições ambientais, restaurar ecossistemas naturais e, assim, proporcionar benefícios diretos à população, como a criação de espaços de lazer, a mitigação de ilhas de calor e a melhoria da qualidade do ar e da água. Esse é um dos propósitos que levaram o **CAF** a financiar a elaboração dos ***"Planos de arborização urbana, recuperação de nascentes, educação e comunicação ambiental para municípios vulneráveis ao clima em áreas semiáridas do Brasil"***, entregues às cidades de Tauá, Irauçuba, Juazeiro do Norte e Fortaleza.

Os documentos de cada município foram concebidos para servir como **ferramentas de planejamento urbano** e serem aplicados no fortalecimento da resiliência das localidades diante de eventos climáticos extremos. Para isso, o desenvolvimento das diretrizes contou com a

participação de gestores municipais e baseou-se em metodologia que incluiu pesquisas técnicas sobre solo, índices pluviométricos e espécies vegetais, entre outros fatores.

"Esse é o primeiro dos '**produtos verdes**' que lançamos **no Brasil em 2025**, ano da **COP 30,** e que se destina a contribuir para o combate às mudanças climáticas. Outras ações virão nessa linha, porque é essencial para a instituição financiar iniciativas e programas que auxiliem as cidades a se tornarem mais resilientes, sustentáveis e alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), além de favorecerem a conservação ambiental, a qualidade de vida urbana e a preservação dos recursos naturais", afirma Estefania Laterza, representante do CAF no Brasil. Ela ressaltou ainda que essa iniciativa reforça o papel da instituição como **banco verde** da América Latina e Caribe.

CAF e BANCOS REGIONAIS

CAF concede US$ 220 milhões ao BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) - dezembro de 2024

- *A instalação representa a primeira operação A/B realizada pelo BDMG e foi bem-sucedida na mobilização de mobilização de recursos de renomadas entidades internacionais, entre elas: Banco Continental, Banco do Brasil, Cargill, Eco.business Fund, Global Climate Partnership Fund e responsAbility.*

- *A operação fortalece os laços de colaboração entre as duas instituições financeiras de desenvolvimento, sendo a primeira vez que as duas instituições se unem para a realização de um projeto de financiamento. A operação fortalece os laços de colaboração entre as duas instituições financeiras de desenvolvimento, sendo a primeira vez que o CAF apoia um banco de desenvolvimento no Brasil com esse tipo de mecanismo financeiro. mecanismo financeiro a um banco de desenvolvimento no Brasil.*

O CAF liderou a estruturação e o financiamento do primeiro empréstimo sob a modalidade A/B – que combina recursos próprios e recursos mobilizados junto a outras instituições financeiras – para financiar projetos estratégicos em áreas como economia verde, sustentabilidade, eficiência energética e crescimento sustentável inclusivo.

Em dezembro de 2024 foi feito um empréstimo para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) em um montante total de US$ 220 milhões. Essa operação contou com a participação de importantes instituições financeiras internacionais, como o Banco Continental, o Banco do Brasil, a *Cargill, o Eco.business Fund, o Global Climate Partnership Fund e a responsAbility.*

O empréstimo representa um marco no relacionamento entre o CAF e o BDMG, sendo a primeira operação A/B realizada pelo BDMG, e destaca o **papel fundamental do CAF como *Lead Arranger* na mobilização de recursos mistos do banco, atraindo US$ 120 milhões**. Com esse financiamento, serão promovidos projetos estratégicos no Brasil que apoiam a **sustentabilidade, a eficiência energética e o crescimento sustentável e inclusivo.**

O CAF e o BDMG vêm colaborando **há mais de uma década**, e essa operação fortalece os laços entre os dois bancos de desenvolvimento, consolidando seu compromisso conjunto com o desenvolvimento sustentável na região. O **novo mecanismo financeiro faz parte da**

estratégia abrangente do CAF para mobilizar capital privado para projetos que contribuam para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e promovam uma transição energética justa**.

CAF e BDMG: juntos pela transformação sustentável de Minas Gerais (20 de fevereiro de 2025)

A parceria entre essas instituições foi formalizada com a assinatura de um Memorando de Entendimento durante evento com gestores de entidades subnacionais em Belo Horizonte.

Em um marco da colaboração de mais de 10 anos entre o **CAF e o BDMG** (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) no Brasil, foi realizado, em 20 de fevereiro deste ano, o evento **Municípios 2025**, com o objetivo de capacitar prefeitos recém-empossados e gestores públicos nos temas mais atuais relacionados ao **desenvolvimento integrado dos territórios**.

Estefania Laterza, representante do CAF no Brasil; **Nathalie Gerbasi,** diretora de Desenvolvimento Institucional e Capacitação; e **Guilherme Cardoso**, executivo principal no Brasil, participaram do painel **CAF: Quem somos e como podemos transformar juntos**. Em uma conversa dinâmica, abordaram a trajetória do banco no país, as opções de financiamento disponíveis tanto para o setor público quanto para o privado, além dos principais produtos da área de conhecimento voltados para esse público.

A jornada também foi marcada pela assinatura de um **Memorando de Entendimento** (MoU) entre o **CAF e o BDMG**, com o propósito de estabelecer uma nova via de cooperação futura e desenvolver produtos especificamente voltados para o desenvolvimento de Minas Gerais. Além disso, o documento prevê:

- **Ampliar a carteira** de projetos voltados para inclusão, gênero e diversidade.
- **Promover iniciativas e intercâmbios** de conhecimento para aprimorar processos e maximizar impactos econômicos e sociais.
- **Apoiar na captação de parceiros** financeiros para mobilizar recursos e fornecer assistência técnica a programas e projetos.
- **Fomentar a complementaridade entre os setores público e privado**, apoiando tecnicamente o BDMG na criação de um ambiente favorável para atração de capital privado e geração de empregos.

Há mais de uma década o CAF mantém parceria com o BDMG para apoiar o crescimento sustentável e a economia verde em Minas Gerais. Durante esse período, foram investidos **USD 420 milhões** no estado.

CAF assina Declaração Conjunta com BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do RGS) e AFD (Associação Francesa de Desenvolvimento) por uma agenda integrada de desenvolvimento sustentável e inclusivo na região Sul do Brasil (abril de 2025)

- *Instituições firmam compromisso por ações coordenadas de responsabilidade social, ambiental e climática;*
- *Declaração reafirma compromisso do CAF, BRDE e AFD com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Acordo de Paris e a promoção do desenvolvimento regional sustentável;*

- *Nova aliança internacional aposta no multilateralismo para enfrentar desafios sociais, climáticos e de gênero.*

"A agenda que hoje assumimos reafirma nossa aposta no cooperativismo entre instituições financeiras públicas, fortalecendo redes que compartilham experiências e metodologias, mas sobretudo valores. Com esta declaração, reconhecemos que o desenvolvimento regional precisa ser integrado, inclusivo e resiliente, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e de gênero de forma holística", afirmou **Estefania Laterza, representante do CAF no Brasil.**

Ao lado da representante do CAF, assinaram o documento o diretor-presidente do BRDE, Ranolfo Vieira Júnior, e o diretor adjunto da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Léo Gaborit.

A Declaração estabelece diretrizes comuns para ampliar o impacto positivo de projetos financiados, com ênfase em **inclusão social, igualdade de gênero, resiliência climática e fortalecimento institucional**. Entre os compromissos assumidos, estão a promoção do **empreendedorismo feminino, o apoio à educação financeira com enfoque de gênero e a mobilização de recursos técnicos e financeiros para soluções sustentáveis**.

Nesse contexto, o papel do multilateralismo é muito importante, segundo Estefania Laterza. "O momento que vivemos exige **respostas coletivas e coordenadas**. Por isso, reforçamos hoje a **relevância do multilateralismo como instrumento para ampliar impactos e potencializar soluções**. Nenhuma instituição, por mais sólida que seja, consegue sozinha enfrentar os desafios da desigualdade, das mudanças climáticas ou da exclusão social", ressaltou a representante do CAF.

Durante o ato de assinatura, Estefania Laterza também ressaltou a importância do BRDE como parceiro regional. "O BRDE, com sua capilaridade e profundo conhecimento do território, é essencial para traduzir os compromissos internacionais em ações concretas, que impactam diretamente a vida das pessoas**. O papel de um banco como o CAF, com atuação multilateral e regional, é o de fortalecer capacidades institucionais, apoiar tecnicamente e mobilizar recursos, respeitando as prioridades locais e colocando as pessoas no centro das decisões**", afirmou.

Com validade de quatro anos, a partir da assinatura, a declaração está estruturada em cinco eixos principais:

- **Fortalecimento de estratégias e capacidades**
  Integração das temáticas social, de gênero, ambiental e climática nos projetos financiados; apoio ao monitoramento e avaliação dessas ações; fortalecimento do BRDE como Banco Verde; promoção do empreendedorismo feminino; e alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e os Princípios da UNEP-FI.
- **Expansão da cooperação interinstitucional**
  Ampliação de parcerias estratégicas, compartilhamento de boas práticas e criação de mecanismos coordenados para mobilização de recursos.
- **Apoio à capacitação e engajamento local**
  Desenvolvimento de programas de formação voltados a diversos públicos sobre temas como resiliência climática e acesso ao crédito por mulheres; incentivo à participação de atores locais e fortalecimento de redes técnicas.

- **Garantia de transparência e monitoramento**
  Produção de dados desagregados por sexo, definição de indicadores de impacto, relatórios periódicos e monitoramento participativo.
- **Mobilização de outros atores**
  Envolvimento de governos subnacionais, setor privado e sociedade civil; estímulo a sinergias entre iniciativas em diferentes escalas e fortalecimento da capacidade financeira do BRDE.

CAF reforça compromisso com governos locais no South Summit Brasil (9-11 de abril de 2025)

Em evento de tecnologia e inovação em Porto Alegre em abril deste ano, CAF reafirma seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável das cidades

O **CAF** reforçou o seu papel como parceiro estratégico no financiamento de projetos que impulsionam o **desenvolvimento sustentável e a inovação** no Brasil, durante participação na 4ª edição do ***South Summit* Brasil 2025**, realizada de 9 a 11 de abril, em **Porto Alegre** (RS).

"Os bancos de desenvolvimento são muito mais do que fornecedores de capital, porque atuam como parceiros estratégicos dos governos locais", afirmou a **representante do CAF no Brasil, Estefania Laterza**, durante o painel "Cidades inteligentes: o futuro da vida em sociedade", ocorrido no dia 10.

O debate contou também com a participação do diretor adjunto da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), Léo Gaborit, e do urbanista Diego Arcia, especialista sênior em Habitação e Desenvolvimento Urbano no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A mediação foi conduzida pelo diretor de Planejamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), Leonardo Busatto.

No evento, Estefania apresentou a visão do CAF sobre o papel dos bancos de fomento na **aceleração da transição digital das cidades** e abordou programas e iniciativas voltados à promoção de um **desenvolvimento urbano integrado e resiliente**, com foco em tornar as **cidades mais inovadoras, competitivas e capazes de proporcionar melhor qualidade de vida à população**.

No contexto das **cidades inteligentes**, a representante do CAF falou da importância de os bancos trabalharem com as cidades no desenho, desenvolvimento e implementação de soluções digitais; de catalisar recursos para viabilizar esses projetos; e de apoiar diagnósticos e estudos de casos baseados em indicadores, a partir dos quais são desenhados os componentes de transformação digital.

Além disso, Estefania destacou a importância de se construir um ecossistema de colaboração entre os setores público e privado, que estimule parcerias de impacto voltadas à transformação do setor público no Brasil. Ainda, ela enfatizou a necessidade de se colocar as pessoas no centro do desenvolvimento sustentável.

Reconhecido como um dos principais eventos de **inovação e empreendedorismo** da América Latina, o ***South Summit* Brasil** reúne especialistas, investidores e líderes de diferentes setores para debater temas como modelos financeiros para *startups*, soluções baseadas na natureza para cidades resilientes e cocriação como estratégia para o desenvolvimento de setores-chave.

CAF e Prefeitura de Porto Alegre firmam contrato de empréstimo de até US$ 80 milhões (20 de dezembro de **2024**)

Os recursos da operação serão aplicados no Programa de Inovação Social para a Transformação Territorial de Porto Alegre, que tem o objetivo de fortalecer a ***resiliência da cidade contra desastres naturais****.*

Firmado o contrato de empréstimo entre o **CAF e a Prefeitura de Porto Alegre, destinado ao Programa de Inovação Social para a Transformação Territorial da capital do Rio Grande do Sul**, que irá beneficiar diretamente mais de 100 mil pessoas e, indiretamente, toda a população da cidade, estimada em 1,3 milhão de habitantes. O Diretório do CAF havia aprovado o empréstimo, de até **US$ 80 milhões**, no dia 5 de dezembro de 2024.

Os **recursos do empréstimo vão auxiliar a Prefeitura de Porto Alegre a enfrentar os impactos das inundações, ocorridas em abril e maio deste ano** (2024), e contribuir para a resiliência climática, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável em áreas vulneráveis da cidade. Porto Alegre enfrenta desafios significativos devido à sua geografia e hidrologia, que a tornam suscetível a desastres naturais.

"Esse empréstimo promove a transformação urbana sustentável, especialmente em áreas vulneráveis de Porto Alegre. Além disso, ao priorizar investimentos verdes, essa iniciativa posiciona a cidade em linha com as metas globais de desenvolvimento e adaptação climática, uma prioridade para os investimentos do CAF", disse **Sergio Diaz-Granados, Presidente Executivo do CAF**.

Classificado como **100% verde**, o programa contribuirá para a **reconstrução da infraestrutura danificada pelas chuvas**, uma tragédia que afetou 2,12 milhões de pessoas em todo o estado e deixou 183 mortos.

O programa prevê **intervenções de urbanização em bairros densamente povoados e marcados pela vulnerabilidade social e ambiental**. Entre as ações previstas está a construção de **Complexos Territoriais Integrados**, que descentralizarão os serviços municipais, oferecendo espaços dedicados à educação, ao esporte, à cultura, ao lazer e à inovação. Essas estruturas também atenderão **populações em situação de risco social e climático**, promovendo a resiliência diante dos desafios impostos pelos eventos extremos que afetaram a cidade e o estado em 2024.

O projeto de financiamento do programa também inclui melhorias na infraestrutura urbana, como **saneamento**, mobilidade, acessibilidade**, saúde** e segurança em **áreas de risco**.

CAF assina contrato de US$ 150 milhões com Governo da Bahia (11 de dezembro de 2024)

CAF assina contrato de US$ 150 milhões para a ponte Salvador-Ilha de Itaparica

Recursos vão possibilitar a construção de uma das maiores obras de infraestrutura do país.

O **projeto de construção da ponte Salvador-Ilha de Itaparica** deu um importante passo, neste dia 11 de dezembro de 2024, com a assinatura de **contrato de financiamento entre o CAF e o Governo do Estado da Bahia**. O acordo prevê empréstimo de até **US$ 150 milhões** para viabilizar parte do Sistema Viário Integrado, que inclui a ponte e várias outras intervenções viárias fundamentais para a região. Ainda de acordo com o contrato, os recursos serão

destinados ao **financiamento parcial de contribuições ao Fundo de Garantia de Aporte da Ponte** (FGAP), entre outros itens do projeto.

De acordo com o **vice-presidente do Setor Privado do CAF, Antonio Silveira**, a instituição já tem 30 anos de trabalho do Brasil e participa do desenvolvimento de vários estados e de muitos municípios da Bahia, como Salvador e Camaçari, entre outros.

"**Esta é a primeira operação que o CAF faz com o Governo do Estado** e é muito simbólico que seja parte do Fundo Garantidor da PPP da ponte Salvador-Itaparica, porque essa obra vai trazer um grande desenvolvimento para a região metropolitana de Salvador e um regulamento da Ilha de Itaparica. Toda a Costa do Dendê e vai se beneficiar com isso e vai gerar um impulso regional muito forte", afirmou o vice-presidente.

Teleférico, inovação e capacitação: Salvador obtém investimento do CAF (03 de abril de 2025)

Teleférico, inovação e qualificação: Salvador recebe investimento de US$ 125 milhões do CAF.

Empréstimo beneficiará diariamente cerca de 900 mil pessoas na capital baiana.

Foi assinado em abril deste ano, em Salvador, o contrato de financiamento entre o **CAF** e a **Prefeitura de Salvador**, no valor de **US$ 125 milhões**, para a implementação do **Programa de Inclusão Social e Territorial.** Participaram da cerimônia de assinatura o **prefeito Bruno Reis** e a **representante do CAF no Brasil, Estefania Laterza.**

O empréstimo tem como objetivo contribuir para **melhorar a qualidade de vida** dos habitantes do município, apoiando a **redução das desigualdades sociais e de gênero**, por meio de investimentos nos setores de **inclusão social e produtiva**, de **mobilidade urbana e equipamentos e de inovação e tecnologia**. Além disso, a iniciativa visa auxiliar na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e na conservação da biodiversidade urbana.

Para **Estefania Laterza**, este é um projeto inovador e vai trazer vários benefícios para a região do Subúrbio Ferroviário de Salvador. "Algumas das riquezas deste projeto são a melhoria do acesso e da mobilidade em uma área carente da cidade, com um modo de transporte elétrico e não poluente, reduzindo o tempo das viagens e conectando as pessoas ao metrô e a outros sistemas. Este é um programa sustentável, inclusivo e que será um marco para o município de Salvador", avalia Estefania Laterza.

O prefeito de Salvador, **Bruno Reis**, destaca a importância desta parceria com o CAF, porque traz recursos que permitem acelerar o desenvolvimento da cidade.

"Agora, vamos poder construir o primeiro teleférico de Salvador, uma obra importantíssima em mobilidade para regiões carentes da cidade. Também iremos implantar, no subúrbio, o Hub de Inovação e o Centro de Controle e Operações da Prefeitura, que irão funcionar no mesmo prédio e, com isso, será possível fazermos políticas públicas mais eficientes e acompanharmos o dia a dia da cidade de forma imediata, tendo o controle maior das ações e da gestão pública", afirma o prefeito.

Além disso, ele destaca que os recursos serão utilizados para financiar o maior programa de **qualificação de mão de obra da cidade**, permitindo que milhares de pessoas possam ter acesso a diversos cursos de tecnologia, entre outras áreas, conforme a demanda do mercado.

Entre as obras previstas no programa, está **a primeira linha do teleférico**, Mané Dendê, que inclui a implantação da linha de aproximadamente 4,3 km de extensão e com quatro estações de conexão – Campinas de Pirajá, Pirajá, Mané Dendê e Praia Grande –, favorecendo a integração com o sistema de mobilidade municipal existente.

Além disso, na área de mobilidade urbana, está prevista **a implementação de uma estação de recarga do BRT e a requalificação do Elevador Lacerda**, entre outras obras viárias e equipamentos urbanos.

O projeto do teleférico está sendo conduzido em parceria com a Fundação Mário Leal Ferreira e vai conectar corredores importantes de transporte, como a avenida Suburbana, o Mané Dendê e regiões mais altas, como no bairro de Pirajá, até a BR-324, onde será possível integrar com o metrô.

Quanto à **qualificação profissional**, o Programa compreende a capacitação especializada, treinamento e qualificação voltada para o mercado de trabalho e o empreendedorismo, **de aproximadamente 40 mil pessoas**, priorizando **segmentos de baixa renda, mulheres, jovens e população afrodescendente**.

Ainda faz parte do programa a **Cidade inteligente**, que inclui a implantação de um observatório para monitoramento e gestão do território, a elaboração de uma estratégia de transformação digital do município e a construção do **Projeto Bairro Inteligente no Centro Histórico de Salvador**.

CAF acompanha obras do Programa Mais Mogi Eco Tietê em Mogi das Cruzes (03 de abril de 2025)

Investimento de US$ 87,8 milhões do CAF objetiva impulsionar melhorias ambientais, de mobilidade e saneamento para beneficiar diretamente mais de 250 mil moradores.

As obras do **Programa Mais Mogi Eco Tietê**, financiado pelo CAF, foram o foco da visita da **representante do CAF no Brasil, Estefania Laterza**, à prefeita de **Mogi das Cruzes, Mara Bertaiolli**.

O programa tem como objetivo melhorar a **qualidade de vida** dos habitantes da cidade por meio da revitalização e preservação do **Rio Tietê**, além de promover melhorias no **saneamento básico, mobilidade e infraestrutura urbana**.

Segundo **Estefania Laterza**, a visita reforça o compromisso do CAF com o desenvolvimento da cidade. “O programa promove soluções urbanas voltadas ao crescimento sustentável, à preservação ambiental e à qualidade de vida da população, fatores que são pilares estratégicos para o CAF”, destacou a representante do banco no país.

Hidrogênio verde: fonte de energia para Nordeste brasileiro *19 de fevereiro de 2024*

Segundo publicação de Oswaldo López, **Economista principal de CAF no Brasil**, o **Brasil tornou-se progressivamente o foco da atenção regional na geração de energia renovável e na transição energética**. A utilização de suas extensas bacias hidrográficas (Amazônia, São Francisco e Paraná) permitiu desenvolver uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, com mais de 68% de sua energia elétrica produzida em usinas hidrelétricas. No entanto, o leque de energias renováveis vai além da origem hídrica, observando-se um progresso acelerado

noutras fontes alternativas, como a solar ou a eólica, que já fornecem mais de 22% da eletricidade total do país.

A base de crescimento dessas novas fontes energéticas está localizada na região Nordeste. Pela sua posição estratégica, com bons ventos e sol abundante durante todo o ano, o Nordeste tornou-se um player fundamental na geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. 68% de toda a energia solar e eólica do Brasil é produzida na região.

Em meio a esses resultados**, o Nordeste tem conseguido atingir, de forma agregada, seu abastecimento energético integral a partir de fontes renováveis**. Em 15 de fevereiro de 2024, o relatório semanal do Operador Nacional de Energia Elétrica apontou que a produção de energia elétrica limpa (hídrica, eólica e solar) no Nordeste (15.439 MWmed) superou toda a carga de consumo ocorrida naquele período (13.114 MWmed), sendo **o único território do Brasil com capacidade de "exportar" energia limpa para o resto das regiões**. Embora esses resultados já posicionem o Nordeste na vanguarda do processo de transição energética nacional, a região também apresenta grandes vantagens comparativas para o desenvolvimento do hidrogênio verde: "o combustível do futuro".

O hidrogénio é chamado a ser um dos pilares da descarbonização energética a nível mundial nas próximas décadas. A energia proveniente do hidrogênio é extremamente vantajosa, dada a abundância desse elemento químico no planeta e sua compatibilidade com o meio ambiente por não emitir CO2 ou deixar resíduos negativos no ar no seu processo de geração. No entanto, esta energia pode ser altamente poluente se a eletricidade utilizada no processo de separação do vetor de hidrogénio vier de energias poluentes, como o hidrogénio cinzento (fóssil) ou o hidrogénio azul (carvão).

Aqui o hidrogénio verde ganha relevância, na medida em que o seu processo utiliza apenas energia proveniente de fontes renováveis. Dada a sua versatilidade, esta substância é uma alternativa viável para processos de produção altamente intensivos em energia, onde a redução das emissões de carbono é difícil de alcançar, como o transporte aéreo e naval, a produção de fertilizantes, a metalurgia ou a fabricação de cimento e aço.

O Nordeste brasileiro, com suas condições naturais favoráveis e capacidade de geração de energia limpa, tem grande potencial para configurar um polo de produção de hidrogênio verde. A região possui um enorme litoral que, além de facilitar o processo intrínseco de hidrólise, alberga uma das mais importantes redes portuárias do país, com maior proximidade geográfica nacional aos importantes mercados europeus consumidores deste tipo de combustível.

Em janeiro de 2023, o estado do Ceará marcou um marco histórico ao presenciar a produção da primeira molécula de hidrogênio verde realizada no país. A conquista fez parte do projeto de Pesquisa e Desenvolvimento do Complexo Termelétrico do Pecém (UTE Pecém), que busca gerar combustível limpo com garantia de origem renovável. Esse passo, sem dúvida, posicionou o Ceará, e todo o Nordeste, na vanguarda do conhecimento na área do hidrogênio renovável brasileiro.

O **desenvolvimento da indústria do hidrogênio verde pode ser a chave para a transformação socioeconômica do Nordeste**, baseada em um modelo econômico de maior crescimento, capaz de gerar empregos e fechar as lacunas sociais sofridas pelos seus habitantes. Em contraste com sua riqueza energética, o Nordeste é uma das regiões mais pobres e desiguais

do país, com alta concentração de renda (a segunda maior do país, segundo o índice de renda GINI), baixa produtividade (a mais baixo entre todas as regiões do Brasil), altas taxas de pobreza e lacunas importantes nos indicadores de saúde e educação em comparação com o resto das regiões do país. Embora a qualidade de vida dos nordestinos tenha melhorado nos últimos anos, a região ainda apresenta os indicadores socioeconômicos menos favoráveis do país.

Embora o mercado do hidrogénio verde ainda se encontre numa fase inicial à escala global, o seu crescimento parece irreversível, tendo em conta que constitui, talvez, a alternativa mais promissora para substituir os combustíveis fósseis como principal meio de energia. **Os desafios que a indústria nordestina do hidrogênio verde terá que superar para acompanhar esse crescimento são importantes**; desde a redução do seu ainda elevado custo de produção (em comparação com o hidrogénio cinzento ou azul), passando pela construção de uma infraestrutura adequada de transporte e armazenamento, até ao estabelecimento de um quadro regulamentar que regule a produção e comercialização deste mercado.

O **CAF-banco de desenvolvimento da América Latina e do Caribe acompanha de perto o avanço da indústria do hidrogênio verde no Nordeste brasileiro**, levando em consideração que esta região tem sido o **centro nevrálgico das operações de crédito do país**, tendo mantido uma **capilaridade ativa com mais de 16 entidades subnacionais**, e considerando que **o apoio à transição energética da região constitui um pilar da sua estratégia corporativa**.

Consequentemente, **promover a produção de hidrogénio verde através do financiamento de infraestruturas físicas, serviços ou projetos de investigação** ajudará o Nordeste a superar os obstáculos inerentes à indústria do hidrogénio verde e, mais importante, a reduzir os seus grandes desafios sociais, ao mesmo tempo que contribuirá para a sua melhoria. o objetivo de tornar a matriz energética do continente ainda mais verde.

CAF e ONU Turismo lançam o Guia de Investimentos no Brasil (23 de janeiro de 2025)

O guia Tourism Doing Business – Investindo no Brasil oferece dados sobre o grande potencial do país em matéria de investimentos e analisa aspectos essenciais para reforçar sua posição como destino de primeiro nível global, com foco no crescimento econômico inclusivo e sustentável. O Brasil recebeu o guia no âmbito da FITUR, uma das principais feiras de turismo do mundo, na qual o país é o convidado de honra deste ano.

Elaborado pelo **CAF** e **ONU Turismo**, o guia detalha as **oportunidades de investimento disponíveis no Brasil**, destacando suas qualidades como destino turístico único. Baseado em análises sobre competitividade e clima de investimento, o documento posiciona o país como um **destino com grande potencial de crescimento**, tanto para investimentos quanto para o turismo.

O **turismo se consolidou como um pilar fundamental da economia brasileira**. Em 2023, o setor representou 8% do PIB, e as receitas derivadas do turismo internacional corresponderam a 15,3% das exportações totais de serviços do país, com impactos diretos, indiretos e induzidos. Este desempenho é impulsionado pelas políticas públicas e estratégias implementadas para fortalecer a infraestrutura turística e promover um crescimento inclusivo e sustentável do setor.

Sergio Díaz-Granados, presidente executivo do CAF, destacou que a instituição busca apoiar a chegada de mais investimentos a este setor estratégico, alinhando-se com as prioridades estabelecidas pelo governo brasileiro. “A combinação única de biodiversidade, diversidade na oferta turística, acessibilidade, hospitalidade e uma rica cultura faz do Brasil um destino de classe mundial”, afirmou Díaz-Granados.

Para **Zurab Pololikashvili, secretário-geral da ONU Turismo**, o investimento em turismo representa uma oportunidade estratégica para fortalecer os mercados locais e aumentar a presença internacional dos países. “Nesse contexto, **o Brasil se destaca como um destino propício para atrair investimentos**, impulsionando um turismo sustentável e inclusivo na América Latina”, comentou Pololikashvili.

O guia também detalha **o papel do CAF no setor turístico**, destacando sua atuação como fonte de financiamento para o desenvolvimento sustentável na região, e sublinha as iniciativas alinhadas aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

CAF apoia a implementação de políticas públicas para jovens no Brasil (setembro de 2024)

*Projeto busca elevar as condições de desenvolvimento do país com a instituição de políticas públicas para jovens em questões como trabalho, educação, **saúde**, meio ambiente, populações vulneráveis e outros temas*

Foi assinado em 10 de setembro de 2024 um acordo de cooperação técnica entre o **CAF e a Secretaria Nacional da Juventude**, órgão da **Secretaria-Geral da Presidência da República do Brasil.** Os recursos previstos no acordo, um total de **US$ 100 mil** (cerca de R$ 550 mil), serão utilizados para apoiar a criação do **Observatório da Juventude**, que contribuirá para o desenvolvimento do país por meio da população jovem, a partir da geração de conhecimento sobre esse grupo para respaldar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas específicas.

“Como um banco destinado à melhoria da qualidade de vida de todos os latino-americanos e caribenhos, **o CAF tem a missão de contribuir com operações prioritárias para o progresso sustentável da região**, financiando projetos dedicados à promoção do desenvolvimento humano e social, equitativo e solidário. Nesse sentido, esta iniciativa vai gerar valor às políticas públicas de juventude e facilitar a transferência de conhecimento entre jovens brasileiros”, afirma **Estefania Laterza**, representante do CAF no Brasil.

“Com esse acordo daremos o pontapé para finalmente começarmos, na prática, a implementar as diretrizes básicas do Estatuto da Juventude, no que diz respeito a promover informações a respeito dos jovens brasileiros para promover políticas públicas a esse público. Temos hoje **48 milhões de jovens** que precisam se desenvolver e não podemos esperar mais”, declarou **Ronald Luiz dos Santos**, Secretário Nacional da Juventude.

Entre os resultados esperados desta iniciativa está a produção, **sistematização e difusão de dados sobre as condições dos jovens, com idade entre 15 e 29 anos no Brasil**, bem como **publicações e a construção de uma plataforma digital que reunirá todas as informações levantadas, com disponibilidade ao público em geral**.

CAF apoia valorização feminina com Prêmio Mulheres na Ciência (12 de março de 2025)

Por meio de uma cooperação técnica com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, o CAF apoiou a realização da 1ª edição do Prêmio Mulheres na Ciência, uma iniciativa que busca valorizar e reconhecer a contribuição das mulheres para o avanço da ciência no Brasil.

As cientistas e as instituições de ensino superior premiadas com o **1º Prêmio Mulheres na Ciência**, promovido pelo **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**

(CNPq), em colaboração com o **CAF** e o **British Council do Brasil**, receberam suas premiações no dia 12 de março deste ano, na sede do CNPq, em Brasília (DF).

Por meio de uma cooperação técnica, o CAF apoia essa iniciativa do CNPq, que tem como objetivo promover a diversidade, a pluralidade e a participação das mulheres na ciência, tecnologia e inovação, além de fortalecer a equidade de gênero e valorizar suas contribuições para a pesquisa.

Durante a cerimônia de premiação, **Estefania Laterza**, **representante do CAF no Brasil,** destacou a importância do prêmio para o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres no campo científico e defendeu a relevância de todas as ações afirmativas para reduzir desigualdades e promover a inclusão de gênero no Brasil.

"**Superar os desafios da inclusão e da diversidade é um dos aspectos fundamentais da estratégia do CAF no país**", afirmou a representante, acrescentando que os princípios de inclusão, diversidade e equidade de gênero estão presentes em todas as iniciativas do CAF na América Latina e no Caribe.

A mesa da cerimônia contou com a presença da ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, **Luciana Santos**; da diretora de Articulação Institucional, Ações Temáticas e Participação Política, **Andreza Silva Xavier**, que representou a ministra das Mulheres, **Cida Gonçalves**; do diretor do CNPq, **Ricardo Galvão**; da diretora de Engajamento Cultural do British Council Brasil, **Diana Daste**; e da representante do CAF no Brasil, **Estefania Laterza**.

Essa iniciativa se enquadra na **Estratégia CAF de Igualdade de Gênero 2022 – 2026**, que tem como objetivo apoiar os países em suas políticas públicas de igualdade para o empoderamento e a liderança das mulheres e meninas da região em seus diversos campos de atuação.

O prêmio contempla três categorias:

- **Estímulo**: destinado a pesquisadoras de até 45 anos;
- **Trajetória**: voltado para cientistas com 46 anos ou mais; e
- **Mérito Institucional**: destinado a reconhecer instituições comprometidas com a equidade de gênero na ciência.

As categorias Estímulo e Trajetória premiam vencedoras em cada uma das grandes áreas do conhecimento: Ciências da Vida; Ciências Exatas, da Terra e Engenharias; e Ciências Humanas e Sociais, Letras e Artes.

O CAF e o Fomento à Formação

CAF e SEAID (Secretaria de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento) promovem capacitação de autoridades públicas femininas (2024)

A participação de prefeitos, secretários municipais e estaduais e equipes de assessoria na apresentação de solicitações de financiamento de seus projetos é essencial para o desenvolvimento de seus municípios e estados. No Brasil, essa participação das mulheres nos espaços de decisão continua baixa, o que representa uma dificuldade para a construção de políticas públicas de qualidade que incluam também uma perspectiva de gênero. Com o objetivo de promover a participação de mais mulheres nesta área estratégica do setor público, e no âmbito da sua Estratégia para a Igualdade de Género, o CAF juntou-se à Secretaria de Assuntos

Internacionais e Desenvolvimento do Ministério do Planejamento e Orçamento (SEAID/MPO), com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e do Instituto Alziras, para realizar um curso de formação a fim de atrair recursos externos destinados ao financiamento de políticas locais com perspectiva de género, iniciando assim uma cooperação técnica fundamental.

Foram envolvidas **diversas áreas do CAF**: a Representação do Brasil, a Gestão de Gênero, Inclusão e Diversidade e a Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Capacitação, co-organizadoras do evento. Além disso, Estefania Laterza, representante do CAF no Brasil, participou como painelista principal; Angie Palacios, especialista em Mobilidade e Gênero; José Rafael, Executivo Sênior da OP Brasil; Carlota Real, especialista em Água e Saneamento; Cecilia Guerra, especialista em Mudanças Climáticas; Patrícia Freitas, consultora externa do CAF; e Adriana Barbosa, diretora do Instituto Feira Preta. Guadalupe Aguirre, Coordenadora de Gênero, participou como moderadora; Marcella Zub Centeno, especialista em gênero; e Nathalie Gerbasi, diretora de Desenvolvimento Institucional e Treinamento.

Na abertura do evento, o CAF foi representado por **Ana Baiardi**, **gerente de Gênero, Inclusão e Diversidade**, que afirmou que a **área de Gênero e a área de Desenvolvimento Institucional e Capacitação do CAF** estão unidas na busca pelo fortalecimento da liderança das mulheres em todas as ações do Banco.

Além disso, destacou que **"o Brasil é um importante aliado do CAF e reconhecemos a prioridade que o Governo dá às questões de gênero e, nesse âmbito, à formação de mulheres líderes que atuam na política para serem potenciais catalisadoras das mudanças que nossos as sociedades precisam tanto."**

Nesta mesa ela também estava acompanhada por Natália Teles da Mota, presidente substituta da Enap; Iara Alves, diretora de Educação Executiva da Enap; e Renata Amaral, Secretária de Assuntos Internacionais e Desenvolvimento do MPO. Da mesma forma, a presidente da ENAP, Betânia Lemos, proferiu suas palavras de forma virtual. Foi então realizada a conferência de abertura, **"O papel da mulher na política, nos espaços de decisão e na promoção do desenvolvimento no Brasil"**, que contou novamente com a participação de Ana Baiardi.

Com uma abordagem ampla e abrangente, durante os três dias de formação foram abordadas as diferentes fases de preparação, aprovação e execução de projetos e apresentadas iniciativas específicas que estão a ser implementadas, com o objetivo de partilhar boas práticas e oportunidades para novos projetos. que buscam atender demandas prioritárias de estados e municípios. As instituições convidadas foram o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco mundial, a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA, a Agência Francesa de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento KfW, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, o Novo Banco de Desenvolvimento (BRICS),o FONPLATA e o Ministério da Fazenda do Brasil, que tiveram seus representantes em cada painel e workshop.

No primeiro dia foram realizados dois painéis: **"Mobilização de Recursos Externos como Ferramenta para o Desenvolvimento Local"**, nos quais foi discutido o papel do financiamento multilateral para o desenvolvimento sustentável dos Estados e municípios; e "Do Projeto à Execução: A Jornada Institucional para Mudar a Vida do Cidadão", em que foi discutido o processo de financiamento externo no Brasil, desde a carta consulta até a assinatura do

contrato. Estefania Laterza, representante do CAF no Brasil, participou do primeiro painel, enquanto Guadalupe Aguirre, Coordenadora de Gênero do CAF, foi responsável pela moderação do segundo painel.

O evento continuou com o workshop **"Da Escola à Estrada: Qual o melhor instrumento financeiro para concretizar a minha política?"** Com a participação da consultora externa do CAF, Patrícia Freitas, este workshop enfocou as vantagens e características de cada tipo de empréstimo, como projetos de investimento público, programas baseados em resultados e financiamento para o desenvolvimento de políticas, bem como o papel que a colaboração com organizações multilaterais as instituições podem cumprir. Foi então realizado o terceiro painel do evento, "O Impacto dos Projetos de Infraestrutura e Saneamento nos Estados e Municípios sob a Lente de Gênero", onde foram apresentados os benefícios de melhores trabalhos de saúde pública para as populações e o desafio da inserção das mulheres no setor de infraestrutura . Em representação do CAF, Carlota Real, especialista em água e saneamento, participou neste painel.

"Cidades que pensam nas mulheres e mulheres que pensam nas cidades: políticas locais inovadoras em habitação e mobilidade urbana" foi o nome do quarto painel, que contou com a presença de Angie Palacios, especialista em Mobilidade e Gênero do CAF. Este painel convidou à reflexão sobre o papel das mulheres e de outros grupos sub-representados nos espaços urbanos, e a forma como o planeamento habitacional e a mobilidade urbana impactam as suas vidas.

O dia encerrou com a primeira seção temática, **"Explorando Histórias de Sucesso: Abordagens inovadoras para a execução de políticas locais".** Neste espaço interativo, os participantes puderam circular entre as mesas, apresentando como boas práticas podem ser replicadas e escalonadas. Os temas abordados foram saúde, segurança, questões urbanas, redução da pobreza nas zonas rurais e economia do cuidado. As encarregadas de moderar o espaço foram Marcella Zub Centeno, especialista em Gênero do CAF, e Nathalie Gerbasi, Diretora de Desenvolvimento Institucional e Treinamento do CAF.

O terceiro dia de encontro começou com o quinto painel **"Como promover a geração de emprego e renda nos Estados e Municípios"**, onde foi apresentada uma iniciativa de empoderamento feminino no mercado de trabalho que está sendo desenvolvida pelo Banco na cidade de Salvador, bem como outras iniciativas para aumentar a participação feminina no mercado de trabalho a nível nacional e global, com desafios de nicho e oportunidades para novos projetos.

O sexto painel, **"Enfrentar os desafios das mudanças climáticas nas cidades e regiões rurais: garantindo a igualdade de gênero na transição verde"**, contou com a presença de Cecilia Guerra, especialista em mudanças climáticas do CAF. Foram partilhados mecanismos para enfrentar as alterações climáticas com base em soluções inovadoras para aumentar a resiliência das zonas urbanas e rurais. Além disso, foram apresentados exemplos de projetos de mitigação e adaptação às alterações climáticas liderados por mulheres ou centrados nos impactos para as mulheres, desenvolvidos com o apoio de bancos financiadores nacionais e multilaterais.

Pouco depois, foi realizada a Sessão de Feedback, na qual foram apresentados as conclusões e os compromissos para avançar na agenda de gênero. As instituições organizadoras tiveram espaço para um discurso de encerramento, enquanto as instituições convidadas puderam fazer os seus comentários finais. No encerramento, **Estefania Laterza** dirigiu-se aos dirigentes participantes: "queremos apoiá-los nesse espaço que conquistaram com tanta

dificuldade. **“Queremos ver um Brasil desenvolvido para todas as pessoas e estamos aqui para lhes dar as ferramentas e apoiá-las na gestão.”**

A iniciativa foi focada em treinamento de **governadoras, prefeitas e secretárias** para a construção de projetos com perspectiva de gênero e com possibilidades de financiamento de bancos multilaterais de desenvolvimento.

Programa Liderança para a Transformação 2.0 - Brasil (2º ed) – início em junho de 2025

O **Programa Liderança para a Transformação 2.0**, organizado e entregue pelo CAF em conjunto com os países da região, procura contribuir para o fortalecimento de competências dos líderes em toda a região.

O Programa, de formato híbrido (virtual-presencial), visa fortalecer **competências** com ênfase no desenvolvimento de **líderes** de organizações da sociedade civil, setores público e privado, entre outros, comprometidos em promover o **desenvolvimento integral** de territórios e comunidades na América Latina e no Caribe por meio de uma liderança capaz de enfrentar os desafios atuais da região.

O foco será o fornecimento de treinamento para o desenvolvimento de habilidades de liderança e o desenvolvimento de projetos de graduação. Para isso, um workshop para o desenvolvimento de projetos de graduação será oferecido ao longo dos módulos. No Brasil, este programa é ministrado em colaboração com a **Fundação Dom Cabral**.*

(*FDC - Centro Social Cardeal Dom Serafim foi concebido para ampliar e acelerar os esforços da FDC para a redução das desigualdades sociais e promoção do desenvolvimento econômico no Brasil, por meio do desenvolvimento e capacitação de jovens em situação de vulnerabilidade, empreendedores populares, gestores de organizações sociais e as próprias instituições do terceiro setor. A brasileira Fundação Dom Cabral (FDC) está no top 10 das melhores escolas de educação executiva do mundo, segundo ranking do jornal inglês Financial Times em junho de 2024. A instituição é a 5ª melhor escola de educação executiva em programas abertos e a 10ª em programas customizados).

Formação em Governança e Inovação Pública (Brasil - 4° ed) – início em junho de 2025

A quarta edição da **Formação em Governança e Inovação Pública**, organizada pelo **CAF** em parceria com **18 universidades de prestígio**, abrange 22 países da América Latina, Caribe e Espanha, e oferece uma **abordagem prática e aplicada** à governança e à inovação pública na região, com foco na liderança pública transformadora

Com um **formato inovador e dinâmico**, o programa **capacita lideranças do setor público e privado para atuar de forma estratégica frente aos desafios globais**, equilibrando variáveis políticas, econômicas, sociais, climáticas e de gênero. A Formação em Governança e Inovação Pública é o único programa que **combina formação acadêmica de alto nível com um laboratório prático de inovação**.

No Brasil, realiza-se em conjunto com a **Fundação Getulio Vargas (FGV)**. Com duração de 6 meses, o Programa buscará debater as questões estratégicas do **desenvolvimento sustentável** na região, com foco na inovação pública e nas habilidades e ferramentas de governança para alcançar os **ODS 2030**.

Finalmente, citamos dois artigos que trazem o debate para a **Saúde e o Planejamento Urbano,** temas relevantes e correlatos, muito pouco debatidos nos fóruns dos Bancos de Desenvolvimento Regional. Ambos os artigos são de **economistas do CAF.**

O primeiro deles denomina-se ***Quão amplas são as desigualdades em saúde na América Latina?***, de autoria de **Dolores de la Mata, Economista Principal do CAF,** datado de 19 de março de 2024.

Neste artigo ela conclui que o **padrão complexo de desigualdades na saúde** na ALC sugere que é necessária uma **abordagem multifacetada** para as resolver.

Segundo a autora não se trataria apenas de reformar os sistemas de saúde: os países da ALC implementaram uma grande variedade de estruturas organizacionais, mas nenhum esquema específico demonstrou reduzir conclusivamente as desigualdades em saúde.

Embora os esforços para melhorar a qualidade dos cuidados devam continuar, soluções eficazes também exigirão a abordagem dos determinantes sociais mais amplos dos resultados de saúde, afirma a autora.

O segundo artigo denominado ***Como o planejamento urbano impacta a saúde?*** é de autoria de **Ángel Cárdenas** (**Gerente de Desenvolvimento Urbano, Agua y Economias Criativas do CAF -Banco de Desenvolvimento de América Latina e Caribe**) – datado de 07 de abril de 2023.

Segundo o autor, a rápida e mal planejada urbanização da América Latina e do Caribe levou a muitos desafios, como a acessibilidade habitacional, a sustentabilidade dos transportes ou o acesso seguro a serviços de água e saneamento. Embora muitos dos problemas da urbanização mal gerida possam impactar a qualidade de vida das pessoas em múltiplos aspectos, seus efeitos nas saúdes física e mental também merecem ser destacados.

Alguns exemplos podem explicar a questão: estima-se que 21% da população urbana viva em **assentamentos informais sem acesso a serviços e infraestrutura adequados**, principalmente água potável, fazendo com que milhões de pessoas não tenham acesso seguro e gerando alta exposição a **doenças transmitidas pela água**, o que afeta especialmente a **mortalidade de crianças menores de 5 anos de idade**.

Cerca de **36% do ruído gerado nas cidades provêm do tráfego de carros particulares e do transporte público.** Esse fenômeno, ao qual os moradores da cidade dedicam pouca atenção, tem, por exemplo, um impacto significativo no **aumento da pressão arterial da população infantil.**

Outro exemplo é que a **ausência de infraestrutura adequada** (praças, parques, ciclovias) **desestimula a prática de atividades físicas**. Na região, o número de pessoas que não realizam atividades desse tipo subiu para 39% nos últimos anos. Isso **pode levar a doenças como câncer de mama ou diabetes e, ademais, tem um impacto ainda maior nas mulheres, pois quando existem fatores de insegurança, mulheres e meninas tendem a ser desencorajadas a praticar menos atividade física do que os homens.**

A **pandemia de COVID-19 evidenciou a relação entre saúde e desenvolvimento urbano**, pois permitiu observar as cidades que implementaram intervenções que contribuíram para reduzir o contato e, portanto, o contágio. Muitas dessas iniciativas têm sido um ponto de partida

para os governos locais proporem ações para promover uma vida mais saudável onde é essencial pensar na **infraestrutura de saúde** e, por sua vez, satisfazer as **necessidades de infraestrutura, bons serviços, alimentação, moradia adequada e cuidado com o meio ambiente**.

No **CAF (Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe)**, criamos **um guia para cidades mais saudáveis** que fornece quadros conceituais, recomendações e exemplos práticos para uma vida mais saudável nas cidades com base no **trabalho conjunto entre planejamento urbano e agenda de saúde** no nível municipal, de acordo com as melhores práticas disponíveis internacionalmente.

Esse guia **apresenta recursos com os quais um governo local pode contar para produzir ambientes urbanos mais saudáveis**, por exemplo, regulamentar o uso do solo pode garantir e preservar a qualidade dos recursos naturais; incentivar a atividade física; simultaneamente, promover o bom uso da infraestrutura e torná-la economicamente viável; e facilitar o acesso a alimentos frescos e de qualidade.

A **gestão integral de resíduos sólidos urbanos** é um **elemento crítico no planejamento, consolidação e manutenção de cidades mais saudáveis**.

Também são essenciais a **infraestrutura segura para acessibilidade e mobilidade** sustentável. Os governos locais têm um papel fundamental na melhoria da segurança em pontos críticos da infraestrutura rodoviária, promovendo a aplicação do marco regulatório e garantindo seu cumprimento.

Uma abordagem de saúde em todas as políticas torna-se uma oportunidade para os governos locais de nossa região repensarem ações coordenadas e intersetoriais em saúde e desenvolvimento urbano. Este guia busca contribuir para o alcance desse objetivo. https://www.milenio.com/opinion/angel-cardenas/columna-angel-cardenas/la-planeacion-urbana-impacta-en-la-salud

Considerações finais

Neste levantamento detalhado dos Projetos e Programas apoiados e financiados pelo **CAF (Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe) no Brasil** foi possível detectar o impacto dos mesmos na área da **saúde**, direta ou indiretamente.

Aqui foram apresentadas tanto as ações em âmbito nacional como as de âmbito regional e local. Vale ressaltar a importância atribuída à integração das mesmas nos diferentes territórios através, principalmente, de políticas públicas.

Cabe destacar que o intervalo temporal adotado foi, não por acaso, coincidente com o tempo do novo governo federal e dos novos governos estaduais; além do início da gestão municipal com as novas prefeituras.

Também é importante chamar a atenção como a relação do **CAF (Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe)** se deu tanto com Bancos de Desenvolvimento nacional no Brasil, como o BNDES, como com bancos de desenvolvimento regional (como o BDMG e o BRDE do RGS); além da relação com os distintos níveis de governo – nacional, estadual e municipal.

Na perspectiva de gênero, a atuação de uma mulher na representação do Banco no Brasil, com presença marcante em todos os acordos realizados e planejados, foi um elemento de destaque.

Por fim cabe ressaltar os projetos e programas em áreas temáticas como o desenvolvimento urbano integrado com outras políticas públicas destinadas ao bem estar da população e à **saúde**.

Fontes de Consulta

1. https://revistametropolitana.com.br/noticia/54023/prefeitura-garante-obras-do-centro-historico-seguem-de-forma-celere
2. https://panoramadabahia.com.br/caetano-acompanha-obras-de-revitalizacao-no-centro-historico-de-camacari/
3. https://www.brasil247.com/americalatina/com-presenca-de-lula-cupula-da-celac-em-honduras-reforca-integracao-regional-e-protagonismo-da-america-latina-e-caribe
4. https://gazetadosmunicipios.com.br/noticia/112404/obras-do-centro-historico-seguem-de-forma-celere
5. https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-amplia-presen%C3%A7a-no-brasil-com-diretorio-e-anuncio-de-investimentos-em-integra%C3%A7%C3%A3o-regional/
6. https://revistaraca.com.br/iniciativa-aposta-na-cultura-afro-brasileira-para-fortalecer-o-turismo-internacional/
7. https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-evandro-leitao-entrega-obras-do-pavilhao-do-atlantico-e-da-areninha-do-poco-da-draga
8. https://abcagora.com.br/novo-viaduto-estaiado-entre-a-av-lucas-nogueira-garcez-e-pereira-barreto-e-planejado-para-aliviar-transito-na-regiao-do-paco/
9. https://folhajornal.com.br/news/8471e7a2-4466-4d75-bf83-2e78aa68b44b
10. https://horadopovo.com.br/lula-defende-na-celac-mais-integracao-e-expansao-do-sistema-de-pagamento-em-moeda-local/
11. https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/rodrigo-lopes/noticia/2025/04/brde-e-bancos-firmam-parceria-para-fortalecer-iniciativas-sustentaveis-em-toda-a-regiao-sul-cm9903hqi004k012t18amvkb1.html
12. https://www.caf.com/es/quienes-somos/proyectos/cfl0000003265-banco-de-desenvolvimento-de-minas-gerais-sa/
13. https://portalnews.com.br/cidades/2025/04/prefeita-mara-bertaiolli-recebe-diretora-do-caf-no-brasil-e-destaca-retomada-de-parceria
14. https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/05/6856929-banco-de-desenvolvimento-caf-anuncia-pacote-de-rs-38-bi-para-o-rs.html
15. https://oglobo.globo.com/brasil/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/13/banco-de-fomento-de-america-latina-vai-oferecer-ate-r-38-bilhoes-ao-rs-para-reconstrucao-e-acoes-emergenciais.ghtml
16. https://g20.gov.br/pt-br/noticias/caf-se-torna-o-primeiro-banco-multilateral-a-integrar-a-alianca-global-contra-a-fome-e-a-pobreza
17. https://www.instagram.com/reel/DC-floXseru/?igsh=MXQ5d29tcmFtcWVrMA==
18. https://tecmania.com.br/caf-aprova-us-150-milhoes-para-impulsionar-projeto-de-desenvolvimento-no-ceara/
19. https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/banco-de-desenvolvimento-da-america-latina-promoveu-revisao-de-carteira-de-projetos-no-brasil

20. https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-aprova-us-80-milhoes-para-melhorar-a-resiliencia-climatica-de-porto-alegre/

21. https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-aprova-opera%C3%A7%C3%B5es-de-us-650-milh%C3%B5es-no-brasil/

22. https://www.caf.com/pt/

23. https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-aprova-opera%C3%A7%C3%B5es-de-us-650-milh%C3%B5es-no-brasil/

24. https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2024/setembro/observatorio-da-juventude-tem-cooperacao-entre-secretaria-nacional-de-juventude-e-banco-de-desenvolvimento-da-america-latina-e-do-caribe

25. https://www.caf.com/pt/presente/noticias/caf-amplia-presen%C3%A7a-no-brasil-com-diretorio-e-anuncio-de-investimentos-em-integra%C3%A7%C3%A3o-regional/

26. https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/alianca-global-banco-de-desenvolvimento-da-america-latina-e-caribe-se-junta-a-iniciativa

27. https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-assina-contrato-com-o-caf-para-captacao-de-rs-2-7-bilhoes

28. https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/noticias/2025/marco/banco-de-desenvolvimento-da-america-latina-e-caribe-caf-aprova-us-150-milhoes-para-projeto-brasileiro-do-ceara

29. https://www.caf.com/pt/paises/brasil/

Tarifas e Inteligência Artificial Inclusiva para o Desenvolvimento

Tariffs and Inclusive Artificial Intelligence for Development

Claudia Chamas

Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *World Trade Organization (WTO) Chief Economist Ralph Ossa explains that while tariffs may serve short-term political or economic objectives, they carry hidden long-term costs that policymakers must weigh carefully in an increasingly interconnected global economy. The WTO celebrated its 30th anniversary on April 10. On that occasion, Director-General Ngozi Okonjo-Iweala proposed a comprehensive reform agenda aimed at improving transparency, monitoring, negotiation and dispute settlement at the WTO. China initiated WTO consultations against the United States on new tariff measures. Canada initiated WTO dispute consultations with the United States over the imposition of a 25% tax on Canadian automobiles and auto parts. WIPO hosted a debate on copyright and generative artificial intelligence during the 46th session of the Standing Committee on Copyright and Related Rights. The UNCTAD Technology and Innovation Report 2025 analyzes the complex landscape of Artificial Intelligence (AI), highlighting its potential to accelerate progress towards the Sustainable Development Goals (SDGs) while warning of its capacity to exacerbate existing inequalities if not guided ethically and inclusively. The report documents a significant concentration in AI development, market power, R&D investment, and knowledge creation within a few tech giants and developed countries, primarily the United States and China. It identifies a profound AI divide, with many developing countries lagging due to critical gaps in infrastructure, data, and skills, essential leverage points for AI adoption and development. The document stresses the necessity for proactive national AI policies aligned with industrial and innovation strategies, particularly in developing nations, and calls for robust global AI governance and international cooperation to ensure shared prosperity, focusing on digital public infrastructure, open innovation, and capacity-building to bridge the digital and AI divides.*

Keywords: *Tariffs, Trade, Artificial Intelligence, AI, Development, Technology Divide, Inequality, Developing Countries, Innovation Policy, Infrastructure, Data Governance, Global Governance*

Resumo. O economista-chefe da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ralph Ossa, explica que, embora as tarifas possam servir a objetivos políticos ou econômicos de curto prazo, elas carregam custos ocultos de longo prazo que os formuladores de políticas devem ponderar cuidadosamente em uma economia global cada vez mais interconectada. A OMC comemorou seu 30º aniversário em 10 de abril. Na ocasião, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala propôs uma agenda abrangente de reformas com o objetivo de aprimorar a transparência, o monitoramento, a negociação e a solução de controvérsias na OMC. A China iniciou consultas na OMC contra os Estados Unidos sobre novas medidas tarifárias. O Canadá iniciou consultas sobre litígios na OMC com os Estados Unidos sobre a imposição de um imposto de 25% sobre automóveis e autopeças canadenses. A OMPI promoveu debate sobre direitos autorais e inteligência artificial generativa, durante a 46ª sessão do Comitê Permanente de Direitos Autorais e Direitos Conexos. O Relatório de Tecnologia e Inovação da UNCTAD 2025 analisa o cenário complexo da Inteligência Artificial (IA), destacando seu potencial para acelerar o

progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mas também alertando para sua capacidade de agravar desigualdades existentes se não for guiada de forma ética e inclusiva. O relatório documenta uma concentração significativa no desenvolvimento de IA, no poder de mercado, nos investimentos em P&D e na criação de conhecimento, restritos a algumas grandes empresas de tecnologia e a países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos e China. Ele identifica uma profunda divisão no acesso à IA, com muitos países em desenvolvimento ficando para trás devido a lacunas críticas em infraestrutura, dados e habilidades – elementos essenciais para a adoção e o desenvolvimento da IA. O documento enfatiza a necessidade de políticas nacionais proativas em IA, alinhadas com estratégias industriais e de inovação, especialmente nos países em desenvolvimento. Além disso, defende uma governança global robusta da IA e maior cooperação internacional para garantir prosperidade compartilhada, com foco em infraestrutura digital, inovação aberta e capacitação para reduzir divisões digitais e de IA.

Palavras-chave: Tarifas, Comércio, Inteligência Artificial, Desenvolvimento, Divisão tecnológica, Desigualdade, Política de inovação, Infraestrutura, Governança de dados, Governança global

Em um Mundo de Tensões Comerciais, o Que as Tarifas Realmente Fazem?

Em sua publicação no blog de 11 de abril de 2025, o economista-chefe da Organização Mundial do Comércio (OMC), Ralph Ossa, enfatiza que as tarifas estão mais uma vez no centro dos debates sobre política econômica global, com as principais economias retomando-as em meio às crescentes tensões comerciais. Embora frequentemente retratadas no discurso político como ferramentas para proteger as indústrias nacionais ou afirmar a força econômica, as tarifas têm consequências de longo alcance que vão além de simples ajustes de preços. Economistas enfatizam a importância de compreender os mecanismos mais amplos pelos quais as tarifas influenciam preços, salários, padrões comerciais e taxas de câmbio, ressaltando a complexidade por trás do que pode parecer uma escolha política simples (OMCa, 2025).

Fundamentalmente, uma tarifa é um imposto sobre importações que aumenta o preço interno de produtos estrangeiros. Isso cria uma diferença de preço entre o que o produto custa globalmente e o que os consumidores pagam localmente, gerando receita para os governos. No entanto, quando grandes economias impõem tarifas, elas podem afetar indiretamente os preços globais, reduzindo a demanda, transferindo parte do ônus dos custos para os produtores estrangeiros. Esse efeito de compartilhamento de custos pode incentivar nações poderosas a agir unilateralmente, mas isso corre o risco de desencadear tarifas retaliatórias, levando a guerras comerciais que prejudicam todos os participantes (OMCa, 2025).

Essas dinâmicas destacam o valor da cooperação internacional e as estruturas fornecidas por instituições como a OMC. Os princípios de reciprocidade e não discriminação, centrais para a concepção da OMC, ajudam os países a evitar uma espiral descendente de políticas protecionistas. Estudos empíricos sobre as recentes tarifas americanas sobre a China mostram que o ônus frequentemente recai sobre os consumidores domésticos, embora os modelos comerciais padrão também prevejam alguma transferência de custos para o exterior. Ainda assim, muitos estudos capturam apenas impactos de curto prazo, e os efeitos macroeconômicos de longo prazo permanecem mais difíceis de quantificar (OMCa, 2025).

As tarifas também podem afetar a inflação e a competitividade domésticas. Elas podem causar um aumento pontual nos preços e, em alguns casos, iniciar uma espiral de salários e preços. Mais significativamente, as tarifas influenciam as exportações, aumentando os custos dos insumos e realocando recursos como a mão de obra para setores protegidos. Essa realocação pode levar a uma apreciação da taxa de câmbio real, tornando os produtos nacionais mais caros internacionalmente e enfraquecendo o desempenho das exportações (OMCa, 2025).

Os efeitos sobre a taxa de câmbio nominal também são importantes. As tarifas podem reduzir a demanda por importações, diminuindo a necessidade de moeda estrangeira e causando a valorização da moeda nacional. Os mercados também podem esperar uma política monetária mais restritiva em resposta à inflação, fortalecendo ainda mais a moeda. Independentemente do mecanismo específico, o que realmente afeta os fluxos comerciais é a taxa de câmbio real. Assim, as tarifas apresentam um trade-off: podem aumentar os preços ou reduzir a competitividade, mas algum custo econômico é inevitável (OMCa, 2025).

Finalmente, as tarifas têm efeitos diferenciados sobre as balanças comerciais. Embora possam deslocar os saldos bilaterais ou setoriais ao alterar os preços relativos, é improvável que alterem significativamente os desequilíbrios comerciais agregados, que são impulsionados por forças macroeconômicas mais profundas, como a poupança nacional e os níveis de investimento. De modo geral, embora as tarifas possam servir a objetivos políticos ou econômicos de curto prazo, elas carregam custos ocultos de longo prazo que os formuladores de políticas devem ponderar cuidadosamente em uma economia global cada vez mais interconectada (OMCa, 2025).

A OMC Comemora o 30º Aniversário

A Organização Mundial do OMC comemorou seu 30º aniversário em 10 de abril com um evento significativo que contou com a presença de altos funcionários governamentais, representantes do setor privado, da sociedade civil e de organizações intergovernamentais. Este marco serviu como uma oportunidade para refletir sobre o impacto histórico da OMC e discutir sua direção futura. A Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala enfatizou a necessidade de reforma e diálogo para fortalecer os sistemas de comércio global, lembrando aos participantes os objetivos originais da OMC: melhorar os padrões de vida, gerar empregos e promover o desenvolvimento sustentável. A OMC, nascida do Acordo de Marrakesh, assinado em 1994 por 123 países, desempenhou um papel fundamental na expansão do comércio internacional nas últimas três décadas (OMCb, 2025).

O evento foi aberto com comentários do Presidente do Conselho Geral, Embaixador Saqer Al Moqbel, da Arábia Saudita, que destacou a contribuição da OMC para a cooperação global e um sistema de comércio baseado em regras. Ele ressaltou a importância de manter essa estrutura, especialmente em meio aos recentes desafios econômicos e comerciais globais. Em consonância com isso, a DG Okonjo-Iweala enfatizou que a atual turbulência no comércio mundial demonstra a necessidade da OMC como plataforma estabilizadora. Ela reconheceu as preocupações válidas levantadas por alguns membros e as apresentou como oportunidades para aprimorar o sistema (OMCb, 2025).

Okonjo-Iweala propôs uma agenda abrangente de reformas com o objetivo de aprimorar a transparência, o monitoramento, a negociação e a solução de controvérsias na OMC. Ela defendeu um processo conduzido pelos membros, que deveria começar em Genebra e culminar na 14ª Conferência Ministerial da OMC (MC14), em Camarões, em 2026. A DG

também destacou a relação custo-benefício da OMC, que administra trilhões em comércio com um orçamento relativamente modesto, e enfatizou que os benefícios da organização vão muito além da regulamentação tarifária. Ela expressou otimismo quanto ao futuro da OMC, desde que as reformas necessárias sejam implementadas (OMCb, 2025).

O ex-presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, proferiu o discurso principal, reconhecendo o papel fundamental da OMC na redução da pobreza extrema de 1,5 bilhão de pessoas desde 1995. Ele comemorou seus sucessos na redução de tarifas e na expansão do comércio global para mais de US$ 30 trilhões em 2023. Barroso enfatizou a necessidade contínua da OMC em uma economia global complexa e alertou contra sua marginalização. Baseando-se em exemplos históricos, ele defendeu a cooperação pragmática e destacou a relevância da OMC na promoção da paz e da prosperidade por meio do comércio (OMCb, 2025).

Barroso também observou como o cenário econômico global mudou significativamente desde 1995, com o poder agora distribuído de forma mais equitativa entre as nações. Essa complexidade crescente, argumentou ele, reforça a importância de uma OMC forte. Ele alertou que permitir que a organização estagnasse ou perdesse relevância seria um erro grave, enfatizando que a governança do comércio global é mais essencial do que nunca. Esses temas foram explorados em uma sessão plenária com ex-líderes da OMC, que refletiram sobre os sucessos da organização, particularmente seu papel na redução da pobreza global (OMCb, 2025).

Com vistas ao futuro, uma segunda sessão reuniu ministros do Comércio, líderes empresariais e representantes da sociedade civil para discutir novas áreas de foco para os próximos 30 anos da OMC. O evento foi encerrado com uma declaração dos "Amigos do Sistema", um grupo de 39 membros que reafirmou seu apoio ao sistema multilateral de comércio baseado em regras. Eles pediram a continuidade dos esforços de reforma, o aumento da inclusão e a reafirmação do compromisso com a cooperação. O evento de aniversário foi encerrado com comentários da Conselheira de Estado Anne Hiltpold, representando a República e o Cantão de Genebra, reforçando o papel central da OMC na construção de um comércio global justo e previsível (OMCb, 2025).

Declaração da Diretora-Geral sobre a Escalada das Tensões Comerciais

Em sua declaração de 9 de abril, a Diretora-Geral da OMC, Dra. Ngozi Okonjo-Iweala, alertou que a escalada das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China poderia levar a uma redução drástica — de até 80% — em seu comércio de mercadorias. Dado que o comércio entre essas duas potências econômicas representa cerca de 3% do comércio global, ela enfatizou que a dinâmica de retaliação poderia ter consequências de longo alcance para a economia global. A análise da OMC sugere que uma nova escalada não apenas prejudicaria o relacionamento bilateral, mas também representaria sérios riscos macroeconômicos para outros países, especialmente os menos desenvolvidos. A Dra. Okonjo-Iweala levantou preocupações sobre a potencial fragmentação do comércio global em blocos geopolíticos, um desenvolvimento que poderia reduzir o PIB real global em quase 7% a longo prazo (OMCc, 2025).

Ela também destacou o desvio de comércio como uma ameaça imediata e pediu uma resposta internacional coordenada para enfrentar esses desafios crescentes. Enfatizando a importância da cooperação e do diálogo, a Dra. Okonjo-Iweala instou os membros da OMC a se engajarem ativamente na preservação de um sistema de comércio internacional aberto e

baseado em regras. Ela reafirmou o papel da OMC como uma plataforma crucial para a resolução de disputas e a promoção da colaboração, afirmando que somente por meio da unidade e do compromisso mútuo a comunidade global poderá navegar pelas tensões atuais e proteger a estabilidade econômica (OMCc, 2025).

China inicia disputa na OMC sobre "tarifas recíprocas" dos EUA

A China iniciou consultas na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os Estados Unidos sobre novas medidas tarifárias. Os EUA estão impondo uma taxa adicional de 10% sobre as importações de todos os parceiros comerciais a partir de 5 de abril e uma taxa adicional de 34% especificamente sobre as importações chinesas a partir de 9 de abril. A China argumenta que essa medida viola os compromissos dos EUA em diversos acordos, incluindo o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994, o Acordo sobre Valoração Aduaneira e o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias. O pedido de consultas foi compartilhado com os membros da OMC em 8 de abril (OMCd, 2025).

Canadá inicia disputa na OMC sobre taxas dos EUA sobre automóveis e peças automotivas

O Canadá iniciou consultas sobre litígios na Organização Mundial do Comércio (OMC) com os Estados Unidos sobre a imposição de um imposto de 25% sobre automóveis e autopeças canadenses. O pedido, divulgado aos membros da OMC em 7 de abril, contesta as medidas americanas por serem inconsistentes com suas obrigações sob diversas disposições do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) de 1994 (OMCe, 2025).

Inteligência Artificial e Direitos de Autor

O documento intitulado SCCR/46/5 Prov. 4 descreve o programa provisório para a "Sessão Informativa sobre Direitos Autorais e Inteligência Artificial Generativa", realizada durante a 46ª sessão do Comitê Permanente de Direitos Autorais e Direitos Conexos (SCCR) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, em Genebra, em 10 de abril de 2025. Esta sessão teve como objetivo explorar a complexa interação entre a lei de direitos autorais e os rápidos avanços nas tecnologias de IA generativa.

Principais Questões Discutidas:

1. Treinamento em IA e Implicações em Direitos Autorais

O primeiro painel se concentrou nas considerações jurídicas em torno do treinamento de modelos de IA que usam conjuntos de dados que podem incluir materiais protegidos por direitos autorais. As principais questões incluíram:

- Como diferentes jurisdições equilibram os interesses afetados pelo desenvolvimento da IA.

- Se os direitos precisam ser liberados quando modelos de IA são treinados nesses conjuntos de dados ou se limitações e exceções existentes ou novas aos direitos autorais se aplicam.

- Condições impostas à comercialização de modelos de IA ou seus resultados quando o treinamento é coberto por exceções.

- A coexistência de obrigações e exceções de liberação de direitos dentro da mesma jurisdição.

- Princípios e soluções para processos de liberação de direitos.

- Abordagens para esquemas de remuneração e identificação de atos que acionam obrigações de remuneração.

- A conveniência de uma abordagem coordenada para o treinamento em IA em todas as jurisdições.

Palestrantes de vários países, incluindo Brasil, Camarões, Índia, Japão, Estados Unidos e representantes da Comissão Europeia, Google e Shutterstock, compartilharam suas experiências e perspectivas sobre essas questões.

2. Autoria e Direitos Autorais de Material Gerado por IA

O segundo painel abordou os desafios de determinar a autoria e a proteção de direitos autorais de conteúdo gerado ou assistido por IA. As discussões abordaram:

- Abordagens jurisdicionais para autoria e proteção de direitos autorais em obras geradas por IA.

- Avaliação de violação de direitos autorais e responsabilidade em relação a material gerado por IA.

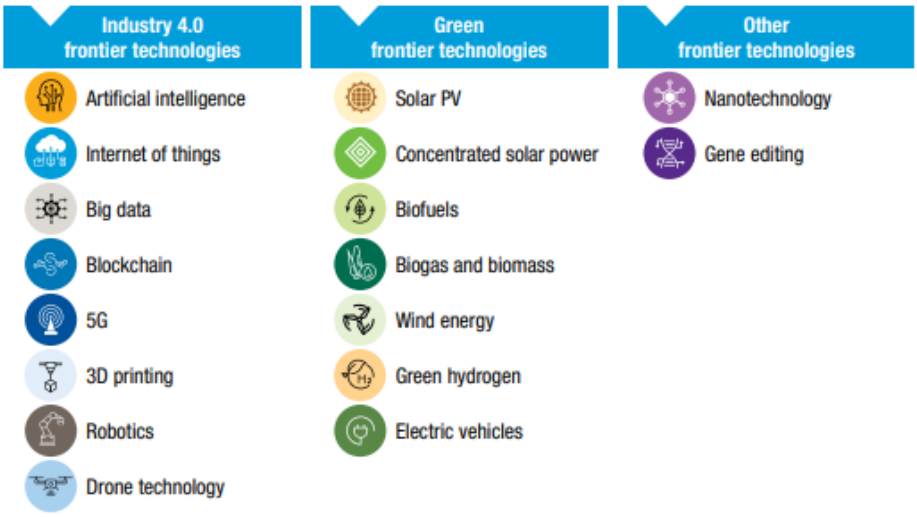
- Requisitos ou padrões específicos para conteúdo gerado por IA.

Relatório de Tecnologia e Inovação 2025 da UNCTAD: Inteligência Artificial Inclusiva para o Desenvolvimento

Panorama

As tecnologias de fronteira, com destaque para a Inteligência Artificial (IA), estão avançando rapidamente e remodelando economias e sociedades. O mercado dessas tecnologias, avaliado em US$ 2,5 trilhões em 2023, tem projeção de crescimento exponencial, podendo atingir US$ 16,4 trilhões até 2033, com a IA respondendo por quase um terço desse valor (cerca de US$ 4,8 trilhões). Contudo, esse avanço é marcado por uma profunda concentração: o poder de mercado, o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – onde apenas 100 empresas globais respondem por mais de 40% do investimento empresarial mundial – e a criação de conhecimento (medida por patentes e publicações) são dominados por gigantes tecnológicos majoritariamente localizados nos Estados Unidos e na China. Essa concentração gera uma significativa "divisão da IA", com a maioria dos países em desenvolvimento enfrentando déficits críticos em infraestrutura digital, acesso e qualidade de dados, e competências especializadas, o que ameaça ampliar as desigualdades existentes e dificultar os esforços de equiparação tecnológica (catch-up) (UNCTAD, 2025).

Figura 1 – Três grandes categorias de tecnologias de fronteira



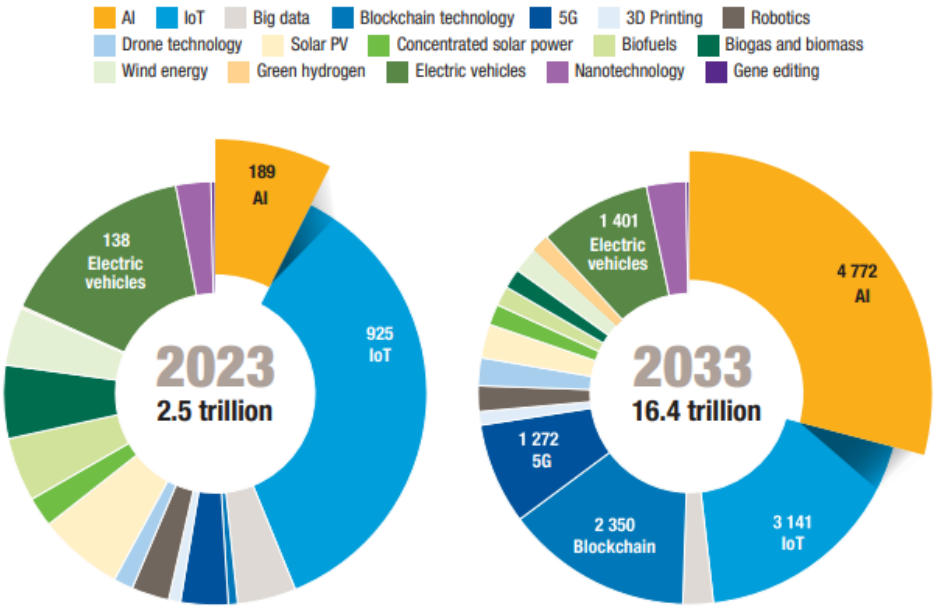
Fonte: UNCTAD, 2025

IA na Fronteira Tecnológica

Rápida Expansão e Concentração de Mercado

O relatório da UNCTAD identifica 17 tecnologias de fronteira, agrupadas em Indústria 4.0, energia verde/renovável e outras, cujo mercado combinado deve crescer a uma taxa anual composta de 20% entre 2023 e 2033. A IA se destaca como o maior mercado projetado (US$ 4,8 trilhões em 2033), impulsionada por avanços contínuos, especialmente em IA Generativa (GenAI). Outro mercado relevante é o da Internet das Coisas (IoT), estimado em US$ 3,1 trilhões até 2033 (UNCTAD, 2025).

Figura 2 – Expansão acelerada das tecnologias de fronteira

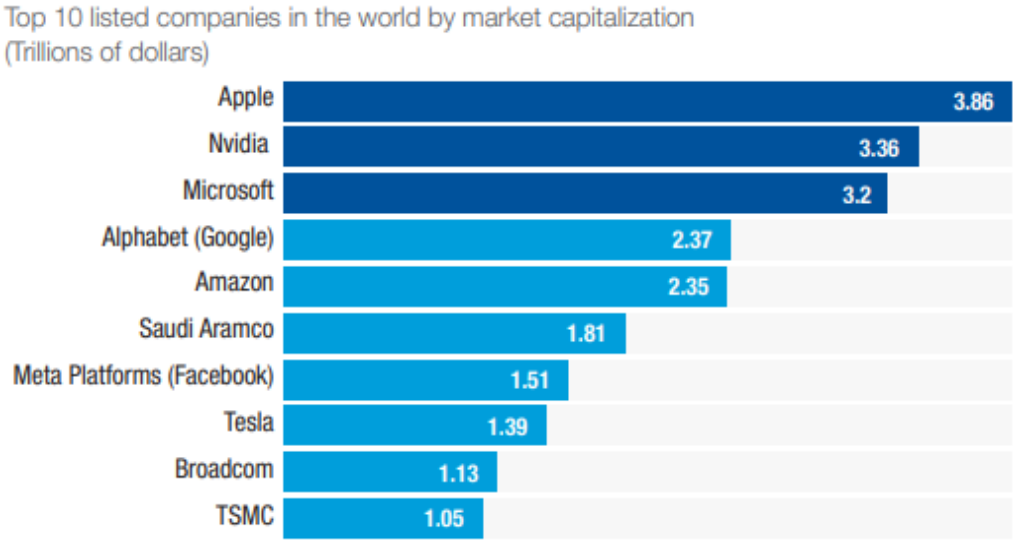


Fonte: UNCTAD, 2025.

No entanto, o desenvolvimento e a oferta dessas tecnologias são dominados por poucas megacorporações, como Apple, Nvidia, Microsoft, Alphabet (Google) e Amazon, cujas capitalizações de mercado (superiores a US$ 3 trilhões para as três primeiras em 2024) rivalizam com o PIB de continentes inteiros. Empresas dos EUA lideram em tecnologias digitais (IA, IoT, Big Data), enquanto Japão (robótica), República da Coreia (5G, nanotecnologia) e China (5G, drones, solar PV) também se destacam (UNCTAD, 2025).

A ausência de players significativos de outras regiões em desenvolvimento (com exceção da China e menções pontuais ao Brasil em biocombustíveis) evidencia a concentração geográfica. Essa dominância de mercado, frequentemente exercida por meio de aquisições de startups inovadoras, gera preocupações sobre o alinhamento dos interesses comerciais com o bem público e o risco de trajetórias de desenvolvimento subótimas, como a priorização da automação substitutiva de mão de obra em vez da aumentativa (UNCTAD, 2025).

Figura 3 – Domínio de mercado das gigantes da tecnologia



Fonte: UNCTAD, 2025.

Concentração em P&D e Criação de Conhecimento

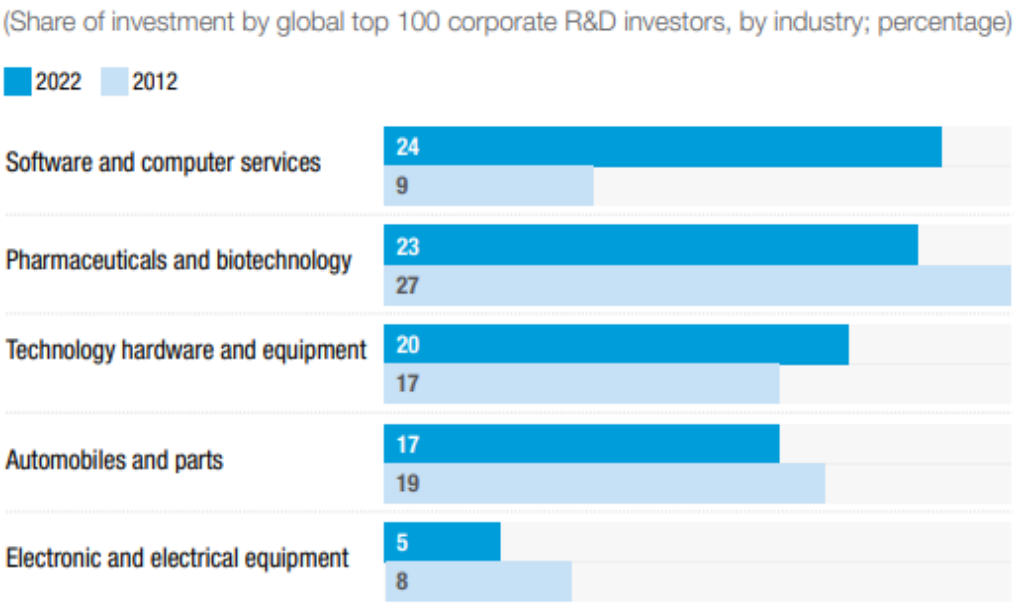
O investimento em P&D em tecnologias de fronteira é massivo (projetam-se US$ 200 bilhões em IA entre 2022-2025), mas altamente concentrado. Em 2022, 80% do P&D empresarial global foi realizado por 2.500 empresas, e apenas 100 delas responderam por 40% do total. Cerca de metade dessas 100 maiores investidoras são dos EUA, seguidas por China (13%) e outras economias desenvolvidas (Alemanha, Japão, etc.). Nenhum país em desenvolvimento, exceto a China, figura entre os 100 maiores investidores corporativos em P&D (UNCTAD, 2025).

Figura 4 - Concentração significativa de pesquisa e desenvolvimento em poucos países

Fonte: UNCTAD, 2025.

Setorialmente, software e serviços de computador (onde se desenvolve a maior parte da IA, Big Data e Blockchain) representaram 24% do investimento em P&D das 100 maiores em 2022, ultrapassando o setor farmacêutico, com mais de 80% desse investimento concentrado nos EUA. A criação de conhecimento (publicações e patentes) também é dominada por China e

Figura 5 - A participação de P&D em software e serviços de informática aumentou significativamente



Fonte: UNCTAD, 2025.

EUA, que juntos respondem por cerca de um terço dos artigos científicos e dois terços das patentes em tecnologias de fronteira (UNCTAD, 2025).

O relatório utiliza o índice de Vantagem Tecnológica Revelada (baseado em patentes) para mostrar especializações nacionais, como Alemanha em energia eólica, Índia em nanotecnologia, Japão em veículos elétricos e Coreia do Sul em 5G. Essa concentração, juntamente com a desaceleração observada na difusão tecnológica, dificulta o catch-up de países e empresas retardatárias (UNCTAD, 2025).

Evolução e Características da IA

A IA evoluiu em três ondas: 1ª) sistemas baseados em regras (anos 50-60); 2ª) aprendizado estatístico (anos 90), impulsionada por poder computacional, volume de dados e algoritmos sofisticados (marcos como ImageNet e a vitória do AlphaGo; 3ª) adaptação contextual (anos 2020), com a emergência da IA Generativa (GenAI), capaz de criar novo conteúdo (exemplos: ChatGPT, DALL-E, Sora).

Tabela 1 - Vantagem tecnológica revelada de países selecionados com base em patentes registradas, 2000–2023

		Patents					
		USA	China	Germany	India	Korea	Japan
Industry 4.0 frontier technologies	AI	1.2	0.8	1.3	1.7	1.1	1.4
	IoT	0.6	1.3	0.2	2.3	1.4	0.3
	Big data	0.1	1.7	0.0	0.4	0.9	0.1
	Blockchain	1.2	1.0	0.4	0.8	1.0	0.6
	5G	0.4	1.0	0.1	0.2	4.4	0.2
	3D printing	0.8	1.2	1.5	0.2	0.5	0.2
	Robotics	2.5	0.5	0.9	0.9	0.3	1.0
	Drone	1.0	1.0	0.8	0.7	1.6	0.7
Green frontier technologies	Solar PV	0.2	1.6	0.0	0.8	0.5	0.4
	Concentrated solar power	2.8	0.1	1.5	1.7	0.2	1.8
	Biofuels	2.1	0.3	0.8	0.9	0.5	0.7
	Biogas and biomass	1.0	0.9	1.2	0.6	0.3	0.9
	Wind energy	0.3	1.2	4.3	0.5	0.2	0.2
	Green hydrogen	0.7	1.1	1.0	1.5	0.8	0.4
	Electric vehicles	0.7	1.0	1.3	0.4	1.5	3.0
Other frontier technologies	Nanotechnology	1.3	0.5	0.9	3.0	0.4	0.3
	Gene editing	2.9	0.6	0.6	0.0	0.3	0.6

Fonte: UNCTAD, 2025.

A IA está se tornando uma tecnologia de propósito geral (GPT - General-Purpose Technology), com potencial disruptivo. Seu progresso é impulsionado pela sinergia entre três pontos de alavancagem: infraestrutura (poder computacional), dados (volume, qualidade, diversidade) e competências (expertise algorítmica). A IA também aumenta a capacidade de outras tecnologias de fronteira, como IoT, 5G, Big Data, Blockchain, impressão 3D, robótica, drones, tecnologias verdes, nanotecnologia e edição genética, podendo inaugurar uma "quinta revolução industrial" focada na colaboração humano-máquina, sustentabilidade e personalização (UNCTAD, 2025).

A Divisão da IA (AI Divide)

Existe uma acentuada divisão entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no acesso e capacidade relacionados à IA. Isso se manifesta em:

Infraestrutura de Hardware: EUA detêm cerca de um terço dos 500 maiores supercomputadores e mais da metade do poder computacional global, seguidos pela China. Data centers também se concentram nos EUA. Poucos países em desenvolvimento (Brasil, China, Índia, Rússia) possuem capacidades significativas. O custo de treinamento de modelos de fronteira de IA tem crescido exponencialmente (2.4x por ano desde 2016), tornando-o proibitivo para a maioria das organizações, especialmente em países em desenvolvimento (UNCTAD, 2025).

Provedores de Serviços: Dominados por empresas dos EUA (Amazon, Alphabet, IBM, Microsoft, OpenAI) e China (Baidu, Tencent). A maior parte da pesquisa de fronteira é feita pelo setor privado (UNCTAD, 2025).

Investimento: EUA lideram com US$ 67 bilhões em investimento privado em IA em 2023 (70% do total global). China (US$ 7,8 bi) e Índia (US$ 1,4 bi) são os únicos países em desenvolvimento com investimentos significativos [357, 358]. Startups valiosas também se concentram nos EUA e China (UNCTAD, 2025).

Criação de Conhecimento: China e EUA respondem por cerca de 60% das patentes de IA. O talento também é concentrado, com quase metade dos pesquisadores de ponta originários da China, seguidos por EUA (18%) e Europa (12%). Essa divisão ameaça exacerbar desigualdades e requer que países em desenvolvimento se posicionem estrategicamente (UNCTAD, 2025).

Alavancando a IA para Produtividade e Empoderamento dos Trabalhadores

Transformação da Produção e Impacto na Força de Trabalho

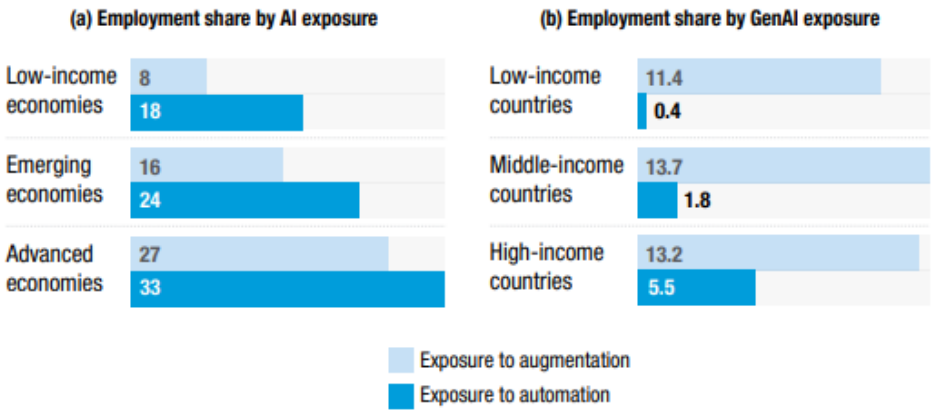
Diferente de tecnologias anteriores que automatizavam principalmente tarefas rotineiras, a IA pode realizar tarefas cognitivas complexas, afetando potencialmente 40% do emprego global. A IA impacta a produtividade e o trabalho por quatro canais principais: substituindo trabalho humano, complementando-o (aumentando capacidades), aprofundando a automação de tecnologias existentes, e criando novas tarefas/empregos (ex: treinadores, explicadores e sustentadores de IA). Evidências de nível micro (principalmente de países desenvolvidos) sugerem ganhos de produtividade substanciais em empresas que adotam IA, com aumentos na produtividade do trabalho e na produtividade total dos fatores (PTF), embora os resultados variem e a causalidade ainda precise ser mais bem estabelecida (UNCTAD, 2025).

Exposição Ocupacional e Incertezas

Ocupações intensivas em conhecimento (finanças, consultoria, TI) são as mais expostas à IA [587, 588]. Países desenvolvidos têm maior proporção de empregos expostos tanto à automação (substituição) quanto à argumentação (complementaridade) pela IA (Figura II.3a) [592] (UNCTAD, 2025).

Figura 6 - Países desenvolvidos apresentam maior chance de automação via IA, porém também mais possibilidades de aumento de produtividade

(Employment share exposed to AI, by country grouping; percentage)



Fonte: UNCTAD, 2025.

Para a GenAI, o potencial de argumentação parece maior que o de automação, especialmente em países de renda baixa e média. No entanto, mulheres podem ser mais afetadas pela automação devido à sua sobrerrepresentação em funções de suporte administrativo. Um estudo na América Latina indicou que a GenAI tende a favorecer trabalhadores urbanos, educados e de maior renda, e que a lacuna digital é uma barreira para quase metade das ocupações que poderiam se beneficiar da argumentação. O impacto real dependerá da taxa de adoção da tecnologia, custos relativos de capital/trabalho, estruturas econômicas e aceitação social. Apesar dos temores, a automação tem sido mais lenta que o previsto, e a IA também cria novas tarefas. O cenário futuro provavelmente envolverá uma complexa interação entre automação, argumentação e criação de novos papéis (UNCTAD, 2025).

Estudos de Caso de Adoção de IA em Países em Desenvolvimento

Apesar dos desafios (infraestrutura, dados, competências), a IA pode trazer benefícios significativos em setores chave:

Agricultura: Exemplos incluem o app Tumaini na Colômbia (diagnóstico de doenças da banana por imagem com >90% de acurácia, funciona offline) e o MkulimaGPT na Tanzânia (chatbot em suaíli para diagnóstico de doenças do milho). Modelos de IA na China usam dados de sensoriamento remoto (abertos ou de drones) para prever safras com alta precisão (até 88%). Na Tunísia, a startup ifarming usa IA e IoT (Phyt'Eau) para otimizar a irrigação, reduzindo o uso de água em até 40% e aumentando a produtividade em até 30% (UNCTAD, 2025).

Manufatura: Robôs de soldagem inteligentes na China usam IA para se adaptar a diferentes peças e superfícies. Na Turquia, a Vestel usa IA e IoT para manutenção preditiva de máquinas de injeção de plástico, prevendo a vida útil restante com 98% de acurácia. Na Índia, a Tata Steel implementou >250 sistemas de machine learning para otimizar processos e qualidade. No Brasil, uma fábrica da Unilever em Indaiatuba usa IA e gêmeos digitais para otimizar formulações, reduzir custos (23% por tonelada), tempo de inovação (33%) e emissões de CO2 (96%), sendo reconhecida como "fábrica farol" pelo Fórum Econômico Mundial (UNCTAD, 2025).

Tabela 2 - Estudos de caso de aplicações de IA na manufatura

Application	Case study	Technology	Outcomes
Production automation	Smart welding robot (technology company, China)	AI (deep learning)	Accurate and adaptive robot for welding automation
Predictive maintenance	Predictive maintenance for plastic injection mould machine (industry–university partnership, Türkiye)	AI and IoT	Effective estimation of remaining useful life in manufacturing equipment
Smart factories	Tata Steel (manufacturer, India)	AI, robotics, IoT, systems integration	Factory-wide productivity increase and profit increase
	Unilever (United Kingdom manufacturer, Brazil)	AI, digital twins	Cost optimization, agility to the market and minimized environmental footprint

Fonte: UNCTAD, 2025

Saúde: Na Nigéria, o app Ubenwa usa IA para diagnosticar asfixia perinatal analisando o choro do bebê com 86% de acurácia [816, 819]. Máquinas de raio-X portáteis com IA auxiliam no diagnóstico de tuberculose em áreas remotas no Sudão do Sul e Tajiquistão. Na Índia, a ONG Armman usa IA (mMitra) para identificar e engajar gestantes em risco de abandonar um programa de mensagens de saúde, aumentando o engajamento em 30%. No Quênia, a mDaktari usa um chatbot GenAI como ferramenta de triagem preliminar para otimizar o uso de clínicas. Durante a Covid-19, ACNUR e Brasil usaram IA para prever fluxos de refugiados venezuelanos com base em dados não convencionais (buscas na internet, notícias, etc.) (UNCTAD, 2025).

A IA demonstra um potencial significativo para ampliar a cobertura de saúde em países em desenvolvimento, onde a escassez de profissionais – frequentemente abaixo da recomendação da OMS de 45 por 10.000 habitantes – e de recursos limita o alcance dos serviços. Ferramentas de IA podem otimizar a alocação de recursos existentes, direcionando intervenções para aqueles com maior necessidade, como visto em programas que usam análise preditiva para identificar pacientes em risco de abandonar tratamentos ou acompanhamentos. O uso de chatbots com IA (incluindo GenAI) em plataformas de telessaúde também surge como uma ferramenta para triagem inicial e orientação, economizando tempo clínico e direcionando pacientes, embora a necessidade de supervisão humana para garantir segurança e precisão seja fundamental (UNCTAD, 2025).

No âmbito da gestão e controle de pandemias, a IA oferece capacidade crucial para analisar informações complexas e tomar decisões rápidas. Em contextos de países em desenvolvimento, onde dados estruturados de saúde podem ser inexistentes ou incompletos, especialmente para populações vulneráveis, a IA pode extrair insights valiosos de grandes volumes de dados não estruturados e fontes não convencionais. Isso pode incluir modelagem de movimentos populacionais para prever a demanda por serviços e alocar recursos (como no

Tabela 3 – Estudos de caso de aplicações de IA na saúde

Application	Case study	Technology	Outcomes
Improving diagnoses	Ubenwa (university startup, Nigeria)	AI (deep learning)	Accessible tool for quick and accurate perinatal asphyxia diagnosis
	AI-assisted portable X-ray machine (United Nations Development Programme and local health authorities, South Sudan and Tajikistan)	AI	Reliable tuberculosis diagnosis in remote and resource-constrained areas
Extending healthcare coverage	mMitra (non-profit organization, India)	AI	Targeted intervention for women with high dropout risk from programme
	mDaktari (healthcare company, Kenya, in collaboration with the Bill and Melinda Gates Foundation)	GenAI (large language model)	Preliminary clinical screening tool for low-resource areas
Assisting pandemic management and control	Refugee population modelling at the border of Brazil and the Bolivarian Republic of Venezuela (United Nations High Commissioner for Refugees and Government of Brazil)	AI	Accurate prediction of refugee inflows, for resource allocation in pandemic conditions

Fonte: UNCTAD, 2025.

caso dos refugiados na fronteira Brasil-Venezuela durante a COVID-19), previsão de padrões de transmissão de doenças, auxílio no diagnóstico rápido e otimização do rastreamento de contatos (UNCTAD, 2025).

Boas Práticas e Lições Aprendidas

A adoção bem-sucedida de IA em países em desenvolvimento requer:

Adaptação à infraestrutura local: Desenvolver soluções que funcionem offline ou com infraestrutura básica (ex: Tumaini, raio-X a bateria) (UNCTAD, 2025).

Utilização de novas fontes de dados: Usar dados não convencionais ou de código aberto quando os dados estruturados são escassos (ex: previsão de safras, modelo de refugiados) (UNCTAD, 2025).

Facilidade de uso: Criar interfaces simples e intuitivas para superar barreiras de baixa literacia digital (ex: MkulimaGPT via app de mensagens) (UNCTAD, 2025).

Parcerias estratégicas: Colaborar com universidades, ONGs, empresas internacionais e outras organizações para acessar recursos, tecnologia e expertise (ex: ifarming/IBM], Armman/Google) (UNCTAD, 2025).

Trabalhadores no Ciclo de Vida da IA e Abordagem Centrada no Trabalhador

O desenvolvimento de IA depende crucialmente de trabalho humano em todas as fases. A anotação de dados (labeling), treinamento e validação de modelos, e a avaliação e controle de qualidade exigem intervenção humana, muitas vezes especializada. Contudo, parte desse trabalho, especialmente a anotação e moderação de conteúdo realizada via plataformas digitais ou BPO (frequentemente em países em desenvolvimento), pode envolver condições precárias, baixos salários (<$2/hora [934]) e exposição a material prejudicial, além de subutilizar trabalhadores qualificados em tarefas repetitivas. Para uma IA inclusiva, é necessária uma abordagem centrada no trabalhador, focando em: alfabetização digital ampla, requalificação (reskilling) para transições de carreira, qualificação adicional (upskilling) para complementar a IA, envolvimento dos trabalhadores no design das ferramentas, proteção laboral e negociação coletiva, e políticas públicas (inclusive tributárias) que incentivem tecnologias que complementem (em vez de substituir) humanos. Parcerias público-privadas e academia-indústria são importantes para desenvolver talentos e mitigar a fuga de cérebros (UNCTAD, 2025).

Preparando-se para Aproveitar as Oportunidades da IA

O Índice de Prontidão para Tecnologias de Fronteira

Para avaliar a preparação dos países para usar, adotar e adaptar tecnologias de fronteira como a IA, a UNCTAD utiliza o Índice de Prontidão para Tecnologias de Fronteira, que cobre 170 países. Os resultados de 2024 mostram que os países desenvolvidos lideram o ranking (EUA, Suécia, Reino Unido no topo), mas alguns países em desenvolvimento se destacam, como Singapura (5º) e membros do BRICS como China (21º), Federação Russa (33º), Índia (36º), Brasil

Tabela 4 - Preparo para tecnologias de fronteira, países selecionados

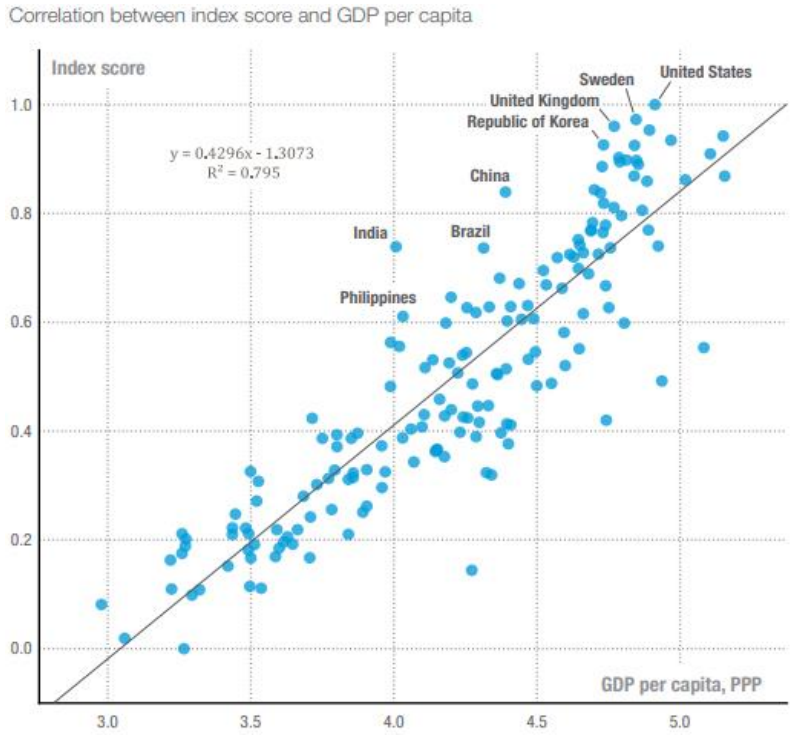
Country name	Rank in 2024	Rank in 2022	Movement in rank	ICT ranking	Skills ranking	R&D ranking	Industry ranking	Finance ranking
Top 10								
United States	1	1	=	4	17	2	17	2
Sweden	2	2	=	17	2	15	7	14
United Kingdom	3	3	=	18	12	6	14	17
Netherlands (Kingdom of the)	4	5	↑	3	6	13	11	31
Singapore	5	4	↓	12	5	20	4	11
Switzerland	6	6	=	25	14	11	3	7
Republic of Korea	7	9	↑	14	32	4	13	5
Germany	8	7	↓	26	18	5	12	34
Ireland	9	12	↑	27	11	28	1	116
France	10	14	↑	7	21	8	24	19
Selected economies								
China	21	28	↑	101	64	1	6	3
Russian Federation	33	33	=	41	29	17	72	63
India	36	48	↑	99	113	3	10	70
Brazil	38	40	↑	38	59	18	50	41
South Africa	52	51	↓	76	71	41	55	27

Fonte: UNCTAD, 2025

(38º) e África do Sul (52º). A China lidera entre os países em desenvolvimento em P&D (1º) e tem boas posições em indústria (6º) e finanças (3º), enquanto a Índia também se destaca em P&D (3º) [1177] (UNCTAD, 2025).

Muitos países em desenvolvimento mostraram melhorias notáveis desde 2022, mas a análise das pontuações médias por grupo revela disparidades significativas: os Países Menos Desenvolvidos (LDCs) estão muito atrás, especialmente nos subíndices de Competências (Skills), P&D e Indústria. A diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é menor em TIC, mas ainda considerável. Curiosamente, alguns países em desenvolvimento, como Brasil, China, Índia e Filipinas, apresentam desempenho muito superior ao esperado pelo seu PIB per capita, indicando forte potencial (UNCTAD, 2025).

Figura 7 - Brasil, China, Índia e Filipinas são países em desenvolvimento com desempenho superior em preparação tecnológica



Fonte:UNCTAD, 2025

Avaliação da Preparação para IA (Infraestrutura, Dados, Competências)

A adoção e o desenvolvimento da IA dependem criticamente de três pontos de alavancagem: infraestrutura, dados e competências.

Infraestrutura: A preparação varia enormemente. Países desenvolvidos lideram em penetração de Internet e investimento em telecomunicações, enquanto LDCs têm menos da metade da penetração dos países em desenvolvimento. Países como Índia e Nigéria mostram alto potencial de desenvolvimento (investimento) apesar da baixa penetração. A conectividade internacional é vital, e países como Egito e Marrocos se beneficiam de cabos submarinos. Investimentos significativos de grandes empresas de tecnologia (Microsoft, Google, Amazon)

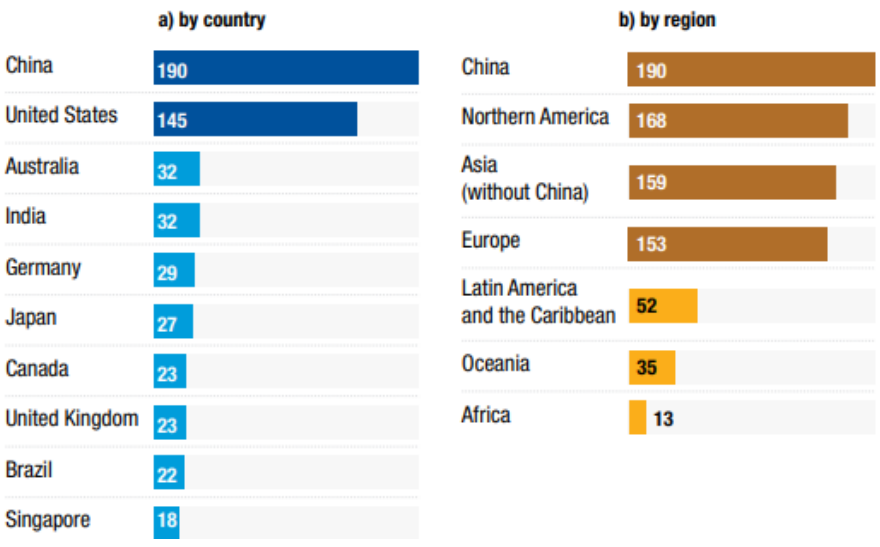
estão ocorrendo no Sudeste Asiático (Indonésia, Malásia, Tailândia). A infraestrutura de nuvem (cloud) é crucial, mas fortemente concentrada: China e EUA têm mais serviços que o resto do mundo combinado, embora Brasil e Índia figurem entre os 10 maiores provedores. A África está muito atrás em capacidade de nuvem (UNCTAD, 2025).

Dados: A acessibilidade financeira da banda larga fixa é um desafio para muitos países em desenvolvimento e LDCs, embora a China tenha reduzido drasticamente seus preços. O tráfego de dados também é menor nos LDCs. Os Pontos de Troca de Tráfego (IXPs) são cruciais para a conectividade nacional; a Europa lidera em tráfego e membros por IXP, enquanto a África está muito defasada. A qualidade, quantidade e acessibilidade dos dados são fundamentais, mas o controle por poucas plataformas e a falta de representatividade nos dados (gerando vieses) são barreiras, especialmente para países em desenvolvimento. Políticas de dados abertos e governança de dados são essenciais (UNCTAD, 2025).

Competências (Skills): LDCs pontuam muito baixo tanto na proporção de desenvolvedores (usando GitHub como proxy) quanto na população com educação terciária. Países desenvolvidos lideram, mas com exceções. Em números absolutos, EUA, Índia e China têm o maior número de desenvolvedores GitHub (>9 milhões cada), conferindo a Índia e China um enorme potencial de desenvolvimento de IA (UNCTAD, 2025).

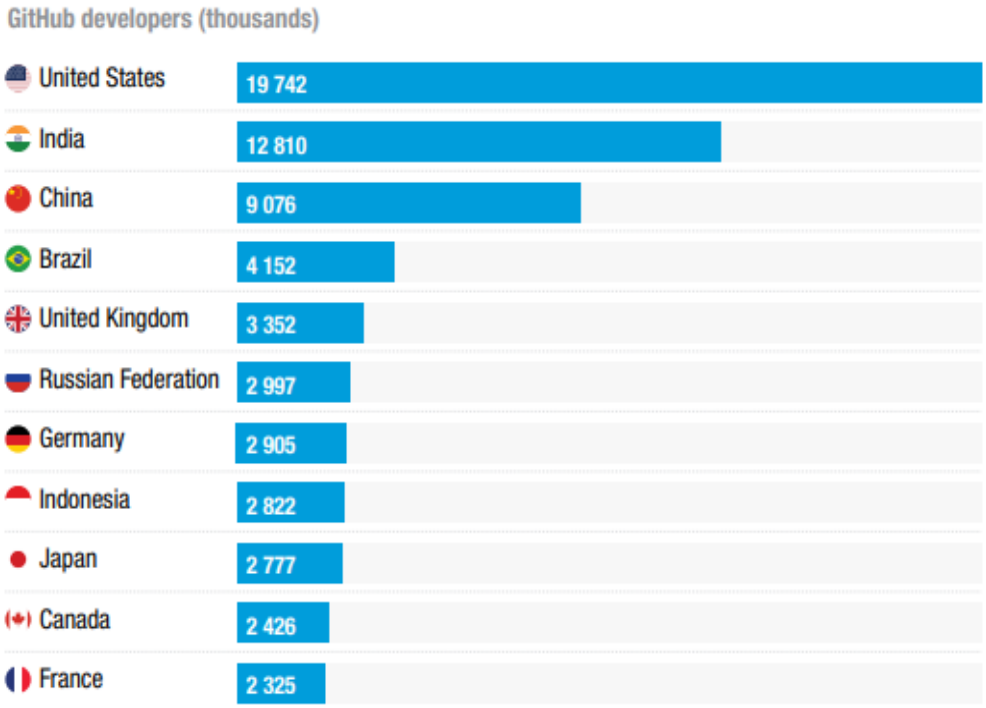
Muitos países em desenvolvimento, incluindo Nigéria, Gana, Quênia na África, Argentina, Bolívia, Colômbia e Brasil na América Latina, e Índia, Vietnã, Indonésia e Filipinas na Ásia, mostram crescimento rápido no número de desenvolvedores (>30% entre 2022-2023). Isso destaca a importância de políticas de formação de talentos, como as implementadas na Índia e no Brasil (UNCTAD, 2025).

Figura 8 - Quantidade de serviços de infraestrutura em nuvem, meados de 2024



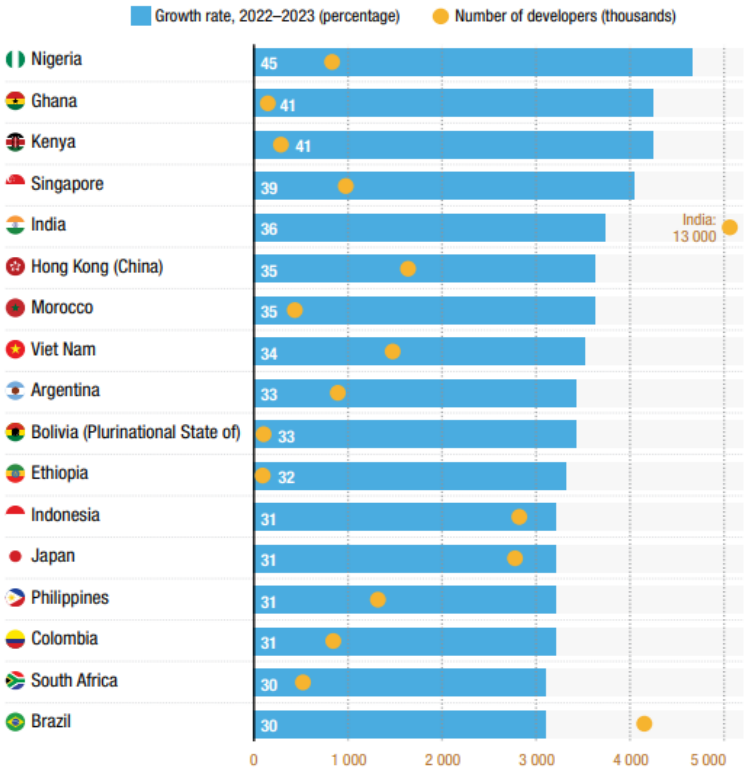
Fonte: UNCTAD, 2025.

Figura 9 - Economias com pelo menos 2 milhões de desenvolvedores no GitHub, 2023



Fonte: UNCTAD, 2025.

Figura 10 - Economias com o crescimento mais rápido no número de



Fonte: UNCTAD, 2025.

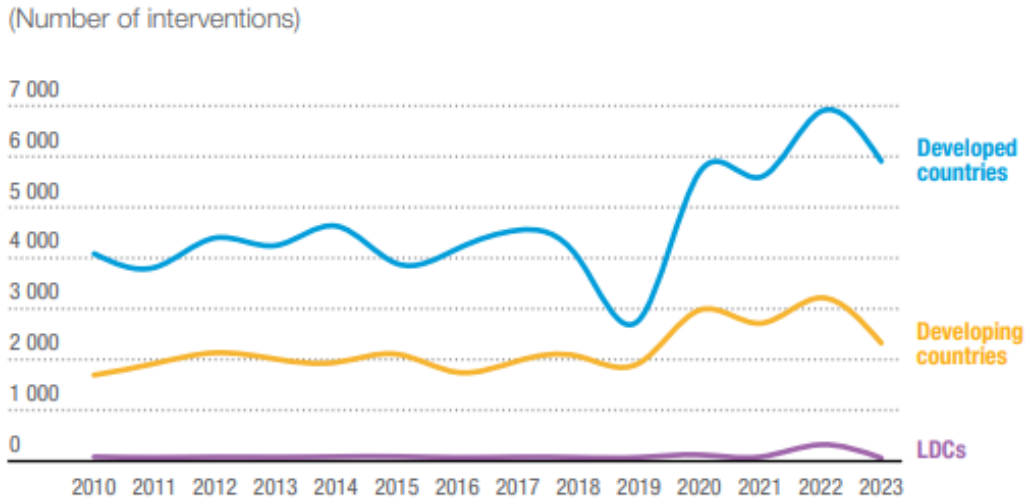
IA como Parte das Políticas Industriais e de Inovação

As políticas de IA devem ser vistas como parte integrante das políticas industriais e de inovação, visando tanto o desenvolvimento de novas soluções de IA quanto a adoção da tecnologia para modernizar a economia. Diante da divisão digital (um terço da população mundial permanecia offline em 2023), países em desenvolvimento precisam de políticas proativas, mesmo que haja receio de que a regulação sufoque a inovação; políticas bem desenhadas podem coordenar ações e criar ambientes favoráveis. Uma definição ampla de política industrial deve incluir intervenções que reestruturem a atividade econômica em direção a setores/tecnologias com maior potencial de crescimento ou bem-estar, apoiando aprendizado tecnológico, infraestrutura e capacitação (UNCTAD, 2025).

O Renascimento da Política Industrial e o Foco em STI

Observa-se um retorno da política industrial, especialmente após crises como a de 2008 e a pandemia de COVID-19, com foco crescente em setores de alta tecnologia. O número de intervenções políticas (proxy para políticas industriais) aumentou acentuadamente após 2019,

Figura 11 - Países desenvolvidos lideram a maioria das novas intervenções políticas



Fonte: UNCTAD, 2025.

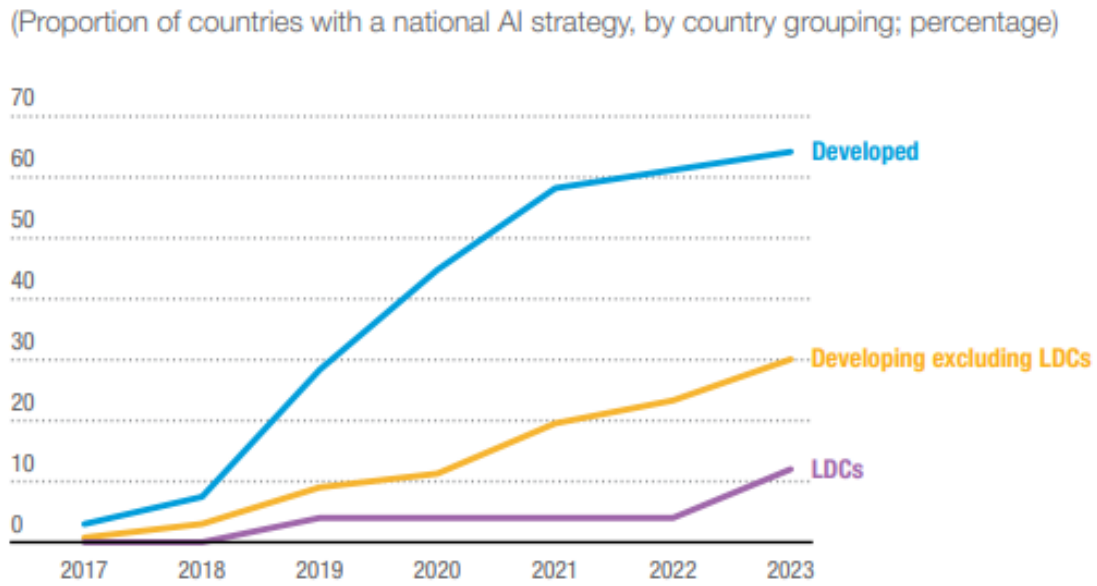
sendo dois terços oriundos de países desenvolvidos e apenas 1,3% de LDCs (UNCTAD, 2025).

Houve uma mudança no tipo de intervenção: de medidas de proteção comercial (tarifas, antidumping) para apoio mais direto (subsídios, empréstimos estatais, subvenções financeiras). As intervenções tornaram-se mais direcionadas a firmas específicas. A ascensão das TICs e das Cadeias Globais de Valor (CGVs) deslocou o foco para economias do conhecimento baseadas em capital intangível, com crescente participação das exportações de serviços no comércio total. Desde 2010, as políticas industriais têm incorporado cada vez mais aspectos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), embora o investimento em P&D permaneça baixo na maioria dos países em desenvolvimento. Políticas para tecnologias de fronteira enfrentam incertezas sobre resultados de P&D e impactos socioeconômicos, exigindo uma abordagem antecipatória e adaptativa (UNCTAD, 2025).

Políticas Específicas para IA

A política de IA é um campo novo e incerto. A maioria das políticas até agora vem de países desenvolvidos; até o final de 2023, dois terços deles tinham uma estratégia nacional de IA, contra apenas 6 LDCs (de 89 estratégias no total). Os instrumentos mais comuns são estratégias nacionais, regulação emergente e consultas públicas. Países desenvolvidos tendem a usar mais instrumentos financeiros para apoiar pesquisa e infraestrutura de IA, enquanto países em desenvolvimento focam mais no uso de IA no setor público. Países com maior PIB per capita tendem a estar mais preparados para a governança de IA, mas há casos de "superdesempenho" como Ruanda, Brasil, China, Índia e Singapura. É crucial equilibrar políticas de adoção (difusão, upskilling/reskilling) e desenvolvimento (criação de conhecimento, modelos, infraestrutura avançada), especialmente para países em desenvolvimento que precisam evitar ficar presos apenas na adoção (UNCTAD, 2025).

Figura 12 - A maioria das políticas de IA foi produzida por países desenvolvidos



Fonte: UNCTAD, 2025

Estudos de Caso de Políticas de IA

Abordagens Gerais: China adota um plano estratégico de longo prazo (ser líder em IA até 2030), com forte direcionamento estatal e regulação crescente (ex: Medidas para Serviços de IA Generativa). A União Europeia adota uma abordagem baseada em risco (AI Act), classificando aplicações e proibindo as de risco inaceitável, complementada por regulação de plataformas (Digital Service Act) e apoio a tecnologias estratégicas (European Chips Act). Os EUA focam no impulso a P&D e manufatura de semicondutores (CHIPS and Science Act) e estabelecem princípios éticos (Blueprint for an AI Bill of Rights), com regulações começando a surgir em nível estadual (Califórnia). As políticas dessas grandes economias geram spillovers, podendo dificultar o catch-up de outros países (UNCTAD, 2025).

Infraestrutura: O programa "Novo PAC" do Brasil (2023) investe US$ 5,7 bilhões em infraestrutura digital (4G, 5G, fibra óptica na Amazônia) via parcerias público-privadas, visando conectar escolas e unidades de saúde. O projeto e-Agriculture da Costa do Marfim foca em

infraestrutura digital e física para melhorar a produtividade agrícola e acesso a mercados. O Japão fortalece a capacidade computacional nacional conectando supercomputadores a universidades e laboratórios. A Lei K-Chips da Coreia do Sul oferece créditos fiscais para investimento em semicondutores, com foco em PMEs (UNCTAD, 2025).

Tabela 5 - Exemplos de políticas para fortalecer a infraestrutura digital

Brazil Digital Inclusion and Connectivity	Côte d'Ivoire e-Agriculture	Japan High Performance Computing Infrastructure	Republic of Korea K-Chips Act
Promote AI adoption by improving digital connectivity and involving public and private actors	Facilitate AI adoption in specific fields and sectors with targeted infrastructure development	Support AI development by strengthening national computing capacity	Foster the development of hardware components necessary to AI development
Key Actions	*Key Actions*	*Key Actions*	*Key Actions*
• Reinforce backbone ICT infrastructure and 4G/5G networks • Upgrade connectivity for all basic public schools and health care units • Involve private actors in the investment plan	• Develop large-scale digital platforms • Adopt sustainable digital services for e-agriculture • Integrate both physical infrastructure and digital services	• Connect existing supercomputer with major universities and national laboratories • Strengthen high-speed network across the country to distribute computing power • Encourage participation and innovation and in computing-intense sectors	• Supporting facility investments in semiconductor and strategic technologies • Streamline regulation and standardization in microchips • Focus on SMEs

Fonte: UNCTAD, 2025

Dados: O Observatório de Dados do Chile promove colaboração público-privada-acadêmica usando plataformas de dados abertos. O Mobility Data Space da Alemanha cria um marketplace para dados de mobilidade. As Diretrizes Éticas da Índia para IA em saúde focam em privacidade, segurança e representatividade dos dados. O Sandbox da Colômbia permite experimentação de IA respeitando privacidade desde o design. A Lei de Copyright 2021 de Singapura cria exceções para permitir mineração de texto/dados e treinamento de IA, com salvaguardas (UNCTAD, 2025).

Competências (Skills): A Lei de Competitividade da Força de Trabalho Digital das Filipinas foca em upskilling/reskilling em áreas como análise de dados e IA, com mapeamento de competências e um conselho interministerial. O Plano Nacional de Competências Digitais da Espanha busca reduzir o viés de gênero, introduzindo STEM cedo e orientando mulheres para carreiras digitais. Gana introduziu programação e conceitos de IA no currículo do ensino médio júnior, com foco em gênero. O Esquema de Pesquisa em IA da Nigéria oferece bolsas e fomenta parcerias pesquisa-empresa para construir o ecossistema (UNCTAD, 2025).

Abordagem Governamental Integrada (Whole-of-Government): Políticas de IA eficazes exigem uma abordagem integrada, coordenando ações entre ministérios (CTI, Indústria, Educação, Infraestrutura, Comércio). É preciso ir além de incentivos fiscais, incorporando regulação (proteção ao consumidor, plataformas, dados), governança e mecanismos de

aplicação para direcionar a mudança tecnológica. A colaboração com stakeholders (setor privado, academia, sociedade civil) é essencial (UNCTAD, 2025).

Colaboração Global para uma IA Inclusiva e Equitativa

Necessidade de Governança Global de IA

A natureza transfronteiriça da IA (intangível, replicável globalmente) exige colaboração internacional. Desafios incluem: novas oportunidades econômicas desiguais, domínio de poucas multinacionais com interesses desalinhados do público, difusão extremamente rápida (ex: ChatGPT atingiu 100M usuários em 2 meses), regulação nacional defasada (especialmente em países em desenvolvimento), e a necessidade de gerenciar fluxos transfronteiriços de dados e talentos. Sem governança global, corre-se o risco de aprofundar desigualdades (UNCTAD, 2025).

Alinhando IA com Objetivos Sociais

O domínio corporativo (Alphabet, Amazon, Microsoft controlam >2/3 do mercado de nuvem; Nvidia tem 90% do mercado de GPUs para IA) limita a capacidade dos governos de direcionar a IA para o bem público, pois a pesquisa de ponta ocorre majoritariamente a portas fechadas. A pressão por lucro pode levar à negligência de questões éticas ou impactos sociais, exigindo mais que autorregulação. Investigações antitruste estão em andamento em várias jurisdições. É necessária uma abordagem multi-stakeholder, seguindo princípios como FAIR (Findable, Accessible, Interoperable, Reusable) e CARE (Collective benefit, Authority to control, Responsibility, Ethics). A opinião pública global mostra desconfiança sobre a proteção de dados pessoais por empresas que usam IA e desconhecimento sobre quais produtos usam IA. A criação de réplicas digitais e deepfakes apresenta riscos à privacidade, segurança e democracia. A legislação de propriedade intelectual também enfrenta desafios sobre a patenteabilidade de algoritmos e invenções geradas por IA, e sobre o uso de material protegido por direitos autorais no treinamento de modelos (UNCTAD, 2025).

Iniciativas de Governança de IA e Contribuição da ONU

Iniciativas internacionais de governança de IA (Princípios da OCDE, Princípios do G20, Parceria Global sobre IA, Processo de Hiroshima do G7, Declaração de Bletchley, Cúpula de Seul, Convenção do Conselho da Europa) são importantes, mas fragmentadas e dominadas por países do G7/desenvolvidos, com baixa representação do Sul Global, o que pode levar a uma

Tabela 6 - Resumo das sete principais iniciativas internacionais de governança de IA

Initative	Description	Focus	Specificity
OECD AI Principles (2019)	Offers foundation for international cooperation and interoperability for accountable AI systems.	AI that maximizes benefits and minimizes risks for economic growth and sustainability.	Inclusive growth, human-centred values, transparency, security, safety and accountability.
G20 AI Principles (2019)	Addresses interface between trade and the digital economy. Calls for an evidence-based policy approach.	Principles for responsible stewardship of trustworthy AI. Reference to need for national policies and international cooperation.	Accountability and inclusive and safe digitalization (follows up on OECD recommendation on AI).
Global Partnership on AI (2020)	Integrated partnership focusing on responsible development of AI with respect for human rights.	Expert collaboration on research and pilot projects on responsible AI, data governance, future of work, innovation and commercialization.	Human rights and democratic values fostering international cooperation (integrated partnership with OECD).
Hiroshima AI Process Friends Group (2023)	Aims to promote safe, secure and trustworthy AI systems for all actors, including emerging economies, the private sector and academia.	Actions and principles calling for a risk-based approach, but leaving different jurisdictions to choose own forms of implementation.	Considers AI life cycle, aiming for safe, trustworthy and secure AI in line with risk-based approach (formed after G7 Summit).
Bletchley Declaration on AI Safety (2023)	Establishes shared responsibility for risks and opportunities of frontier AI.	Cooperation calling for actions to identify AI safety risks and build respective risk-based policies.	Considers need for cross-country policies and to develop relevant capabilities to mitigate potential risks of frontier AI.
Seoul Declaration (2024)	Recognizes risks posed by AI and calls for international cooperation for inclusive and safe AI.	Pointing to risk-based approaches to ensure safe, secure and trustworthy design, development, deployment and use of AI.	Prioritizes international cooperation to address risks posed by AI and a human-centred vision (follows up on Bletchley Declaration).
Council of Europe Committee on AI (2024)	First legally binding international treaty on AI, covering life cycle of AI systems.	Standards for a human-centred approach through human rights, democracy and rule of law impact assessment methodology.	Human rights, transparency and democratic values in life cycle of AI, stakeholder engagement and responsible innovation based on a risk-based approach (life cycle as under Hiroshima Process).

Fonte: UNCTAD, 2025.

governança falha. Há uma tendência de mudança de abordagens baseadas em princípios para abordagens baseadas em risco (UNCTAD, 2025).

A ONU tem contribuído significativamente através de plataformas como AI for Good, CSTD e Fórum STI, a Recomendação da UNESCO sobre Ética da IA (primeiro padrão global), resoluções da Assembleia Geral sobre IA para desenvolvimento sustentável e capacitação, e o recente Pacto para o Futuro e Compacto Digital Global, que preveem um painel científico internacional sobre IA, um diálogo global sobre governança de IA e um grupo de trabalho sobre governança de dados (UNCTAD, 2025).

Garantindo Responsabilidade (Accountability)

É necessário um framework de responsabilidade para todos os atores no ciclo de vida da IA. Propõe-se um mecanismo de divulgação pública para sistemas de IA em larga escala, similar ao framework ESG (Ambiental, Social e Governança). Isso incluiria avaliações de impacto (ambiental, emprego, direitos humanos, etc.), relatórios públicos detalhando funcionamento dos algoritmos, gestão de dados e medidas de equidade, e auditorias/certificações. A transição

pode ser de relatórios voluntários para obrigatórios, com mecanismos de fiscalização e penalidades. É preciso equilibrar inovação e segurança, considerar o fardo regulatório sobre PMEs e garantir flexibilidade e envolvimento de múltiplos stakeholders, especialmente populações vulneráveis e trabalhadores (UNCTAD, 2025).

Guiando a IA para a Prosperidade Compartilhada

A IA desafia a neutralidade tecnológica, sendo capaz de tomar decisões e gerar ideias. O progresso tecnológico histórico nem sempre levou a desenvolvimento inclusivo, muitas vezes concentrando riqueza e poder. É urgente direcionar a IA através de governança global eficaz, apoio internacional focado em infraestrutura, dados e competências, e uma visão comum centrada no ser humano. A UNCTAD defende uma abordagem "IA para todos", onde a tecnologia complementa trabalhadores, benefícios são compartilhados de forma justa, e inclusão e equidade são prioridades (UNCTAD, 2025).

Referências

1. OMCa. In a world of trade tensions, what do tariffs really do? 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/blogs_e/ce_ralph_ossa_e/blog_ro_11apr25_e.htm
2. OMCb. Marking 30th anniversary, the WTO reflects on historic achievements and future challenges 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/30yr_10apr25_e.htm
3. OMCc. Statement by the Director-General on escalating trade tensions 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/dgno_09apr25_e.htm
4. OMCd. China initiates WTO dispute regarding US “reciprocal tariffs” 2025. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/dsrfc_08apr25_e.htm
5. OMCe. Canada initiates WTO dispute regarding US duties on automobiles and auto parts. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/ds637rfc_07apr25_e.htm
6. UNCTAD. Technology and Innovation Report 2025. 2025. Disponível em: https://unctad.org/publication/technology-and-innovation-report-2025

As estratégias da sociedade civil em um contexto de mudança geopolítica e crise

Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira, Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Ana Carol Aldapi Vaquera e Luis Eugênio de Souza

Resumo: O presente informe analisa manifestações de 44 organizações da sociedade civil (OSC), divulgadas entre 24 de março e 8 de abril de 2025. Nesse período, as OSCs abordaram temas diversos, destacando-se os conflitos armados, as crises humanitárias, os desastres ambientais (o terremoto de Mianmar, notadamente), políticas caóticas do governo Trump e a equidade de gênero. Conflitos foram denunciados na República Democrática do Congo, no Iêmen, na Colômbia, em Gaza e no Sudão. Em relação aos desastres ambientais, teve destaque o terremoto que atingiu Mianmar, atingindo milhões de pessoas. Os impactos do fim do apoio dos EUA à aliança global GAVI e os cortes em programas de nutrição e educação foram mencionados, chamando-se a atenção para o modo como decisões políticas afetam profundamente a saúde das populações mais vulneráveis. No campo da equidade de gênero, várias OSC denunciaram a persistência de desigualdades nos sistemas de saúde e alertaram para a violência contra mulheres. Outros assuntos mencionados incluíram o estigma relacionado ao HIV, à falta de acesso a cuidados em saúde mental, a passagem do Dia Mundial da Saúde, as ações de mobilização voltadas pela erradicação da tuberculose. Como em outros informes, observa-se um contraste entre as OSC de interesse público e aquelas de interesse privado. Enquanto as primeiras concentraram suas ações em torno de conflitos, desastres ambientais e desigualdades estruturais, as segundas priorizaram campanhas voltadas à promoção da saúde, adesão a tratamentos e fortalecimento de sistemas de atenção primária.

Introdução

O presente informe examina as manifestações publicadas entre 24 de março e 8 de abril de 2025. Das 62 organizações da sociedade civil (OSC) monitoradas, 44 apresentaram manifestações relevantes para o campo da saúde global e da diplomacia da saúde. A análise revela uma pluralidade de agendas e enfoques, com ênfase nas respostas às crises humanitárias, ambientais e sociais em curso. As organizações denunciaram os efeitos devastadores dos conflitos armados e da crise climática que está intensificando a ocorrência de desastres ambientais. Críticas aos cortes de financiamento anunciados pelo governo Trump, equidade de gênero, campanhas de promoção da saúde e fortalecimento dos sistemas sanitários foram outros temas destacados.

No que concerne aos conflitos armados e seus impactos nos sistemas de saúde, foram citados Sudão, Iêmen, República Democrática do Congo e Colômbia e Faixa de Gaza, locais recorrentes quando se trata de violência. Médicos Sem Fronteiras (MSF), ActionAid, CARE, Oxfam e Save the Children relataram, como consequência dos conflitos, a crise e a insegurança alimentar, o deslocamento forçado de populações, o colapso dos sistemas de saúde, o bloqueio

de ajuda humanitária e as violações do Direito Internacional Humanitário. Essas organizações chamaram atenção para a gravidade das condições de vida das populações civis, especialmente gestantes, crianças e idosos, frequentemente privados de acesso a cuidados médicos mínimos.

Os impactos da crise climática e dos desastres ambientais foram objetos de manifestações de organizações como Save the Children e o Movimento pela Saúde dos Povos (MSP), destacando-se os efeitos do terremoto de magnitude 7.7 em Mianmar, que afetou milhões de pessoas. A Greenpeace e a ACT Promoção da Saúde ampliaram o debate, denunciando o papel das indústrias poluentes — como as de tabaco, álcool e alimentos ultraprocessados — na degradação ambiental e nos danos à saúde coletiva. A Greenpeace ressaltou ainda a resistência da indústria petroquímica ao Tratado Global sobre Plástico. As denúncias buscaram evidenciar o vínculo entre políticas econômicas extrativistas, desregulação ambiental e crises sanitárias.

As críticas às medidas adotadas pelo governo dos Estados Unidos formaram outro eixo importante de denúncias das OSC. Médicos Sem Fronteiras, Public Citizen, Save the Children, CORE Group, World Vision e Medicus Mundi Suíça alertaram para o impacto dos cortes de financiamento à aliança GAVI, à nutrição e à educação em países de baixa renda. Tais medidas foram denunciadas como ameaças diretas à saúde infantil e à infraestrutura humanitária, revelando a interdependência entre decisões geopolíticas e as condições de vida das populações mais vulneráveis.

A equidade de gênero também foi amplamente abordada pelas organizações da sociedade civil. A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA), o Sustainable Health Equity Movement (SHEM) e a European Public Health Alliance (EPHA) denunciaram a persistência de desigualdades estruturais nos sistemas de saúde, além da violência, inclusive armada, contra mulheres. As entidades defenderam políticas públicas que incorporem perspectiva de gênero e promovam o acesso equitativo aos serviços de saúde, incluindo saúde sexual e reprodutiva. Questões ligadas ao estigma e à saúde mental emergiram como temas importantes. A GNP+ (Global Network of People Living with HIV+), a IFMSA (Federação Internacional de Estudantes de Medicina) e a Medicus Mundi Suíça trataram dos impactos do estigma no acesso ao tratamento do HIV, das deficiências nas políticas de saúde mental em contextos de crise e da necessidade de garantir apoio psicossocial às populações afetadas por guerras, desastres e deslocamentos forçados.

A violência contra crianças foi mencionada pela Save the Children que registrou que a Tailândia se tornou o 68º país a proibir em lei punições corporais contra crianças.

Além disso, algumas organizações como a Progressive International trouxeram reflexões sobre neocolonialismo e justiça global, denunciando sanções econômicas impostas ao Zimbábue que sofre uma espécie de reparação reversa em favor dos colonos brancos, exigindo respeito à soberania dos países do Sul Global. Já o PHM (People's Health Movement), no capítulo introdutório de sua publicação *Global Health Watch*, propôs uma crítica sistêmica à economia política da doença, defendendo uma transição para o bem-estar coletivo e a justiça socioambiental.

As organizações da sociedade civil de interesse privado, por sua vez, centraram sua atuação em campanhas educativas, promoção da saúde, pesquisa e desenvolvimento e fortalecimento dos sistemas de saúde. Muitas delas participaram ativamente de mobilizações, relacionadas ao *Dia Mundial da Saúde*, *Dia da Tuberculose*, *Dia da Água, Dia Mundial do Médico*

de Família e ao proposto *Dia Mundial da Adesão a tratamentos médicos e estilos de vida saudáveis*. Várias organizações (EPHA, IFMSA, IFA e WH) lideraram campanhas de conscientização focadas em prevenção, hábitos saudáveis, imunização e adesão a tratamentos. Várias organizações também abordaram a cobertura universal de saúde e o reforço das capacidades institucionais. A IANPHI (Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública) defendeu a reorientação dos sistemas de saúde com foco na atenção primária e nas funções essenciais de saúde pública. A WONCA e a World Medical Association trataram da segurança do paciente, apontando que a escassez de profissionais e as más condições de trabalho representam riscos diretos à qualidade do atendimento.

Por fim, temas como o uso de inteligência artificial na prevenção de desastres e a inovação tecnológica aplicada à saúde também foram abordados. A InterAcademy Partnership promoveu debates sobre modelagem de risco climático com IA e a Save the Children Ventures anunciou investimentos em soluções de cadeia de suprimentos baseadas em tecnologia para melhorar o acesso a equipamentos pediátricos na África.

Como em outros informes, observa-se um contraste marcante entre as OSC de interesse público, que concentram suas ações em torno da crítica às estruturas de dominação, desigualdade e exclusão, e as OSC de interesse privado, que priorizam o aperfeiçoamento funcional dos sistemas de saúde, muitas vezes sem questionar as causas estruturais das crises.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Guerras e conflitos

Guerra em Gaza

Após um mês do cerco imposto por Israel à Faixa de Gaza, Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta para o colapso do sistema de saúde local devido à escassez extrema de suprimentos médicos. As equipes estão sendo forçadas a racionar medicamentos, tratar feridos sem analgésicos e lidar com o aumento de doenças de pele causadas pela falta de água limpa. MSF denuncia o bloqueio como uma punição coletiva que impede o acesso a cuidados básicos e agrava o sofrimento da população, pedindo o fim imediato das restrições e a entrada de ajuda humanitária.[1]

Em Gaza, a crise hídrica agravada pelo bloqueio israelense tem exposto a população a condições desumanas e doenças infecciosas. Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta que o corte de eletricidade e a restrição de entrada de combustível e suprimentos essenciais comprometem o funcionamento do sistema de água, forçando milhares a consumir água imprópria. MSF tem atendido um número crescente de casos de doenças de pele e diarreia, especialmente entre crianças, e segue exigindo o acesso irrestrito à ajuda humanitária, além do respeito ao direito internacional humanitário.[2]

Após um mês sem a entrada de ajuda humanitária em Gaza, a ActionAid alerta para uma iminente crise de fome e sede, exigindo que as autoridades israelenses suspendam o bloqueio total imposto desde 2 de março. A organização denuncia a escassez crítica de alimentos, medicamentos e combustível, que levou ao fechamento de todas as padarias na região e à sobrecarga dos hospitais, incapazes de atender as vítimas dos recentes ataques aéreos. ActionAid pede ação imediata da comunidade internacional para pressionar Israel a cumprir o direito humanitário e permitir o envio urgente de suprimentos vitais à população de Gaza.[3]

A CARE publicou notícia sobre o ataque israelense em Gaza que resultou na morte de mais de 400 pessoas, incluindo muitas mulheres e crianças, marcando o fim de um cessar-fogo que durava dois meses. A organização ainda trouxe a questão dos hospitais, que ficam lotados idoso, desde 2 de março, Israel bloqueou a entrada de ajuda humanitária em Gaza, impedindo a chegada de suprimentos essenciais como equipamentos médicos, combustível e água. A CARE enfatiza a necessidade de todas as partes respeitarem o direito humanitário internacional, permitirem a entrada de mais ajuda e garantirem a segurança dos trabalhadores humanitários. A organização reitera que um cessar-fogo sustentado é essencial para acabar com o sofrimento e promover uma paz duradoura.[4]

A Oxfam denunciou que os bombardeios israelenses em Gaza desde 18 de março de 2025 mataram quase 700 pessoas e deslocaram 120.000, dificultando operações humanitárias. A organização enfrenta falta de segurança e negação de suprimentos. Apesar de ajudar quase 200.000 pessoas, a organização denuncia crimes de guerra pela negação de comida e água, exigindo um cessar-fogo permanente e justiça.[5]

Conflito na RDC

Médicos Sem Fronteiras (MSF) denuncia uma nova onda de violência na província de Ituri, no leste da República Democrática do Congo, onde civis, incluindo mulheres e crianças, vêm sendo brutalmente atacados. No relatório *Arriscando suas Vidas para Sobreviver*, a organização relata o agravamento das necessidades humanitárias e o colapso do acesso à saúde devido à destruição de centros médicos e à insegurança. MSF segue oferecendo atendimento médico em meio a deslocamentos em massa e pede proteção urgente para a população e para as estruturas de saúde.[6]

Violência no Sudão

A escalada da violência no Sudão do Sul está provocando o deslocamento em massa da população e contribuindo para a propagação de um surto de cólera que já atinge também a região de Gambella, na Etiópia. Médicos Sem Fronteiras (MSF) está atuando em ambos os países, tratando feridos e pacientes com cólera, além de realizar ações de saneamento e conscientização. A organização alerta para a gravidade da crise e pede apoio urgente para garantir acesso a cuidados de saúde e conter a disseminação da doença, agravada ainda mais por cortes no financiamento humanitário.[7]

A CARE alertou que as crescentes tensões no Sudão do Sul estão agravando a já grave crise humanitária, ameaçando reverter os avanços alcançados desde o acordo de paz de 2018. O país enfrenta uma epidemia contínua de cólera, afetando mais de 1 milhão de pessoas e resultando em 799 mortes até o momento. A falta de acesso à água potável e saneamento adequado está exacerbando a situação. Conflitos recentes deslocaram cerca de 100.000 pessoas no estado do Alto Nilo, muitas das quais buscaram refúgio na região de Gambela, na Etiópia. Além disso, mais de 1 milhão de refugiados e retornados necessitam de abrigo e apoio urgente após fugirem da violência no Sudão. A insegurança dificulta os esforços das organizações humanitárias para fornecer assistência vital.[8]

Conflito no Iêmen

A Oxfam apontou que dez anos de guerra no Iêmen causaram colapso econômico e crise humanitária, com 17 milhões de pessoas em insegurança alimentar. A organização apontou que políticas monetárias opostas, restrições dos Houthis e cortes de ajuda dos EUA pioram a

situação, pelo que a Oxfam pede paz liderada pelos iemenitas para superar as violações de direitos, destruição de infraestrutura e sofrimento de milhões.[9]

Impactos das guerras na saúde materna e perinatal

A guerra no Sudão tem causado um impacto devastador na saúde materna, especialmente em regiões como Darfur, onde o acesso aos cuidados médicos é extremamente limitado. Médicos Sem Fronteiras (MSF), atuando em 10 estados do país, tem prestado assistência essencial a gestantes em situação crítica, realizando partos de emergência, cesarianas e atendimentos em clínicas móveis. A organização alerta para a necessidade urgente de ampliar o acesso a cuidados de saúde e reforça o apelo por ajuda humanitária e financiamento contínuo, a fim de evitar mortes evitáveis e reduzir as complicações relacionadas à gravidez em meio ao conflito.[10]

Cerca de 130 bebês estão nascendo diariamente em Gaza em meio a um cerco total imposto por Israel, que já dura mais de um mês e impede a entrada de qualquer suprimento humanitário ou comercial, incluindo água, farinha, combustível e medicamentos. Com o sistema de saúde à beira do colapso, partos ocorrem em condições precárias, muitas vezes em tendas, e complicações antes tratáveis tornam-se fatais. Segundo a Save the Children, há um aumento alarmante de nascimentos prematuros, bebês com baixo peso e abortos espontâneos — estes últimos cresceram 300% durante o conflito. A desnutrição materna, o estresse crônico e o colapso dos serviços hospitalares comprometem a sobrevivência de mães e recém-nascidos. A organização, que atua em Gaza desde 1953, pede o fim imediato do cerco, a abertura de corredores humanitários e um cessar-fogo definitivo para evitar a perda de toda uma geração.[11]

Violência na Colômbia

O Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) alertou em seu relatório “Retos Humanitários 2025” que a situação humanitária na Colômbia atingiu em 2024 seu ponto mais crítico em oito anos. O CICV documentou 382 possíveis violações do Direito Internacional Humanitário, destacando o aumento da violência contra civis, a intensificação das hostilidades e o desrespeito às normas humanitárias por parte dos grupos armados. A organização enfatiza que o sofrimento das comunidades não é um destino inevitável, mas sim resultado direto da negligência em garantir a proteção de civis fora dos confrontos armados.[12]

Deslocamento forçado

Médicos Sem Fronteiras (MSF) alerta para o impacto dramático dos deslocamentos forçados no norte da Cisjordânia, onde mais de 40 mil palestinos foram obrigados a deixar seus lares após a operação militar “Muro de Ferro” de Israel. A organização presta atendimento por meio de clínicas móveis, tratando condições de saúde agravadas pela crise e distribuindo kits de higiene e alimentos. MSF denuncia a destruição de acampamentos e o bloqueio de acesso às casas, e reforça o apelo por uma resposta humanitária urgente e pela interrupção do deslocamento forçado na região.[13]

Conflitos e crise alimentar

A violência no leste da República Democrática do Congo agravou a fome infantil, afetando 2,3 milhões de crianças a mais em 2025 — um aumento de 50% em relação ao ano anterior. No total, 14,6 milhões de crianças enfrentam fome severa, especialmente nas províncias mais afetadas pelo conflito armado e deslocamentos. As famílias vivem em extrema vulnerabilidade, com casos frequentes de desnutrição infantil. A Save the Children alerta para os impactos no

desenvolvimento das crianças e pede ação urgente da comunidade internacional. A organização atua na região desde 1994 com apoio em saúde, nutrição, educação e proteção.[14]

Impactos das guerras na saúde mental

A World Federation for Mental Health divulgou a Declaration on Women and Children in War and Conflict Zones and the Impact on Mental Health, publicada em fevereiro de 2025, alertando para os impactos devastadores e desproporcionais que guerras e conflitos armados causam a mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos, destacando regiões como Palestina, Sudão, Ucrânia, Iémen, Congo, Líbano e Haiti. Essas populações enfrentam múltiplos níveis de trauma, incluindo violência sexual, deslocamento, desnutrição, mortalidade materna e doenças. A declaração enfatiza a urgência de proteger os direitos humanos, especialmente os das mulheres e crianças, promovendo apoio psicológico, assistência humanitária e negociações de paz. Organizações como a ONU e o UNICEF também denunciam o aumento alarmante de abusos e o impacto mental e físico duradouro sobre essas populações, exigindo ação imediata para interromper a violência e restaurar a dignidade humana.[15]

Desastres ambientais e crise climática

O terremoto de magnitude 7.7 que atingiu Mianmar em 28 de março impactou gravemente o sistema de saúde do país, especialmente o atendimento hospitalar secundário. Segundo o coordenador-geral dos projetos de Médicos Sem Fronteiras (MSF) no país, a organização está priorizando o fortalecimento desses serviços, além de garantir o acesso contínuo a cuidados primários e apoio psicológico às comunidades afetadas. MSF também tem promovido treinamentos em primeiros socorros psicológicos e atua em parceria com a população local para garantir uma resposta eficaz e sustentável.[16]

Após o terremoto de magnitude 7.7 que devastou a região do Lago Inle, em Myanmar, milhares de pessoas ficaram desabrigadas, vivendo em barcos sob calor extremo e sem acesso à água potável ou saneamento. A organização ActionAid alerta para as condições de vida perigosas enfrentadas pelos sobreviventes e destaca a urgência de apoio humanitário. Em parceria com organizações locais, ActionAid está distribuindo alimentos, água e suprimentos emergenciais, mas ressalta que o acesso às comunidades afetadas é um grande desafio, especialmente com a chegada das chuvas de monção.[17]

Dois fortes terremotos atingiram seis regiões de Mianmar em 28 de março de 2025, afetando mais de 28 milhões de pessoas, incluindo cerca de 6,7 milhões de crianças, e causando impactos também na Tailândia e em outros países vizinhos. As comunicações e o transporte foram severamente comprometidos, dificultando a verificação dos danos e do número de vítimas. A Save the Children, presente no país desde 1995, está monitorando a situação e preparando uma resposta humanitária emergencial, destacando a vulnerabilidade das crianças diante de desastres naturais. A organização alerta que é fundamental priorizar abrigo, segurança e apoio psicossocial para os menores afetados, muitos dos quais podem estar enfrentando traumas e separações familiares pela primeira vez.[18]

Após o terremoto de magnitude 7,7 em Mianmar, que matou mais de 1.600 pessoas, a Save the Children presta ajuda emergencial com foco em água, alimentos, saúde e abrigo. Hospitais estão lotados e milhares vivem em abrigos improvisados. Em Shan State, casas e escolas foram destruídas, há escassez de água e crianças em choque precisam de apoio psicológico. A organização também acompanha os impactos na Tailândia, onde 28 mil crianças

refugiadas estão vulneráveis. A entidade destaca a urgência de uma resposta humanitária que inclua cuidados com a saúde mental infantil.[19]

Após o terremoto que atingiu Mianmar e foi sentido até a Tailândia, pais e cuidadores enfrentam o desafio de lidar com o medo e a insegurança das crianças. Em relato conjunto, funcionários da Save the Children em Mianmar e na Tailândia compartilham experiências pessoais e profissionais, destacando que, enquanto crianças em Bangcoc foram rapidamente evacuadas para áreas seguras e puderam voltar para casa, milhares de crianças em Mianmar continuam desabrigadas, traumatizadas e sem acesso a necessidades básicas. A organização orienta famílias sobre como explicar terremotos às crianças e destaca a importância de planos de emergência para oferecer segurança emocional. Em meio ao medo e incerteza, preparar as crianças com informação e acolhimento pode ajudá-las a recuperar a sensação de controle e segurança.[20]

A CARE noticiou a entrega de ajuda humanitária após um terremoto de magnitude 7,7 atingir Mianmar em 28 de março de 2025, causando destruição significativa em Mandalay e regiões próximas. Mais de 3.000 pessoas morreram, aproximadamente 4.750 ficaram feridas e centenas estão desaparecidas. Infraestruturas essenciais, como casas, escolas, hospitais e pontes, foram destruídas, dificultando os esforços de resgate e assistência.[21]

A CARE, em parceria com organizações locais, iniciou a distribuição de kits de saúde emergenciais para as comunidades mais afetadas. Arif Noor, diretor nacional da CARE Mianmar, destacou que hospitais estão sobrecarregados e há uma necessidade urgente de abrigos, medicamentos e água potável. A organização planeja alcançar 500.000 pessoas em sua resposta inicial, fornecendo assistência financeira, serviços médicos essenciais, água limpa e suprimentos alimentares de emergência. [21]

Crianças deslocadas pelo terremoto em Mianmar agora enfrentam riscos causados pelo calor extremo, com temperaturas de até 40 °C e falta de abrigo, água potável e eletricidade. A Save the Children alerta para os perigos de desidratação, insolação e doenças, além do agravamento da fome e do trauma psicológico. Em Mandalay, o medo de novos tremores afeta o sono das famílias. A organização distribui alimentos, água e kits de higiene, mas destaca a urgência de mais apoio, já que o apelo humanitário de 2025 recebeu apenas 5% do financiamento necessário.[22]

A Save the Children alerta para uma crise dupla que afeta mais de 110 mil refugiados na fronteira entre Tailândia e Mianmar, causada pelos cortes na assistência alimentar e pelos impactos do terremoto de 28 de março. Com a redução no apoio, mais de 80% das famílias enfrentarão escassez de alimentos, o que pode levar pais a tirarem os filhos da escola para que trabalhem. O terremoto também danificou escolas e aumentou a vulnerabilidade da população. A organização avalia danos em 58 escolas e oferece apoio psicossocial, pedindo ajuda internacional urgente para garantir alimentação, educação e proteção às crianças refugiadas.[23]

As chuvas em Mianmar após o terremoto aumentam o risco de surtos de doenças transmitidas pela água, como diarreia e cólera, especialmente entre crianças em abrigos improvisados, alerta a Save the Children. Fontes de água foram contaminadas ou destruídas, e sem eletricidade, o bombeamento é difícil. Famílias recorrem à água turva de lagos enquanto aguardam doações. Há também escassez de alimentos, falta de banheiros e risco de doenças como dengue. A organização pede apoio contínuo para garantir acesso a água potável e evitar uma crise sanitária entre os deslocados.[24]

A Oxfam apontou que o terremoto de 7,7 em Mianmar em 28 de março de 2025 devastou várias regiões, matando mais de 1.600 pessoas e ferindo mais de 3.400. Por conta da catástrofe, a Oxfam está distribuindo kits de higiene e emergência e trabalhando com parceiros locais para atender às necessidades de abrigo, água e cuidados médicos dos sobreviventes. Apontou que um estado de emergência foi declarado, e a organização pediu uma resposta global urgente para ajudar na recuperação.[25] A Oxfam apontou também que as chuvas intensas pioraram a situação, aumentando o risco de doenças por falta de água potável e saneamento. A Oxfam forneceu suprimentos essenciais para prevenir surtos, mas apontou que a infraestrutura destruída e o subfinanciamento humanitário dificultam a recuperação, exigindo uma resposta internacional urgente para apoiar os mais vulneráveis.[26]

Na passagem do Dia Mundial da Saúde, a Federação de Associações de Saúde Pública (WFPHA) deu notícia da mobilização de profissionais de saúde e comunidades em todo o mundo em torno de um Dia de Ação Global, exigindo uma liderança climática ousada, o fim da dependência de combustíveis fósseis e uma transição justa e equitativa que proteja a saúde e garanta um futuro habitável para mães, bebês e gerações vindouras. Acrescentou que a crise climática está se acelerando, assim como as emergências de saúde pública relacionadas a ela.[27]

A ACT Promoção da Saúde lançou uma campanha sobre o duplo impacto que as indústrias do tabaco, do álcool e dos ultraprocessados têm na saúde e no meio ambiente. Além de fabricarem produtos nocivos à saúde, essas indústrias também contribuem significativamente para a degradação ambiental ao longo de todo o ciclo de produção e consumo, provocando desmatamento, uso excessivo de água, aumento das emissões de gases de efeito estufa e a contaminação de solos e mares. A campanha da ACT, realizada em colaboração com a Vital Strategies, tem como objetivo aumentar a conscientização sobre esse Duplo Impacto. A iniciativa surge em um momento crítico, já que, em 2025, o Brasil sediará a COP 30 sendo essencial que esse tema seja incluído nos debates.[28]

A Greenpeace cobrou união de líderes no Diálogo Climático de Petersberg para combater a crise climática e proteger a Amazônia, pedindo ações concretas na COP30, como transição energética, fim do desmatamento e apoio a povos indígenas, com responsabilidade dos poluidores, diante do aumento de 1,55°C na temperatura global em 2024.[29]

Destacou-se que quarenta anos após a Greenpeace evacuar Rongelap devido a testes nucleares dos EUA, a organização e a comunidade local comemoraram em Mejatto, reafirmando a luta por justiça nuclear e climática. Apesar de secas e ameaças de mineração, a Greenpeace mantém apoio às Ilhas Marshall, enfrentando também ações judiciais de combustíveis fósseis.[30]

Ativistas da Greenpeace protestaram em Zeebrugge contra a importação de gás fóssil dos EUA, criticando a dependência europeia que financia a instabilidade e eleva custos energéticos. Pedem transição para renováveis, banimento de novos projetos fósseis e eliminação do gás até 2035.[31]

A Greenpeace alertou que The Metals Company planeja obter uma licença de mineração em alto mar pelos EUA, ignorando a ISA, o que a Greenpeace condena como violação do direito internacional e exploração do Pacífico. A organização pede uma moratória urgente para proteger o oceano e critica a empresa por priorizar lucros e abandonar promessas feitas a nações como Nauru.[32]

A Greenpeace criticou a Lista de Bilionários 2025 da Forbes, com 3.028 pessoas detendo US$16,1 trilhões, enquanto a crise climática piora. Apontou que ligados a indústrias poluentes,

os super-ricos evitam impostos justos, e a organização exige tributação global via ONU para financiar serviços públicos e sustentabilidade.[33]

A Greenpeace apontou que a empresa norueguesa Loke Marine Minerals faliu em 3 de abril de 2025, abandonando planos de liderar a mineração em alto-mar no Pacífico e Ártico devido à resistência global. A Greenpeace, que celebrou o fato durante protestos em Bergen, exige uma moratória contra a indústria, que ameaça ecossistemas marinhos, na próxima reunião da ISA.[34]

Ativistas da Greenpeace interromperam o descarregamento de farelo de palma ligado ao desmatamento em Taranaki, acusando a Fonterra de destruir florestas indonésias e enganar consumidores com a marca Anchor. Eles exigem o fim do uso de PKE e denunciam a indústria de laticínios por emissões de metano e greenwashing.[35]

Um relatório do Greenpeace Brasil revelou que mais de 4.000 hectares de floresta amazônica foram destruídos por garimpo ilegal em quatro terras indígenas nos últimos dois anos. Apesar dos esforços do governo, a mineração continua a se expandir, especialmente na Terra Indígena Sararé, onde a atividade cresceu 93%. O relatório também denuncia irregularidades no comércio de ouro, com discrepâncias entre as exportações do Brasil e as importações da Suíça. O Greenpeace alertou que o garimpo ilegal ameaça comunidades indígenas, contamina rios e impulsiona o desmatamento, exigindo ações coordenadas tanto do Brasil quanto dos países importadores de ouro.[36]

Tratado Global sobre Plásticos

O Greenpeace destacou uma pesquisa com delegados da ONU, que revelou que a maior preocupação sobre a poluição plástica é seu impacto na saúde humana. Assim, destacou que os formuladores de políticas priorizam a redução da produção de plásticos e a eliminação de substâncias químicas tóxicas. No entanto, as negociações do Tratado Global sobre Plásticos enfrentam resistência da indústria petroquímica e de alguns países. A próxima rodada, em agosto de 2025, será crucial para definir restrições à produção e regulamentações químicas.[37]

Resiliência climática

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) divulgou a realização de um webinário sobre a resiliência climática, destacando que a mudança climática é a maior ameaça à saúde global. O webinário traz como questões: o que está impedindo de se construir um futuro mais resiliente e sustentável ao clima? As barreiras estão em nossas mentes, em nossos sistemas de saúde ou na própria sociedade? [38]

Uso de IA para identificar comunidades vulneráveis

A InterAcademy Partnership em colaboração com a Royal Spanish Academy of Sciences e apoio da U.S. National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, organizaram um workshop que analisou como as mudanças climáticas, as alterações no uso da terra e a expansão urbana estão aumentando os riscos de incêndios florestais, com o intuito de avançar na pesquisa e nas soluções de políticas sobre avaliação de risco de incêndios florestais, modelagem e o papel da inteligência artificial na compreensão das vulnerabilidades das comunidades. Os participantes exploraram técnicas de modelagem baseadas em IA e estratégias interdisciplinares para melhorar o manejo do fogo e a resiliência das comunidades.[39]

Políticas do Governo Trump

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou para as consequências graves da decisão dos Estados Unidos de encerrar o apoio à Gavi, aliança global que facilita o acesso à vacinação em países de baixa renda. A medida pode impedir que cerca de 75 milhões de crianças sejam vacinadas nos próximos cinco anos, resultando em mais de 1,2 milhão de mortes evitáveis. Embora MSF não receba financiamento da Gavi, a organização depende de vacinas adquiridas por meio dessa iniciativa em diversos projetos humanitários, e destaca que o corte representa uma ameaça à saúde infantil global e aos sistemas de saúde mais vulneráveis.[40]

A ActionAid destacou a necessidade urgente de um novo caminho econômico para o Quênia, após o país abandonar a última revisão do programa de apoio do FMI no valor de US$3,6 bilhões e solicitar um novo empréstimo devido ao aumento dos custos da dívida. Segundo a organização, os programas do FMI priorizam o pagamento da dívida em detrimento de serviços essenciais, como saúde, afetando gravemente as comunidades vulneráveis. A ActionAid defende políticas econômicas mais sustentáveis e equitativas, além da conclusão de uma auditoria da dívida para garantir transparência e justiça econômica.[41]

Mais de 1,8 milhão de crianças em mais de 20 países, incluindo Tanzânia, Síria e República Democrática do Congo, correm o risco de perder o acesso à educação devido aos cortes promovidos pelo governo dos EUA e do Reino Unido em programas de ajuda da Save the Children. Esses cortes estão afetando diretamente escolas em campos de refugiados, como em Cox's Bazar (Bangladesh), onde centenas de centros de aprendizagem foram fechados, privando as crianças não apenas da educação, mas também de apoio psicossocial e segurança. Em contextos de crise, onde a Save the Children frequentemente é a única provedora de ensino, a perda de financiamento ameaça agravar ainda mais as desigualdades, afetando o desenvolvimento de gerações inteiras. A organização alerta que, sem investimentos urgentes, os avanços em educação serão revertidos e pede que líderes mundiais priorizem a educação como ferramenta essencial para proteger e transformar a vida das crianças.[42]

Medicus Mundi Suíça (MMS) relatou que um documento vazado revela planos dos EUA para reduzir significativamente seu orçamento de assistência externa, gerando preocupação entre organizações internacionais em Genebra. A decisão levou a uma série de anúncios contraditórios sobre a suspensão, isenção, término e restauração de subsídios, dificultando a compreensão do impacto total no financiamento dos EUA. O documento vazado pelo Departamento de Estado dos EUA, conforme reportado pelo The New York Times e compartilhado pelo Político, oferece mais detalhes sobre essas intenções de cortes orçamentários. [43]

A Public Citizen publicou declaração sobre os planos da administração Trump de recortar o apoio financeiro à GAVI, the global vaccine alliance que faz parte importante de promover a imunização em países da baixa e média renda, essa medida ameaça a vacinação de rotina de 75 milhões de crianças nos próximos 5 anos. A organização aponta que essa decisão política de permitir que doenças evitáveis se espalhem, de ignorar a ciência, dar legitimidade ao extremismo antivacina e desmantelar a infraestrutura que nos protege a todos será feito sem economizar mais do que uma insignificância no orçamento.[44]

A CORE Group publicou uma alerta sobre os cortes governamentais no financiamento à nutrição, e como estas podem ter consequências devastadoras colocando centenas de milhares de crianças em risco já neste ano. Este é apenas um exemplo de um desmonte mais amplo da

rede global de proteção nutricional. Ações urgentes são necessárias para preservar os progressos alcançados no combate à desnutrição e na salvação de vidas infantis.[45]

Em meio aos cortes orçamentários que ameaçam reconfigurar o setor humanitário a World Vision, ressalta as palavras de, Brikena Zogaj, conselheira sênior em proteção infantil, faz um alerta claro para investir na segurança e no bem-estar das crianças não é apenas uma exigência ética, mas também uma estratégia essencial. Proteger crianças significa quebrar ciclos de violência, promover estabilidade local e global e, além disso, representa uma abordagem mais econômica e sustentável a longo prazo.[46]

A Public Citizen informou que cerca de 1.900 membros eleitos das Academias Nacionais de Ciências, Engenharia e Medicina dos EUA emitiram uma declaração aberta de alerta à população americana, afirmando que a ciência no país está sendo destruída. O manifesto surge em um momento crítico, após a saída forçada de um importante regulador de vacinas da FDA e o avanço de uma agenda marcada por desinformação liderada pelo secretário de Saúde, Robert F. Kennedy Jr. O grupo pede que líderes científicos e médicos se posicionem publicamente em defesa da ciência e da saúde pública, alertando que o silêncio agrava a crise.[47]

Equidade de gênero

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) lançou um chamado à ação a favor da equidade de gênero na Odontologia, destacando que é necessária para a construção de uma profissão mais saudável, inclusiva e resiliente. O chamado à ação diz que alcançar a equidade requer ação coletiva de instituições, formuladores de políticas, educadores e profissionais. Ao desmantelar a discriminação estrutural e promover a inclusão, elimina-se a desigualdade de gênero e se garante que todos os indivíduos, independentemente de gênero, prosperem na educação, na prática e na liderança odontológica.[48]

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) celebrou o Dia Internacional da Mulher com duas publicações: um artigo da Vice-Presidente da Women in Global Health Brazil que aborda as desigualdades que impedem o avanço das mulheres e um relato das ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil para defender a equidade de gênero.[49]

Saúde da Mulher

A European Public Health (EPHA) publicou o roteiro da Comissão Europeia "Roteiro para os Direitos das Mulheres", destacando oito prioridades, com a saúde das mulheres ocupando a segunda posição, logo após a prevenção da violência de gênero. Essa iniciativa reflete os esforços contínuos de diversas organizações para integrar as necessidades específicas das mulheres nas políticas de saúde. A organização e seus parceiros têm contribuído significativamente para essa discussão por meio de eventos, boletins informativos e artigos que abordam questões.[50]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) divulgou um artigo que discute as principais conclusões de um estudo com 130 associações nacionais de Saúde Pública sobre os desafios relacionados à saúde enfrentados por mulheres, crianças e jovens em todo o mundo, devido a conflitos, mudanças climáticas e aos efeitos persistentes da pandemia de COVID-19. Em síntese, a pesquisa revela uma impressionante falta de políticas públicas direcionadas para protegê-los, recomendando, entre outras coisas: (a) exigir que os governos assumam compromissos internacionais, (b) exigir financiamento equitativo para programas de saúde materna, infantil e juvenil, e (c) promover soluções de base nas comunidades afetadas.

Segue a referência completa do artigo: Robards F, Myers H, Klein Walker D. (2024). Global Public Health Association Policies Related to Women, Children and Youth. Journal of Public Health Policy, 45, 807–813.[51]

Violência contra as mulheres

A ACT Promoção da Saúde compartilhou dados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Sou da Paz, que apontam que a arma de fogo se manteve, por quase uma década, como o principal meio utilizado para o assassinato de mulheres no Brasil. A suspeita de consumo de álcool pelo autor da agressão é reportada em um terço dos casos, podendo chegar a 50% dependendo do contexto, especialmente quando se trata de cônjuges, namorados ou ex-companheiros. A organização destacou a importância de discutir o impacto da violência armada na vida das mulheres e de investir em políticas de controle de armas que considerem as questões de gênero.[52]

Equidade em saúde

O Sustainable Health Equity Movement (SHEM) recomendou a leitura do artigo "O Índice de Equidade em Saúde Sustentável" que descreve esse índice e destaca como a redução de danos a outras pessoas – abordando questões como concentração excessiva de riqueza e pegadas de carbono – pode levar a sociedades mais justas e sustentáveis.[53] Leia o artigo aqui: https://lnkd.in/dhusef86

Dia Mundial da Tuberculose

Marcando a passagem, em 11 de abril, do Dia Mundial da Tuberculose, a Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina (IFMSA) convocou todos à união contra a TB, de modo a aumentar a conscientização e agir contra a doença. A IFMSA chama a atenção para o fato de que, apesar de ser evitável e tratável, a tuberculose continua sendo uma das doenças infecciosas mais mortais do mundo e levanta a questão: como preencher as lacunas na prevenção, tratamento e equidade? [54]

No Dia Mundial de Combate à Tuberculose, Médicos Sem Fronteiras (MSF) fez um apelo por investimentos globais sustentados no combate à tuberculose infantil. A organização alerta que cortes de financiamento, especialmente dos Estados Unidos, já estão impactando serviços essenciais, como diagnóstico precoce e tratamento preventivo, afetando de forma desproporcional as crianças, que são as mais vulneráveis. [55]

Saúde Mental

A Medicus Mundi Suíça (MMS) lançou novas diretrizes para auxiliar países na reforma e fortalecimento de políticas e sistemas de saúde mental. Globalmente, os serviços de saúde mental permanecem sub financiados, com grandes lacunas no acesso e na qualidade. Em algumas nações, até 90% das pessoas com condições mentais graves não recebem nenhum atendimento, e muitos serviços existentes ainda utilizam modelos institucionais ultrapassados que não atendem aos padrões internacionais de direitos humanos. [50]

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) publicou uma entrevista com os coordenadores de seu grupo de trabalho sobre saúde mental pública. Na entrevista, eles destacam que a saúde mental pública envolve uma abordagem populacional para reduzir de forma a carga das condições de saúde mental e promover o bem-estar mental e a resiliência da população por meio da implementação em larga escala de intervenções

baseadas em evidências. Acrescentam que, apesar da disponibilidade de tais intervenções, a cobertura populacional é insignificante seja para prevenir, seja para tratar os transtornos mentais.[56]

Colonialismo no Zimbábue

A Progressive International publicou uma newsletter denunciando a situação no Zimbábue, que enfrenta um acordo de reparação reversa em favor dos colonos brancos, devido à redistribuição de terras realizada após a independência do domínio colonial britânico, quando essas terras foram entregues a camponeses negros. Décadas de sanções econômicas impostas por países com históricos de colonialismo, colocaram o Zimbábue "à beira da fome planejada por outros seres humanos", tornando-o uma das quatro nações com maior insegurança alimentar do mundo. Em vez de respeitar a soberania do país, os Estados Unidos insistem em impor suas próprias condições: ou o Zimbábue reverte sua histórica reforma agrária, ou os EUA continuarão a aplicar uma punição coletiva ao povo zimbabuano. A organização manifestou seu apoio aos movimentos populares do Zimbábue que se recusam a dobrar os joelhos aos poderes imperiais e suas demandas de reparação reversas visando a remoção das sanções.[57]

Segurança do paciente

A World Medical Association divulgou matéria sobre evento sobre Segurança do Paciente com participação de líderes da Aliança Mundial das Profissões da Saúde (WHPA) que destacaram que a escassez de profissionais de saúde representa um grande risco para a segurança dos pacientes. Representantes da WHPA instaram os governos a investirem nos profissionais de saúde e a garantirem condições de trabalho seguras e de apoio. Eles ressaltaram que, sem a proteção dos trabalhadores da saúde, não é possível garantir a segurança dos pacientes. O evento, organizado pela OMS, reúne especialistas globais e ministros da saúde para promover a colaboração internacional em segurança do paciente e acompanhar os avanços do Plano de Ação Global da OMS para a Segurança do Paciente 2021–2030.[58]

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA), por meio de seu Grupo de Trabalho sobre Qualidade e Segurança, divulgou sua série de webinários sobre Fatores Humanos da Segurança de Pacientes, focando no aprendizado em nível de sistema para reduzir riscos e melhorar o atendimento em todo o setor de saúde.[59]

Álcool e outras drogas

A ACON divulgou declaração conjunta com outras organizações e líderes na área de álcool e outras drogas como a Network of Alcohol and Other Drugs Agencies (NADA), the National Users and AIDS Association (NUAA), após a divulgação do Relatório da Cúpula sobre Drogas de Nova Gales do Sul, pedindo que o governo implemente integralmente as recomendações do relatório. O documento destaca a necessidade urgente de uma resposta coordenada para reduzir os danos causados pelas drogas, com foco na saúde, e não na punição. As propostas incluem mais investimentos em serviços de álcool e outras drogas, medidas de redução de danos, e reformas nos sistemas policial e judicial. Também é defendida a criação de uma Força-Tarefa com participação de pessoas com experiências vividas, profissionais da saúde e representantes das comunidades afetadas, especialmente populações prioritárias como os povos aborígenes e os jovens.[60]

Doenças Crônicas não Transmissíveis

A NCD Alliance participou da audição das partes interessadas com um grupo ampliado de organizações da sociedade civil e entidades do setor privado para contribuições para a Reunião de Alto Nìvel sobre Doenças Crônicas Não Transmissíveis e promoção da saúde mental e bem-estar (HLM4) que acontecerá em 25 de setembro de 2025. A audiência que acontecerá no dia 2 de maio terá dois paineis: um sobre determinantes das DCNT e saúde mental e bem-estar e outro sobre remodelagem e fortalecimento dos sistemas de saúde e todas as formas de financiamento para alcançar as pessoas que vivem com DCNT.[61].O objetivo da reunião é identificar marcos para a HLM4 e a Declaração Política que será discutida. [62]

Dia Mundial da Água

A International Federation of Social Workers fez publicação de sua declaração da Comissão Indígena para o Dia Mundial da Água. Na declaração os povos indígenas reconhecem a água não somente como um recurso fundamental para a vida mas como um ancestral que conecta gerações e uma força vital que exige reciprocidade. Chamam a atenção para a devastação dos rios e cursos d'água, com contaminações, capturas de rios que geram inundações em territórios indígenas, interrupção da migração de peixes e afogamento de plantas medicinais. Entre outros pontos sobre a importância da água, inclusive a potável, lembram que a água é importante para humanos e não humanos e que o cuidado com a água de todos nós.[63]

HIV/AIDS

A Global Network of People living with HIV+ (GNP+) destacou como o Índice de Estigma fornece dados cruciais sobre discriminação enfrentada por pessoas vivendo com HIV, destacando barreiras no acesso a tratamento e cuidados. A rede aponta que evidências mostram que estigma estrutural e leis punitivas perpetuam a exclusão. Organizações defendem reformas políticas para garantir acesso universal e não discriminatório à saúde. Além disso, iniciativas bem-sucedidas incluem treinamento de profissionais de saúde e campanhas de conscientização. Sem ações concretas, a meta de acabar com a epidemia de AIDS até 2030 ficará comprometida.[64]

Participação de pacientes nas organizações sociais

A DNDi está procurando um novo representante de pacientes para o seu conselho diretivo. Destaca que só pode desenvolver tratamentos que salvam vidas para pacientes negligenciados, colocando-os e a suas comunidades no centro de tudo o que fazem.[65]

Vacinação contra pneumonia

A International Federation on Ageing (IFA) publicou manifestação para promover a vacinação contra a pneumonia, lembrando que, em 2022, a pneumonia foi a 8ª principal causa de morte no Canadá, com os idosos enfrentando o maior risco de complicações graves. A IFA acrescentou que a vacinação é a chave para proteger nossos mais vulneráveis da pneumonia e prevenir complicações com risco de vida.[66]

Covid-19

A DNDi lembrou que em março se completam cinco anos desde que a OMS declarou a Covid-19 uma pandemia, destacando que milhões de vidas foram perdidas, porque os últimos avanços da ciência não estavam acessíveis de forma equitativa. Acrescentou que é por isso que, desde a pesquisa antiviral até a pressão dos governos por equidade na saúde global, a DNDi trabalha para que o mundo esteja preparado para quando a próxima crise de saúde chegar.[67]

Estratégias para enfrentar as crises globais

O Movimento pela Saúde dos Povos (MSP) divulgou o capítulo introdutório da sétima edição de sua principal publicação, o Global Health Watch. Intitulado "De uma economia política da doença a uma economia política do bem-estar", o capítulo critica o capitalismo como a causa raiz das crises globais, incluindo a desigualdade, o colapso ambiental e o deslocamento em massa. Destaca como o capitalismo neoliberal e financeirizado exacerba esses problemas, com a riqueza concentrada entre poucos, enquanto as medidas de austeridade sobrecarregam a maioria. O texto explora alternativas como o decrescimento, que defende a redução do consumo excessivo em nações ricas, e a "economia do bem-estar", que prioriza a distribuição equitativa de recursos dentro dos limites planetários. Apesar dos desafios, o capítulo defende tributação progressiva, direitos trabalhistas e ecossocialismo.[68]

Cobertura Universal de Saúde

Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI) participou da Reunião Global da Parceria pela Cobertura Universal de Saúde da OMS, destacando a importância de reorientar os sistemas de saúde com foco na atenção primária e na resiliência. A secretária-geral da IANPHI, Anne-Catherine Viso, enfatizou o papel essencial dos institutos nacionais de saúde pública na implementação das Funções Essenciais de Saúde Pública (EPHFs) e na promoção de uma cobertura universal equitativa. A organização reforçou seu compromisso com a OMS em fortalecer sistemas de saúde resilientes e inclusivos, especialmente em contextos de crises globais.[69]

Violência contra crianças

A Tailândia tornou-se o 68º país a proibir punições corporais contra crianças, por meio de uma emenda que abrange lares, escolas, creches e instituições de acolhimento, marcando um avanço significativo na proteção infantil. No entanto, a organização Save the Children alerta que, ao ritmo atual, serão necessários 60 anos para atingir a meta global de eliminar todas as formas de violência contra crianças, estabelecida para 2030 nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Apesar do progresso, apenas 16% das crianças no mundo são totalmente protegidas por lei, e a prática de castigos físicos e humilhantes ainda é amplamente aceita em muitas culturas. A Save the Children defende a implementação de práticas de disciplina positiva e oferecerá apoio técnico para fortalecer os serviços de proteção infantil na Tailândia.[70]

Insegurança alimentar

Durante a Cúpula Nutrition for Growth (N4G), em Paris, a Save the Children anunciou um compromisso de US$663 milhões para combater a desnutrição infantil até 2027, com foco em contextos desafiadores. A iniciativa inclui US$170 milhões destinados a intervenções nutricionais específicas, visando apoiar crianças e mães, ampliar o acesso a serviços equitativos e promover a participação ativa de crianças em campanhas e advocacy. A decisão ocorre em meio a um cenário preocupante: quase metade das crianças do mundo não pode pagar por uma dieta balanceada, e cortes no financiamento global para nutrição ameaçam a vida de milhões. A organização também promete integrar a inclusão de pessoas com deficiência em seus programas e fortalecer parcerias globais pela segurança alimentar infantil.[71]

Pesquisa e Desenvolvimento

A Save the Children, por meio da Global Ventures, investiu na empresa de tecnologia em saúde VIEBEG para ampliar o acesso a equipamentos médicos pediátricos em Ruanda, Quênia e

RD Congo. Usando inteligência artificial, a VIEBEG otimiza a cadeia de suprimentos, reduz custos e melhora a oferta de insumos em áreas carentes. O investimento faz parte do fundo GenEm, voltado a soluções que promovem o bem-estar infantil na África Subsaariana. A iniciativa reforça o compromisso da organização com parcerias sustentáveis diante da queda no financiamento internacional ao desenvolvimento.[72]

Dia Mundial da Adesão a tratamentos médicos e estilos de vida saudáveis

A World Heart Federation propõe, em parceria com outras organizações, o dia 27 de março como o Dia Mundial da Adesão. "O dia é um chamado global à ação para garantir que os pacientes continuem no caminho certo com medicamentos que salvam vidas e estilos de vida mais saudáveis". A instituição destaca os custos da não adesão à medicação e às recomendações de estilo de vida, por exemplo, como contribuintes pela piora dos resultados de saúde e sobrecarga dos orçamentos de assistência médica em todo o mundo.[73]

Dia Mundial da Saúde

A DNDi publicou manifestação sobre o Dia Mundial da Saúde, cujo tema este ano foi "começos saudáveis, futuros esperançosos", chamando a atenção para a importância da saúde materno-infantil. A DNDi aproveitou a passagem deste dia para divulgar um estudo, realizado na Colômbia para avaliar testes de diagnóstico rápido para a Doença de Chagas em comunidades urbanas, rurais e indígenas, enfatizando gestantes e crianças.[74]

Dia Mundial do Médico de Família

A Organização Mundial de Médicos de Família (WONCA) anunciou a campanha do Dia Mundial do Médico de Família de 2025, comemorado em 19 de maio. O tema deste ano é "Construindo resiliência mental em um mundo em mudança" que busca estimular a reflexão sobre o papel que os médicos de família desempenham no cultivo do bem-estar mental e da resiliência em seus pacientes, em suas comunidades e em si mesmos.[75]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Dia Mundial da Saúde

No Dia Mundial da Saúde 2025, comemorado em 7 de abril, o CORE Group e a Project HOPE lançaram a campanha "Inícios Saudáveis, Futuros Esperançosos", com foco na saúde materna e neonatal. A iniciativa convoca governos, sistemas de saúde e comunidades a intensificarem esforços para acabar com mortes evitáveis de mães e recém-nascidos, além de priorizar a saúde e o bem-estar das mulheres. Com cerca de 300 mil mortes maternas e mais de 4 milhões de óbitos neonatais por ano, a campanha destaca a urgência de sistemas de saúde mais eficazes, que ofereçam cuidados de qualidade em todas as fases da gestação e do parto, incluindo saúde mental, doenças crônicas e planejamento familiar. A parceria visa fortalecer ações comunitárias, compartilhar conhecimento e mobilizar recursos para melhorar os desfechos em saúde materna e neonatal em todo o mundo.[76]

O CORE Group celebra a Semana Mundial dos Trabalhadores da Saúde, iniciada em 1º de abril, destacando a importância vital dos profissionais de saúde, especialmente os agentes comunitários de saúde (CHWs), que atuam na linha de frente oferecendo cuidados essenciais, promovendo confiança e fortalecendo os sistemas de saúde em suas comunidades. Em um momento de cortes na ajuda internacional, esses profissionais enfrentam desafios ainda

maiores, com impactos diretos sobre as populações mais vulneráveis. Segundo a OMS, há uma previsão de déficit de 11 milhões de trabalhadores da saúde até 2030, principalmente em países de baixa e média renda.[77]

Para o dia Mundial de Saúde, o CORE Group publicou um artigo na *The Lancet*, intitulado "Ação urgente e decisiva é necessária na morbidade e mortalidade materna para evitar a estagnação dos avanços", alerta para os riscos crescentes decorrentes das falhas nos sistemas de saúde e das desigualdades persistentes. Sem ações imediatas e coordenadas, corremos o risco de retroceder em conquistas importantes obtidas ao longo das últimas décadas. Por isso, profissionais da saúde global, formuladores de políticas públicas e parceiros são chamados a manter-se engajados, informados e atuantes nessa causa vital.[78]

Pesquisa e Desenvolvimento

A WellcomeTrust, em parceria com o governo do Reino Unido, anunciou a criação de um novo serviço nacional de dados de saúde, com investimento de até £600 milhões, para facilitar o acesso seguro a informações de saúde por pesquisadores. A iniciativa, que será sediada no Wellcome Genome Campus, visa acelerar pesquisas sobre prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças, oferecendo um ponto único de acesso a dados anonimizados provenientes de diversas fontes, como cuidados primários e hospitais. A proposta é eliminar barreiras burocráticas, promover ensaios clínicos e fomentar a inovação na saúde, mantendo a segurança dos dados e o envolvimento ativo de pacientes. Segundo a Wellcome, o serviço reforça a posição do Reino Unido como líder global em pesquisa científica baseada em dados de saúde.[79]

A inteligência artificial (IA) promete revolucionar a saúde, mas falta regulamentação e evidências robustas sobre sua eficácia. Segundo a GAVI, The Vaccine Alliance, vieses algorítmicos podem piorar desigualdades, especialmente em países de baixa renda. Investimentos devem priorizar transparência, diversidade de dados e avaliação independente. Governos e empresas precisam colaborar para evitar danos. Sem padrões éticos, a IA pode ampliar erros de diagnóstico e exclusão.[80]

Alimentação saudável

Durante a Cúpula *Nutrition for Growth* de 2025, realizada em Paris, a Fundação Rockefeller anunciou um compromisso de US$ 100 milhões para, nos próximos cinco anos, apoiar programas de alimentação escolar em mais de uma dúzia de países — incluindo os Estados Unidos — com o objetivo de fornecer refeições mais nutritivas a 100 milhões de crianças. A iniciativa visa fortalecer os sistemas alimentares locais, promover a agricultura regenerativa e melhorar a qualidade das refeições escolares, utilizando alimentos cultivados localmente. A ação se baseia em experiências bem-sucedidas no Brasil e no Quênia e conta com parcerias como a Fundação Novo Nordisk e o Programa Mundial de Alimentos da ONU. Além de combater a insegurança nutricional, o projeto também busca fomentar o desenvolvimento econômico local, apoiar agricultores e gerar empregos, demonstrando que refeições escolares são uma solução de alto impacto social, econômico e ambiental.[81]

Crise climática

A GAVI, The Vaccine Alliance reforça que milhões de pessoas estão "presas" em áreas vulneráveis a desastres climáticos, sem recursos para migrar. Essas populações enfrentam secas, inundações e tempestades cada vez mais intensas, agravando a pobreza e insegurança

alimentar. A ajuda humanitária tradicional é insuficiente; são necessárias políticas de reassentamento e adaptação. Países ricos, maiores emissores de CO_2, devem financiar soluções. Programas de proteção social e acesso a crédito podem ajudar comunidades a se relocar. Sem ação, a crise climática aumentará migrações forçadas e conflitos.[82]

Cobertura Universal de Saúde

A GAVI, The Vaccine Alliance aponta que vieses inconscientes afetam diagnósticos e tratamentos, especialmente contra minorias raciais, mulheres e LGBTQIA+. Trabalhadores da linha de frente estão adotando treinamentos antirracistas e inclusivos para reduzir disparidades. Segundo a Aliança, estudos mostram que pacientes marginalizados recebem menos analgésicos e têm piores resultados. A mudança defendida exige reformas educacionais e políticas institucionais, tendo em vista que a equidade na saúde salva vidas e reduz custos.[83]

Agentes Comunitários de Saúde

A Gates Foundation divulgou a história de Nandipha Titana, uma jovem sul-africana que encontrou sua vocação no combate à tuberculose (TB) ao atuar como agente de confiança entre moradores e serviços de saúde. Atualmente trabalhando no centro de saúde e pesquisa Be Part Yoluntu Centre, ela utiliza suas habilidades linguísticas e seu vínculo com sua comunidade para facilitar o acesso a testes e tratamentos de TB, HIV, DSTs e planejamento familiar. Com os casos de TB subindo de 77% em 2023 para 81% em 2025 em sua região, Nandipha tem desempenhado o papel essencial de levar informações e cuidados a quem mais precisa, inclusive por meio de unidades móveis. A Gates Foundation aponta que a sua atuação fortalece a confiança da população em iniciativas de saúde, especialmente entre jovens, ajudando a salvar vidas com informação, empatia e ação direta.[84]

Sistemas de Saúde

Em artigo produzido por membros da Consortium of Universities for Global Health, e publicado na *The Lancet,* é destacado que a crise atual, formada pela soma de outras crises como pandemias, mudanças climáticas, desigualdades e conflitos é também uma oportunidade para repensar a saúde global, com foco em justiça social, resiliência climática e governança inclusiva. Os autores defendem a necessidade de multilateralismo e parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil para fortalecer sistemas de saúde. Sem mudanças estruturais, os avanços das últimas décadas podem ser perdidos.[85]

Combate à Tuberculose

A Global Fund, apontou que ainda são necessários maiores esforços contra a tuberculose, pois em 2023 matou 1,25 milhão de pessoas e ainda ameaça a saúde global, com aumento de casos resistentes. A organização pede mais recursos e vontade política para combater a doença, que afeta os mais pobres, mas pode atingir todos, destacando inovações e a necessidade de proteger o futuro.[86]

Financiamento

A Global Fund recebeu um compromisso de US$150 milhões da CIFF (Children's Investment Fund Foundation) para sua Oitava Campanha de Reabastecimento, marcando a primeira doação do setor privado. Focada em inovações contra HIV, tuberculose e malária, a parceria busca arrecadar US$2 bilhões, fortalecer sistemas de saúde e inspirar mais doadores, gerando alto impacto econômico e social.[87]

Crise humanitária

Foi apontado que o conflito no Sudão deslocou 14 milhões e colapsou o sistema de saúde, mas a Global Fund forneceu medicamentos para HIV, TB e malária, opera centros móveis de saúde, e planeja distribuir 15,6 milhões de mosquiteiros contra malária e usa tecnologia para diagnosticar TB, mantendo 96% dos pacientes de HIV em tratamento apesar da crise.[88]

EVENTOS

A IPPNW (International Physicians for the Prevention of Nuclear War) realizará sua Reunião Regional Europeia de 2025 em Genebra, de 11 a 13 de abril, com o tema "Encontrando Clareza no Caos: Criando uma Visão de Paz e Segurança". O encontro marca a inauguração do Escritório de Ligação da IPPNW em Genebra e reunirá representantes da sociedade civil, academia e política para debater temas como o risco atual de guerra nuclear, o papel dos profissionais de saúde na prevenção de conflitos e a interligação entre a crise climática e ameaças nucleares. A IPPNW reforça seu compromisso com a paz e a eliminação de armas nucleares.[89]

A WADEM (World Association for Disaster and Emergency Medicine), por meio de seu Grupo de Interesse Especial em Enfermagem, realizará o webinar "Are We Ready? Nursing Preparedness for Natural Disaster Health Implications", apresentado por Nyree Parker. O evento abordará a crescente frequência de desastres naturais e os desafios que isso impõe à profissão de enfermagem. Parker destaca que é urgente transformar a prática reativa em uma cultura de prontidão, com foco em educação, vigilância e atuação comunitária, preparando os profissionais de saúde para os impactos das mudanças climáticas na saúde global.[90]

O Grupo de Trabalho em Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e do Adolescente (RMNCAH) do CORE Group, em parceria com a Maternity Foundation, promoveu uma sessão especial. O evento abordou estratégias para melhorar a saúde materna e neonatal em contextos com poucos recursos, destacando o programa *Safe Delivery+*, que utiliza treinamentos e ferramentas digitais para capacitar parteiras e garantir gestações e partos mais seguros. [91]

No Dia Mundial da Saúde, a Global Health Council realizou o webinar "Saúde Mental Perinatal 101", o evento foi uma oportunidade valiosa para aprofundar conhecimentos sobre a saúde mental de mulheres durante a gestação e o pós-parto — uma dimensão essencial, porém muitas vezes negligenciada, do cuidado materno e neonatal. [92]

A Fòs Feminista promoverá um evento no dia 10 de abril, em Nova York, colocando em pauta a importância de tratar a menstruação como um direito fundamental à saúde sexual e reprodutiva (SRHR). A proposta é ir além do debate sobre acesso a produtos de higiene, reconhecendo que menstruar deve ser uma experiência livre de vergonha, estigma ou discriminação. O evento enfatiza a saúde menstrual como parte essencial da saúde e dos direitos humanos, reforçando a necessidade de compromissos globais mais fortes com políticas que promovam a dignidade menstrual.[93]

A Fòs Feminista, no dia 7 de abril de 2025, durante a CPD58, realizou um evento paralelo nas Nações Unidas para discutir a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) como um pilar essencial do direito à saúde. Apesar dos avanços desde o Programa de Ação do Cairo, o acesso universal à SDSR ainda enfrenta muitos desafios.[94]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O monitoramento das manifestações permitiu identificar uma ampla gama de temáticas relacionadas à saúde global, à resposta a emergências humanitárias e à promoção de direitos. As contribuições dessas organizações revelam uma forte presença de agendas voltadas à atenção em contextos de conflito armado, desastres ambientais, desigualdades sociais e desafios relacionados ao acesso à saúde em populações vulneráveis. As organizações analisadas atuaram em diversas frentes, como o enfrentamento das consequências de guerras e deslocamentos forçados, a resposta a eventos climáticos extremos e a mobilização por melhorias nos sistemas de saúde. Também se destacaram ações voltadas à equidade de gênero, à saúde mental, ao enfrentamento do estigma relacionado ao HIV e à promoção de campanhas globais associadas ao Dia Mundial da Saúde e ao Dia Mundial da Tuberculose. Essas ações foram conduzidas com base em distintos enfoques, variando entre perspectivas de incidência política, advocacia técnica, ações humanitárias diretas e mobilizações de conscientização pública.

A partir da análise, observou-se que as organizações adotaram diferentes estratégias comunicacionais e temáticas, que podem ser agrupadas de maneira complementar. As organizações de interesse privado enfatizaram o fortalecimento técnico dos sistemas de saúde, a adesão terapêutica e o uso de tecnologias em saúde pública. Em contrapartida, as de interesse público deram ênfase à visibilidade das condições sociais e ambientais que impactam a saúde coletiva, priorizando a proteção de grupos em situação de maior vulnerabilidade e a defesa de princípios de equidade, solidariedade e cooperação internacional.

Desse modo, o informe contribui para compreender como diferentes organizações da sociedade civil vêm respondendo aos desafios da saúde global contemporânea, reforçando o papel dessas organizações como atores relevantes na construção de agendas, na identificação de prioridades emergentes e no apoio à formulação de políticas públicas sensíveis aos contextos locais e internacionais. A diversidade de abordagens analisadas aponta para a importância do diálogo entre múltiplos saberes, experiências e setores na promoção da saúde em escala global.

Referências

1. Gaza: Cerco das autoridades israelenses completa um mês, com esgotamento de suprimentos médicos [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/gaza-cerco-das-autoridades-israelenses-completa-um-mes-com-esgotamento-de-suprimentos-medicos/

2. Gaza: água se torna mais uma arma de guerra [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/gaza-agua-se-torna-mais-uma-arma-de-guerra/

3. April 1. A month of no aid in Gaza: ActionAid demands that Israeli authorities lift blockade as “new cycle of starvation and thirst” looms [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://actionaid.org/news/2025/month-no-aid-gaza-actionaid-demands-israeli-authorities-lift-blockade-new-cycle

4. Vulpillieres M. Israeli attacks on Gaza signal tragic end to ceasefire [Internet]. CARE. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/israeli-attacks-on-gaza-signal-tragic-end-to-ceasefire/

5. Oxfam International. Oxfam: Humanitarian operations in Gaza severely hampered; famine risks increasing [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-humanitarian-operations-gaza-severely-hampered-famine-risks-increasing

6. Nova onda de violência atinge a população no leste da RDC [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/nova-onda-de-violencia-atinge-a-populacao-no-

leste-da-rdc/

7. Violência no Sudão do Sul força deslocamento e propaga surto de cólera para Etiópia [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/violencia-no-sudao-do-sul-forca-deslocamento-e-propaga-surto-de-colera-para-etiopia/

8. Spadacini B. Escalating tensions in South Sudan deepens humanitarian crisis and erodes progress for women and girls [Internet]. CARE. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/escalating-tensions-in-south-sudan-deepens-humanitarian-crisis-and-erodes-progress-for-women-and-girls/

9. Oxfam International. Yemen faces economic freefall and devastating aid crisis after a decade of conflict - Oxfam [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/yemen-faces-economic-freefall-and-devastating-aid-crisis-after-decade-conflict-oxfam

10. Sudão: gestantes afetadas pela guerra enfrentam complicações no parto e abortos [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/sudao-gestantes-afetadas-pela-guerra-enfrentam-complicacoes-no-parto-e-abortos/

11. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/about-130-children-born-daily-gaza-amid-total-siege-aid-and-goods

12. Retos humanitarios 2025: la situación en Colombia alcanzó en 2024 su punto más crítico en ocho años [Internet]. COMITÉ INTERNACIONAL DE LA CRUZ ROJA. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.icrc.org/es/articulo/colombia-retos-humanitarios-2025

13. Deslocamentos em massa no norte da Cisjordânia têm impacto dramático sobre os palestinos [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/deslocamentos-em-massa-no-norte-da-cisjordania-tem-impacto-dramatico-sobre-os-palestinos/

14. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/drc-violence-eastern-drc-driving-catastrophic-escalation-children-going-hungry

15. World Federation for Mental Health [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://wfmh.global/news/2025.25-02-27_declaration-on-women-and-children-in-war-and-conflict-zones

16. Terremoto em Mianmar afeta sistema de saúde em vários níveis [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/terremoto-em-mianmar-afeta-sistema-de-saude-em-varios-niveis/

17. April 3. Myanmar Earthquake: Thousands forced to live on small boats after homes collapse into Inle Lake [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://actionaid.org/news/2025/myanmar-earthquake-thousands-forced-live-small-boats-after-homes-collapse-inle-lake

18. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/myanmar-two-strong-earthquakes-hit-six-regions-communications-and-transport-impacted-aid

19. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/young-children-screamed-fear-save-children-responds-myanmar-lifesaving-aid-earthquake-affected

20. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/stories/myanmar-thailand-earthquake-my-children-can-talk-little-else-earthquake-and-what-if-it

21. Spadacini B. Myanmar earthquake: CARE delivers aid as death toll climbs [Internet]. CARE. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.care.org/media-and-press/myanmar-earthquake-care-delivers-aid-as-death-toll-climbs/

22. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/myanmar-children-living-open-face-additional-risk-heat-related-illnesses-after-deadly

23. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/food-cuts-and-

earthquake-bring-double-devastation-children-thai-refugee-camps

24. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/myanmar-heavy-rains-heighten-risk-disease-outbreaks-following-earthquake

25. Oxfam International. Myanmar Earthquake: Devastating Crisis, Immediate Response Underway [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/myanmar-earthquake-devastating-crisis-immediate-response-underway

26. Oxfam International. Myanmar earthquake: Risk of waterborne disease outbreak amidst devastation compounded by weekend heavy rains [Internet]. Oxfam International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.oxfam.org/en/press-releases/myanmar-earthquake-risk-waterborne-disease-outbreak-amidst-devastation-compounded

27. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. This World Health Day, health professionals, advocates, and communities around the world are rising up for a Global Day of Action [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_fossilfree4health-worldhealthday-maternalhealth-activity-7314904832295735296-IZ99

28. Waetge J. Duplo impacto: as indústrias de álcool, tabaco e ultraprocessados fazem mal para a saúde e o meio ambiente [Internet]. ACT. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://actbr.org.br/duplo-impacto-saude-meio-ambiente/7495/

29. Greenpeace International. Leaders must step up to show unity in climate fight and Amazon protection [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73702/leaders-must-step-up-to-show-unity-in-climate-fight-and-amazon-protection/

30. Greenpeace International. 40 years since evacuation due to US nuclear tests, Greenpeace and displaced Rongelap community honour commitment to nuclear and climate justice fight [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73726/40-years-since-evacuation-due-to-us-nuclear-tests-greenpeace-and-displaced-rongelap-community-honour-commitment-to-nuclear-and-climate-justice-fight/

31. Greenpeace International. “Their gas, your cash” In the North Sea, European activists protest arrival of US fossil gas [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73749/their-gas-your-cash-in-the-north-sea-european-activists-protest-arrival-of-us-fossil-gas/

32. Greenpeace International. Deep sea mining frontrunner to bypass UN process and apply for mining license under 1980s US regulations [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73801/deep-sea-mining-frontrunner-tmc-bypass-un-process-mining-license-1980s-us/

33. Greenpeace International. Forbes 2025 Billionaires List: extreme wealth soars while the planet pays the price [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73902/forbes-2025-billionaires-list-extreme-wealth-soars-while-the-planet-pays-the-price/

34. Greenpeace International. Major deep sea mining company goes bankrupt [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73912/deep-sea-mining-loke-marine-minerals-bankrupt-norway-protest/

35. Greenpeace International. Greenpeace stops offloading of deforestation-linked animal feed destined for New Zealand dairy industry [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73976/greenpeace-stops-offloading-deforestation-animal-feed-new-zealand-dairy-industry/

36. Greenpeace International. Illegal gold mining has destroyed over 4,000 hectares of Amazon rainforest

in just four Indigenous territories in the past two years, warns Greenpeace [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73985/illegal-gold-mining-has-destroyed-over-4000-hectares-of-amazon-rainforest-in-just-four-indigenous-territories-in-the-past-two-years-warns-greenpeace/

37. Greenpeace International. Survey: Policymakers concerned over health risks of plastics, see production cuts as solution [Internet]. Greenpeace International. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/press-release/73664/survey-policymakers-concerned-over-health-risks-of-plastics-see-production-cuts-as-solution/

38. IFMSA. International Federation of Medical Students' Associations. Climate Resilience: One Day at a Time Brought to you by us featuring… [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_climate-resilience-one-day-at-a-time-activity-7313785007112613889-bv2h

39. the InterAcademy Partnership (IAP). IAP Hosts Workshop on Wildfire Risk Modeling and AI [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.interacademies.org/news/iap-hosts-workshop-wildfire-risk-modeling-and-ai

40. Fim do apoio dos EUA à programa de vacinação põe milhões de crianças em risco [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/fim-do-apoio-dos-eua-a-programa-de-vacinacao-poe-milhoes-de-criancas-em-risco/

41. March 27. Kenya's IMF woes highlight the need for new and sustainable economic pathway, says ActionAid [Internet]. ActionAid International. [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://actionaid.org/news/2025/kenyas-imf-woes-highlight-need-new-and-sustainable-economic-pathway

42. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/aid-cuts-disrupt-education-18-million-children-supported-save-children

43. International Geneva: who may be losing US aid? [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.medicusmundi.ch/en/advocacy/publications/mms-news/2025-04-08-international-geneva-who-may-be-lo

44. PublicCitizen. Trump Administration Funding Cuts to GAVI Will Kill Millions of Children [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.citizen.org/news/trump-administration-funding-cuts-to-gavi-will-kill-millions-of-children/

45. Global Health Council. Government cuts to nutrition funding [Internet]. Global Health Council. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_membermonday-nigeria-activity-7312458919203786752-EASx

46. World Vision. Cuts threaten to reshape the humanitarian sector [Internet]. LinkedIn. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/worldvision_worldvisionview-activity-7315389224365477888-eCxd

47. 1,900 Leading Scientists Sound Alarm on Trump Administration's Attacks on Science and Public Health [Internet]. Public Citizen. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.citizen.org/news/1900-leading-scientists-sound-alarm-on-trump-administrations-attacks-on-science-and-public-health/

48. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Gender Equity in Dentistry: Building a Healthier Future [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.wfpha.org/gender-equity-in-dentistry/

49. SHEM. Sustainable Health Equity Movement. Gender Equities in Health to Leave No Woman Behind [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_hl47-gender-equities-in-health-to-leave-activity-7311116855807553537-13D6

50. De Jong T. Health in the roadmap for women's rights - EPHA. [cited 2025 Apr 9]; Available from:

https://epha.org/health-in-the-roadmap-for-womens-rights/

51. WFPHA. World Federation of Public Health Associations. Global Public Health Policies for Women, Children, and Youth [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.wfpha.org/global-public-health-policies-for-women-children-and-youth/

52. Tavares V. Arma e álcool: combinação fatal para as mulheres [Internet]. ACT. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://actbr.org.br/arma-e-alcool-combinacao-fatal-para-as-mulheres/7464/

53. SHEM. Sustainable Health Equity Movement. The Sustainable Wellbeing Equity Index [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/sustainablehealthequity_the-sustainable-wellbeing-equity-index-activity-7315364943594250240-RrHZ

54. IFMSA. International Federation of Medical Students' Associations. End TB [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_endtb-globalhealth-activity-7315313537843699713-MJYI

55. MSF apela por investimento global sustentado para o combate à tuberculose infantil [Internet]. MSF Brasil. 2025 [cited 2025 Apr 6]. Available from: https://www.msf.org.br/noticias/msf-apela-por-investimento-global-sustentado-para-o-combate-a-tuberculose-infantil/

56. Interview with the Co-Chairs of the WFPHA Public Mental Health Working Group [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.wfpha.org/public-mental-health-working-group/

57. PI. PI Briefing | No. 12 | Hands off Zimbabwe [Internet]. Progressive International. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://progressive.international/wire/2025-04-04-pi-briefing-no-12-hands-off-zimbabwe/en

58. Health workforce safety is patient safety [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.wma.net/news-post/health-workforce-safety-is-patient-safety/

59. WONCA. World Organization of Family Doctors. Human Factors: Moving patient safety upstream [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_human-factors-moving-patient-safety-upstream-activity-7312857689636626434-uJZh

60. ACON. NSW Government Must Act on Drug Summit Report Recommendations [Internet]. ACON. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/#nsw-government-must-act-on-drug-summit-report-recommendations

61. The road to HLM4 - Get prepared for the multistakeholder hearing [Internet]. NCD Alliance. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://ncdalliance.org/news-events/news/the-road-to-hlm4-get-prepared-for-the-multistakeholder-hearing

62. Save these key 2025 dates: Three moments in the road to the HLM4 [Internet]. NCD Alliance. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://ncdalliance.org/news-events/news/save-these-key-2025-dates-three-moments-in-the-road-to-the-hlm4

63. IFSW Indigenous Commission Statement for World Water Day 2025 [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.ifsw.org/ifsw-indigenous-commission-statement-for-world-water-day-2025/

64. From data to action: putting stigma index evidence into policy reforms for indiscriminate access to HIV treatment and care for our quality of life [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://gnpplus.net/latest/news/from-data-to-action-putting-stigma-index-evidence-into-policy-reforms-for-indiscriminate-access-to-hiv-treatment-and-care-for-our-quality-of-life/

65. DNDi. Drugs for Neglected Diseases initiative. Patient Representative [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_patientrepresentative-patientcentricity-activity-7315300584952123392-QfZN

66. IFA. International Federation on Ageing. Vaccination matters [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_vaccines-healthyageing-vaccinationmatters-activity-7315705520605016064-jAtP

67. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. Pandemic Preparedness [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr

9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_pandemic-preparedness-activity-7309909934324830208-IgPT

68. PHM. Peoples' Health Movement. From a Political Economy of Disease to a Political Economy for Wellbeing [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://phmovement.org/world-health-day-2025-phm-launches-introductory-chapter-7th-edition-global-health-watch-political

69. Building Resilience While Reorienting Health Systems With PHC And Public Health [Internet]. [cited 2025 Apr 13]. Available from: https://ianphi.org/news/2025/who-uhc-partnership-global-meeting.html

70. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/thailand-becomes-68th-country-ban-corporal-punishment-against-children-global-target-still-60

71. Website [Internet]. Available from: https://www.savethechildren.net/news/news-quote-save-children-commits-us663-million-support-child-nutrition

72. Amanda. Save the Children's investment in Viebeg to help more African children access essential medical equipment - Save the Children Global Ventures (SCGV) [Internet]. Save the Children Global Ventures (SCGV). 2025 [cited 2025 Apr 13]. Available from: https://scgv.org/scgv-viebeg-investment/

73. Don't miss a moment: World Heart Federation together with 14 institutions launches World Adherence Day to save lives and improve health [Internet]. World Heart Federation. 2025 [cited 2025 Apr 8]. Available from: https://world-heart-federation.org/news/dont-miss-a-moment-world-heart-federation-together-with-14-institutions-launches-world-adherence-day-to-save-lives-and-improve-health/

74. DNDi. Drugs for Neglected Diseases Initiative. World Health Day [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/dndi_world-health-day-activity-7314923304404877312-WUoD

75. WONCA. World Organization of Famiy Doctors. We're excited to announce the 2025 World Family Doctor Day campaign! [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_were-excited-to-announce-the-2025-world-activity-7313646589405745152-uo0Y

76. CORE Group & Project Hope Celebrates World Health Day [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://coregroup.org/core-group-project-hope-celebrates-world-health-day/

77. World Health Worker Week 2025 [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://coregroup.org/health-worker-week-2025/

78. 6 004 Followers. #worldhealthday [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_worldhealthday-activity-7315448358444122112-hSxT

79. National data service will simplify access to health data for research [Internet]. Wellcome. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://wellcome.org/news/national-data-service-will-simplify-access-health-data-research

80. World Economic Forum. Future-proofing AI in health: why we must prioritize investments in evidence, infrastructure and equity [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/future-proofing-ai-health-why-we-must-prioritize-investments-evidence

81. Rockefeller Foundation Commits US$100 Million to Serve 100 Million Children Nutritious School Meals [Internet]. The Rockefeller Foundation. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/rockefeller-foundation-commits-us100-million-to-serve-100-million-children-nutritious-school-meals/

82. "Trapped populations" need help to escape climate risks [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/trapped-populations-need-help-escape-climate-risks

83. Jones I, Mbuh C. Health beyond bias: frontline workers tackle prejudice in medical care [Internet]. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/health-beyond-bias-frontline-workers-tackle-prejudice-medical-care

84. A trusted voice in the fight against TB [Internet]. Gates Foundation; 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/tuberculosis-tb-community-treatment

85. Goosby E. A Turning Point for Global Health: Challenge or Opportunity? - Lancet Article [Internet]. Consortium of Universities for Global Health. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.cugh.org/blog/a-turning-point-for-global-health-challenge-or-opportunity-lancet-article/

86. The Global Fund. Long Seen as the "Pandemic of the Poor", TB is a Threat to us All [Internet]. The Global Fund. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/opinion/2025/2025-03-24-tb-is-a-threat-to-us-all/

87. The Global Fund. Global Fund Secures First Eighth Replenishment Pledge – A Historic Private Sector Commitment from Children's Investment Fund Foundation [Internet]. The Global Fund. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/news/2025/2025-04-02-global-fund-secures-eighth-replenishment-pledge-historic-private-sector-commitment-childrens-investment-fund-foundation/

88. The Global Fund. Sudan: Delivering Vital Health Services Despite Conflict and Displacement [Internet]. The Global Fund. 2025 [cited 2025 Apr 10]. Available from: https://www.theglobalfund.org/en/stories/2025/2025-04-02-sudan-delivering-vital-health-services-conflict-displacement/

89. 2025 European Regional Meeting in Geneva [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://ippnw-glo.org/2025-european-regional-meeting-in-geneva/

90. Sign in [Internet]. LinkedIn. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/company/the-world-association-of-disaster-and-emergency-medicine/posts/?feedView=all

91. CORE Group RMNCH Working Group World Health Day Presentation [Internet]. [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://coregroup.org/core-group-rmnch-working-group-world-health-day-presentation/

92. 14 595 Followers. #webinar #worldhealthday [Internet]. Global Health Council. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_webinar-worldhealthday-activity-7313213976518029315-GEfm

93. Feminista F. Menstrual Health is a Matter of Dignity, Not Just Hygiene [Internet]. Fòs Feminista. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/fos-feminista_cpd58-health-dignity-activity-7315014253621469185-q0R7

94. Feminista F. Conversación clave sobre salud y derechos sexuales y reproductivos (SDSR) [Internet]. Fòs Feminista. 2025 [cited 2025 Apr 9]. Available from: https://es.linkedin.com/posts/fos-feminista_cpd58-activity-7313944949505318913-PI3I

Direitos e saúde sob ataque: As duas faces da crise sistêmica

Rights and Health Under Attack: The Twin Faces of Systemic Crisis

Rafaela Venturella De Negri
Armando De Negri Filho

Abstract. *This inform analyses our two recurrent topics: Political-economic Panorama and Health, examining the escalating political crises—from climate finance disputes in the FRLD to U.S. repression under Trump— with collapsing health systems in Gaza and Lebanon, where attacks and austerity fuel epidemics. Simultaneously, deregulation of Big Pharma and deadlocks in the Pandemic Agreement negotiations threaten global health equity. These intersecting emergencies demand urgent action to protect both democratic rights and public health worldwide.*

Keywords: *Gaza Health System. Fund for Loss and Damage Response. Nationally Determined Contributions. US Students revoked visas. Big Pharma. Pandemic Agreement.*

Resumo. Este informe analisa nossos dois eixos recorrentes: Panorama Político-Econômico e Saúde, examinando desde as crises políticas em ascensão - como disputas no Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD) até a repressão nos EUA sob o governo Trump - até o colapso dos sistemas de saúde em Gaza e Líbano, onde ataques e austeridade alimentam epidemias. Paralelamente, a desregulamentação da Big Pharma e os impasses nas negociações do Acordo Pandêmico ameaçam a equidade sanitária global. Essas emergências interligadas exigem ação urgente para proteger tanto os direitos democráticos quanto a saúde pública mundial.

Palavras-chave: Sistema de Saúde de Gaza, Fundo para Perdas e Danos, Contribuições Nacionalmente Determinadas, Vistos de Estudantes dos EUA revogados, Big Pharma, Acordo Pandêmico.

Panorama político-social

Ao analisarmos o Panorama Político-econômico, podemos concluir que as ações da sociedade civil organizada se concentraram em dois grandes campos nessas últimas semanas. Em primeiro lugar, as discussões ao redor das *Nationally Determined Contributions (NDCs)* que são submetidas a cada 5 anos e tem data para 2025 e o começo de uma nova frase dentro do *Fund for responding to Loss and Damage (FRLD)*, que está a se preparar para a *COP30*, com organizações de pautas ao redor de ações climáticas.

Em segundo lugar, vemos a continuidade da organização da população estadunidense na luta contra os cortes e ações fascistas de Donald Trump, com a formação de pólos de luta e resistência - social, jurídica, sindical - ao redor do país.

Vitória! - marco na luta pelos direitos indígenas e pela justiça ambiental!

Na última semana, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou que o Equador deve parar todas as operações petrolíferas em terras de povos indígenas isolados. A decisão positiva é um marco histórico, uma vez que esta foi a primeira vez que um tribunal internacional avaliou se um governo fez o suficiente para proteger povos em isolamento voluntário, e culminou com a CIDH defendendo os povos originários amazonenses da exploração petrolífera que vinha acontecendo no Parque Nacional Yasuní. Além das violações ambientais - como poluição e desmatamento - a CIDH destacou a violência física e psicológica utilizada, com relatos de madeireiros armados atacando e matando indígenas isolados. A corte ordenou a suspensão imediata e indefinida das operações petrolíferas na região, a proteção efetiva contra futuras ameaças de exploração e a garantia dos direitos desses povos sobre suas terras, cultura, saúde e segurança.

Nationally Determined Contributions* e *Loss and Damage Response Fund

A partir das obrigações acordadas no Acordo de Paris, a *NDC* ocorre a cada 5 anos. Elas são planos de ação climática que são submetidos às Nações Unidas pelos membros do acordo, sendo um componente chave do Acordo e o maior instrumento para a implementação nacional do Acordo. Para guiar as análises dos documentos submetidos e orientar também a Sociedade Civil sobre o que são contribuições verdadeiramente bem orientadas e pautadas nas obrigações, princípios e padrões de direitos humanos em sua preparação, conteúdo e implementação, o *Center for International Environmental Law* organizou uma *check list* de 9 fatores que se abre numa lista de 40 tópicos. As pessoas e organizações que submeterem as *NDCs* de seus países a lista são convidados a enviarem seus achados para o *CIEL.*

"Como o processo de planejamento deve ser conduzido:

1. Participação pública efetiva e inclusiva

   - Deve basear-se em processos participativos abertos e representativos,
   - E ser orientado pelas obrigações de direitos humanos do Estado.

2. Níveis de ambição alinhados com a ciência e o direito internacional

   - Meta: limitar o aquecimento abaixo de 1,5°C,
   - Garantindo adaptação e reparação para todos afetados pela crise climática.

3. Respeito aos direitos humanos em políticas e implementação

   - Medidas relacionadas devem respeitar, proteger e promover os direitos humanos.

4. Monitoramento e avaliação das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas)

   - As obrigações de direitos humanos dos Estados devem refletir-se e orientar a avaliação das metas climáticas nacionais."

E as 9 seções são:

1. Ambição de Mitigação e Eliminação Progressiva de Combustíveis Fósseis
2. Planejamento, Implementação e Monitoramento Participativos
3. Integração dos Direitos Humanos
4. Transversalização da Justiça de Gênero

5. Respeito aos Direitos dos Povos Indígenas e Conhecimentos Tradicionais
6. Fortalecimento da Posse da Terra e Gestão Comunitária de Recursos Naturais
7. Alinhamento com o Imperativo de uma Transição Justa
8. Ancoragem da Adaptação e Perdas e Danos
9. Indo Além das Promessas: Responsabilização para Implementação Efetiva”

Agora para o *Loss and Damage Response Fund.* Apesar dos anos de 23 e 24 terem sido de avanços notáveis, com decisões institucionais e financeiras tomadas em prazos apertados, o ano de 2025 é marcado pela necessidade de se atingir um consenso ao redor de divergências estruturais que podem, futuramente, impedir o funcionamento pelo do Fundo. Durante a quinta reunião do Fundo - que aconteceu na semana do dia 7 de abril - as visões opostas sobre modelo e abrangência entre os países desenvolvidos e os em países em desenvolvimento ficaram especialmente visíveis, marcando um ponto de parada. Com os primeiros defendendo foco em ações limitadas (ex.: financiamento pré-arranjado, seguros, planos nacionais), elegibilidade restrita a países "particularmente vulneráveis" e para o Fundo ser um mecanismo de adicionalidade em relação a mecanismos existentes. Enquanto os países em desenvolvimento exigem abrangência integral (resposta pós-evento, reconstrução de médio/longo prazo), cobertura para perdas econômicas e não econômicas e o posicionamento do FRLD como eixo central no financiamento para perdas e danos. As questões financeiras e de escopo devem ser decididas até Dezembro de 2026, para que o Fundo possa começar suas atividades de acordo com o calendário proposto inicialmente (já em 2026).

A SCO se soma às críticas dos países em desenvolvimento a um foco limitado com financiamento insuficiente - como o proposto pelos países desenvolvidos, apresentando uma lista de 3 fatores “não negociáveis”:

“Exigências da Sociedade Civil e Povos Indígenas (*itens não negociáveis*):

1 Abordagem centrada nas pessoas com rigoroso princípio de #NãoCausarDanos, limitando atividades a projetos de "baixo risco";

2 #AcessoComunitário como modalidade central em todas as etapas;

3 Exclusividade de #Doações (sem empréstimos ou instrumentos financeiros onerosos) (...)

Fase inicial do Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD):

Acertando desde o começo

O Fundo de Resposta a Perdas e Danos (FRLD) foi criado para atender às necessidades urgentes e crescentes de indivíduos, grupos e povos na linha de frente da crise climática. É crucial colocá-lo em operação e garantir recursos em escala, dada a escalada da crise climática. A sociedade civil reconhece a intenção do Conselho de começar a desembolsar recursos o mais rápido possível, mas urge que sejam mitigados os riscos potenciais dessa "fase inicial", garantindo que as primeiras intervenções não comprometam a qualidade e os direitos humanos. Portanto, é essencial estabelecer políticas adequadas antes de qualquer desembolso.

Esta submissão conjunta, que representa as visões de 43 organizações da sociedade civil e povos indígenas, destaca os elementos necessários para que a fase inicial seja bem-sucedida, inclusiva e justa.

Itens não negociáveis para a fase inicial

Para maximizar a eficácia e minimizar o risco de danos, a fase inicial do FRLD deve ser limitada nos tipos de atividades que pode realizar e deve contar com um conjunto inicial de políticas, estruturas e sistemas que integrem prioridades fundamentais. Esses itens não negociáveis estão listados abaixo, com detalhes fornecidos ao longo da submissão.

Isso significa que a fase inicial deve:

- Ser baseada exclusivamente em doações: Apoiamos a proposta do Secretariado de priorizar doações, pois outros instrumentos financeiros trazem riscos e limitações inadequadas ao contexto de perdas e danos. As doações devem ser o único instrumento financeiro durante a fase inicial e nas operações de longo prazo do Fundo.

- Limitar-se a atividades de baixo risco, inclusive no contexto de apoio orçamentário direto e abordagens programáticas. Esta submissão, incluindo suas proposições sobre triagem acelerada e salvaguardas, assume essa abordagem de baixo risco.

- Focar fortemente no acesso comunitário por meio de pequenas doações, tanto como um programa piloto no nível do Fundo quanto sob outras modalidades de financiamento, como abordagens programáticas e apoio orçamentário direto. Atenção especial deve ser dada para garantir acesso a financiamento e liderança para mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, povos indígenas e outros grupos marginalizados.

- Utilizar salvaguardas ambientais, sociais e de direitos humanos reconhecidas internacionalmente, alinhadas com o direito internacional e comprovadamente eficazes, relevantes no contexto de financiamento de pequena escala baseado em doações para perdas e danos, como as salvaguardas do Fundo de Adaptação.

- Garantir acesso à informação e à justiça na ausência de uma política proativa de divulgação de informações e um mecanismo independente de reparação de reclamações, que devem estar em vigor quando o Fundo estiver totalmente operacional."

Infelizmente, o que vimos foram decisões contraprodutivas, como relata Lien Vandamme do *CIEL.*

"Ao contrário, a proposta prioriza intermediários e atividades baseadas em projetos, em vez de promover ativamente o acesso direto a países em desenvolvimento e comunidades afetadas, e abre as portas para bancos multilaterais de desenvolvimento, agências da ONU e o setor privado acessarem o Fundo. Além disso, enfraquece o foco inicial em financiamento por meio de doações ao mencionar finanças combinadas ("blended finance").

A proposta não consegue ancorar ações lideradas por comunidades no cerne desta fase inicial crucial e não estabelece modalidades para garantir inclusão e alinhamento com direitos humanos.

Essa proposta não só é inaceitável do ponto de vista da justiça e da eficácia, como também se desvia significativamente do Instrumento de Governança que deveria guiar as operações do Fundo e servir como bússola para o Conselho. Vale lembrar que esse Instrumento de Governança já foi um compromisso difícil de alcançar. Ele representa um mínimo absoluto - e não uma mera sugestão."

Os movimentos propostos também vão contra as 5 soluções apresentadas pelo relatório recém publicado "Riscos de Desastres Interligados de 2025: Virando uma Nova Folha" do

Instituto do Ambiente e da Segurança Humana da Universidade da ONU. O documento ressalta ações coletivas, sistêmicas e estruturais como a resposta para a crise do meio ambiente, focadas na teoria da Mudança Profunda e com enfoque em 5 ações principais: Repense o desperdício: do lixo ao tesouro, Realinhamento com a natureza: da separação à harmonia, Reconsidere a responsabilidade: Do eu para o nós, Reimagine o futuro: de segundos a séculos e Redefinir o valor: da riqueza econômica à saúde planetária."

A resistência Estadunidense em suas muitas frentes

Nos Estados Unidos distópicos do governo Trumpista, continuamos a testemunhar prisões arbitrárias e políticas contra estudantes e ativistas pró-Palestina que denunciam o envolvimento do governo norte americano no genocídio. Até 9 de abril, mais de 300 estudantes internacionais tiveram seus vistos revogados por supostas participações em atos pró-Hamas ou por suposto apoio nas redes sociais (com esse escaneamento sendo feito com o uso da Inteligência Artificial sendo uma suspeita possível).

"Essas revogações poderiam ser impulsionadas por IA?

O secretário de Estado Marco Rubio lançou o programa "Catch and Revoke" baseado em IA, que utiliza inteligência artificial para vasculhar as redes sociais de titulares de visto de estudante em busca de possíveis manifestações de apoio ao Hamas ou a outros grupos designados como terroristas pelos EUA. O chamado "apoio ao Hamas" tem sido usado como pretexto pelo governo Trump para perseguir quem expressa solidariedade à Palestina. Muitos alertaram sobre os riscos desse programa, incluindo Faiza Patel, do Brennan Center for Justice, que prevê que um sistema desse tipo estaria sujeito a "erros grosseiros".

Novos detalhes no caso de Badar Khan Suri

Novas informações surgiram sobre o caso do pós-doutorando da Georgetown University, Dr. Badar Khan Suri, atualmente detido, incluindo um vídeo que mostra sua emboscada e prisão por agentes federais mascarados. O material foi divulgado por sua equipe jurídica — composta pela ACLU da Virgínia, Center for Constitutional Rights, HMA Law e a Clínica de Direitos de Imigrantes e Não Cidadãos da CUNY School of Law — como parte do processo que contesta sua detenção pelo governo Trump.

Suri foi preso por agentes da ICE ao voltar para casa após uma celebração de Iftar. Ele foi alvo do governo Trump, aparentemente por motivos ligados ao seu casamento com uma cidadã estadunidense de origem palestina. O casal já havia sido perseguido por grupos de *doxxing*, como Canary Mission e CAMERA.org.

"Há um padrão claro no governo Trump: mirar não cidadãos como Mahmoud Khalil e o Dr. Badar Khan Suri para deportação. Eles querem mandar a mensagem de que, se você discorda do governo dos EUA, será punido", disse Astha Sharma Pokharel, advogada do Center for Constitutional Rights. "Não cidadãos têm todo o direito de expressar ideias políticas, inclusive apoio aos direitos palestinos."

Apesar das ameaças institucionais, as organizações se recusam a parar suas manifestações. Depois de anunciados os cortes nos programas do *National Institute of Health*, grupos sindicais, de pesquisa e de trabalhadores da saúde saíram às ruas na primeira semana de abril.

“Centenas de trabalhadores organizados, representando diversos sindicatos — incluindo o United Auto Workers (UAW), a American Federation of Teachers (AFT), a American Association of University Professors (AAUP), a National Educational Association (NEA), a American Federation of State, County and Municipal Employees (AFSCME), a Communication Workers of America (CWA), a Service Employees International Union (SEIU), a United Electrical, Radio & Machine Workers of America (UE), entre outros grupos — saíram às ruas em protestos por todo o país contra os cortes planejados pelo governo Trump aos National Institutes of Health (NIH).

O governo Trump anunciou mudanças significativas no financiamento dos NIH, incluindo cortes nos custos indiretos, que ajudam a pagar por instalações, equipamentos, funcionários e verificações de segurança para pesquisas em saúde em instituições. Em fevereiro, a administração Trump anunciou que os NIH reduziriam a taxa de custos indiretos em 15% em todas as novas e atuais bolsas de pesquisa. Trump também propôs cortar 66% do orçamento da National Science Foundation (NSF).

De acordo com o Science and Community Impacts Mapping Project, se o financiamento dos NIH for cortado a economia dos EUA perderia bilhões de dólares, milhares de empregos seriam eliminados e a pesquisa médica seria atrasada, dificultando a cura de doenças e a manutenção da saúde pública.

Uma iniciativa lançada por sindicatos e grupos trabalhistas, incluindo UAW, AFT, AAUP, NEA, AFSCME, CWA, SEIU, UE e outros, alerta que os cortes de Trump colocam em risco milhões de famílias que dependem dos NIH e de pesquisas financiadas pelo governo para tratamentos que salvam vidas e milhões de estudantes que frequentam instituições de ensino superior, onde se formam como enfermeiros, professores, médicos, engenheiros e outros profissionais que contribuem para o bem público.

Impacto na pesquisa médica

Antes dos protestos em 8 de abril, pesquisadores relataram como os cortes afetariam estudos que beneficiam milhões nos EUA:

"Minha pesquisa cria um modelo complexo do pulmão humano para estudar doenças e testar tratamentos sem usar animais ou humanos", disse Metzli Montero, pesquisadora de pós-graduação da UC Merced e membro da UAW 4811. *"Com esses modelos, testamos terapias potenciais para câncer de pulmão. O congelamento de fundos dos NIH colocou o futuro do nosso laboratório em risco, limitando a inovação e ameaçando nosso trabalho em tratamentos que salvam vidas."*

O portal *PortSide* elaborou um manual de resistência que destaca quatro frentes de ação: 1. ações judiciais. Processar o governo, processar Trump. Pressão jurídica. 2. Protestos e Mobilização. Ocupar as ruas, marchar. Em janeiro houve 2.000 protestos nos EUA e a pressão precisa continuar. O portal destaca que aqui o objetivo não é convencer Trump de alguma coisa, mas sim fortalecer redes de resistência e alertar políticos sobre o custo de apoiar o mandato presidencial. 3. Pressão sobre Políticos. Ligar para seu representante, ir ao seu escritório, mandar *e-mails*, incomodar até gerar influência de pautas. 4. Informação e Conscientização. Combater as *fake news*, procurar veículos confiáveis e disseminar informações verdadeiras, se manter atualizado sobre as novas emendas que ameaçam os direitos civis. O *Fighting Back: A Citizen’s Guide to Resistance* pode ser acessado aqui.

Saúde

Em saúde, começaremos examinando os últimos acontecimentos na Faixa de Gaza e terminamos nosso informe e a seção trazendo as últimas notícias sobre o Acordo Pandêmico, mecanismo que tem previsão de conclusão para maio deste ano.

Gaza

Após um breve e não respeitado acordo de cessar-fogo, Israel voltou a atacar a Palestina. Desde o final de março, o sistema de saúde de Gaza voltou a ser alvejado sistematicamente, com trabalhadores - médicos, enfermeiros, socorristas - sendo alvos do exército de ocupação. A Organização Mundial da Saúde contabiliza que, apenas durante o primeiro mês do conflito (Outubro a Novembro de 2023), 427 ataques a centros de saúde foram efetuados.

"Desde a semana passada, os hospitais de Gaza foram novamente sobrecarregados por cenas de devastação. Poucos dias antes de ser morto em um dos ataques, o jornalista Hossam Shabat descreveu como muitas pessoas no norte de Gaza estavam chegando aos hospitais em carroças ou carros quebrados, em vez de ambulâncias. "Não há leitos, médicos ou remédios suficientes. O ar está cheio de gritos e choro", escreveu ele no X. "Sem mesas de cirurgia disponíveis, o chão do hospital se torna a única opção – onde crianças pequenas estão sendo costuradas à mão. O hospital ficou sem anestesia, deixando as crianças pequenas para suportar cada momento de dor."

Assim como Shabat[27] observou, os suprimentos estão diminuindo rapidamente e a equipe médica é forçada a relacioná-los novamente. O Dr. Feroze Sidhwa, um cirurgião americano voluntário no Hospital Nasser, descreveu a firmeza de enfermeiros e médicos palestinos que continuam a cuidar dos feridos, mesmo com o moral deles abalado devido às condições. Os médicos são forçados a tomar decisões impossíveis a cada minuto, disse o Dr. Sidhwa, ao mesmo tempo em que entendem que o Ocidente não os valoriza tanto quanto outros profissionais de saúde em zonas de conflito. (...)

Profissionais de saúde continuam sendo alvos deliberados de ataques israelenses. Os diretores do hospital, Dr. Hussam Abu Safiya e Dr. Ahmed Muhanna, continuam presos, e a detenção administrativa do Dr. Abu Safiya foi recentemente prorrogada por seis meses. Relatos de abusos sofridos na prisão continuam a surgir, juntamente com apelos internacionais pela sua libertação e a do Dr. Muhanna.

Desde os novos ataques, mais profissionais de saúde foram mortos e feridos, incluindo funcionários da Associação de Saúde e Comunidade Awda. Membros de uma equipe de primeiros socorros da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino também estão desaparecidos.

A saúde em Gaza precisa de um verdadeiro cessar-fogo

Fora da área da saúde, a situação está se deteriorando com a mesma rapidez. O acesso a água limpa, alimentos e condições de vida dignas é extremamente limitado, prejudicando a capacidade fisiológica de cura e sobrevivência. Alexandra Saieh, da Save the Children, observou que o medo de ataques se tornou tão pronunciado nos últimos dias que as famílias estão

[27] O jornalista Hossam Shabat foi martirizado no fim de março.

evitando ir a centros de nutrição. A combinação de bombardeios e bloqueios também interrompeu padarias e sistemas de abastecimento de água, de acordo com Kelleher e Lagouardat, criando condições para outra catástrofe humanitária em larga escala dentro de semanas – ou mesmo dias.

Para o Dr. Abu Jamei e outros, a única maneira sustentável de lidar com a crise sanitária é por meio de um cessar-fogo total e permanente: não apenas para permitir a reconstrução, mas também para oferecer aos palestinos o espaço para lamentar e confrontar o trauma dos últimos meses."

Na madrugada do dia 13 de Abril, o último hospital semi-funcional de Gaza, *al-Ahli Hospital*, foi bombardeado e destruído, agora operando sem emergência, farmácia e oxigênio, marcando o que a organização *Doctors Against Genocide* refere como o colapso total do Sistema de Saúde.

"O Hospital Batista Al-Ahli, o último hospital cristão de Gaza, foi atacado pela quinta vez, destruindo seu pronto-socorro, farmácia e suprimento de oxigênio. Os pacientes foram forçados a fugir para as ruas — pelo menos 3 morreram durante a evacuação. Dr. Razan Nahhas (médico de emergência em Gaza): "Famílias carregaram seus entes queridos a pé. O hospital agora está inoperante." Dr. Nidal Jboor: "Não havia NENHUM combatente aqui. Por que bombardear um hospital cristão no Domingo de Ramos?"

2,3 milhões de habitantes de Gaza agora enfrentam um colapso TOTAL no sistema de saúde."

O ato, descrito por Israel como uma operação para destruir um centro de comando do Hamas, foi condenado internacionalmente, com líderes da Europa e do Oriente Médio destacando a suposta proteção que centros de saúde teriam sob a lei internacional. Nenhum movimento de embargo concreto a Israel foi feito.

A realidade é a mesma para o sistema de saúde do Líbano que está colapsando em meio ao aumento de doenças possivelmente endêmicas. A quebra é uma soma dos ataques israelenses com medidas de austeridade que vêm sendo implementadas desde 2019, deixando o sistema de saúde exposto e sem alicerce para momentos de intensidade. Dentre as doenças que vem causando preocupação estão a Cólera, a Hepatite A e a Meningite, as 3 com aumento massivo de casos registrados desde 2024. Somando-se a isso temos o medo do Sarampo que, devido à falta de acesso à serviços essenciais como vacinação, tem ensaiado uma possível volta.

"Em 2025, o Líbano enfrenta o risco de deterioração da saúde pública, a menos que esses riscos sejam priorizados com urgência. Uma combinação de fatores interconectados — guerra, declínio dos padrões de vida, inflação contínua e deterioração da infraestrutura — criou condições ideais para o desenvolvimento das epidemias, agravadas pela desnutrição desenfreada e acesso limitado aos serviços de saúde. O relatório "Crise do Líbano, Análise de Risco 2025", preparado pela Save the Children em colaboração com o Data Friendly Space no último mês do ano de 2024, avalia a probabilidade e o impacto dos riscos esperados no Líbano para 2025. Os achados indicam uma alta probabilidade de surtos de cólera, hepatite A, sarampo e meningite, com sinais de disseminação já evidentes, agravados pelo deslocamento em massa durante a guerra e pelo colapso quase total dos serviços essenciais. O potencial para essas epidemias representa um grave perigo, com mais de 1,2 milhão de pessoas precisando urgentemente de assistência alimentar, pois a desnutrição aumenta ainda mais a

vulnerabilidade da população a doenças. Enquanto isso, o sistema de saúde do Líbano, já pressionado por conflitos e políticas de austeridade, está cedendo sob o peso do acúmulo de crises de saúde, subfinanciamento crônico e a ausência de uma visão clara de saúde pública. (...)

Mais de 40 hospitais foram severamente afetados e 98 centros de saúde primária foram fechados devido à agressão israelense. Enquanto isso, a UNRWA, principal fornecedora de serviços de saúde para refugiados palestinos, enfrenta cortes significativos de financiamento, limitando ainda mais o acesso aos cuidados para um dos grupos mais marginalizados do Líbano. A recente decisão dos EUA de congelar a ajuda também deve levar a reduções acentuadas nos orçamentos das agências da ONU e ONGs que prestam assistência humanitária à saúde no Líbano.

O colapso do sistema de saúde não foi apenas um resultado direto da guerra recente, mas também o resultado de décadas de políticas econômicas que drenaram os serviços públicos de seus recursos e aumentaram sua fragilidade. Mobilizar o setor privado de saúde para responder a crises de saúde pública sem os incentivos de lucro, que não estão disponíveis hoje, é desafiador."

O cerco militar e o genocídio palestino, além do alvejamento sistematico a hospitais, centros de refugiados, escolas e complexos habitacionais, também promove ações indiretas de extermínio da vida, cortando a chegada de água, alimentos e outros bens de sobrevivência, numa campanha que visa matar ou forçar o deslocamento dos palestinos.

"Paralelamente aos bombardeios e aos deslocamentos forçados, uma crise humanitária crescente está rapidamente saindo do controle como resultado do cerco israelense. Desde 2 de março, o governo israelense proibiu a entrada de ajuda humanitária e quaisquer outros suprimentos em todas as passagens de Gaza — o bloqueio mais longo desde outubro de 2023.

O bloqueio total esgotou severamente os suprimentos médicos e medicamentos disponíveis e cortou o combustível para geradores de eletricidade. Isso causou extrema escassez de alimentos, levando à disparada dos preços de produtos básicos.

Devido a essas condições econômicas adversas, os mercados locais aumentaram drasticamente os preços dos vegetais, e carnes e aves ficaram completamente indisponíveis. O preço das batatas, por exemplo, subiu de 4 shekels (US$ 1,1) por quilo para 45 shekels (US$ 13), enquanto as cebolas subiram de 6 shekels (US$ 1,7) para 35 shekels (US$ 10) por quilo. (...)

O acesso à água também foi severamente restringido, com Israel mirando poços de água e redes de esgoto, causando sede generalizada e surtos de doenças. Um comunicado conjunto da Autoridade Palestina da Água e do Escritório Central de Estatísticas da Palestina informou que Israel destruiu mais de 85% das instalações de água e saneamento de Gaza, total ou parcialmente, tornando-as inoperantes. Em 9 de março, Israel também cortou o fornecimento de eletricidade para Gaza, forçando uma grande usina de dessalinização a reduzir sua produção de água, limitando severamente a quantidade de água potável disponível para 600.000 pessoas em Deir al Balah e Khan Younis.

O Escritório de Imprensa do Governo alertou sobre o aumento dos índices de fome e desnutrição como resultado do bloqueio israelense. "A Faixa de Gaza está à beira de uma catástrofe humanitária em meio ao genocídio em curso e ao silêncio internacional", afirmou o escritório do governo em um comunicado. "Esta política aprofunda a crise, que se agrava, em um momento em que nosso povo palestino sofre com uma política sistemática de fome."

A *The Lancet* publicou, no fim de fevereiro, um estudo que avalia a expectativa de vida da população palestina e as mudanças sofridas no indicador durante os meses do conflito - 7 de outubro de 2023 a setembro de 2024. O estudo contabiliza apenas as mortes diretas, de ataques, destruições e alvejamentos e analisa os cenários a partir dos dados do Ministério da Saúde de Gaza (*GHM*) em comparação com os registros da Agência para Refugiados, ACNUR. O resultado foi uma queda de quase 39 anos na expectativa de vida.

"Nossa abordagem para estimar as perdas na expectativa de vida neste estudo é conservadora, pois ignora o efeito indireto da guerra sobre a mortalidade. Mesmo ignorando esse efeito indireto, os resultados mostram que a guerra em curso na Faixa de Gaza gerou uma perda de expectativa de vida de mais de 30 anos durante os primeiros 12 meses do conflito, reduzindo quase pela metade os níveis pré-guerra. As perdas reais provavelmente serão maiores. (...)

21.953 (63,9%) de 34.344 indivíduos na lista do GHM de indivíduos mortos (e 19.744 [64,4%] de 30.673, excluindo aqueles que ainda não haviam nascido no censo de 2017) foram pareados com indivíduos incluídos no registro de refugiados da UNRWA. Essa proporção é semelhante à proporção de refugiados registrados no censo de 2017 (65,7%), fornecendo evidências adicionais sobre a confiabilidade dos dados do GHM. Na variante central, a expectativa de vida na Faixa de Gaza diminuiu 34,9 anos durante os primeiros 12 meses da guerra, cerca de metade (–46,3%) do nível pré-guerra de 75,5 anos. As perdas na expectativa de vida foram maiores para os homens (–38,0 anos [–51,6%]) do que para as mulheres, mas, ainda assim, as mulheres também sofreram grandes perdas (–29,9 anos [–38,6%]). As perdas entre as variantes baixa e alta variaram entre –31,1 anos (–41,1%) e –39,4 anos (–52,2%) para ambos os sexos combinados."

Dentro das consequências indiretas da destruição sistemática da Palestina e do Líbano, temos o que o novo relatório da *Slow Factory* intitulou como Violência Ambiental. Nos territórios Palestinos, Libaneses e Sírios, vemos a destruição de bens essenciais à vida e a limitação do acesso da população - água, terras de agricultura, alimentação, energia, etc. - junto da venda e exportação dos bens comuns nas áreas invadidas por Israel.

"Impacto Ambiental na Palestina - Relatório da Slow Factory - 2025

Exploração e Poluição dos Recursos Hídricos

Israel exerce controle sobre a maioria dos recursos hídricos nos territórios palestinos ocupados. O desvio de água do rio Jordão e a extração excessiva dos Aquíferos da Montanha e Costeiro causaram graves escassezes de água para os palestinos. Além disso, águas residuais de assentamentos israelenses têm poluído terras agrícolas e fontes de água palestinas, com esgoto não tratado sendo despejado nos vales e riachos da Cisjordânia.

Roubo de Recursos Naturais: Exploração de Gás e Petróleo

Israel efetivamente assumiu o controle dos recursos marítimos de Gaza, impedindo que as autoridades palestinas extraiam gás e negociem acordos independentes para sua venda. Ao longo dos anos, Israel:

- Bloqueou o acesso palestino ao campo de gás por meio de restrições marítimas impostas militarmente.

- Negociou com empresas internacionais de energia para explorar o gás sem o consentimento palestino.
- Extraiu gás de campos adjacentes, alguns dos quais se estendem para águas palestinas, privando Gaza de sua parcela legítima.
- Bloqueou a entrada de combustível, água e alimentos em Gaza por 17 meses, violando o direito internacional dos direitos humanos.

Impacto Ambiental no Líbano

Vazamento de Petróleo e Poluição Marinha

Um dos desastres ambientais mais catastróficos no Líbano ocorreu durante a guerra de 2006, quando ataques aéreos israelenses atingiram a usina elétrica de Jiyyeh, causando um enorme vazamento de óleo ao longo da costa mediterrânea do Líbano. O derramamento devastou a vida marinha e prejudicou gravemente o sustento das comunidades costeiras que dependem da pesca.

Incêndios Florestais e Degradação do Solo

Bombardeios e ataques aéreos israelenses provocaram incêndios florestais em grande escala no sul do Líbano, destruindo vastas áreas de floresta. Esses incêndios agravaram a erosão do solo e a perda de biodiversidade.

Além disso, o uso de munições de fragmentação deixou explosivos não detonados espalhados por terras agrícolas, representando riscos para os agricultores e restringindo o uso da terra.

Impacto Ambiental na Síria

Controle de Recursos Hídricos e Seu Impacto nas Comunidades Sírias

As Colinas de Golã são uma fonte vital de água, pois abastecem o rio Jordão, o rio Yarmouk e o mar da Galileia, tornando-se uma das regiões mais estrategicamente importantes do Oriente Médio. Desde a ocupação israelense, foram impostas restrições severas ao acesso à água pelas comunidades sírias, levando à seca e ao colapso agrícola. Atualmente, Israel controla 40% dos recursos hídricos compartilhados pela Jordânia e pela Síria.

1. Controle Israelense de Nascentes, Rios e Aquíferos

- As nascentes de Banias e Dan, que contribuem para o fluxo do rio Jordão, foram desviadas em grande parte por Israel.
- O rio Yarmouk, que originalmente abastecia tanto a Síria quanto a Jordânia, foi parcialmente controlado e redirecionado por e para Israel, reduzindo a disponibilidade de água para sírios e jordanianos.

2. Furto de Água por Assentamentos Israelenses

- As autoridades israelenses estão roubando o acesso à água para colonos nas Colinas de Golã, deixando vilarejos sírios com mínimo ou nenhum abastecimento para consumo e irrigação.
- Exemplo: Agricultores sírios em Golã lutam para irrigar suas terras, enquanto os assentamentos israelenses desfrutam de infraestrutura hídrica avançada para agricultura e uso doméstico.

3. Desertificação e Declínio Agrícola

- Sem água suficiente, terras antes férteis na Síria estão se transformando em áreas áridas e improdutivas.
- Redução do fluxo de água levou à queda na produção agrícola e tornou a pecuária insustentável.
- Desmatamento e perda de vegetação, devido a confiscos de terras e ações militares israelenses, agravaram a erosão do solo."

A organização sindical *Workers in Palestine* atualizou neste mês seu "manual de ferramentas" para identificar, visualizar e boicotar aqueles que armam Israel. *"Who arms Israel?"* é um banco de dados extenso que mapeia quem produz, vende e transporta instrumentos bélicos para Israel, assim como tecnologia e informação. O manual tem como objetivo ajudar os sindicatos e as organizações anti-genocidio a organizarem ações para barrar as vendas e transportes de armas.

As guerras não são as únicas multiplicadoras de possíveis patógenos pandêmicos, com a própria indústria farmacêutica pressionando por leis ambientais mais flexíveis e esquecendo como a exploração ambiental pode levar ao surgimento de infinitos problemas. Todos movimentos se alinham para que as empresas consigam manter sua produção mais barata e seus lucros mais altos, conforme visto no documento vazado em fevereiro da nova Diretiva de *Due Diligence* Corporativa em Sustentabilidade da União Europeia que cancelaria a necessidade de corporações exporem seus impactos ambientais, retrocedendo com muitas das regras ambientais adotadas pelo bloco no passado. O novo acordo anularia as seguintes etapas do *New Green Deal* europeu: Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD), Due Diligence Corporativa em Sustentabilidade (CSDDD), Taxonomia da UE sobre investimentos sustentáveis e o mecanismo de ajuste de carbono nas fronteiras (imposto carbono). O movimento esquece, porém, os possíveis resultados para a saúde global:

"Em tempos em que uma única mutação pode desencadear a próxima pandemia, a indústria farmacêutica (Big Pharma) pressiona pela desregulamentação da poluição em suas fábricas. A versão vazada da nova Diretiva de Due Diligence Corporativa em Sustentabilidade da UE revela que o lucro na cadeia de suprimentos sempre será prioridade para o setor farmacêutico. A desregulamentação defendida pelo lobby reduziria os custos de produção, aumentando os lucros. No entanto, os altos níveis de poluição da água e do ar já causados por essas fábricas mostram a quão problemática seria essa medida.

A desregulamentação da poluição representa uma ameaça grave, acelerando a disseminação da resistência antimicrobiana e alimentando futuras pandemias. Esse problema evidencia que a globalização não se trata apenas de cadeias de suprimentos, mas também de uma responsabilidade compartilhada pela saúde pública e ambiental.

Atualmente, a resistência a antibióticos causa aproximadamente 700 mil mortes por ano no mundo, número que pode chegar a 10 milhões anuais nos próximos 25 anos."

Acordo pandêmico

Sobre o Acordo Pandêmico e sua iminente finalização - a data prometida de maio de 2025. A penúltima sessão, que aconteceu na primeira semana da abril, foi marcada pela ausência de muitos Estados-Membros e pelos mesmos impasses de sempre, com o Artigo 11, em especial,

Transferência de Tecnologia e seu caráter “voluntário” sendo discutidos novamente, com os presentes pedindo um compromisso legal e verdadeiro entre os países para compartilharem suas tecnologias.

Representantes legais de diversas organizações elaboraram um documento explicando a problemática por trás da escolha gramatical.

“No cerne do debate está a definição de transferência de tecnologia para os fins do Acordo sobre Pandemias**, conforme estabelecido em uma nota de rodapé do Artigo 11. Especificamente, discute-se se a transferência de tecnologia deve ser entendida como ocorrendo em "termos voluntários e mutuamente acordados". Em suma, nossa posição é que a palavra "voluntário" é redundante, mas, se incluída, causaria mais mal do que bem.

O texto da nota de rodapé, conforme fornecido pelo Bureau, atualmente diz (ênfase adicionada):

Para os fins deste Acordo, transferência de tecnologia refere-se a um processo acordado no qual a tecnologia é transferida em termos mutuamente acordados. Esta interpretação não prejudica e não afeta as medidas que as Partes possam tomar de acordo com suas leis e regulamentos domésticos ou nacionais, e em conformidade com suas obrigações internacionais.

P: O Acordo sobre Pandemias, na redação atual, obrigaria fabricantes de produtos relacionados a pandemias a transferir tecnologia?

R: Não.

Primeiro, definir a transferência de tecnologia como ocorrendo por meio de um "processo acordado" e em "termos mutuamente acordados" implica, por natureza, que as negociações são voluntárias. Adotando o significado ordinário desses termos,[2] os detentores de tecnologia devem concordar tanto com os termos quanto com o processo de negociação em primeiro lugar para que ocorra uma transferência. A interpretação ordinária desses termos não levaria à conclusão de que os fabricantes são forçados a transferir tecnologia.

Segundo, a nota de rodapé deve ser lida em conjunto com as obrigações substantivas do Artigo 11. Mesmo que a palavra "voluntário" não apareça na definição de transferência de tecnologia, isso não significa que os governos adotarão medidas não voluntárias. Atores privados não são sujeitos tradicionais do direito internacional. Assim, todas as obrigações substantivas do acordo são direcionadas aos Estados Partes. Nada no Artigo 11 afirma ou implica que um Estado Parte possa forçar um ator privado a transferir tecnologia na ausência de um processo acordado e de termos mutuamente acordados.

Terceiro, o compromisso dos Estados Partes de "promover e facilitar ou incentivar" a transferência de tecnologia e de "promover" a transferência de tecnologia para centros estabelecidos de transferência de tecnologia também é, por natureza, voluntário. Mesmo no contexto de uma emergência pandêmica, os Estados Partes se comprometem apenas a "exortar" os fabricantes a compartilharem informações relevantes para a produção de produtos relacionados a pandemias "de forma voluntária".

Como o acordo não impõe obrigações compulsórias a atores privados, não há real necessidade de definir amplamente a transferência de tecnologia como "voluntária". No entanto, insistir nisso corre o risco de descarrilar as negociações, entre outros riscos.”

Com isso, as OSC Spark Street Advisors, Pandemic Action Network, Global Pandemic Monitoring Board, Panel for A Global Health Convention, Independent Panel for Pandemic Preparedness and Response e outras OSC redigiram um comunicado:

“Até o Último Momento - Vamos Concluir

Declaração conjunta para finalizar o acordo sobre pandemias

Os Estados-Membros da OMS estão no limite do prazo para negociar o acordo final sobre pandemias. Após mais de dois anos de debates, restam apenas cinco dias de negociação agendados (7 a 11 de abril) para concluir um acordo que consolide e avance o progresso alcançado até agora e resolva as diferenças políticas pendentes.

Novas doenças infecciosas e o ressurgimento de ameaças com potencial pandêmico colocam em risco nossa saúde coletiva, em um mundo cada vez mais fragmentado. Os Estados-Membros da OMS devem assumir sua responsabilidade de construir uma plataforma para ações globais de prevenção e mitigação de pandemias, enviando um sinal forte de solidariedade na prevenção, preparação e resposta a pandemias.

Na forma como está redigido atualmente, o acordo sobre pandemias garante conquistas importantes, incluindo:

- Pesquisa e desenvolvimento
- Acesso equitativo a medidas de combate a pandemias
- Uma abordagem de "Uma Só Saúde" (One Health) para ameaças pandêmicas

Embora nem todos os objetivos políticos tenham sido alcançados, este acordo potencialmente histórico estabelece as bases essenciais para uma preparação e resposta coletiva e equitativa agora, podendo ser reforçado no futuro por meio de protocolos adicionais. Instamos os Estados-Membros a manter o foco no objetivo final e ceder onde for necessário para chegar a um consenso.

A geopolítica divisiva pode dominar as manchetes, mas não podemos perder de vista a ação coletiva que os Estados-Membros podem tomar para proteger o mundo de ameaças pandêmicas e honrar a memória dos cerca de 28 milhões de pessoas que morreram em decorrência da pandemia de COVID-19. O acordo sobre pandemias é uma ferramenta necessária para cumprir essa missão.

Contamos com vocês para unir forças e finalizar este acordo.”

Cooperação, Cooperação e Cooperação - Sul Global

Cooperation, Cooperation and Cooperation - Global South

Regina Ungerer
Erica Kastrup
Livia Ferreira

Abstract: *The UNOSSC has been involved in various fronts, including discussions with partners focusing on sustainable development and the green transition of small and medium enterprises toward more sustainable business practices. It highlighted World Health Day with a project from PAHO/WHO aimed at strengthening the elimination of vertical transmission of HIV, syphilis, and hepatitis B in the Caribbean.*

Brazil is once again at the forefront of cooperation in agriculture with countries in Latin America and Africa, especially with the advancement of technologies. However, Brazil's South-South cooperation goes further, contributing to the development of the digital census in Guinea-Bissau in partnership with Cabo Verde and Senegal. Countries in Asia, such as Cambodia, have sought partnerships with Brazil, thereby expanding the range of cooperation. There have also been humanitarian actions, such as donations of polio vaccines to Saint Vincent and the Grenadines in the Caribbean and Cameroon in Africa, as well as meteorological stations for Ecuador.

The G-77 and China are committed to discussions on the political declarations of the 2nd World Summit on Social Development, which will be held in Doha in November 2025. They are also involved in the special meeting of ECOSOC in 2025 on International Cooperation, particularly concerning financing.

The highlight of the Non-Aligned Movement (NAM) was the Center for Science and Technology of Non-Aligned Countries and other developing countries, which aims to foster development through shared knowledge and promote South-South cooperation in science and technology. The NAMYO focused on action against landmines and unexploded ordnance, which are responsible for humanitarian impacts and hinder development, with significant repercussions for public health.

The South Center, which will celebrate its 30th anniversary in 2025, is taking this opportunity to reflect on its trajectory in promoting the interests of developing countries. It has also been quite active with participation in Human Rights Council 58: Neurotechnology, Ethical Frontiers, and Human Rights; at the Knowledge Exchange and Innovation event at the WIPO; at the inauguration of the Global South Research Center in Beijing, China; at the 3rd World Production Forum in Abu Dhabi, among others.

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumen: *La UNOSSC ha estado involucrada en varios frentes, incluyendo discusiones con socios que se centran en el desarrollo sostenible y la transición verde de las pequeñas y medianas empresas hacia prácticas comerciales más sostenibles. Destacó el Día Mundial de la Salud con*

un proyecto de la OPS/OMS dirigido a fortalecer la eliminación de la transmisión vertical del VIH, la sífilis y la hepatitis B en el Caribe.

Brasil está una vez más a la vanguardia de la cooperación en agricultura con países de América Latina y África, especialmente con el avance de las tecnologías. Sin embargo, la cooperación Sur-Sur de Brasil va más allá, contribuyendo al desarrollo del censo digital en Guinea-Bisáu en asociación con Cabo Verde y Senegal. Países de Asia, como Camboya, han buscado asociaciones con Brasil, ampliando así el rango de cooperación. También ha habido acciones humanitarias, como donaciones de vacunas contra la polio a San Vicente y las Granadinas en el Caribe y a Camerún en África, así como estaciones meteorológicas para Ecuador.

El G-77 y China están comprometidos con las discusiones sobre las declaraciones políticas de la 2ª Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Social, que se celebrará en Doha en noviembre de 2025. También están involucrados en la reunión especial del ECOSOC en 2025 sobre Cooperación Internacional, particularmente en lo que respecta a la financiación.

El aspecto destacado del Movimiento de Países No Alineados (NAM) fue el Centro de Ciencia y Tecnología de los Países No Alineados y otros países en desarrollo, que tiene como objetivo fomentar el desarrollo a través del conocimiento compartido y promover la cooperación Sur-Sur en ciencia y tecnología. El NAMYO se centró en la acción contra las minas terrestres y los artefactos explosivos sin detonar, que son responsables de impactos humanitarios y obstaculizan el desarrollo, con repercusiones significativas para la salud pública.

El Centro Sur, que celebrará su 30.º aniversario en 2025, está aprovechando esta oportunidad para reflexionar sobre su trayectoria en la promoción de los intereses de los países en desarrollo. También ha estado bastante activo participando en el Consejo de Derechos Humanos 58: Neurotecnología, Fronteras Éticas y Derechos Humanos; en el evento de Intercambio de Conocimiento e Innovación de la OMPI; en la inauguración del Centro de Investigación del Sur Global en Pekín, China; en el 3er Foro Mundial de Producción en Abu Dabi, entre otros.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur. ONUSC. G-77 y China. Movimiento de Países No Alineados. Centro Sur.*

Resumo: O UNOSSC esteve envolvido em diversas frentes, desde discussões com parceiros focando no desenvolvimento sustentável e na transição Verde das pequenas e médias empresas para práticas comerciais mais sustentáveis. Destacou o Dia Mundial da Saúde com um projeto da OPAS/OMS para fortalecer a eliminação da transmissão vertical do HIV, sífilis e hepatite B no Caribe.

O Brasil, mais uma vez à frente da cooperação na área da agricultura com países da America Latina e da África, especialmente com o avanço das tecnologias. No entanto, a cooperação Sul-Sul do Brasil vai mais além e contribuiu com o desenvolvimento do censo digital na Guiné-Bissau em parceria com Cabo Verde e o Senegal. E países da Ásia tem buscado parceria com o Brasil, como o Camboja, possibilitando ampliar o leque de cooperações. Houve ainda ações humanitárias como a doações de vacinas contra a poliomielite para a São Vicente e Granadinas no Caribe e Camarões na Africa e estações meteorológicas para o Equador.

O G-77 e a China estão empenhados nas discussões sobre as Declarações políticas da 2ª Cúpula Mundial para o Desnevolvimento Social, que vai ser realizada em Doha em novembro de 2025. Mas também na reunião especial do ECOSOC de 2025 sobre Cooperação Internacional especialmente no que concerne o financiamento.

O destaque do MNA foi o Centro de Ciência e Tecnologia dos Países Não Alinhados e outros Países em Desenvolvimento que tem o objetivo de impulsionar o desenvolvimento através do conhecimento compartilhado e promover a cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia. O Movimento jovem dos não alinhados se concentrou na ação contra minas terrestres e munições não explosivas que são responsáveis por impactos humanitários, e impedem o desenvolvimento e com importantes reflexos na saúde pública.

O Centro Sul, que vai celebrar 30 anos em 2025, aproveita o momento para refletir sobre sua trajetória na promoção dos interesses dos países em desenvolvimento. Mas também esteve bastante ativo com paticipações no Conselho de Direitos Humanos 58: Neurotecnologia, Fronteiras Éticas e Direitos Humanos; em evento de Intercâmbio de Conhecimento e Inovação na Organização Mundial da Propriedade Intelectual; na inauguração do Centro de Pesquisa do Sul Global em Pequim, China; no 3º Fórum Mundial de Produção em Abu Dhabi, entre outros.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul.

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques do UNOSSC

10 de abril de 2025 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, recebeu o Embaixador do Bahrein, para discutir as potenciais parcerias Sul-Sul com foco no desenvolvimento sustentável, capacitação e empoderamento de jovens.

10 de abril de 2025 - UNOSSC envolvido com a Coalizão Climática para a Transição Verde das pequenas e médias empresas (PME) que é uma iniciativa para apoiar as PME em sua transição para práticas comerciais mais sustentáveis. Esta coalizão enfatiza o papel crucial que as PME desempenham no enfrentamento das mudanças climáticas, visto que, coletivamente, contribuem com emissões significativas de carbono, mas também têm potencial para um impacto substancial por meio de práticas verdes.

08 de abril de 2025 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib e a Diretora do Centro Regional do PNUD em Amã, na Jordania, discutiram estratégias para ampliar o suporte do sistema das Nações Unidas na Região por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular em áreas como energia, clima, financiamento, água, dados e digitalização.

08 de abril de 2025 - A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib e o Presidente do Comitê Diretor do Centro de Serviços Públicos de Astana (ACSH HUB), discutiram planos e prioridades compartilhados para 2025 e além.

Áreas potenciais de colaboração incluem políticas e pesquisas em Cooperação Sul Sul e Cooperação Triangular, compartilhamento de conhecimento, cooperação regional e capacitação.

CONTEXTO

O Centro de Serviços Públicos de Astana (ACSH HUB) foi lançado em 2013 em Astana (hoje conhecida como Nur-Sultan), Cazaquistão. É uma organização internacional com o objetivo de ser uma plataforma colaborativa focada na promoção de reformas no serviço público, boa governança e melhorias na administração pública globalmente. Dedica-se ao compartilhamento de conhecimento, facilitando o intercâmbio de melhores práticas e experiências entre países para melhorar a eficácia do serviço público. Oferece programas de capacitação para desenvolver as habilidades e o conhecimento dos servidores públicos, ao mesmo tempo em que incentiva inovações em governança para enfrentar os desafios contemporâneos.

Entre suas atividades principais, o Centro realiza pesquisas sobre administração pública e elabora recomendações para melhorias de políticas, além de organizar workshops, conferências e fóruns que promovem o networking entre profissionais do serviço público.

O centro também colabora com uma rede de 43 países participantes e parcerias com mais de 90 instituições em todo o mundo, além de organizações internacionais, como o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Por meio de parcerias estratégicas, o ACSH HUB cria um ambiente colaborativo que tem resultado em programas bem-sucedidos, melhorando a formação de servidores públicos e contribuindo para a formulação de políticas informadas nos países participantes.

07 de abril de 2025 – Dia Mundial da Saúde “Começos saudáveis, futuros esperançosos”

O Dia Mundial da Saúde é celebrado neste dia em homenagem à fundação da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, no dia 7 de abril de 1948. Esta data é uma oportunidade para promover a conscientização sobre questões de saúde importantes em todo o mundo, bem como para destacar os esforços da OMS em melhorar a saúde global.

A cada ano, a OMS escolhe um tema específico e em 2025 o tema é a saúde materna e neonatal com o objetivo de promover ações para melhorar a saúde de mães e recém-nascidos em todo o mundo.

No Dia Mundial da Saúde, o UNOSSC se juntou à OMS para focar na saúde física e mental das mulheres em todo o mundo.

O UNOSSC aproveitou a oportunidade para ressaltar o projeto da OPAS/OMS para fortalecer a eliminação da transmissão vertical do HIV, sífilis e hepatite B no Caribe. O projeto, lançado com o apoio do Fundo de Parceria para o Desenvolvimento Índia-ONU[28], representa um investimento significativo na saúde de mães e crianças no Caribe.

Esta iniciativa surgiu em um momento crítico, diante do aumento da sífilis e da sífilis congênita na Região das Américas. De acordo com os dados mais recentes, os casos de sífilis congênita aumentaram 40% entre 2016 e 2022, totalizando mais de 36.000 casos em 2022. Dezenove dos 26 países que participaram registraram aumentos nos casos de sífilis entre gestantes no período de 2015 a 2022.

Apesar dos esforços contínuos para eliminar a transmissão vertical (TEP) do HIV, da sífilis, da hepatite B e da doença de Chagas congênita, o aumento dos casos de sífilis ameaça os recentes progressos e coloca a saúde materno-infantil em risco significativo.

01 de abril de 2025 - AGNU discute a cooperação para o desenvolvimento com Países de Renda Média

O tema da Reunião de Alto Nível da AGNU sobre Países de Renda Média de 2025 foi "**Cooperação para o Desenvolvimento com Países de Renda Média**". A reunião discutiu as barreiras estruturais para estes países na implementação da Agenda 2030 e explorou novas abordagens que vão além do Produto Interno Bruto (PIB) para subsidiar a cooperação internacional para o desenvolvimento e as decisões políticas e financeiras.

Em 2025, o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento ocorreu em um momento crucial, com quase 600 milhões de pessoas enfrentando a pobreza extrema. A avaliação do programa solicita que o UNDP reavalie a metodologia de classificação de países de renda média, usada para alocar recursos, considerando a vasta gama de situações existentes nesses países.

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib, foi moderador do painel "**Cooperação internacional para o desenvolvimento com países de renda média, incluindo decisões políticas e financeiras"** e disse que a grande dificuldade é elevar os esforços para enfrentar a imensidão dos desafios globais atuais.

[28] 1/3 dos projetos do Fundo das Nações Unidas para a Índia têm foco em saúde e gênero.

Ao promover parcerias dentro e com países de renda média, a Cooperação Sul Sul e a Cooperação Triangular podem contribuir para os desafios enfrentados por alguns destes países, que incluem a exclusão digital, a implementação de medidas para a redução da pobreza, a busca por soluções inovadoras de financiamento e o compartilhamento de melhores práticas.

Com a compreensão de que os países de renda média são uma força motriz central da economia global, o debate explorou como a cooperação internacional, a inovação política e as reformas financeiras podem apoiar melhor os países de renda média na consecução de seus objetivos de desenvolvimento.

Boletim de [março de 2025]

Basta clicar na figura abaixo, ou em cada destaque para entrar no Boletim.

[Compartilhamento de experiências Sul-Sul e Triangular e abordagens inovadoras essenciais na avaliação multidimensional]

[Cooperação Sul-Sul em destaque na Reunião de Alto Nível de 2025 do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento]

[Cooperação Sul-Sul – Promovendo direitos, igualdade e empoderamento para TODAS as mulheres e meninas]

[Cooperação Sul-Sul e Triangular no evento paralelo do Centro de Pesquisa e Treinamento Estatístico, Econômico e Social para Países Islâmicos (SESRIC) sobre a Coalizão Climática de Baku para a Transição Verde das PMEs e o Empoderamento das Mulheres]

[CSW69: Elevando as vozes das organizações femininas de base por meio da cooperação Sul-Sul e triangular]

[Mecanismo Interagências da ONU sobre Cooperação Sul-Sul e Novo Grupo Consultivo Sul-Sul realizam primeiras reuniões de 2025]

[Estados-membros destacam novas ferramentas para integrar a cooperação Sul-Sul e triangular nas revisões nacionais voluntárias do progresso dos ODS]

Mais noticias do Boletim, [clique aqui].

O Brasil na cooperação Sul-Sul

O **Marco de Cooperação 2023-2027, desenvolvido em parceria entre o Governo Brasileiro e o Sistema das Nações Unidas no Brasi**l, é o principal instrumento para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades da ONU em apoio à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no país.

Esse marco sintetiza as contribuições de 21 agências especializadas do Sistema das Nações Unidas, diretamente

envolvidos na implementação e no monitoramento deste Marco de Cooperação, em conformidade com as diretrizes brasileiras de desenvolvimento sustentável e os resultados comuns, visando garantir que ninguém seja deixado para trás.

Os principais eixos temáticos de atuação:

- Transformação econômica para o desenvolvimento sustentável
- Inclusão social para o desenvolvimento sustentável
- Meio ambiente e mudança do clima para o desenvolvimento sustentável
- Governança e capacidades institucionais
- Relação das ações humanitárias e de desenvolvimento sustentável

Para acessar este marco, clique aqui.

Cooperação na área da Agricultura

3 e 4 de abril de 2025 - Novas etapas para o projeto de algodão em Côte d'Ivoire

Os membros do comitê gestor do Projeto Cotton Côte d'Ivoire se reuniram para avaliar os progressos e definir as diretrizes para as próximas etapas.

Durante o encontro, foram apresentados os resultados das atividades das instituições parceiras, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Vioma Agro[29].

O comitê aprovou um plano geral de formação técnica, que inclui módulos de capacitação e um cronograma de atividades, além de um sistema de avaliação de impacto.

Foram estabelecidas ações prioritárias, com prazos e responsabilidades, visando fortalecer a cadeia produtiva do algodão na Côte d'Ivoire, aumentar a produtividade, capacitar técnicos e produtores e promover práticas sustentáveis.

O projeto é coordenado pela ABC, em parceria com a UFLA, com apoio do PNUD e financiamento do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA). Para saber mais, clique aqui.

[29] A **VIOMA AGRO** é uma empresa localizada em Patos de Minas, Minas Gerais, especializada na produção e comercialização de bioinsumos e soluções biológicas para a agricultura.

3 de abril de 2025 - Brasil e República Dominicana assinaram dois projetos na área de administração pública e agricultura

No contexto de crescente colaboração na América Latina, Brasil e República Dominicana firmaram dois projetos de cooperação técnica para promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer as capacidades institucionais.

O primeiro projeto visa melhorar as competências dos servidores públicos dominicanos, por meio da troca de experiências e práticas inovadoras com o Brasil, para profissionalizar a administração pública, implementando um modelo de gestão mais eficiente e transparente que utilize ferramentas digitais.

O segundo projeto foca na modernização da agricultura dominicana, especialmente no cultivo de arroz irrigado. A introdução de tecnologias sustentáveis e práticas de uso racional da água pretende otimizar a produção, aumentar a eficiência agrícola e reduzir o impacto ambiental, garantindo a segurança alimentar e promovendo a sustentabilidade no setor agrícola.

Para saber mais, clique aqui.

24 a 28 de março de 2025 - Capacitação de Pesquisadores Bolivianos na Embrapa: Um Avanço em Tecnologias Agrícolas

Entre 24 e 28 de março, a Embrapa Milho e Sorgo, em Minas Gerais, recebeu pesquisadores bolivianos do Centro de Biotecnologia y Nanotecnologia para uma capacitação intensiva em anáslises rápidas e não destrutivas de alimentos e rações, oferecendo benefícios como agilidade, precisão e redução do uso de reagentes químicos. O protocolo usa luz para analisar alimentos e rações de forma rápida e sem destruir a amostra. É uma tecnologia a favor da sustentabilidade.

Os participantes não apenas assistiram a sessões teóricas, mas também exploraram laboratórios de ponta e experimentos de integração lavoura-pecuária-floresta, conhecendo inovações brasileiras que podem impulsionar a produção e a sustentabilidade nos municípios de Aiquille, Omereque e Pasorapa, na Bolívia.

Essa formação faz parte do projeto de cooperação técnica “COTRIAbE”, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em parceria com a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), o Centro de Investigação Forrageira (CIF) e o Centro de Biotecnologia y Nanotecnologia (CB y N) da Bolívia, com o apoio do Município de Pasorapa.

O “COTRIAbE” busca introduzir inovações para restaurar ecossistemas e biodiversidade, aumentando a resiliência dos agricultores às mudanças climáticas, especialmente em áreas semiáridas com disponibilidade de água. O objetivo é implementar tecnologias que incentivem a conservação, o uso sustentável e a restauração ecológica nas bacias dos vales mesotérmicos, preparando os produtores rurais do Cone Sul de Cochabamba para enfrentarem os desafios das alterações climáticas.

Para saber mais, clique aqui.

Outras Cooperações

9 de abril de 2025 - Novas informações sobre o censo digital da Guiné-Bissau

Em fevereiro deste ano, especialistas do projeto “**Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados em África – Fase II**” chegaram à Guiné-Bissau para preparar o IV Recenseamento Geral de População e Habitação (IV RGPH), o primeiro censo digital do país.

A capacitação, liderada pela Agência Nacional de Estatística e Demografia do Senegal (ANSD) e pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV), com apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abordou temas como sensibilização e recrutamento de recenseadores.

Foi apresentado um relatório estratégico ao Presidente do Instituto Nacional de estatítica da Guiné-Bissau INEGB) e à Representante do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) na Guiné Bissau, com recomendações para a elaboração de um Plano de Comunicação, mobilização de recursos financeiros e atualização dos cronogramas.

O censo deverá ser iniciado em outubro de 2025.

CONTEXTO

Este projeto é resultado da colaboração entre Brasil, Cabo Verde, Senegal e o UNFPA Brasil e não apenas fortalece os Institutos Nacionais de Estatística africanos, mas também estabelece um padrão de excelência em inovação censitária e sustentabilidade. A iniciativa é fruto da parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério das Relações Exteriores, o IBGE e o UNFPA Brasil, em conjunto com as instituições parceiras nos países envolvidos.

Para saber mais, clique aqui.

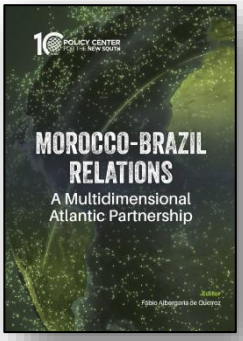
Conheça também o projeto "**Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas**", que fortalece educação, cidadania e empreendedorismo na Guiné-Bissau.

A Guiné-Bissau tem 2 milhões de habitantes e ocupa a posição 177 entre 191 paíss em Índice de Desenvolvimento Humano IDH).
Mais da metade da população tem menos de 25 anos, mas muitos jovens têm dificuldades para acessar educação e oportunidades de trabalho.

Episódio da série ABC na TV

9 de abril de 2025 – Cooperação do Brasil com o Canboja

A ABC e o Embaixador do Camboja no Brasil, discutiram temas da cooperação do Brasil com países parceiros e áreas que podem ser de interesse para o Camboja.



01 de abril de 2025 - RELAÇÕES MARROCOS-BRASIL: Uma Parceria Atlântica Multidimensional

Este livro produzido pelo Centro de Políticas para o Sul e publicado em 2024, é um exemplo de duas nações importantes do Atlântico, que estabeleceram uma parceria mutuamente benéfica.

Essa colaboração está enraizada nos laços sociais e históricos que conectam ambos os lados do Atlântico, sugerindo que vínculos mais fortes podem servir a objetivos compartilhados dentro de uma estrutura evolutiva de cooperação Sul-Sul.

Esse cenário incentiva a colaboração multisetorial, em que Brasil e Marrocos estão prontos para avançar uma agenda proativa que pode beneficiar toda a Comunidade Atlântica.

O livro tem como objetivo explorar reflexões críticas sobre diversas áreas-chave, incluindo defesa e segurança, finanças e comércio, infraestrutura, agricultura e segurança alimentar, energia limpa e mudanças climáticas, e a economia azul. Contribuições de renomados estudiosos oferecerão recomendações práticas para aprimorar e maximizar a parceria estratégica entre Brasil e Marrocos. Para saber mais, clique aqui.

31 de março a 1º de abril de 2025 – X Reunião de Pontos Focais de Comunicação para a Cooperação Ibero-Americana

A reunião foi realizada em Montevidéu, Uruguai, e foi organizada pela Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). O evento reuniu delegações de 22 países, que compartilharam experiências e estratégias para melhorar a comunicação e aumentar a visibilidade dos projetos da Cooperação Ibero-Americana.

Foram discutidos temas significativos durante os debates, como a utilização da inteligência artificial na comunicação, as novas tendências nas redes sociais, estratégias multimídia e o fortalecimento de um banco de dados de jornalistas. Discutiram também os avanços dos Programas Ibero-Americanos de Cooperação, como as Iberorquestras juvenis[30] e Ibermuseus[31], além de uma sessão dedicada ao combate à desinformação, conduzida pela Agência France-Presse (AFP).

O Brasil está ativamente envolvido em 21 iniciativas de cooperação nas áreas de cultura, coesão social e conhecimento, com a participação de pelo menos 16 instituições nacionais.

CONTEXTO

A Cooperação Ibero-Americana é um mecanismo de colaboração entre os países da América Latina e da Península Ibérica, composta por Espanha e Portugal. Seu objetivo é enfrentar desafios comuns, como a desigualdade social e o desenvolvimento econômico.

Esse esforço conjunto busca promover o desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a integração cultural, valorizando as identidades locais e a diversidade cultural. A Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) coordena as iniciativas, facilitando a troca de experiências e a implementação de projetos nas áreas de educação, saúde, ciência e tecnologia.

Em essência, a Cooperação Ibero-Americana tem como meta construir um futuro mais justo e sustentável para as populações da região, por meio do diálogo e da colaboração. Participam deste projeto países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Uruguai, Peru e Paraguai.

Para saber mais, clique aqui.

[30] Iberorquestras Juvenis é um programa da Cooperação Ibero-Americana que visa fomentar a prática musical, especialmente entre crianças e jovens em situação de risco social, através da formação orquestral.

[31] Ibermuseus é um programa de cooperação ibero-americano que visa fortalecer, desenvolver, consolidar e modernizar os museus da região, promovendo a integração, o intercâmbio e o desenvolvimento de políticas públicas museológicas.

Ação Humanitária do Brasil

11 de abril de 2025 - Brasil doou vacinas contra a poliomielite.

O Brasil doou 2 mil doses da vacina contra a poliomielite a São Vicente e Granadinas no Caribe e 2 milhões de doses da vacina contra a poliomielite para os Camarões na África, reforçando seu compromisso com a Saúde Global e a solidariedade internacional.

9 de abril de 2025 - Brasil x Equador

O Brasil doou 9 estações meteorológicas, 32 galões para água e 2 mil pastilhas de cloro a fim de ajudar no combate a incêndios florestais. Esses itens foram adquiridos no mercado equatoriano a fim de apoiar a economia local. Esta doação reforça a parceria entre os dois países.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[32], Nairóbi (UNEP)[33], Paris (UNESCO)[34], Roma (FAO/IFAD)[35], Viena (UNIDO)[36] e Washington (G-24)[37].

Em 2025, o Iraque detém a presidência pró tempore do G-77.

Destaques do G-77

28 de março de 2024 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o documento dos co-facilitadores para a Declaração Política da 2ª Cúpula Mundial para o Desnevolvimento Social

Este foi somente o momento de discutir os temas principais que devem estar presentes nesta declaração Política da 2ª Cúpula Mundial para o Desnevolvimento Social (WSSD2) que vai ser realizada em Doha, Catar de 4 a 6 de novembro de 2025.

[32] UNCTAD - Comércio de Desenvolvimento da ONU
[33] UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[34] UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[35] FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[36] UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[37] G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

A cúpula se concentrará na inclusão social, erradicação da pobreza e trabalho decente.

O objetivo da **2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social**, conforme adotado na Resolução 78/261 da AGNU, é abordar as lacunas e renovar o compromisso com a Declaração de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social e o Programa de Ação e sua implementação, de 1995 além de impulsionar à implementação da Agenda 2030.

A primeira frase da Declaração de Copenhage de 1995 é:

> *"Pela primeira vez na história, a convite das Nações Unidas, nos reunimos como chefes de Estado e Governo para reconhecer a importância do desenvolvimento social e bem-estar humano para todos e dar a essas metas a mais alta prioridade agora e no século XXI"*

Ao se reunirem para discutir a **2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social**, o G77 e a China enfatizaram areas de comunalidade entre a agenda de desenvolvimento social e a agenda de desenvolvimento sustentável como sendo mutuamente complementares, em particular o objetivo final da erradicação da pobreza em todas as suas formas e manifestações.

O grupo solicitou então que se dê mais destaque às seguintes áreas:

1) o problema da dívida global
2) o cumprimento dos compromissos de financiamento para o desenvolvimento, incluindo através da ODA
3) a cooperação internacional como um contribuidor fundamental
4) uma referência especial aos avanços tecnológicos na esfera digital, com as suas oportunidades e desafios, incluindo a criação de emprego, a solidariedade e a coesão social e a concepção, implementação e prestação de serviços sociais, bem como a transferência de tecnologia e a redução da desigualdade digital dentro e entre os países
5) o racismo e a discriminação racial como um impedimento estrutural sistémico persistente à obtenção do desenvolvimento social
6) emergências sanitárias
7) a degradação ambiental e a perda de biodiversidade, e a insegurança alimentar global
8) a abordagem das causas profundas da desigualdade e do subdesenvolvimento
9) a atenção especial às especificidades regionais, em termos de prioridades e desafios da região, incluindo a vulnerabilidade climática e as situações de conflito.

Sobre a Erradicação da Pobreza (um dos temas principais da Cúpula):

- **Ênfase na Pobreza Multidimensional:** É importante incluir referências mais visíveis à pobreza multidimensional, pobreza extrema e à feminização da pobreza.
- **Proteção Social:** Foco especial na proteção social como um mecanismo para erradicar a pobreza.
- **Alocação de Recursos:** O grupo propõe a reserva de uma porcentagem mínima específica para a alocação de recursos a sistemas nacionais de proteção.

- **Cooperação Internacional:** Reforço da importância da cooperação internacional no enfrentamento da pobreza.
- **Sobre Empregos Produtivos e Trabalho Decente para Todos (um dos temas principais da Cúpula):**
- **Acesso ao Mercado:** Destacar o acesso limitado ao mercado de trabalho e barreiras comerciais impostas aos países em desenvolvimento.
- **Empoderamento Econômico das Mulheres:** É crucial promover o acesso das mulheres à força de trabalho e apoiar a transição da economia informal para a formal.
- **Desigualdade Salarial:** Abordar a disparidade salarial entre homens e mulheres é fundamental.
- **Carga de Trabalho**: É necessário enfrentar a distribuição desigual das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres, abrangendo tanto o trabalho de cuidado remunerado quanto o não remunerado.
- **Eliminação do Trabalho Infantil:** Implementar medidas eficazes para erradicar o trabalho infantil.
- **Desigualdade Racial:** Combater a desigualdade racial no local de trabalho é essencial.
- **Acesso à Tecnologia:** Garantir que os países em desenvolvimento tenham acesso às tecnologias, especialmente digitais.
- **Impacto da Tecnologia:** Avaliar como os avanços tecnológicos, incluindo a inteligência artificial, afetam o mundo do trabalho e a criação de empregos.
- **Transição Energética**: Fazer referência à transição energética de forma independente, alinhada aos compromissos de financiamento climático para mitigação e adaptação nos países em desenvolvimento, assegurando uma transição justa.

O G-77 e a China tocam ainda em temas como a segurança alimentar, Cobertura Universal de Saúde, educação de qualidade, resiliência climática, empoderamento feminino, urbanização, habitação adequada, saneamento e muitos outros tópicos.

Para ler a declaração e sugestões do G-77 e da China para o documento final para a **2ª Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social**, clique aqui.

28 de março de 2024 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China no encerramento da 1ª parte da retomada da 79ª sessão do 5º Comitê da AGNU, que é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China consideraram satisfatório terem alcançado consenso em alguns itens das pautas deste Comitê, como os acordos relacionados à Estratégia de TIC da ONU, as pautas da Unidade de Inspeção Conjunta e às estimativas revisadas para combater a islamofobia. No entanto, as discussões foram incapazes de concluir outros itens de grande importância. Particularmente sobre a falta de consenso sobre a Gestão e Responsabilidade de Recursos Humanos.

Embora existam divergências, o G-77 e a China identificaram áreas de convergência que podem servir de base para discussões futuras. Especialmente a revisão do programa de estágio

da ONU, visando um sistema centralizado que amplie as oportunidades para estagiários de países em desenvolvimento.

Adicionalmente, esperam trabalhar futuramente na identificação de etapas para abordar os problemas persistentes de liquidez daONU. A resolução sustentável desses problemas depende do cumprimento, pelos Estados-Membros, de suas obrigações de pagamento de contribuições de forma integral, pontual e incondicional.

28 de março de 2024 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China na reunião especial do ECOSOC de 2025 sobre Cooperação Internacional

O Grupo expressou preocupação com a grande lacuna de financiamento para os ODS. Nesse contexto, destacaram a importância da cooperação tributária internacional, que é essencial para fortalecer a mobilização de recursos domésticos nos países em desenvolvimento e combater a evasão e sonegação fiscal.

Ressaltaram que as discussões sobre cooperação tributária devem ser inclusivas e transparentes, reconhecendo o papel central das Nações Unidas, onde todos os Estados-Membros participam em igualdade de condições. Neste sentido, recordaram a resolução A/RES/79/235 da AGNU que estabeleceu um comitê de negociação intergovernamental para elaborar a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Tributária Internacional e seus dois protocolos iniciais. Este é um avanço importante para um sistema tributário global mais justo, que atenda às necessidades dos países em desenvolvimento.

O Grupo reafirmou que as regras tributárias internacionais devem facilitar e não dificultar a mobilização de recursos domésticos. As questões de tributação sobre serviços transfronteiriços, a economia digital e a prevenção da transferência de lucros por multinacionais são fundamentais, assim como a capacitação e assistência técnica para auxiliar os países em desenvolvimento na implementação de políticas e na gestão tributária eficazes.

28 de março de 2024 - Declaração realizada pela República do Iraque em nome do G-77 e da China nas consultas informais sobre o projeto de Declaração Ministerial do HLPF de 2025

Fazendo várias referências à Declarações anteriores, o G-77 e a China consideraram que é preciso fortalecer o atual rascunho e a linguagem das Declarações Ministeriais do HLPF anteriores deve ser usada como base para a Declaração Ministerial HLPF 2025. E as terminologias usadas e acordadas anteriormente pela ONU, como Agenda 2030, UNFCCC e seu Acordo de Paris, e a Agenda de Ação de Addis Ababa devem ser usadas.

Eles continuaram dizendo que o documento deveria enfatizar a necessidade urgente de abordar a lacuna significativa de financiamento para os ODS, bem como questões sobre a pobreza e a fome e ao mesmo tempo garantindo que ninguém e nenhum país seja deixado para trás.

Eles destacaram a exclusão digital, observando que 6,2 bilhões de pessoas não têm acesso à internet, limitando seu envolvimento com inovação e tecnologia.

É importante que não menosprezar dicussões em andamento em outros foruns e enfatizar a importância de implementar a Declaração Política da Cúpula dos ODS de 2023, além de aderir aos compromissos do Pacto para o Futuro.

O Fórum Político de Alto Nível (HLPF) é reconhecido como a plataforma autorizada para revisar a Agenda 2030 e seus ODS. E para alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as dimensões econômica, social e ambiental, o documento deve ser guiado pelos princípios da Declaração do Rio, incluindo:

- Aumentar o apoio aos países em desenvolvimento para atingir os ODS por meio de financiamento, transferência de tecnologia e capacitação.

- Apelando para que os estados evitem adotar medidas econômicas unilaterais que infrinjam o direito internacional e obstaculizem o progresso social e econômico, especialmente nas nações em desenvolvimento.

- Afirmando a necessidade de abordar os desafios enfrentados por países sob ocupação colonial ou estrangeira, apoiando sua autodeterminação e direitos de desenvolvimento, respeitando a integridade territorial e a independência política de todos os estados.

Em relação ao ODS 3, o Grupo reconheceu que muitas questões importantes estão refletidas no documento. No entanto, faltam elementos essenciais para que os países em desenvolvimento atinjam essa meta, principalmente em relação à cooperação internacional e às estratégias de implementação.

O Grupo acredita que o rascunho zero deva abordar de forma justa várias preocupações relacionadas à saúde, principalmente "**Uma só Saúde**"e o impacto das mudanças climáticas.

Para fortalecer ainda mais o rascunho, o G-77 e a China incluiram estes elementos-chave:

- **Aumentar o Financiamento Sustentável da Saúde,** investindo adequadamente em iniciativas de saúde para países em desenvolvimento, reconhecendo que atingir o ODS 3 requer solidariedade e cooperação globais.
- **Aumentar a Cooperação Internacional,** incentivando os Estados-Membros a apoiar a capacitação em países em desenvolvimento por meio de melhor assistência oficial ao desenvolvimento e ajuda financeira e técnica para programas de desenvolvimento e inovação.
- **Alavancar as Tecnologias Digitais de Saúde**, reconhecendo o papel crucial das inovações digitais em saúde na promoção da saúde, prevenção de doenças e obtenção de cobertura universal de saúde.
- **Promover a formulação de políticas baseadas em evidências**, enfatizando a importância do uso de políticas baseadas em dados para abordar as desigualdades de saúde e acelerar o progresso em direção aos ODS.
- **Abordar as desigualdades de saúde**, comprometendo-se a reduzir as disparidades na saúde entre áreas urbanas e rurais e entre diferentes países, especialmente entre nações em desenvolvimento e desenvolvidas.
- **Fortalecer as respostas regionais de saúde** para melhorar a colaboração nas fronteiras em relação a emergências de saúde e pandemias.
- **Melhorar a saúde materna e infantil** e focar na promoção de melhores resultados de saúde para mães, recém-nascidos e crianças.
- **Buscar a cobertura universal de saúde** para manter o compromisso de criar um mundo com acesso à educação e assistência médica de qualidade inclusiva e equitativa para todos.

- **Garantir o bem-estar para todas as** idades e fortalecer os sistemas de saúde e abordar as deficiências na preparação para crises de saúde atuais e futuras.
- **Focar em soluções de saúde digitais e comunitárias** e enfatizar a importância das inovações em saúde digital e da medicina tradicional.
- **Construir Capacidade da Força de Trabalho em Saúde** e melhorar o treinamento e a capacitação de profissionais de saúde, especialmente em países em desenvolvimento.
- **Planejar para o envelhecimento da população**, desenvolvendo estratégias específicas de saúde que abordem as necessidades de adultos mais velhos.
- **Combater Doenças Não Transmissíveis**, implementando estratégias abrangentes para a prevenção, diagnóstico precoce e gestão de doenças não transmissíveis.
- **Apoiar a Produção Local de Produtos de Saúde**, ajudando os países em desenvolvimento a melhorar suas capacidades de produzir vacinas, medicamentos e outras tecnologias de saúde localmente para garantir acesso equitativo, especialmente devido aos altos custos de alguns produtos de saúde.
- **Abordar Preocupações com a Cadeia de Suprimentos**, reconhecendo que a concentração da fabricação de produtos de saúde em alguns países limita o acesso. Melhorar as capacidades de produção e infraestrutura regionais é vital para ter respostas eficazes a crises de saúde.

O grupo falou ainda sobre:

ODS 5 (Igualdade de Gênero), reconhecendo que este ODS sofre quando há atrasos na implementação dos outros ODS e que os mais vulneráveis são frequentemente os mais afetados negativamente. Ao mesmo tempo, o ODS 5 precisa ser considerado como sendo um ODS transversal na aceleração dos outros ODS.

ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), em que o foco deste ODS deveria ser o de apoiar o desenvolvimento sustentável em seus três pilares de forma equilibrada e integrada. O Grupo não apoiará uma abordagem única para todos.

ODS 14 (Vida na Água), apoio aortalecimento de mecanismos financeiros para promover este ODS, incluindo o compromisso de capacitar, facilitar a troca de conhecimento, tecnologia e inovação, bem como mobilizar recursos financeiros para todos os países em desenvolvimento, a fim de alcançar o ODS 14. Ênfase na cooperação, incluindo a cooperação Sul-Sul e triangular, no enfrentamento dos desafios relacionados ao ODS 14. Reconheceram o o potencial das iniciativas da economia azul, incluindo o ecoturismo e a pesca artesanal de pequena escala, para promover o desenvolvimento sustentável, garantir meios de subsistência e segurança alimentar, além de gerar empregos. Destacaram a importância de investir nessas iniciativas e oferecer incentivos para promover a economia azul de maneira sustentável, incentivando práticas de pesca responsável e combatendo a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada. Enfatizaram que o crescimento econômico deve ser equilibrado com a proteção ambiental e a inclusão social na gestão sustentável dos oceanos.

ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação), entendendo que está em andamento uma consulta ampla sobre o Documento Final do FfD4 e portanto não se deve desconsiderar o resultado desta negociação. Além disso, embora seja reconhecido que a mobilização de recursos nacionais seja uma fonte importante de financiamento para o desenvolvimento, a ODA claramente continua sendo uma fonte importante de financiamento para o desenvolvimento e insistimos fortemente para que os países desenvolvidos ampliem e cumpram seus

compromissos da ODA, pois eles têm a responsabilidade primária no financiamento para o desenvolvimento.

Para ler a declaração do G-77 e da China sobre o rascunho zero da Declaração Ministerial para o HLPF, clique aqui.

Movimento dos Países Não Alinhados (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo. Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.**Centro de Ciência e Tecnologia dos Países Não Alinhados e outros Países em Desenvolvimento (NAM S&T Centre)**

O NAM S&T Centre é uma organização intergovernamental que promove a colaboração entre cientistas, tecnólogos e organizações científicas dos países do movimento dos não alinhados e países em desenvolvimento. Fundado no contexto do movimento dos não-alinhados, o NAM S&T Centre concentra suas atividades em áreas científicas diversas, com ênfase em biotecnologia agrícola e materiais avançados.

O objetivo central do NAM S&T Centre é impulsionar o desenvolvimento através do conhecimento compartilhado e promover a cooperação Sul-Sul em ciência e tecnologia.

As atividades e programas do NAM S&T Centre incluem, além da promoção da cooperação:

- **Conexões em C&T:** Estabelecer vínculos entre centros nacionais e regionais de ciência e tecnologia.
- **Centro de Informação Tecnológica:** Servir como um centro de informações sobre as capacidades tecnológicas de cada país, promovendo a cooperação tecnológica e a transferência de tecnologia.
- **Registro de Especialistas:** Manter um registro de especialistas em ciência e tecnologia, facilitando o acesso a seus serviços pelos países-membros.
- **Promoção de Projetos Conjuntos:** Estimular e promover projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo seminários, simpósios, workshops e programas de treinamento, tanto bilaterais quanto multilaterais, em áreas de especial relevância.
- **Iniciativas de Capacitação:** Oferecer bolsas de estudo em processamento e beneficiamento de minerais, em colaboração com o Departamento de Ciência e Tecnologia.
- **Elaboração de Relatórios:** Produzir relatórios de última geração sobre avanços em ciência e tecnologia.

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

16 de abril de 2025 - Perspectiva da Juventude do NAM: Colaboração Regional e Global em Ação Contra Minas

Durante o **Forum Jovem do ECOSOC de 2025**, organizado pelo NAMYO, UNFCCC e o Fórum da Juventude do Centro Regional Eurasiático da Cooperação Islâmica (ICYF-ERC), foram destacados a importância do papel dos jovens na ação contra minas terrestres.

As minas terrestres e munições não explosivas são responsáveis por sérios impactos humanitários, dificultam o desenvolvimento e impõem desafios à saúde pública.

A colaboração regional entre países do MNA tem a possibilidade de facilitar iniciativas de desminagem e educação sobre riscos das minas terrestres e os Forum de Jovens podem contribuir compartilhando conhecimentos e participando em programas de treinamento para capacitar suas comunidades.

Além disso, campanhas de conscientização e iniciativas colaborativas podem atrair financiamento e recursos. A participação ativa da juventude é essencial para construir um futuro mais seguro e pacífico, trabalhando em conjunto por um mundo livre de minas.

4 de abril de 2025 - Dia Internacional de Conscientização sobre Minas e Assistência em Ações Contra Minas.

O Dia Internacional de Conscientização sobre Minas e Assistência em Ações Contra Minas, celebrado anualmente em 4 de abril, foi instituído pela Assembleia Geral da ONU em 2005.

Esta data tem como objetivo fundamental aumentar a conscientização sobre os perigos representados pelas minas terrestres e pelos resíduos explosivos de guerra, promover a assistência às vítimas e apoiar iniciativas de desminagem em áreas afetadas.

Para marcar essa ocasião, foram organizadas diversas atividades, incluindo campanhas de sensibilização, eventos educativos e workshops focados na segurança e na desminagem. Essas iniciativas tem o objetivo principal de informar o público sobre os riscos associados às minas e mobilizar apoio para organizações dedicadas à remoção desses artefatos e à assistência às vítimas.

Atualmente, mais de 60 países ainda enfrentam o desafio das minas terrestres, especialmente aqueles afetados por conflitos armados, tornando a conscientização e a ação

neste dia ainda mais relevantes e urgentes. A observância deste dia representa, portanto, uma oportunidade crucial para promover um mundo mais seguro e solidário.

Alguns dos territórios com maior concentração de minas terrestres do mundo fazem parte dos Estados Membros do Movimento dos Países Não Alinhados, como Azerbaijão, República Democrática do Laos, Camboja, Mianmar, Vietnã e Iémen. Esses países sofrem consequências graves, como catástrofes humanitárias, que se tornam obstáculos ao desenvolvimento socioeconômico.

3, 4 e 7 de abril e 2025 - NAMYO divulga seu trabalho em universidades do Azerbaijão

O Movimento Jovem dos Não Alinhados realizou uma série de visitas a universidades do Azerbaijão para apresentar a organização e divulgar seu trabalho.

No dia 3 de abril, foi realizada uma sessão informativa na Universidade de Turismo e Gestão do Azerbaijão. Nos dias 4 e 7 de abril, ocorreram apresentações na Universidade Eslava de Baku e na Escola Superior de Petróleo de Baku, respectivamente.

Essas atividades oferecem casos reais para incitar a discussão e permitir que os alunos testem seus conhecimentos em comunicação, diplomacia e liderança.

25 a 27 de março de 2025 - Simulação da COP

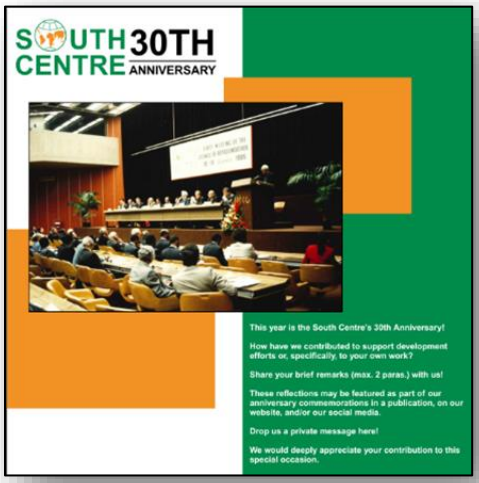
A Organização Jovem dos Não Alinhados (NAMYO) e o Centro Regional da Eurásia do Fórum da Juventude da Cooperação Islâmica uniram forças para realizar uma Conferência de Simulação da Conferência das Partes (COP) em Khankendi, no Azerbaijão.

A conferência foi dedicada ao Dia do Multilateralismo, celebrado no dia 24 de abril.

Durante a conferência de dois dias, os participantes fizeram uma simulação da COP, atuando como delegados, membros da Presidência da COP, Secretários Executivos da UNFCCC, representantes de países, atores não estatais e membros da mídia.

O principal objetivo deste encontro foi educar os jovens sobre os temas e objetivos centrais da COP29, aumentar sua participação nas ações climáticas e desenvolver a comunicação, a tomada de decisão e as habilidades oratórias dos participantes.

Centro Sul - Destaques



A foto acima é da 1ª Reunião do Conselho de Representantes dos Estados-Membros do Centro Sul em 1995

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global.

O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais.

Em 2025, celebra seu 30º aniversário.

O Centro está aproveitando este momento propício para refletir sobre sua trajetória na promoção dos interesses dos países em desenvolvimento.

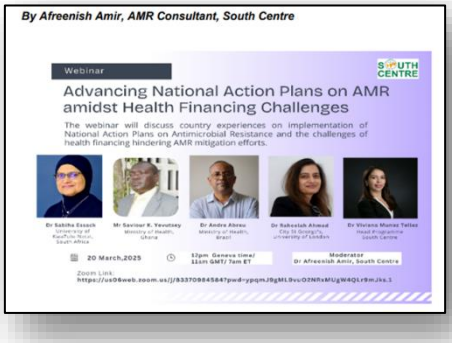
Nas últimas três décadas, teve a oportunidade de colaborar com autoridades governamentais, diplomatas, acadêmicos, organizações da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento, defendendo a cooperação Sul-Sul, o desenvolvimento equitativo e um sistema de governança global mais justo e inclusivo.

Esse compromisso conjunto de amplificar as vozes do Sul Global busca moldar políticas, fortalecer capacidades e promover a colaboração em desafios globais críticos, que incluem saúde, propriedade intelectual, comércio, financiamento para o desenvolvimento, direitos humanos, tributação, investimento e desenvolvimento sustentável.

Para celebrar este marco, o Centro Sul está convidando individuos ou instituições para refletirem e comentarem sobre o trabalho do Centro Sul ao longo dos anos.

- O Centro Sul quer saber como o trabalho que vem realizando contribui para apoiar os esforços de desenvolvimento ou especificamente para o trabalho de individuos ou instituições ao redor do mundo?
- Compartilhem suas observações em dois breves parágrafos, enviados por mensagem privada no Instagram do Centro Sul.
- Algumas reflexões poderão ser apresentadas nas comemorações do 30º aniversário do Centro Sul em um publicação online ou nas redes sociais.

O Centro Sul agradece antecipadamente a contribuição de todos para esta ocasião especial.



Abril de 2025 - Promovendo Planos de Ação Nacionais sobre Resistência Antimicrobiana em Meio aos Desafios do Financiamento da Saúde

No dia 20 de março de 2025, o Centro Sul realizou um webinar sobre o avanço dos Planos de Ação Nacionais (PANs) para a Resistência Antimicrobiana (RAM) em meio aos desafios financeiros da saúde.

O webinar reuniu diversos líderes nacionais de pontos focais para PANs sobre RAM e especialistas internacionais e os destaques podem ser vistos aqui.

14 de abril de 2025 – WEBINAR do Centro Sul - Como a Covid-19 interrompeu os programas de AMS.

- Quais lições foram aprendidas para futuras emergências de saúde
- Estratégias para incorporar a AMS nos planos nacionais de preparação para pandemias
- Sustentando a AMS em países de baixa e média renda, diagnóstico, vigilância e equidade

A Administração Antimicrobiana (AMS) refere-se a um conjunto de estratégias coordenadas destinadas a melhorar o uso de medicamentos antimicrobianos (como antibióticos, antivirais, antifúngicos e antiparasitários) para melhorar os resultados dos pacientes, minimizar os efeitos adversos e reduzir o risco de desenvolver resistência antimicrobiana (AMR).

11 de abril de 2025 - Ótimo debate no South Centre com embaixadores e delegados sobre o **Pacto Digital Global**, Governança de Dados e WSIS+20. O Ministério de Comunicações de Cuba contribuiu com sua perspectiva sobre a estratégia digital e de IA do país. Um diálogo crucial para promover um futuro digital mais equitativo.

Recordando que no dia 25 de março, a AGNU em New York promoveu uma discussão sobre a **revisão da WSIS+20** que está sendo crucial para avaliar o progresso, enfrentar desafios e reafirmar o compromisso com o uso das TICs para o avanço das sociedades da informação e do conhecimento. Essa revisão se alinha aos objetivos do Pacto Digital Global, buscando criar uma visão compartilhada para a cooperação e governança digitais.

A Reunião de Alto Nível WSIS+20 será realizada entre 7 a 11 de julho de 2025 em Genebra.

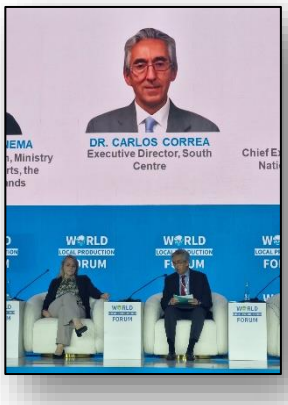
10 de abril de 2025 – Reflexões com ministros, embaixadores, delegados e funcionários celebrando os 30 anos da Organização Mundial do Comércio (WTO30). O evento foi liderado pelo ex-primeiro-ministro de Portugal e ex-presidente da Comissão Europeia, Jose Manuel Barroso.

O Centro Sul participou do painel sobre os 30 anos da OMC, ressaltando que uma reforma da organização deve criar espaços políticos que permitam aos países em desenvolvimento se industrializarem e tratarem questões críticas, como a agricultura.

10 de abril de 2025 – Evento de Intercâmbio de Conhecimento e Inovação na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)

O Centro Sul esteve presente e participou do evento paralelo da KEI na OMPI, argumentando que a regulamentação da IA deve considerar modelos de negócios, transparência e poder de mercado — especialmente em questões de direitos autorais em treinamentos de IA (licenciamento, exceções) e resultados.

KEI na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) refere-se a um evento de Intercâmbio de Conhecimento e Inovação. Esses eventos são projetados para facilitar discussões e trocas de ideias relacionadas à propriedade intelectual, inovação, criatividade e compartilhamento de conhecimento.



7 a 9 de abril de 2025 - 3º Fórum Mundial de Produção Local (WLPF)

O Fórum Mundial de Produção Local foi realizado em Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos, com o objetivo de promover a viabilidade da produção local, a equidade e a segurança globais em saúde, além de facilitar o acesso a produtos de qualidade.

O fórum atua como uma plataforma para gerar recomendações que apoiem essa produção local.

Durante o evento, Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul, discutiu estratégias para criar uma demanda sustentável por produtos farmacêuticos fabricados localmente, um fator crucial para expandir a produção local.

CONTEXTO

Fórum Mundial de Produção Local (WLPF) - Ampliando o acesso a medicamentos e outras tecnologias em saúde

O Fórum Mundial de Produção Local é uma iniciativa da OMS que cria uma plataforma para os Estados-Membros e a comunidade global desenvolverem estratégias, promoverem

ações coletivas e fortalecerem parcerias. O foco é na produção local sustentável, visando melhorar o acesso oportuno e equitativo a produtos de saúde com qualidade garantida.

Nos últimos 20 anos, a produção local e a transferência de tecnologia têm se mostrado cruciais para promover o acesso equitativo a medicamentos e tecnologias de saúde. O WLPF é essencial para formular recomendações práticas que apoiem a produção local, assegurando acesso a produtos de saúde seguros e eficazes e fortalecendo a segurança sanitária em níveis global, regional e nacional.

A iniciativa destaca a produção de produtos de saúde como uma infraestrutura vital e promove a implementação da resolução WHA74.6 e da primeira declaração interinstitucional sobre a promoção da produção local. Essas medidas reconhecem a necessidade urgente de fortalecer a produção local de medicamentos e tecnologias de saúde, visando aprimorar o acesso a esses recursos essenciais.

28 de março de 2025 – Centro de Pesquisa do Sul Global (GSRC)

Por ocasião da inauguração do **Centro de Pesquisa do Sul Global (GSRC)** em Pequim, China, o Diretor Executivo do Centro Sul, presente no evento, disse que estava honrado em representar o Centro do Sul, criado há 30 anos para apoiar os países em desenvolvimento em seus esforços para construir um sistema multilateral que funcione para o desenvolvimento.

CONTEXTO

O **Centro de Pesquisa do Sul Global (GSRC)** foi oficialmente inaugurado em Pequim no dia 28 de março de 2025, com a presença de acadêmicos e representantes de alto nível de diversas organizações internacionais, agências governamentais, think tanks e instituições acadêmicas. Entre os participantes, estavam altos funcionários, pesquisadores e especialistas do Egito, Etiópia, Brasil, Indonésia, Cazaquistão, África do Sul e outros países.

Este centro reflete o compromisso da China em fortalecer a cooperação entre os países do Sul Global. Ele propõe unidade e progresso por meio do desenvolvimento, promovendo a justiça internacional e apoiando um crescimento global sustentável.

Sob a liderança do **Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento do Conselho de Estado (RDC)** e operando sob a supervisão do **Centro de Conhecimento Internacional sobre Desenvolvimento (CIKD)**, o GSRC atuará como um polo de pesquisa e intercâmbio de conhecimento. A administração é realizada por um conselho composto por representantes de importantes instituições de pesquisa, organizações internacionais e especialistas renomados do Sul Global.

Sumário da declaração de Carlos Correa, Diretor Executivo do Centro Sul

A criação do **Centro de Pesquisa do Sul Global** pelo presidente Xi Jinping reflete o compromisso da China em construir uma comunidade internacional centrada em um futuro compartilhado, com a participação ativa do Sul Global, que muitas vezes foi marginalizado.

Há mais de 50 anos, o Sul Global conseguiu alcançar a **Declaração das Nações Unidas sobre uma Nova Ordem Econômica Internacional**, aproveitando sua força no petróleo. No entanto, as aspirações por um sistema internacional mais justo foram rapidamente minadas pelos países desenvolvidos.

Hoje, o cenário mudou significativamente. O Sul Global se tornou uma força importante na economia mundial, respondendo por aproximadamente 45% do PIB global, um aumento em relação aos 25% no ano 2000. Sua participação em P&D global também aumentou drasticamente, de 6% para quase 25%, principalmente devido ao papel decisivo da China.

Além disso, o comércio entre países do Sul dobrou, com mais de 40% das exportações de países em desenvolvimento indo para outros países em desenvolvimento.

Novas instituições, como **BRICS** e o **Novo Banco de Desenvolvimento**, foram criadas para promover políticas comuns e investimentos no Sul Global. Nesse contexto, a criação deste Centro de Pesquisa do Sul Global é oportuna e oferece uma oportunidade estratégica para:

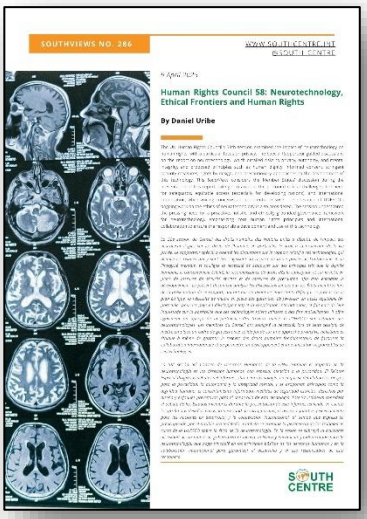
- Promover um desenvolvimento comum e sustentável
- Ampliar a voz do Sul Global na governança global
- Fortalecer a cooperação Sul-Sul

Para ler a Declaração completa do Centro Sul, clique aqui.

Visões do Sul

9 de abril de 2025 - Conselho de Direitos Humanos 58: Neurotecnologia, Fronteiras Éticas e Direitos Humanos

A 58ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU examinou o impacto da neurotecnologia nos direitos humanos, com foco especial na privacidade. Destacou a necessidade urgente de uma estrutura de governança proativa, holística e eticamente fundamentada para a neurotecnologia, enfatizando os princípios fundamentais dos direitos humanos e a colaboração internacional para garantir o desenvolvimento e o uso responsáveis desta tecnologia.



O relatório, que detalhou os riscos à privacidade, autonomia e integridade mental, propôs princípios como dignidade humana, consentimento informado, medidas rigorosas de segurança, direitos por concepção e abordagens de precaução para o desenvolvimento desta tecnologia.

Este artigo considera a discussão dos Estados-Membros durante a apresentação deste relatório, levando em consideração os profundos desafios éticos, a necessidade de salvaguardas, acesso equitativo (especialmente para países em desenvolvimento) e cooperação internacional, ao mesmo tempo em que expressa preocupações sobre o potencial uso indevido.

Também se considera a relevância do trabalho contínuo da UNESCO sobre a ética da neurotecnologia.

Para ler o documento, clique aqui.

A ausência de informações persiste no G20

Escalada de tensão no Estreito de Taiwan, desafios geopolíticos e inovações para a segurança global: o papel do G7 no cenário atual

Políticas regulatórias globais e saúde mental da juventude em pauta na OCDE

The lack of information persists at the G20

Rising Tensions in the Taiwan Strait, geopolitical challenges, and innovations for global security: The G7's role in this scenario

Global regulatory policies and youth mental health on the OECD's agenda

Pedro Burger
João Miguel Estephanio
Vitória Kavanami
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves

Abstract

G20 *- The lack of published information persists in relation to the G20 and in this fortnight the main highlights have been the meetings of the Sherpas, the Employment Working Group and the Digital Economy Working Group.*

G7 - *The text addresses the growing economic tension arising from tariffs and geopolitics between China and the U.S. over Taiwan, with recent large-scale military drills in the region serving as a warning. In response, G7 members continue to encourage the peaceful resolution. Additionally, the Think 7 group published articles on energy security, climate change, and the use of AI in preventing global conflicts.*

OECD - *The OECD's highlights include the publication of a report on regulatory policies, a study on European policies for the mental health of youth and another on the effects of the pandemic on economic growth, in addition to updates on global inflation.*

Keywords: *G20; G7; OECD; South Africa; Taiwan Strait; Climate Change and Energy Security Risks; Artificial Intelligence; international cooperation.*

Resumos

G20 - A falta de informações veiculadas persiste em relação ao G20 e nessa quinzena os principais destaques foram as reuniões de Sherpas, do Grupo de Trabalho de Emprego e do Grupo de Trabalho de Economia Digital.

G7 - O texto discute o aumento das tensões econômicas e geopolíticas entre China e Estados Unidos, mediante as tarifas e a movimentação ao redor de Taiwan, com manobras militares

chinesas na região. Em resposta, o G7 se posiciona de forma a defender a paz e o diálogo na região. Além disso, damos destaque a artigos publicados em tom de recomendação pelo Think 7 sobre segurança energética, mudanças climáticas e o uso da IA na prevenção de conflitos globais.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a publicação de um relatório sobre políticas regulatórias, um estudo sobre políticas europeias para a saúde mental de jovens e outro sobre os efeitos da pandemia no crescimento econômico, além de atualizações sobre a inflação mundial.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; África do Sul; Estreito do Taiwan; Segurança Energética e Mudança Climática; Inteligência Artificial; cooperação internacional.

G20 –

A ausência de informações disponibilizadas sobre o andamento das atividades do G20 continua a ser uma questão na gestão sul-africana. Seguindo o calendário oficial, os principais eventos realizados no período foram os encontros de *Sherpas*, do Grupo de Trabalho de Emprego e do Grupo de Trabalho de Economia Digital.

Reunidos pela segunda vez desde que o país assumiu a liderança do grupo, os *sherpas* representam os líderes políticos de cada país do bloco e têm a função de coordenar os processos do G20, especialmente no acordo da formulação da Declaração de Líderes. Os GTs, por sua vez, são responsáveis por tocar as discussões focadas em áreas temáticas, geralmente através de um viés mais técnico.

O primeiro encontro dos representantes aconteceu em dezembro do ano passado e, segundo o *sherpa* sul africano, Zane Dangor, ele foi "muito bem-sucedido e robusto"[38]. Com as mudanças da política externa dos Estados Unidos sob o governo de Trump e a implementação cada vez maior de tarifas e cortes na ajuda para os países em desenvolvimento e organizações internacionais, no entanto, não sabemos se o cenário das discussões permanece favorável. Como já abordamos em algumas das edições deste ano, o posicionamento americano tem causado impactos no bloco e barrado o alcance de consenso em algumas das reuniões realizadas, como a dos Ministros das Finanças e das Relações Exteriores.

Apesar da pouca informação divulgada, Dangor declarou que a presidência da África do Sul no G20 está fazendo progressos significativos ao tratar dos desafios globais por meio de uma abordagem inclusiva e colaborativa[39]. Para tanto, citou a importância do *Ubuntu*, uma filosofia africana baseada na inclusão e solidariedade que tem norteado os ideais por trás desta gestão. "Devemos expressar nossa gratidão pela forma como vocês abraçaram o espírito do *Ubuntu*, a cultura que sustenta não apenas a cultura de inclusão da África do Sul, mas também a cultura mais ampla da África. O *Ubuntu* realmente sustenta nosso compromisso e solidariedade na

[38] South Africa convenes second G20 Sherpa Meeting. SA News. 02 abr. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/south-africa-convenes-second-g20-sherpa-meeting. Acesso em: 14 abr. 2025.

[39] Progress made in tackling global challenges. SA News. 03 abr. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/progress-made-tackling-global-challenges. Acesso em: 14 abr. 2025.

abordagem de nossos desafios comuns para alcançar a prosperidade compartilhada", disse ele durante a sessão de abertura da reunião.

De maneira genérica, expôs ainda que o intuito da reunião foi o de fazer um balanço sobre o que já aconteceu, identificar áreas de melhoria e abordar questões importantes. Retomando o encontro frustrado dos Ministros das Relações Exteriores, enfatizou o compromisso diplomático dos membros ao apoiarem os temas e prioridades da gestão sul-africana, como a sustentabilidade da dívida dos países de baixa renda. Por fim, seguindo o modelo adotado pelo Brasil no ano passado, informou que a África do Sul pretende desenvolver discussões sobre questões geopolíticas apenas por meio de canais alternativos, permitindo que os GTs se concentrem em questões técnicas. Tal estratégia foi importante e bem-sucedida no Brasil para evitar que as diferentes opiniões, principalmente sobre os conflitos em andamento, prejudicassem o andar das deliberações – algo que estava acontecendo no bloco desde o início do conflito na Ucrânia em 2022.

Dando continuidade à programação, o Grupo de Trabalho de Emprego se reuniu pela segunda vez nos dias 8 a 11 de abril em Umhlanga[40]. A temática tem sido abordada a partir do compromisso com o crescimento inclusivo, com o enfrentamento da desigualdade e com a preparação para o futuro do trabalho em face da digitalização e de outras transformações do mercado de trabalho global. Assim, as prioridades elegidas são[41]:

I. Crescimento inclusivo e emprego para jovens;
II. Igualdade de gênero na força de trabalho;
III. Enfrentamento da desigualdade e do declínio da participação da renda do trabalho e as implicações para os padrões de vida;
IV. Digitalização e um futuro de trabalho inclusivo.

Nesse encontro, a ministra sul-africana da pasta, Nomakhosazana Meth, reforçou em seu discurso de abertura as 4 prioridades destacadas acima, sobretudo ao chamar atenção para a urgência de enfrentar a crescente desigualdade e a erosão da participação da renda do trabalho, alertando que essas tendências ameaçam a estabilidade econômica global e a coesão social. Segundo Meth: "A crescente erosão da participação do trabalho na renda nacional representa uma ameaça significativa à resiliência econômica mais ampla e às metas de inclusão, ampliando as disparidades de riqueza, enfraquecendo o tecido social e limitando a mobilidade ascendente. Abordar essa tendência é crucial para o progresso global".

A ministra ainda ressaltou a necessidade de eliminar as lacunas de gênero no emprego e na remuneração, descrevendo-as como um imperativo moral e um impulsionador da inovação e da prosperidade. A inclusão de jovens de igual maneira foi apontada como essencial para o crescimento sustentável da economia, com metas de reduzir o desemprego global dos jovens em 5% até 2030. "Essa não é apenas uma meta de emprego, ela representa um investimento no futuro de nossas sociedades. Devemos criar ativamente empregos de qualidade, promover o

[40] G20 must tackle inequality, gender gaps to build just labour markets – Minister Meth. SA News. 08 abr. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/g20-must-tackle-inequality-gender-gaps-build-just-labour-markets-minister-meth. Acesso em: 14 abr. 2025.
[41] EMPLOYMENT. G20. [s.d.]. Disponível em: https://g20.org/track/employment/. Acesso em: 14 abr. 2025.

desenvolvimento de habilidades e defender a inovação liderada por jovens para garantir que eles tenham um lugar no mercado de trabalho em evolução", acrescentou.

Outro ponto central em sua fala foi o princípio de que o trabalho não deve ser tratado como uma mercadoria e que os trabalhadores são seres humanos com direitos, e não insumos econômicos descartáveis. Meth enfatizou que um sistema internacional que prioriza o lucro em detrimento das pessoas é insustentável e antiético, pedindo a rejeição de abordagens meramente transacionais que comprometem a justiça, a equidade e a dignidade – temas que conversam diretamente com os valores defendidos pela gestão do país no G20: a solidariedade, igualdade e sustentabilidade. Tal discurso foi acompanhado da defesa de que o progresso econômico não deve ser medido apenas pelo produto interno bruto (PIB) ou por métricas comerciais, mas pela capacidade de elevar as comunidades vulneráveis por meio de trabalho decente, salários justos e oportunidades inclusivas. Mesmo que os indicadores numéricos sejam importantes, eles não podem ser os únicos termômetros do sucesso de um país.

Ainda que não tenha citado diretamente as medidas protecionistas dos Estados Unidos, a ministra manifestou preocupação com os desdobramentos do comércio global, alertando que eles correm o risco de levar à estagnação econômica e à perda generalizada de empregos, especialmente nos países em desenvolvimento. Para tanto, pediu que os países do G20 criem políticas de trabalho resilientes que protejam os empregos, salvaguardem a estabilidade econômica e garantam que as economias permaneçam viáveis apesar das crescentes incertezas globais.

Por último, em relação ao encontro do GT de Economia Digital, o grupo se articulou em torno de 4 prioridades[42]:

I. Conectividade para o desenvolvimento digital inclusivo;
II. Infraestrutura pública digital e transformação;
III. Ecossistemas de inovação digital: liberando o potencial das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs);
IV. Inteligência artificial (IA) equitativa, inclusiva e justa

Pensando na revisão dos resultados da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (CMSI), um fórum das Nações Unidas (ONU) sobre governança digital e cooperação, a presidência sul-africana estima que o momento atual é uma oportunidade fundamental para que a ação global fortaleça e amplie os esforços em direção a uma economia e sociedade digital inclusiva, centrada nas pessoas. Esperam que por meio do GT possam traçar discussões não só sobre o aproveitamento do poder transformador das tecnologias digitais, mas também na elaboração de estruturas adequadas para orientar a adoção de novas tecnologias de forma a otimizar seus benefícios e limitar seus possíveis danos.

Durante o encontro, realizado nos dias 7 e 9 de abril, o GT se reuniu pela primeira vez para tratar de ordenamentos iniciais. Apesar da ausência de maiores detalhamentos sobre o teor das discussões, um tema que recebeu destaque foi o pedido para que os membros do G20

[42] Digital Economy. G20. [s.d.]. Disponível em: https://g20.org/track/digital-economy-2/. Acesso em: 14 abr. 2025.

apoiem iniciativas que desenvolvam a Inteligência Artificial (IA) em outros idiomas e que compartilhem dados e ferramentas para tornar isso possível[43].

Segundo o ministro das Comunicações e Tecnologias Digitais do país, Solly Malatsi, existem mais de 7.000 idiomas falados no mundo, mas a maioria dos modelos de IA e de conteúdo digital é treinada em apenas uma pequena fração deles – geralmente na língua inglesa. “Essa desigualdade linguística não é apenas uma perda cultural, é uma barreira prática que ameaça excluir bilhões de pessoas da economia digital impulsionada pela IA”, disse o ministro em prol de uma maior equidade linguística.

Malatsi enfatizou que a IA não deve ser analisada apenas do ponto de vista tecnológico, mas também a partir do seu impacto social, pensando em como essa tecnologia pode nos ajudar a atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): “(...) Como ela pode melhorar a saúde, a educação, a agricultura e a governança? Além da linguagem, a governança ética da IA requer a abordagem de questões de parcialidade, transparência e responsabilidade”. Sobre este último aspecto, um alerta foi dado sobre os potenciais perigos e violências que podem ser gerados nesses processos, como casos de algoritmos que reproduzem racismo e preconceito de gênero. Sendo necessário, portanto, o compartilhamento de melhores práticas de governança, incluindo abordagens e padrões regulatórios para garantir a segurança e a confiabilidade da IA.

Para além dos aspectos mencionados, a questão do acesso foi outro ponto bastante ressaltado e que corrobora com uma visão de equidade em todas as suas dimensões. Segundo a União Internacional de Telecomunicações cerca de 2,9 bilhões de pessoas ainda não têm acesso à internet. O motivo é explicado por diversos fatores, como a falta de letramento digital e de dispositivos eletrônicos, e o alto custo dos pacotes de dados móveis. “Não podemos permitir que uma nova forma de desigualdade digital se estabeleça em nosso mundo. Precisamos unir nossos esforços, Norte e Sul, públicos e privados, para investir em conectividade para todos. Isso significa mobilizar financiamento para infraestrutura digital, compartilhar inovações para reduzir custos e colaborar em políticas para tornar o acesso à Internet acessível aos mais pobres”, disse o ministro.

G7 -

Estamos acompanhando, no contexto internacional, uma guerra comercial entre China e Estados Unidos sobre as tarifas recíprocas. No terreno do G7, os membros estão se mobilizando para tentar trazer Donald Trump à mesa de negociação e adotar uma posição razoável, segundo o ministro da Economia da Itália, Giancarlo Giorgetti. O Japão e a União Europeia se reuniram para pensar medidas para manter a estabilidade global nos mercados e sistema financeiros em meio ao estado de alerta para uma crise mais profunda nos mercados, apesar da pausa de 90 dias na maioria das tarifas. O Japão anunciou que irá cooperar com o G7

[43] SA advocates for linguistic equity in AI at G20. SA News. 07 abr. 2025. Disponível em: https://www.sanews.gov.za/south-africa/sa-advocates-linguistic-equity-ai-g20. Acesso em: 14 abr. 2025.

e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajudar a estabilizar os mercados diante da turbulência provocada pelas tarifas dos EUA[44].

Somado a isso, os EUA têm mantido seu apoio a movimentos separatistas do Taiwan, contrariando a pressão chinesa. É nesse contexto de tensão entre os dois países que a China instaura manobras militares ao redor de Taiwan, de forma a dar um claro "aviso" ao movimento separatista. Os militares têm realizado exercícios como patrulhas de prontidão para combate no mar e no ar, obtenção de controle abrangente, ataques contra alvos marítimos e terrestres e imposição de bloqueios em áreas e rotas-chave[45]. Diante disso, os membros do G7 se reuniram para emitir uma declaração conjunta sobre a posição do grupo mediante a escalada da tensão na região.

Na declaração, os Ministros das Relações Exteriores do G7 sob presidência canadense, expressam "profunda preocupação com as ações provocativas da China, particularmente com os recentes exercícios militares em larga escala em torno de Taiwan". Os líderes ainda acrescentam que "essas atividades cada vez mais frequentes e desestabilizadoras estão aumentando as tensões entre os dois lados do Estreito e colocando em risco a segurança e a prosperidade globais". A posição oficial do G7, de forma consensual, segue sendo o apelo pela preservação da paz e estabilidade no Estreito de Taiwan e a oposição a quaisquer ações unilaterais por meio de força e coerção. Os membros do grupo seguem incentivando a resolução pacífica por meio de um diálogo entre China e Taiwan[46] apesar do "pisar em ovos" para encontrar uma linguagem sobre o assunto diante da postura dificultadora de Donald Trump. No entanto, vale mencionar que a aproximação dos EUA com Taiwan se vale desde o governo de Joe Biden. Os Estados Unidos são o mais importante apoiador internacional e fornecedor de armas de Taiwan, apesar da falta de laços diplomáticos formais com a ilha. Porém, Biden já veio a público afirmar que não apoia a independência de Taiwan e que os dois líderes, Xi Jinping e Lai Ching-te, presidente da ilha, devem se esforçar para que a tensão não se torne um conflito[47].

Na última quinzena, o *Think* 7, grupo de *think tanks* ligados ao G7, emitiram alguns documentos frutos das quatro forças-tarefas: 1) Tecnologias transformadoras - IA e quântica; 2) Digitalização da economia global; 3) Meio ambiente, energia e desenvolvimento sustentável; 4) Paz global e segurança. Podemos dar destaque a um artigo publicado no âmbito da força-tarefa 3, intitulado: "*Securing the Future: Climate Change and Energy Security Risks and the G7's Role"*, na tradução livre: "Garantindo o Futuro: Mudança Climática e Riscos de Segurança Energética e o Papel do G7". O trabalho discorre sobre o impacto das mudanças climáticas na segurança nacional e humana dentro e fora dos países-membros do G7, especialmente em regiões mais

[44] G7 chair Canada speaks to Japan, EU about market stability. REUTERS. 2025. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/japan-canada-agree-cooperate-market-stability-2025-04-09/>. Acesso em: 13/04/2025.

[45] China realiza manobras militares ao redor de Taiwan como 'aviso' a separatistas. G1. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/03/31/china-realiza-manobras-militares-ao-redor-de-taiwan.ghtml>. Acesso em: 13/04/2025.

[46] G7 FOREIGN MINISTERS' STATEMENT ON CHINA'S LARGE-SCALE MILITARY DRILLS AROUND TAIWAN. G7. CANADÁ. Disponível em: <https://cdn-ca.aglty.io/ea689367/Attachments/NewItems/pdf/g7-fm-stm-china-taiwan-en.pdf>. Acesso em: 13/04/2025.

[47] Após vitória de partido contrário à unificação com a China, Biden diz que não apoiará independência de Taiwan. G1. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/01/13/apos-vitoria-de-partido-contrario-a-unificacao-com-a-china-biden-diz-que-nao-apoiara-independencia-de-taiwan.ghtml>. Acesso em: 13/04/2025.

vulnerabilizadas, que passam por insegurança alimentar, hídrica, competição por recursos e subsistência e deslocamento comprometidos. De acordo com os autores, os países do G7 devem conciliar a necessidade de segurança energética com as metas climáticas globais, equilibrando a garantia de cadeiras de suprimento de minerais essenciais e a aceleração da transição energética e da descarbonização. O artigo defende que os minerais essenciais são fundamentais para geopolítica devido a sua distribuição e concentração desiguais e sugere aos membros do G7 que fortaleçam os seus laços diplomáticos e comerciais a fim de reduzir os riscos geopolíticos e promover práticas de extração sustentável em nível global. Ainda, que façam isso de forma alinhada com o G20. Os autores recomendam o investimento em pesquisa, educação e iniciativas de capacitação para regiões vulneráveis a enfrentar os riscos climáticos de forma eficaz. Por fim, os autores defendem que o G7 deve manter os compromissos de justiça climática com o Sul Global para fortalecer o multilateralismo e a solidariedade internacional[48].

Já no âmbito da força-tarefa 4, o artigo "AI and Global Security: From Early Warning to AI-Assisted Diplomacy", na tradução-livre "IA e Segurança Global: do Alerta Precoce à Diplomacia Assistida por IA" se destaca. O trabalho traz a perspectiva otimista sobre soluções orientadas por IA no aprimoramento dos esforços de paz e segurança. Segundo os autores, há um potencial a se explorar quanto à prevenção de conflitos, sistemas de alerta e diplomacia assistida por IA. O artigo versa sobre a necessidade de se haver uma vontade política para superar o vácuo entre o alerta e a resposta. Para isso, indica investimentos no aprimoramento de mecanismos de compartilhamento de dados, integração de ferramentas de IA na tomada de decisões e promoção da colaboração entre governos, setor privado e sociedade civil. Um exemplo sugerido seria uma força-tarefa para reunir especialistas de diferentes grupos de trabalho, além de atores da mediação e da sociedade civil, para antecipar a escalada de conflitos e coordenar respostas diplomáticas de forma mais eficaz. Outra recomendação seria a criação de uma rede multissetorial para analisar alertas gerados por IA, estabelecer protocolos e canais de comunicação para respostas rápidas a crises, e envolver ONGs na validação de sinais iniciais e implementação de intervenções locais para a redução de tensões e prevenção de conflitos[49]. Entre os dias 31 e março e 01 de abril foram 15 artigos publicados por autores das 4 forças-tarefas mencionadas que podem ser acessados no site do Think 7[50].

OCDE –

No início do mês de abril de 2025, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou a publicação *"OECD Regulatory Policy Outlook 2025"*[51], o mais

[48] Securing the Future: Climate Change and Energy Security Risks and the G7's Role. THINK 7. 2025. Disponível em: <https://www.think7.org/publications/securing-the-future-climate-change-and-energy-security-risks-and-the-g7s-role/>. Acesso em: 13/04/2025.

[49] AI and Global Security: From Early Warning to AI-Assisted Diplomacy. THINK 7. 2025. Disponível em: <https://www.think7.org/publications/ai-and-global-security-from-early-warning-to-ai-assisted-diplomacy/>. Acesso em: 13/04/2025.

[50] Publications. THINK 7. 2025. Disponível em: <https://www.think7.org/publications/>. Acesso em: 13/04/2025.

[51] OCDE. OECD Regulatory Policy Outlook 2025. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/56b60e39-en.

recente relatório oriundo de seu programa de pesquisa e análise sobre políticas regulatórias internacionais e governança.

Comumente lançado entre os intervalos de três a quatro anos, a iniciativa reúne informações exclusivas da pesquisa da organização sobre esforços e políticas governamentais implementados nos participantes da própria OCDE que visam otimizar a qualidade regulatória e governança dos países e de suas boas práticas no assunto, focando em sinalizar e guiar como governos podem regular eficientemente para a população, para o planeta e para o futuro.

A quarta edição do relatório periódico, nesse sentido, oferece os mais recentes dados dos avanços e atualizações que os governos fizeram desde 2021 (ano de sua última publicação) voltados para promover seus objetivos políticos no tange as regulamentações e práticas regulatórias, enquanto eles procuram também adaptar-se aos desafiantes e rápidos avanços tecnológicos e aos contextos políticos em constante evolução. Diante de tal conjuntura, o estudo sinaliza fortemente que os Estados precisam renovar seus esforços para projetar, fornecer e revisar melhor as normas a fim de auxiliar a liberar o potencial para todos e, ao mesmo tempo, tratar dos riscos sociais, além de atualizar sua capacidade e suas ferramentas para obter melhores resultados – o que inclui aperfeiçoar a forma como os países regulamentam e realizam a reforma regulatória.

O documento ainda busca identificar oportunidades para reduzir regulamentações entendidas como desnecessárias e, concomitantemente, garantir que as estruturas regulatórias se concentrem em melhores resultados para os indivíduos e que contribuam para um ambiente político que apoie a inovação e um crescimento forte e sustentável. Outro aspecto de interessante destaque no relatório é em relação ao papel dos Estados e suas práticas em aumentar e fortalecer a confiança no próprio governo e em suas regulamentações e suas políticas relacionadas, vistas comumente negativamente como onerosos fardos, e, para tal, o documento recomenda que os formuladores de políticas busquem elaborar e revisar as regras com tal preocupação em mente[52].

Avalia-se, então, que a reforma regulatória pode vir a apoiar a criação de regras mais eficazes para as pessoas, o planeta e o futuro – sendo os três os pontos centrais na divisão das seções do extenso documento. Ademais, o relatório fornece perfis dos países participantes da pesquisa, acompanhando seu recente progresso e enfatizando as áreas que poderiam ser aperfeiçoadas nos sistemas e processos regulatórios dos membros da OCDE.

Paralelamente, ainda no decorrer do período de análise deste informe, a OCDE permaneceu a continuamente adicionar títulos, recursos e documentos próprios em seu acervo e biblioteca virtual, sendo, dentre tal mundo de recentes acréscimos, dois deles são aqui ressaltados.

[52] OCDE. Simpler, more streamlined and smarter regulations are required to address evolving policy challenges. OECD [Internet]. 2025 Apr 09 [cited 2025 Apr 11]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2025/04/simpler-more-streamlined-and-smarter-regulations-are-required-to-address-evolving-policy-challenges.html.

O primeiro deles é estudo alcunhado *"Promoting good mental health in children and young adults: Best practices in public health"*[53], apoiado pela Comissão Europeia. Se debruçando sobre a discussão de saúde mental de crianças e jovens e seus efeitos na saúde pública na região europeia, especialmente sobre a depressão e a ansiedade em tal público, o relatório aponta que os sintomas de tais questões de saúde mental podem, muitas vezes, não ser devidamente reconhecidos e, sem uma intervenção oportuna, os quadros leves ou moderados podem vir a se converter em transtornos mais graves.

Desse modo, a pesquisa identifica e analisa onze práticas e programas europeus recomendados para auxiliar na prevenção de problemas de saúde mental e na promoção de uma boa saúde mental para a jovem população, buscando estimular os formuladores de políticas estratégias eficazes para salvaguardar a saúde mental das gerações futuras, aprimorar seu bem-estar, produtividade e sua prosperidade a longo prazo.

Outro destaque foi o estudo *"Comparability of economic growth estimates during COVID-19: Do different methods for measuring non-market output affect international comparability?"*[54], realizado em conjunto com o órgão governamental britânico *Office for National Statistics*, volta sua atenção para os impactos da pandemia da Covid-19 na economia global, mais especificamente nas taxas de crescimento econômico. Baseando-se em dados de um pequeno grupo de países, concentrando-se nos resultados até o ano de 2023, e utilizando uma análise de regressão e análises de variância, a análise revela que o método de estimativa adotado para medir as estimativas de volume de serviços de saúde não mercantis afetou a comparabilidade entre países do valor agregado bruto do setor de saúde durante os anos da Covid-19.

Contudo, não foram encontrados resultados semelhantes para os serviços de educação, nem para o crescimento econômico total, o que sugere que as diferenças nos métodos de produção não mercantil não afetaram a comparabilidade internacional em um nível agregado.

Por fim, no que se refere às atualizações da entidade internacional de seus mapeamentos e pesquisas estatísticas periódicas acerca da economia mundial, observa-se que foram divulgados apenas um de seus índices no ínterim desta quinzena.

Relativo ao seu acompanhamento sobre taxas de consumo e a inflação internacional, medido pelo Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)[55], agora com dados referentes ao mês de fevereiro de 2025, a pesquisa constatou que a inflação anual na

[53] OCDE. Promoting good mental health in children and young adults: Best practices in public health. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 11]. Available from: https://doi.org/10.1787/ebb8aa47-en.

[54] Dkhissi R, Ferrari SS, Zwijnenburg J. Comparability of economic growth estimates during COVID-19: Do different methods for measuring non-market output affect international comparability? OECD Statistics Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2025 [cited 2025 Apr 11];2025/02. Available from: https://doi.org/10.1787/c04e5aeb-en.

[55] OCDE. OECD headline inflation slows slightly to 4.5% in February 2025. OECD [Internet]. 2025 Apr 03 [cited 2025 Apr 11]. Available from: https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2025/04/consumer-prices-oecd-updated-3-april-2025.html.

OCDE apresentou uma desaceleração dos 4,7% em janeiro para 4,5% no segundo mês do ano, com a inflação diminuindo em 15 dos 38 países participantes do grupo e permanecendo estável ou praticamente estável em 15. Em contrapartida, o índice econômico elevou-se em 8 países, especialmente nos casos da Estônia e da Noruega, que tiveram aumentos superiores a 1,0 ponto porcentual.

Paralelamente, a inflação anual de energia da OCDE recuou de 4,0% em janeiro para 3,6% em fevereiro, diminuindo em 23 países da OCDE e subindo em 12, enquanto a inflação de alimentos manteve-se estável, apesar de registro de altas em 24 países e queda em apenas 6, devido, em parte, a uma queda acentuada no desempenho na Turquia.

Em relação aos dados coletados sobre inflação anual nos países do G7, notou-se que a inflação desacelerou e atingiu 2,7% em fevereiro, ante 2,9% em janeiro. Na zona do Euro, a inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor (*Harmonised Index of Consumer Prices*, em inglês) foi de 2,3% após os 2,5% em janeiro, impulsionada principalmente por uma queda na inflação de energia. No G20, a inflação caiu para 4,3%, atingindo assim seu nível mais baixo desde maio de 2021.

Agendas de BRICS: Rede de Pesquisa em Saúde Pública, Reunião Ministerial de Meio Ambiente e moeda alternativa

BRICS Agendas: Network of Reseach in Public Health, Environment Ministerial Meeting and an alternative currency

Claudia Hoirisch

Abstract: *The BRICS Network of Public Health Institutes will hold its first meeting on April 15, under the Brazilian presidency, this year. The Network's objective is to strengthen the health systems of the BRICS countries in priority areas, including primary health care; access to medicines, vaccines, diagnostic tests and health supplies; health promotion and education; disease prevention, with an emphasis on National Immunization Plans; actions to combat Socially Determined Diseases; food security and hunger eradication; digital health and telehealth; and other areas identified as being of interest to the BRICS members. Looking north, president Trump warned BRICS countries in January against replacing the US dollar as their reserve currency, repeating the threat of 100% tariffs, he made weeks after winning last November's presidential election. He then shouted to the group: "If you look for alternatives to the dollar, we will hit you with tariffs not of 100%, but of 150%. The American president uses tariffs under the guise of "national interest". On March 28, American officials warned the president that this action would reduce the GDP of all countries, including the United States, and that it would explode inflation in the country. The president has used this same tariff tactic before against Europe, China and Canada, but this is the first time he is targeting a bloc. Instead of "divide and rule", the president's strategy is "if you (BRICS) unite, I will attack you as a whole". In other words, Trump wants to undermine not only multilateralism, but plurilateralism as well. The BRICS have created the New Development Bank and a currency stabilization scheme, the BRICS Contingent Reserve Arrangement (CRA). The group is now exploring the establishment of a common BRICS payment system as an alternative to SWIFT, a common currency and its own common central bank digital currency. Creating a currency takes time. In 2022–2023, BRICS countries exported about $1.05 trillion worth of goods to the United States, with China accounting for roughly 73% of those exports. Now it is time to Brazil and other BRICS countries seize the moment to move even closer to each other. The trade gap between Brazil and the BRICS, for example, has been narrowing since the bloc was founded 16 years ago, and as of 2018, the country has exported more to BRICS members than to the US and EU combined. The intra-BRICS trade of the original members has grown considerably over the years. In three months, the BRICS negotiating table may address something that would be unlikely to happen oneday for Donald Trump: the abandonment of the BRICS, which dominates 24% of world trade, and the adoption of a common currency, moving away from the dollar, as the European Union did at the end of the last century with the creation of the euro (1999/2002). This is because a common currency among the BRICS countries could gain momentum at the next BRICS Summit, to be held on July 6 and 7 in Rio de Janeiro. Trump's bets were very risky. In addition to interrupting the global trade production chains, which could result in a global recession, the measures could undermine confidence in the partnership with the United States (which does not respect the UN and the WTO) and lead to the dollar flight as an exchange currency.*

Keywords: *BRICS. 1st Meeting of the BRICS Network of Public Health Institutes. De-dollarization. Trump. Increase tariffs on products. Reduction of American debt. Intra-BRICS trade. BRICS Summit. BRICS currency. Common payment system.*

Resumo: A Rede de Institutos de Saúde Pública dos BRICS realizará seu 1º encontro em 15/4, sob a presidência brasileira neste ano. O objetivo da Rede é fortalecer os sistemas de saúde dos países do BRICS em áreas prioritárias, incluindo atenção primária à saúde; acesso a medicamentos, vacinas, testes diagnósticos e insumos de saúde; promoção e educação em saúde; prevenção de doenças, com ênfase nos Planos Nacionais de Imunização; ações de combate a Doenças Socialmente Determinadas; segurança alimentar e erradicação da fome; saúde digital e telessaúde; e outras áreas identificadas como de interesse dos membros do BRICS. Mirando agora para o norte, o presidente Trump alertou os países BRICS em janeiro sobre a substituição do dólar americano como moeda de reserva, repetindo a ameaça de tarifas de 100% que ele havia feito semanas após vencer as eleições presidenciais de novembro do ano passado. Depois bradou para o grupo: "se vocês procurarem por alternativas ao dolar, iremos golpeá-los com tarifas não de 100%, mas 150%. O presidente americano usa tarifas sob o disfarce de "interesse nacional". Em 28 de março, funcionários americanos alertaram o presidente que essa atitude iria diminuir o PIB de todos os países, inclusive dos EUA e que iria explodir a inflação no país. O presidente já usou antes essa mesma tática tarifária contra Europa, China e Canadá, mas essa é a primeira vez que ele está mirando um bloco. Ao invés de "dividir e governar", a estratégia do presidente é "se vocês (BRICS) se unirem, irei atacá-los como um todo". Ou seja, Trump deseja não apenas minar o multilateralismo, mas o plurilateralismo também. Os BRICS criaram o Novo Banco de Desenvolvimento e um esquema de estabilização de moeda, o BRICS Contingent Reserve Arrangement (CRA). Agora, o grupo está explorando o estabelecimento de um sistema de pagamento comum dos BRICS como uma alternativa ao SWIFT, uma moeda comum e sua própria moeda digital comum dos bancos centrais. A criação de uma moeda leva tempo. Em 2022–2023, os países do BRICS exportaram US$1.05 trilhão de bens para os EUA, Sendo que a China foi responsável por 73% dessas exportações. Esse é o momento para o Brasil e outros BRICS se aproximarem ainda mais uns dos outros. A distância comercial entre o Brasil e os BRICS por exemplo, vem diminuindo desde a fundação do bloco, há 16 anos, e, desde 2018, o país já exporta mais para os membros do grupo do que para os EUA e UE somados. O comércio intra-BRICS dos membros originais cresceu consideravelmente ao longo dos anos. Daqui a três meses a mesa de negociações do BRICS pode ter como tema algo que hoje seria improvável de acontecer para Donald Trump: o abandono do BRICS que domina 24% do comércio mundial e a adoção de uma moeda comum, fugindo ao dólar, como fez a União Europeia no fim do século passado com a criação do euro (1999/2002). Isso porque uma moeda comum entre os países do BRICS, pode ganhar impulso na próxima Cúpula dos BRICS a ser realizada em 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro. As apostas de Trump foram muito arriscadas. Além de interromper as cadeias produtivas do comércio global, que pode resultar em recessão mundial, as medidas podem minar a confiança na parceria com os Estados Unidos (que não respeitam a ONU e a OMC) e levar à fuga do dólar como moeda de troca.

Palavras-chave: BRICS. 1º Encontro da Rede de Institutos de Saúde Pública dos BRICS. Desdolarização. Trump. Aumento tarifas sobre produtos. Tarifaço. Redução da dívida americana. Comércio intra-BRICS. Cúpula dos BRICS. Moeda dos BRICS. Sistema de pagamento comum.

A Rede de Pesquisa em Saúde Pública dos BRICS realizará seu 1º encontro em 15/4, sob a presidência brasileira neste ano

O objetivo da Rede é fortalecer os sistemas de saúde dos países do BRICS em áreas prioritárias, incluindo atenção primária à saúde; acesso a medicamentos, vacinas, testes diagnósticos e insumos de saúde; promoção e educação em saúde; prevenção de doenças, com ênfase nos Planos Nacionais de Imunização; ações de combate a Doenças Socialmente Determinadas; segurança alimentar e erradicação da fome; saúde digital e telessaúde, e outras áreas identificadas como de interesse dos membros do BRICS. A Fiocruz e a Aisa estão organizando o encontro.

Tarifaço de Trump reforça moeda dos BRICS

O derretimento do dólar diante das principais moedas foi o resultado do "tarifaço" do governo americano, anunciado pelo presidente Donald Trump no inicio de abril. Em decorrencia do anúncio, o euro subiu 2,33% ante o dólar e o real valorizou mais de 1,7%, fazendo a cotação chegar a R$ 5,6 por dólar, a menor desde 10 de outubro de 2024.

As bolsas de valores despencaram, assim como as cotações das commodities – expressas em dólar: o barril do petróleo (Brent) - 7% a US$ 69,60 para o contrato de entrega em junho; o ouro - 0,525, o contrato C do Café em Nova Iorque - 1,88%, o do algodão - 4,42%, o de suco de laranja - 6%, o de boi gordo - 0,90% e o de soja -0,91%.

Brasil foi atingido por tarifa básica de 10%

Além do resultado imediato – o Brasil[56] foi atingido por uma tarifa de 10% nas suas exportações (mantidas as tarifas mais elevadas para aço, alumínio e automóveis), a perda de confiança nos EUA como parceiro comercial pode levar à maior concentração de negócios entre os demais parceiros e impulsionar o abandono do dólar como moeda de referência nos contratos comerciais[57].

O Brasil tem uma participação pequena nas importações realizadas pelos Estados Unidos. Apenas 1,3% das compras norte-americanas eram provenientes do Brasil em 2024[58]. Essa proporção é consideravelmente menor do que a de outros países. México (15,5%), China (13,4%) e Canadá (12,6%) são as maiores origens das importações dos EUA. Juntos, concentram 41,5% do total.

O Brasil é a 18ª origem de importações realizadas pelos EUA. Está próximo de países asiáticos, como a Malásia e Cingapura. Em termos nominais, os Estados Unidos importaram US$ 42,3 bilhões em produtos brasileiros em 2024. Só México, China e Canadá concentram US$ 1,36 trilhão[59] do total de US$ 3,3 trilhões importado pelos EUA em 2024.

[56] A porcentagem menor que a dos concorrentes poderia servir como uma forma de ampliar a participação do Brasil no mercado norte-americano. Haveria, de acordo com a avaliação, uma vantagem competitiva.

[57] https://www.jb.com.br/colunistas/o-outro-lado-da-moeda/2025/04/1054983-tarifaco-de-trump-reforca-moeda-dos-brics.html

[58] https://www.poder360.com.br/poder-economia/so-13-das-importacoes-dos-estados-unidos-vem-do-brasil/

[59] https://www.poder360.com.br/poder-economia/so-13-das-importacoes-dos-estados-unidos-vem-do-brasil/

Importações do Brasil

Os Estados Unidos são a 2ª maior origem das importações realizadas pelo Brasil, com uma participação de 15,46%; perde só para a China, que tem uma fatia de 24,2%. Os dados são do governo federal.

Brasil vende mais aos BRICS do que EUA e UE juntos, e tendência é aumentar, dizem especialistas

A taxação de 10% dos produtos brasileiros afeta a venda de aviões e o agronegócio (mas os EUA não detalharam a lista do Brasil). Aço, alumínio e automóveis foram recém taxados em 25%. Cabe espaço para a negociação bilateral.

Entre os motivos que levaram Donald Trump a taxar produtos brasileiros em 10%, está o fato de os UA terem relação comercial superavitária com o Brasil, ou seja, exportam mais para o Brasil do que importam, em valor agregado.

Mas a realidade é que a distância comercial entre o Brasil e os BRICS diminuiu desde a fundação do bloco, há 16 anos, e, desde 2018, o país já exporta mais para os membros do grupo do que para os EUA e UE somados. Em 2023, as exportações brasileiras para norte-americanos e europeus somaram US$ 83,2 bilhões, enquanto as vendas aos países do BRICS totalizaram US$ 123 bilhões[60].

Os principais produtos exportados pelo Brasil para o BRICS são soja, petróleo, ferro e carne bovina. Os principais produtos importados pelo Brasil do BRICS são adubos e fertilizantes, válvulas e diodos, produtos químicos e produtos de telecomunicação.

Já a corrente comercial (exportações + importações) do Brasil em 2024 alcançou US$ 600 bilhões, desse total, US$ 184,6 bilhões foram com países que integram o BRICS, o que representa 30,8% do comércio exterior brasileiro[61].

Futura moeda comum dos BRICS?

A discussão de uma moeda comum (a exemplo da criação do euro, em 1999/2002) entre os países do BRICS, pode ganhar impulso na próxima Cúpula dos BRICS a ser realizada em 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro.

O bloco tem hoje 11 membros plenos enquanto Belarussia, Bolívia, Cuba, Cazaquistão, Malásia, Tailândia, Uganda e Uzbequistão são parceiros. Em 2024 cerca de 30 países haviam pedido ingresso no grupo.

Crise entre EUA e China abre espaço para Brasil e outros BRICS se aproximarem

A nova escalada nas tensões comerciais entre Estados Unidos e China, impulsionada pelas declarações de Donald Trump sobre a intenção de aplicar tarifas mais severas contra a China, reacendeu o debate sobre os impactos dessa disputa na economia global.

[60] https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasil-vende-mais-para-brics-do-que-eua-e-ue-juntos-e-tendencia-e-aumentar-dizem-especialistas/

[61] https://monitormercantil.com.br/brics-ja-representa-1-3-do-comercio-exterior-brasileiro/

Diante da instabilidade gerada pelos EUA – que não consegue cumprir sua palavra e ataca os interesses comerciais brasileiros, de países parceiros e outros países –, o Brasil e outros BRICS deveriam aproveitar o momento para se aproximar ainda mais uns dos outros.

Daqui a três meses a mesa de negociações do BRICS pode ter como tema um dos principais temores de Donald Trump: o abandono do BRICS que domina 24% do comércio mundial[62]e a adoção de uma moeda comum, fugindo ao dólar, como fez a União Europeia no fim do século passado com a criação do euro (1999/2002). A moeda comum entre os países do BRICS, pode ganhar impulso na próxima Cúpula dos BRICS a ser realizada em 6 e 7 de julho no Rio de Janeiro.

As apostas de Trump foram muito arriscadas. Além de interromper as cadeias produtivas do comércio global, que pode resultar em recessão mundial, as medidas podem minar a confiança na parceria com os Estados Unidos (que não respeitam a ONU e a OMC) e levar à fuga do dólar como moeda de troca.

Comentários

Está claro que Trump não possui qualquer teoria econômica que sustente o que ele está fazendo. O mais impressionante para economistas como Joseph Stiglitz e para aqueles que estão do outro lado das negociações, é que não há como negociar, pois Trump não é um negociador comum. Normalmente, o outro lado sabe o que deseja, existe uma teoria sobre como o comércio funciona mas nesse caso, não é assim que as coisas tem funcionado. Estamos vivendo em um mundo distinto. Exemplo disso, é que o presidente Trump acha que os déficits comerciais de bens, por sí só, refletem que os países estão tratando os EUA de forma injusta. Ele pensa que isto se baseia na premissa que os EUA são melhores que qualquer outro país, então as pessoas deveriam estar comprando mais bens dos EUA do que os EUA compram de outros países. Mas estamos no seculo XXI e não onde estávamos em 1950. Atualmente, os serviços se configuram na maior parte da economia americana; enquanto a produção de bens manufaturados representa apenas 9-10%. Isso significa que o setor econômico americano importante é o de serviços, sob a forma de viagens e turismo, educação e serviços de saúde. Mas o que Trump vem fazendo na últimas semanas é devastar o sistema educacional americano e a forma que tem tratado aqueles que tentam entrar no país com passaportes e vistos válidos, na medida em vem desencorajando o turismo. Ele está decidido a prejudicar um dos principais setores de serviços, o de educação e turismo. De nada adiantará tentar trazer a indústria de volta; a América não possui mais a logística, a cadeia de suprimentos necessária para trazer de volta os complexos produtos manufaturados, além do que, a produção moderna está baseada na robótica. Então, mesmo que tragam a produção de volta, os americanos não terão muitos trabalhos. A imagem que o presidente tem, de trazer seus cidadãos de volta para 1950, nunca irá acontecer e seus trabalhadores não serão capazes de produzir o que os americanos desejam.

[62] https://brics.br/pt-br/noticias/brics-e-um-canal-de-dialogo-e-espaco-para-defender-mundo-multipolar

Países BRICS reafirmam urgência de combate a mudanças climáticas e declaração final de ministros enfatiza importância do multilateralismo

Figura 1 - *André Corrêa do Lago, presidente da COP30, participou na abertura da reunião ministerial de Meio Ambiente do BRICS, ao lado da ministra Marina Silva, no MRE (Itamaraty).*

Foto: Isabella Castilho/BRICS Brasil

Os países do BRICS reafirmaram seu compromisso com a cooperação ambiental multilateral e o desenvolvimento sustentável numa Declaração do Grupo de Trabalho sobre Meio Ambiente[63]. O documento, aprovado por consenso em reunião ministerial na sede do MRE, em Brasília, destaca a necessidade urgente de enfrentar desafios ambientais de maneira colaborativa e baseada na ciência.

Durante a reunião, os ministros do Meio Ambiente dos BRICS debateram quatro temas que constam da Declaração conjunta: poluição por plástico e gestão de resíduos; desertificação, degradação da terra e seca; preservação, restauração e valoração dos serviços ecossistêmicos e a liderança coletiva para o clima: sinergias com a Agenda 2030 – plano de ação global definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que estabelece 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas interconectadas.

Os onze países-membros do BRICS reafirmaram dia 3/4, em Brasília, o compromisso de ampliar as ações para o enfrentamento das consequências das mudanças climáticas globais

O compromisso está descrito na declaração conjunta[64] resultante da 11ª reunião dos ministros de Meio Ambiente do bloco. “Reafirmamos nosso firme compromisso de ampliar ações urgentes para enfrentar os desafios impostos pela mudança do clima, perda de biodiversidade, desertificação, degradação da terra, seca e poluição, entre outros”, declaram os signatários do texto, acrescentando que “a erradicação da pobreza em todas as suas formas e

[63] BRICS ENVIRONMENT WORKING GROUP (EWG). JOINT STATEMENT OF THE 11TH BRICS ENVIRONMENT MINISTERS MEETING. Advancing Environmental Cooperation amongst BRICS towards Sustainable Development and a Just Transition for All.

[64] https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/declaracao-conjunta-da-11a-reuniao-de-ministros-de-meio-ambiente-do-brics

dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável".

No caso dos combustíveis fósseis, fonte de cerca de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa, a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva disse que é "inadiável" e "urgente" desenvolvermos um plano global que nos leve, de maneira justa e ordenada, para o fim da dependência que o mundo ainda tem dessa fonte de geração de energia[65].

Marina já tinha defendido a necessidade de fazer um "mapa do caminho" para o fim desses combustíveis e do desmatamento, destacando a importância de uma transição ecológica que beneficie o meio ambiente[66].

Dos países do BRICS, apenas Brasil e Emirados Árabes já apresentaram oficialmente suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs)[67]. O prazo para que as demais nações apresentem seus planos termina em setembro[68].

O valor de US$ 1,3 trilhão por ano a partir de 2035 foi proposto em rascunhos do Acordo da COP29, mas o valor acordado foi de US$ 300 bilhões. Esse valor é menor do que o necessário para que os países em desenvolvimento possam enfrentar a crise climática. Para que a captação dos recursos aconteça, Corrêa do Lago pontua que um relatório estruturado com apoio do Ministério da Fazenda será produzido em parceria com o governo azerbaijanês, como presidente da COP29. Só após isso ele será negociado com as nações desenvolvidas.

Mas o Embaixador André Corrêa do Lago mencionou novas formas de financiamento climático e negou que a quantia sairá do orçamento das nações desenvolvidas para as em desenvolvimento[69]. Mencionou ideias paralelas ao financiamento climático tradicional, algumas delas, seriam desenvolvidas por grupos que estudam a taxação de petróleo e de aviação, por exemplo, para que não seja apenas uma transferência direta dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento.

Para Corrêa do Lago, todos esses movimentos estão abrindo certos caminhos que estamos explorando para ver como poderíamos chegar ao US$ 1,3 trilhão.

---

65 https://www.cnnbrasil.com.br/politica/em-agenda-dos-brics-marina-faz-apelo-por-transicao-energetica-inadiavel/

66 https://www.cnnbrasil.com.br/politica/marina-silva-quer-mapa-do-caminho-para-fim-de-combustiveis-fosseis/

67 Nas quais cada nação estabelece sua meta e estratégia para reduzir a emissão de gases de efeito estufa até 2035

68 https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-04/paises-do-brics-reafirmam-urgencia-de-combate-mudancas-climaticas

69 https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/presidente-da-cop30-us-13-tri-nao-saira-do-bolso-de-paises-desenvolvidos/

Vamos sozinhos ou nos ajudamos?
O dilema da região frente aos desafios conjunturais

¿Vamos solos o nos ayudamos mutuamente?
El dilema de la región ante los retos coyunturales

Samia de Brito Franco
Miryam Minayo
Sebastián Tobar

Resumo: Em um cenário internacional marcado pelo aprofundamento da crise do multilateralismo, o relatório desta quinzena, traz dois grandes eventos regionais com espaços próprios de coordenação política e cooperação regional: A VIII Reunião do Fórum de Países Latino-Americanos sobre o Desenvolvimento Sustentável, organizado pela CEPAL, e a XI Cúpula de Chefes de Estado da CELAC. Esses dois importantes encontros parecem renovar apostas na cooperação regional como caminho para ampliar a voz da América Latina e do Caribe no âmbito das pautas globais atuais. Neste relatório, exploramos esses dois eventos e trazemos uma síntese analítica do que foi discutido e consensuado. Trazemos também a reunião de Chanceleres do Mercosul, a assunção da presidência do Conselho Permanente da OEA pelo Brasil e as eleições no Equador, que renovou o mandato do atual Presidente Daniel Noboa.

Palavras-chave: CEPAL, CELAC, MERCOSUL, ODS, integração regional

Resumen: En un escenario internacional marcado por el agravamiento de la crisis del multilateralismo, el informe de esta quincena presenta dos grandes eventos regionales con espacios propios de coordinación política y cooperación regional: la VIII Reunión del Foro de los Países de América Latina y el Caribe sobre el Desarrollo Sostenible, organizada por la CEPAL, y la XI Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la CELAC. Estos dos importantes encuentros parecen renovar la apuesta por la cooperación regional como vía para amplificar la voz de América Latina y el Caribe en el marco de las agendas globales actuales. En este informe, exploramos ambos eventos y ofrecemos una síntesis analítica de lo discutido y consensuado. También abordamos la reunión de Cancilleres del Mercosur, la asunción por parte de Brasil de la presidencia del Consejo Permanente de la OEA, y las elecciones en Ecuador, que renovaron el mandato del actual presidente Daniel Noboa.

Palabras clave: CEPAL, CELAC, MERCOSUR, ODS, integración regional

Apresentação

Em um contexto internacional marcado pela crise do multilateralismo, pela intensificação das desigualdades e pelos efeitos duradouros das múltiplas crises sanitárias, climáticas, econômicas e geopolíticas, a América Latina e o Caribe têm buscado reafirmar espaços próprios de coordenação política e cooperação regional.

Dois momentos recentes ilustram essa tentativa de reposicionamento regional: a XI Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e a oitava edição

do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável, encerrado dia 4 de abril na sede da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em Santiago.

Sob uma ótica otimista, ambos os encontros evidenciam não apenas a vitalidade desses fóruns como instâncias estratégicas de diálogo político e formulação de consensos, mas também a disposição dos países da região em enfrentar, de forma coordenada, os desafios estruturais que limitam seu desenvolvimento.

Tanto a Cúpula da CELAC quanto o Fórum da CEPAL reafirmaram, com diferentes enfoques, a centralidade da integração regional e a necessidade da cooperação multilateral para a superação das crises comuns. A XI Cúpula destacou a importância de uma agenda latino-americana unificada frente ao contexto geopolítico global, impulsionando iniciativas concretas em áreas como soberania sanitária, segurança alimentar, transição energética e governança digital. Já o Fórum da CEPAL, com a participação de representantes de governos, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais, reforçou a urgência de acelerar os esforços rumo ao cumprimento da Agenda 2030, diante dos dados alarmantes apresentados no novo relatório regional. Em ambos os casos, o consenso político obtido — materializado nos documentos finais — aponta para uma renovada aposta na cooperação regional como caminho para ampliar a voz da América Latina e do Caribe no cenário internacional, fortalecer suas capacidades internas e construir respostas mais eficazes e inclusivas aos desafios do desenvolvimento sustentável.

Resta saber, contudo, se esses compromissos expressos em declarações conjuntas se traduzirão em ações concretas e duradouras, ou se permanecerão como exercícios retóricos, assinados em papel molhado, incapazes de reverter os retrocessos e fragmentações que ainda desafiam a integração regional. O verdadeiro teste será a capacidade dos países de sustentar essa vontade política diante de pressões internas e externas, avançando de forma coordenada e consistente.

CEPAL: VIII Reunião do Fórum dos Países da América Latina e Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável

Com a participação de altos representantes do governo, organizações da sociedade civil, academia, setor privado e organizações multilaterais, a Oitava Reunião do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável foi realizada de 31 de março a 4 de abril em Santiago, Chile.

O Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre o Desenvolvimento Sustentável é um mecanismo regional estabelecido em 2016, durante a reunião da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) realizada no México. Criado como parte da arquitetura de seguimento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o Fórum tem como principal objetivo proporcionar um espaço inclusivo, intergovernamental e multissetorial para o acompanhamento da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na região.

Coordenado pela CEPAL, em sua qualidade de secretariado técnico, o Fórum reúne anualmente governos, organismos do Sistema das Nações Unidas, instituições financeiras internacionais, setor privado, academia e organizações da sociedade civil. Através de diálogos políticos, análise de progresso e compartilhamento de boas práticas, o Fórum busca fortalecer

a cooperação regional, promover políticas públicas sustentáveis e responder de forma articulada aos desafios estruturais que afetam os países da América Latina e do Caribe, como a desigualdade, a pobreza e as vulnerabilidades econômicas e ambientais.

Desde sua criação, tem se consolidado como uma plataforma essencial para alinhar estratégias nacionais ao compromisso global da Agenda 2030, ao mesmo tempo em que considera as especificidades e assimetrias que marcam o desenvolvimento na região.

Na Reunião deste ano, que teve lugar na sede da CEPAL, em Santiago do Chile, as autoridades governamentais de alto nível da América Latina, do Caribe e de outras regiões do mundo, bem como funcionários e especialistas do Sistema das Nações Unidas, organizações internacionais e regionais, setor privado, academia e sociedade civil, se encontraram para analisar os progressos e os desafios para alcançar a Agenda 2030 na região, a cinco anos do prazo final.

Na ocasião, o Secretário Executivo da CEPAL apresentou o oitavo informe sobre os avanços e desafios regionais da Agenda 2030 na América Latina e no Caribe, intitulado *América Latina e o Caribe e a Agenda 2030 a cinco anos da meta: como gerir as transformações para acelerar o progresso*[70]*?* elaborado pela Comissão.

O documento aponta que, em 2024, a América Latina e o Caribe enfrentariam um cenário internacional turbulento, caracterizado por conflitos violentos em várias partes do mundo, crescentes tensões geopolíticas entre as principais potências econômicas e crescimento moderado da economia global. Até 2025, a região passará por rupturas geopolíticas e econômicas sob a nova administração dos EUA, com o risco de guerras comerciais, aprofundamento de rivalidades tecnológicas e industriais e uma reconfiguração de alianças geopolíticas marcadas por um forte retorno às esferas de influência entre as grandes potências.

Nesse sentido, o Oitavo informe destaca os múltiplos desafios — tanto internacionais quanto internos à região — que dificultam o avanço rumo ao cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além de traçar um panorama atualizado sobre as expectativas de alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o informe aprofunda a análise sobre os principais entraves e propõe alternativas de aceleração para cinco ODS prioritários: ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 5 (Igualdade de gênero), ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 14 (Vida na água) e ODS 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos).

O Relatório tem quatro capítulos e uma seção de conclusões: o **Capítulo 1** examina em detalhes a situação global e regional dos três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, social e ambiental. O **Capítulo 2** documenta o progresso da implementação dos ODS na região, levando em consideração as diferenças sub-regionais e os cenários prospectivos até 2030 (23% dos casos atingirão a meta até 2030; cerca de 41% das metas estão caminhando na direção certa, mas em ritmo insuficiente para atingir os níveis estabelecidos para seu cumprimento; e 36% não apresentaram progresso ou até mesmo regrediram em relação a 2015). O **Capítulo 3** analisa em detalhes o progresso e os desafios da implementação de cinco

[70] O documento pode ser acessado em: https://repositorio.cepal.org/entities/publication/87a3e992-7b2f-41e0-a02c-b95d1ff4ca01

Objetivos: ODS 3 (saúde e bem-estar)[71]; ODS 5 (igualdade de gênero); ODS 8 (trabalho decente e crescimento econômico); ODS 14 (vida na água) e ODS 17 (parcerias para os Objetivos). O estudo analisa a evolução nos últimos anos e oferece um diagnóstico baseado em dados, formulando propostas de medidas e políticas para acelerar o progresso, juntamente com exemplos de casos de sucesso. O **Capítulo 4** analisa o engajamento de partes interessadas não governamentais e outras na Agenda 2030. A sociedade civil, o setor privado, a academia, os governos locais e os parlamentos podem desempenhar um papel crucial na implementação e no monitoramento de medidas para acelerar a realização dos ODS por meio de um processo coordenado e sinérgico. Há necessidade de modelos de governança mais colaborativos e maior investimento em capacidades nacionais e locais para alcançar uma implementação eficaz de políticas. Destaca-se a importância de ter acesso a bancos de dados confiáveis e transparentes para melhorar a tomada de decisões. As principais **conclusões e recomendações** de políticas para acelerar a consecução dos ODS indicam que, apesar do progresso, a região deve fazer mudanças estruturais e maiores esforços políticos para atingir essa meta. Respostas inovadoras são necessárias para responder às perguntas sobre quais transformações estruturais são necessárias e como gerenciá-las. Ressalta-se a necessidade de adotar um modelo de governança proativo, fortalecer o investimento e implementar políticas de desenvolvimento produtivo, incluindo agendas de desenvolvimento produtivo em setores dinâmicos, políticas de proteção e cuidado social e sustentabilidade ambiental. Num quadro de parcerias fortes, de governação reforçada e de reforço das capacidades técnicas, operacionais, políticas e de futuro das instituições responsáveis, tudo apoiado pela necessária mobilização de financiamento de fontes internas e externas.

A CEPAL ressalta a importância de que todos os atores — governos, setor privado, sociedade civil e organismos internacionais — atuem de forma coordenada na adoção de novas estratégias transformadoras, voltadas a superar as armadilhas estruturais da região e acelerar o progresso rumo às metas da Agenda 2030.

O **Fórum** foi estruturado da seguinte forma:

31 de março: Reuniões iniciais, incluindo o mecanismo de participação da sociedade civil e o **Fórum de Jovens da América Latina e do Caribe**.

1º de abril: **Diálogos de ação global**, com foco nos compromissos globais de grandes conferências de 2025, tais como as conferências sobre financiamento para o desenvolvimento, Segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social e a COP 30 sobre as mudanças climáticas, além de uma sessão sobre o 30º aniversário da Conferência Mundial sobre a Mulher.

2 a 4 de abril: **Diálogos de ação regional**, iniciando com a apresentação do oitavo informe da CEPAL sobre os avanços e desafios regionais da Agenda 2030, seguido do intercâmbio de experiências sobre a implementação dos ODS escolhidos para esta edição.

[71] Em relação ao ODS 3, Saúde e Bem-estar, observa-se que a mortalidade infantil e neonatal foi reduzida e houve progresso no combate a doenças transmissíveis, como HIV/AIDS e malária. A mortalidade materna continua elevada; Seus números pioraram principalmente devido à pandemia da doença do coronavírus (COVID-19). A prevalência de doenças não transmissíveis e transtornos mentais, neurológicos e por uso de substâncias continua alta, exigindo o fortalecimento da atenção primária e a adoção de uma abordagem preventiva. Concluindo que apenas 3 das 12 metas para as quais existe informação serão cumpridas até 2030.

4 de abril: **Diálogos de ação nacional**, com sessões sobre experiências nacionais de sucesso e discussões sobre a preparação dos relatórios nacionais voluntários (VNR) que são apresentados no Fórum Político de Alto Nível da ONU. E, por fim, a cerimônia de encerramento conduzida por Jorge Rubio Correa, Diretor Geral de Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores do Peru, na qualidade de Presidente do Fórum de Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável; e José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A oitava reunião do Fórum teve início com um forte apelo à cooperação internacional, à ação conjunta e ao compromisso renovado com a Agenda 2030. Durante a abertura, o Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, enfatizou que nenhum ator social, por si só, será capaz de cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), destacando que, sem alianças e sem cooperação, não há como avançar.

Ao refletir sobre os dez anos desde a adoção da Agenda 2030, o Secretario Executivo da CEPAL Salazar-Xirinachs alertou[72] para os desafios econômicos e geopolíticos atuais — como o ressurgimento de tensões internacionais, a reconfiguração de alianças e os riscos ao sistema multilateral — e reconheceu que o progresso na região está aquém do necessário. Apesar disso, defendeu que ainda há espaço para otimismo, desde que sejam feitas mudanças estruturais profundas e que se aposte na inovação e na melhoria das formas de implementar políticas públicas. Dados da própria CEPAL indicam que menos de um quarto das metas da Agenda 2030 deverá ser alcançado na região nos próximos cinco anos, o que exige esforços adicionais significativos, inclusive na ampliação do financiamento, da cooperação regional e das parcerias multissetoriais.

O Fórum também foi descrito por autoridades regionais e internacionais como uma plataforma estratégica para o fortalecimento da coordenação entre países, o desenvolvimento de capacidades institucionais e a promoção do aprendizado entre pares. O Vice-Ministro do Peru, país anfitrião, destacou o papel do Fórum na construção de alianças e na articulação entre diversos atores — governos, agências da ONU, bancos de desenvolvimento, sociedade civil, academia e setor privado — para enfrentar conjuntamente os desafios do desenvolvimento sustentável.

Representantes da ONU reforçaram que este é um momento crítico para o multilateralismo, diante do atraso global na implementação dos ODS, e apontaram a liderança da América Latina e do Caribe nesse campo. Durante o primeiro dia, também foram iniciados os **diálogos de ação global**, com foco nas conferências internacionais previstas para 2025, além de sessões dedicadas ao 30º aniversário da Conferência de Pequim e ao acompanhamento do Pacto para o Futuro. A programação incluiu ainda o lançamento do livro Repensar o desenvolvimento na América Latina e no Caribe, que reúne contribuições de especialistas em comemoração aos 75 anos da CEPAL.

Durante sessão sobre a **Segunda Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social**, que terá lugar no Qatar, em novembro, a CEPAL apresentou um novo informe especial no qual propõe a construção de um pacto mundial pelo desenvolvimento social inclusivo, a ser debatido na ocasião da Cúpula.

[72] https://foroalc2030.cepal.org/2025/es/noticias/redoblar-compromiso-aumentar-capacidades-claves-alcanzar-cumplimiento-ods-complejo-contexto

O documento — ***Caminho para a Segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social de 2025: rumo a um pacto pelo desenvolvimento social inclusivo***[73] — destaca a urgência de renovar os compromissos multilaterais em torno da coesão social, do combate à pobreza e à desigualdade, e da consolidação de sistemas de proteção social sustentáveis e resilientes, inclusive frente aos desafios trazidos pela transformação digital, o envelhecimento populacional e a crise climática.[74]

Entre as dez propostas centrais, estão a erradicação da pobreza e da fome; a expansão de sistemas universais de proteção social; o fortalecimento dos sistemas de saúde e de pensões; a promoção da igualdade de gênero e dos sistemas de cuidado; e a mobilização de recursos por meio da cooperação internacional para garantir a sustentabilidade financeira das políticas sociais.

A Comissão propõe ainda quatro medidas estruturantes transversais: a ampliação do Estado de bem-estar; o fortalecimento da institucionalidade social; o incentivo ao diálogo social como mecanismo de coesão; e a criação de um mecanismo de monitoramento periódico do pacto.

A CEPAL enfatiza que o pacto deverá promover uma abordagem baseada em benefício mútuo, solidariedade internacional e justiça social, convocando todos os países a cooperar de forma equitativa, em especial mediante o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e triangular como instrumentos-chave para a implementação de políticas públicas integradas, intercâmbio de experiências e mobilização conjunta de capacidades técnicas e recursos.

Nesse sentido, o informe ecoa os compromissos assumidos regionalmente com a Agenda Regional de Desenvolvimento Social Inclusivo (2019) e com a Agenda 2030, ao propor também medidas transversais como o fortalecimento da institucionalidade social, o diálogo social como motor de coesão, e a criação de mecanismos regulares de monitoramento do pacto.

O chamado da Comissão reforça a importância de reposicionar o social no centro da agenda internacional e regional, contribuindo para um novo mandato das Nações Unidas com base em parcerias horizontais entre países em desenvolvimento e na promoção de soluções centradas nas pessoas, sustentáveis e culturalmente contextualizadas.

Esse chamado soma-se à posição expressa pela região durante a Segunda Reunião Extraordinária da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre Desenvolvimento Social da América Latina e do Caribe, reforçando a necessidade de um mandato global renovado para a justiça social e de um alinhamento com os compromissos da Agenda 2030 e do recém-proposto Pacto para o Futuro.

O segundo dia do Fórum foi marcado pela **apresentação do oitavo relatório da CEPAL sobre o progresso regional na Agenda 2030**: *A América Latina e o Caribe e a Agenda 2030 a cinco anos da meta: como gerenciar as transformações para acelerar o progresso?*[75] Os dados atualizados revelam um cenário preocupante: apenas 23% das metas devem ser cumpridas até 2030, enquanto 41% caminham em direção positiva, porém em ritmo lento, e 36% estão

[73] https://www.cepal.org/es/publicaciones/81411-camino-la-segunda-cumbre-mundial-desarrollo-social-2025-un-pacto-desarrollo

[74] https://foroalc2030.cepal.org/2025/es/noticias/cepal-aboga-la-construccion-un-pacto-mundial-desarrollo-social-inclusivo-cumbre-que-se

[75] https://www.cepal.org/pt-br/node/66766

estagnadas ou regrediram. O relatório destaca que há uma forte desigualdade nos avanços entre sub-regiões, sendo o Caribe a mais atrasada. A CEPAL atribui esse desempenho a fatores como instituições com capacidades limitadas, baixa priorização de metas nos planos nacionais e restrições fiscais agravadas pelo endividamento. A pandemia de COVID-19 e suas consequências também desaceleraram os avanços e aprofundaram desigualdades já existentes, e a recuperação até agora foi apenas parcial.

Apesar do diagnóstico desafiador, o Secretário Executivo da CEPAL, José Manuel Salazar-Xirinachs, defendeu[76] que ainda há espaço para acelerar o progresso mediante o fortalecimento das capacidades técnicas, operativas, políticas e prospectivas das instituições públicas (as chamadas capacidades TOPP). Ele também reforçou a necessidade de boa governança, com mais diálogo social e prestação de contas. Em sua fala, destacou o papel estratégico do multilateralismo diante de um contexto global instável, marcado por tensões geopolíticas, protecionismo e emergência climática. Para Salazar-Xirinachs, o Fórum representa uma plataforma concreta de esperança e ação, capaz de orientar os países da região rumo a um futuro mais sustentável, justo e inclusivo.

Outro momento de destaque da VIII Reunião foi o lançamento pela CEPAL e o PNUD do ***Novo Índice de Pobreza Multidimensional para a América Latina (IPM-AL)***[77], que incorpora indicadores além da renda, como qualidade do emprego, acesso à proteção social, conectividade digital e desigualdades de gênero. Adaptado à realidade regional, utilizando critérios adequados para países de desenvolvimento intermediário, o índice amplia a compreensão da pobreza ao abordar também moradia, saúde, educação e emprego, permitindo uma leitura mais completa e útil para o desenho de políticas públicas integradas. Segundo Salazar-Xirinachs, o IPM-AL é essencial para enfrentar as desigualdades estruturais e fortalecer as democracias por meio de políticas mais eficazes.

O índice mostra avanços: entre 2008 e 2023, a pobreza multidimensional caiu de 45,8% para 25,4%, com exceção de 2020, quando a pandemia interrompeu a tendência de queda. O progresso se deve principalmente à melhora em acesso à internet, educação de adultos e saneamento. Ainda assim, persistem desigualdades marcantes: a pobreza afeta 57% da população rural e 50,6% dos povos indígenas, sendo mais alta entre crianças (31%). Mulheres enfrentam privações acentuadas ligadas à baixa inserção e qualidade do emprego, resultado da sobrecarga com cuidados não remunerados. O IPM-AL surge, assim, como instrumento estratégico para orientar ações concretas de combate à pobreza com enfoque multidimensional e sensível às desigualdades.

Michelle Muschett, Diretora Regional do PNUD para a América Latina e o Caribe afirmou que com o lançamento deste Índice, “reafirmamos nosso compromisso e nossa capacidade de fornecer análises, evidências e apoio técnico para a formulação e implementação de políticas públicas capazes de transformar os dados e intenções em ações concretas que melhorem a vida das pessoas — que está no centro do mandato do PNUD e do sistema das Nações Unidas como um todo”.

---

[76] https://foroalc2030.cepal.org/2025/es/noticias/al-ritmo-actual-solo-23-metas-objetivos-desarrollo-sostenible-se-alcanzarian-2030-america

[77] https://foroalc2030.cepal.org/2025/es/noticias/cepal-pnud-presentan-un-nuevo-indice-pobreza-multidimensional-america-latina

Por fim, o Fórum concluiu sua oitava edição, que reuniu mais de mil participantes de 24 países, reafirmando o compromisso da região com a Agenda 2030. A cinco anos do prazo final para o cumprimento dos ODS, os participantes destacaram a urgência de acelerar a ação conjunta para enfrentar a pobreza, reduzir desigualdades e promover transformações estruturais. O evento contou com mais de 60 sessões entre plenárias e paralelas, e foi encerrado por Jorge Rubio Correa (Peru), presidente do Fórum, e José Manuel Salazar-Xirinachs, que defenderam maior cooperação multissetorial para alcançar os ODS.

Ao fim da reunião, os países aprovaram um documento de **conclusões e resoluções** com 142 pontos[78] — 14 a mais do que o documento do ano anterior, que sintetiza os consensos alcançados e os compromissos renovados da região. Nele, os governos:

- ✓ Reiteram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões — incluindo a extrema — é o maior desafio global e condição essencial para o desenvolvimento sustentável.
- ✓ Defendem a priorização dos mais vulneráveis, com políticas que empoderem populações historicamente excluídas e ampliem o acesso a oportunidades.
- ✓ Alertam para o aumento persistente das desigualdades, inclusive em países com crescimento econômico, e reconhecem a necessidade de enfrentar essas disparidades por meio de uma abordagem estruturante e integrada.
- ✓ Recomendam o aumento do investimento em serviços sociais, especialmente em proteção social, saúde, educação e infraestrutura básica, como forma de enfrentar desigualdades e promover inclusão.
- ✓ Ressaltam a importância de parcerias multissetoriais, envolvendo governos locais e nacionais, setor privado, sistema financeiro internacional, academia e sociedade civil.
- ✓ Afirmam a necessidade de alinhar os esforços aos planos nacionais de desenvolvimento, fortalecendo a coordenação entre diferentes níveis de governo e atores sociais para garantir a implementação efetiva da Agenda 2030.

O documento também destaca que, diante do curto prazo restante até 2030, é necessário adotar uma abordagem ousada e com senso de urgência, capaz de acelerar as transformações estruturais que a região exige. Nesse sentido, a cooperação internacional e regional é vista como elemento estratégico para o fortalecimento das capacidades dos países.

Por fim, observamos que a conclusões e recomendações das edições de 2024 e de 2025 das Reuniões do Fórum dos Países da América Latina e do Caribe sobre Desenvolvimento Sustentável evidenciam tanto a continuidade dos desafios estruturais enfrentados pela região quanto a necessidade do aprofundamento do compromisso político e técnico dos países com a implementação da Agenda 2030.

Na VII Reunião (2024), os países reiteraram que a erradicação da pobreza e da fome permanece como condição indispensável para qualquer perspectiva de desenvolvimento

[78] Chama a atenção como as ***Conclusões e Recomendações*** têm crescido ano após ano. Na Primeira Reunião do Fórum, realizada em 2017, foram formuladas 21 Conclusões e Recomendações. Nesta Oitava Reunião do Fórum, o documento acordado inclui 142 Conclusões e Recomendações. O documento está disponível em https://foroalc2030.cepal.org/2025/sites/foro2025/files/2500068s_fds.8_concluisiones_acordadas.pdf

sustentável. Também foi destacada a necessidade de enfrentar a alta desigualdade e as limitações estruturais de crescimento por meio de políticas públicas integradas e intersetoriais. Um ponto chave daquela edição foi o reconhecimento das dificuldades na implementação, com destaque para lacunas nas capacidades institucionais e como implementar as transformações necessárias. A importância da governança, do fortalecimento de capacidades técnicas, operacionais e políticas, e da promoção do diálogo social foi amplamente discutida, compondo um cenário de crítica construtiva à lentidão no progresso rumo aos ODS.

A atual edição da Reunião avançou nesse diagnóstico, incorporando recomendações mais robustas e específicas, em um documento que passou de 128 para 142 parágrafos. O novo texto mantém o reconhecimento da erradicação da pobreza como "maior desafio global", mas reforça a ênfase na pobreza extrema e no imperativo de priorizar os mais vulneráveis, defendendo políticas que promovam o empoderamento de populações historicamente excluídas. A desigualdade volta a ser ponto central, mas agora com a constatação de que ela persiste mesmo em contextos de crescimento econômico, exigindo uma abordagem estruturante e integrada.

Com outros ODS sob enfoque, um ponto importante do presente documento diz respeito à orientação prática e aplicada das recomendações: os países passam a recomendar o aumento concreto dos investimentos em serviços sociais, com foco em proteção social, saúde, educação e infraestrutura básica como formas de promoção da inclusão.

XI Cúpula de Presidentes da Comunidade de Países Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC

> *"A CELAC é o início da construção de um "nós" pela paz e pelo conhecimento humano. América Latina e Caribe são paz, não guerras. Nós ajudamos a acabar com elas. América Latina e Caribe são vida; não exportamos morte. Exportamos a solução para o aquecimento global, energia limpa e alimentos. Exportamos vida".*
>
> *Presidente da Colômbia, **Gustavo Petro**, atuando como Presidente Pro Tempore da CELAC*

Sob a presidência de Honduras, foi realizada em Tegucigalpa, no dia 9 de abril, a XI Cúpula de Presidentes da Comunidade de Países Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC.

A Reunião de Ministros das Relações Exteriores antecedeu a XI Cúpula de Presidentes, da qual participaram Chanceleres, Vice-chanceleres e representantes dos 33 Estados-membros.

A XI Cúpula contou com a presença de 10 presidentes e abordou questões relacionadas às mudanças climáticas, segurança alimentar, direitos das mulheres e direitos dos migrantes, harmonizando posições regionais que refletiram sobre as tarifas promovidas pelo governo Trump e sua política econômica. O encontro foi uma oportunidade inestimável para os presidentes expressarem suas visões e trocarem opiniões sobre essas questões e seu impacto na região, e para estabelecer uma voz comum dentro da estrutura dos processos de integração da região.

A presidente hondurenha, Xiomara Castro, ocupava a presidência *pro tempore* da CELAC e a passou ao presidente colombiano, Gustavo Petro. A Presidência cessante emitiu um relatório

sobre todas as ações tomadas durante o período de sua gestão. Honduras assumiu a presidência da CELAC em 1º de março de 2023, onde se comprometeu a promover a paz, o diálogo e a unidade na América Latina e no Caribe por meio de consenso político e cooperação regional. Durante sua presidência, Honduras promoveu o debate sobre a crise humanitária no Haiti e mediou as diferenças entre alguns estados.

Destacaremos, a seguir, alguns dos aspectos mencionados por alguns dos presidentes durante a reunião.

A presidente hondurenha, Xiomara Castro, anfitriã deste evento regional, fez o discurso de abertura, destacando a importância da cúpula da CELAC para os países latino-americanos que atualmente enfrentam desafios econômicos, migratórios, ambientais e comerciais.

Em seu discurso inaugural repleto de mensagens de unidade e críticas ao modelo neoliberal, Castro declarou[79]: *"Agradeço a atenção dada ao apelo da presidência pro tempore da CELAC. Honduras entrega hoje a presidência pro tempore da CELAC, não como um ato cerimonial, mas como um ato político, porque sustentar este espaço em meio à fragmentação e ao cerco tem sido difícil, mas necessário para demonstrar que continuamos trabalhando pela unidade, sendo o continente da esperança, da diversidade cultural e política."*

"A CELAC não é uma organização perfeita, mas é nossa. Ela nasceu de um sonho, de um ideal, de uma utopia, dos nossos libertadores e dos nossos heróis[80]", enfatizou Castro, lembrando o legado dos pioneiros da integração na região.

"Senhores Presidentes, Senhoras Presidentas, não podemos continuar caminhando separados enquanto o mundo se reorganiza sem nós, mas também não podemos nos unir repetindo as mesmas velhas receitas para o fracasso. O modelo neoliberal promovido pelo Consenso de Washington na década de 1990, predatório e excludente, esvaziou nossas economias, endivida nossos países, concentrou o capital em poucas mãos e privatizou os serviços públicos, concentrando assim a natureza, que não pode mais ser espólio do capital."

Após a abertura de Castro e a aprovação da Agenda, **Leslie Voltaire**[81], representante do Conselho Presidencial de Transição do Haiti, foi um dos primeiros a se manifestar, instando os países-membros da CELAC a demonstrarem "*solidariedade ativa*" com seu país diante da grave crise de segurança que vive, marcada pelo controle territorial por grupos armados e pelo desmantelamento institucional.

---

[79] Castro criticou o modelo neoliberal imposto na década de 1990, apontando que o regime esvaziou economias, endividando países e concentrando capital, causando precariedade para a classe trabalhadora e gerando corrupção, violência e pobreza. Ele também destacou o impacto negativo dessas políticas na migração, onde jovens em busca do sonho americano são forçados a emigrar e, em alguns casos, são expulsos em massa dos Estados Unidos. Castro alertou que "*não podemos continuar caminhando separadamente quando o mundo está se reorganizando sem nós*", enfatizando a necessidade de construir um bloco regional forte e soberano. https://www.elpais.hn/discurso-de-la-presidenta-xiomara-castro-en-ix-cumbre-de-la-celac/#google_vignette

[80] "*A CELAC deve ser mais que um fórum; deve ser uma ferramenta de emancipação*", declarou, lembrando os sonhos dos revolucionários Zapata, Bolívar, Morazán, Martí, Fidel, Allende, Chávez e Sandino, bem como dos povos que historicamente resistiram.

[81] https://www.swissinfo.ch/spa/hait%C3%AD-pide-a-celac-solidaridad-activa-para-enfrentar-la-violencia-y-la-desestabilizaci%C3%B3n/89140556

O representante haitiano denunciou: "*Ninguém pode ignorar que a insegurança que vivenciamos no Haiti é fabricada e mantida do exterior por forças obscuras e mafiosas por meio do tráfico ilícito de drogas, órgãos, armas e munições*."

Voltaire observou que o Haiti está "*no centro dos desafios da região"*, em meio a "*uma crise multifacetada"* e com "*setores significativos da capital ainda sob o controle de grupos armados"*. Ele alertou que essa violência não compromete apenas a estabilidade interna do país, mas também sua agenda de transição democrática.

O representante haitiano propôs a organização de uma conferência específica sobre a estabilização de seu país no âmbito da CELAC e instou os países-membros a considerarem a dimensão ecológica como um fator de risco adicional, em um contexto de "*caos climático"* que piora as condições de vida e acelera as crises humanitárias.

O presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** fez seu discurso na Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), destacando que "*a história nos ensina que as guerras comerciais não têm vencedores*".

Lula se referiu à política implementada pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e afirmou que "*a América Latina e o Caribe enfrentam hoje um dos momentos mais críticos de sua história*", em que sua "*autonomia está em risco*" diante das "*tentativas de restauração de antigas hegemonias*" (o discurso de Lula está reproduzido na íntegra neste Caderno).

O presidente colombiano **Gustavo Petro**, que assumiu a Presidência Pro Tempore da CELAC, também abordou a situação internacional, referindo-se a "*uma tensão entre o multilateralismo e a solidão*[82]" e, por isso, pediu uma agenda de colaboração entre os países. "*Eu diria que há uma certa tendência, uma certa corrente, de buscar matar uns aos outros e viver um século de solidão como humanidade*", afirmou Petro em seu discurso em Tegucigalpa.

Por isso, Petro recomendou: "*Ou vamos sozinhos ou nos ajudamos, e acredito que devemos nos ajudar. Essa é a minha proposta: busquemos ajuda mútua e colaboração e não caiamos na armadilha."* (O discurso de Petro na íntegra está reproduzido neste Caderno).

A Colômbia assume a presidência da CELAC, liderando uma agenda focada na ação coletiva para enfrentar desafios comuns, como migração, comércio e a reconfiguração da ordem econômica global[83]. Nesse sentido, propõe um roteiro que "*respeite a soberania dos povos" e "busque construir soluções reais baseadas nos interesses comuns*" da América Latina e do Caribe. Dentre de seus projetos para a presidência pro tempore da CELAC incluem a integração energética, a rede elétrica americana, do Alasca à Patagônia, e a consolidação de uma agência de produção de medicamentos essenciais que nos libertaria, em tempos de pandemia, de uma dependência que causou muitas mortes na América Latina com a Covid-19. Esses projetos buscam transcender a retórica e avançar em direção a ações concretas que promovam a unidade e o desenvolvimento sustentável na América Latina.

[82] Em um discurso repleto de referências a "*Cem Anos de Solidão*", obra do ganhador do Prêmio Nobel colombiano Gabriel García Márquez, Petro falou sobre a necessidade de uma Agenda Comum.

[83] https://www.infobae.com/colombia/2025/04/09/petro-anuncio-reuniones-con-gigantes-comerciales-como-china-y-la-union-europea-para-analizar-los-aranceles-de-trump-actuar-en-bloque/

No encerramento da XI Cúpula CELAC, a Declaração de Tegucigalpa reconheceu o trabalho realizado pela República de Honduras à frente da organização e acolheu a Presidência Pro Tempore da Colômbia para o período 2025-2026.

A **Declaração de Tegucigalpa**[84], assinada por 30 dos 33[85] Estados latino-americanos e caribenhos. Ele é um documento político curto, mas poderoso, com oito pontos:

1. Expressa o compromisso de fortalecer a CELAC como mecanismo de acordo político que integre todos os países da região.
2. Após afirmar a região como uma zona de paz e respeito aos acordos multilateralmente aprovados[86], rejeita a imposição de medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional, incluindo aquelas que restrinjam o comércio internacional.
3. Avança sobre a futura eleição de um Secretário-Geral das Nações Unidas, afirmando que é desejável que ele ou ela seja da região e que o cargo nunca foi ocupado por uma mulher.
4. Destaca a importância de harmonizar as posições conjuntas da CELAC nos fóruns multilaterais.
5. Expressa seu reconhecimento à República de Honduras pelo trabalho realizado em sua qualidade de Presidência Pro Tempore – PPT
6. Reafirma a vontade de continuar o diálogo político para aprofundar os laços de cooperação entre a CELAC e outros países e grupos regionais, e reconhece os progressos alcançados.
7. Saúda a Colômbia como PPT do mecanismo (2025-2026), estabelecendo suas prioridades: energia (transição energética e interconexão); mobilidade humana; saúde e autossuficiência em saúde; segurança alimentar; meio ambiente e mudanças climáticas; povos indígenas e afrodescendentes; ciência, tecnologia e inovação; conectividade e infraestrutura; fortalecimento do comércio e do investimento; crime organizado transnacional; educação; igualdade de gênero, entre outros.
8. Apoia a estabilidade da República do Haiti e apoia-a nos seus esforços, juntamente com a comunidade internacional e as Nações Unidas, para restaurar um ambiente de segurança humana para a normalização da situação política, económica e social, com uma abordagem abrangente ao desenvolvimento.

A aprovação da Declaração de Tegucigalpa não ocorreu sem críticas. O Ministério das Relações Exteriores da Argentina denunciou que Honduras, ao exercer a Presidência Pro Tempore da CELAC, utilizou-se de uma "*posição inexistente de forma injusta*". A Argentina questiona o ponto da Declaração que *"rejeita a imposição de medidas coercitivas unilaterais contrárias ao direito internacional, incluindo aquelas que restringem o comércio internacional"*.

[84] https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-emitida-por-ocasiao-da-ix-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-celac-2013-tegucigalpa-9-de-abril

[85] A declaração foi adotada com exceção da Argentina, Nicarágua e Paraguai.

[86] A Declaração destaca "*a plena validade da Proclamação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz, baseada na promoção e no respeito aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do direito internacional*".

A posição da Argentina, que foi apoiada pelo Paraguai[87], afirma que a CELAC deve **adotar o consenso total de todos os estados-membros da CELAC para a aprovação de uma declaração e não, como foi feito com a Declaração de Tegucigalpa, "*consenso suficiente entre 30 estados-membros*".**

O chanceler argentino, Gerardo Werthein, afirmou que esta é uma "*expressão ambígua e imprecisa que contradiz o princípio do consenso pleno", que simboliza "a pedra angular do funcionamento institucional da CELAC*[88]".

Nesse sentido, o comunicado oficial[89] da Chancelaria Argentina afirma que "*a República Argentina declara formalmente que a chamada 'Declaração de Tegucigalpa' é inválida e não pode ser considerada um documento oficial da CELAC. Nesse sentido, foi enviada nota a todos os Estados-membros solicitando à Presidência Pro Tempore que se abstenha de apresentar como válida ou representativa qualquer declaração que não tenha o consentimento expresso de todos os Estados*."

Por outro lado, **Nicarágua** decidiu não assiná-lo, argumentando que o documento minava os princípios fundadores da organização. O Chanceler da Nicaragua, Valdrack Jaentscke, relembrou as origens da CELAC, destacando sua importância como um esforço de integração regional. "*A CELAC tem uma história, um conjunto de acordos e princípios fundamentais que a tornam CELAC. E isso foi construído ao longo dos anos*[90]."

A Nicarágua apresentou uma proposta de declaração com 75 pontos, muitos deles avançados e alinhados aos princípios históricos do bloco. Entretanto, o documento foi transformado durante as negociações. Essa resolução começou a sofrer alterações no processo de negociação, com muitas discussões sobre questões que prejudicavam seu objetivo principal. Finalmente o Chanceler da Nicarágua decidiu não apoiar a Declaração de Tegucigalpa.

A XI Cúpula da CELAC ocorre em um contexto marcado por uma profunda crise do multilateralismo e pelo enfraquecimento de iniciativas regionais de integração. Nesse cenário desafiador, a adoção de uma posição comum por parte dos 30 países participantes representa um gesto político significativo e uma reafirmação da relevância da concertação regional latino-

[87]https://www.mre.gov.py/index.php/noticias-de-embajadas-y-consulados/paraguay-denuncia-y-rechaza-violacion-de-procedimiento-en-declaracion-de-celac

[88] https://www.lanacion.com.ar/politica/la-celac-emitio-un-documento-contra-los-aranceles-de-trump-y-la-argentina-denuncia-que-no-hubo-nid10042025/

[89] *"A Argentina também observa com preocupação que, dentro da CELAC, regimes autoritários e antidemocráticos estão ganhando voz e um papel de liderança, e sua participação deve ser suspensa até que eles voltem a ser países democráticos com pleno respeito aos direitos humanos e civis. A influência desproporcional desses atores distorce a agenda e prejudica os resultados do fórum regional".*
"A Argentina reafirma seu compromisso com os princípios democráticos, o respeito aos direitos humanos e o fortalecimento da integração regional baseada em padrões claros, consenso total e respeito mútuo".https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/la-argentina-exige-el-respeto-al-principio-de-consenso-en-la-celac-y-denuncia-la

[90] Jaentscke apontou que a CELAC nasceu em 2010, com a convergência do Grupo do Rio e da Cúpla Latino-Americana de Desenvolvimento. "*A partir daí, com forte liderança da Venezuela, Cuba e Nicarágua, foi promovido e alcançamos o que chamamos de Cúpula Fundadora em 2011*." Desde então, ele observou, a CELAC articulou posições comuns baseadas na não ingerência, na soberania, na condenação de bloqueios econômicos como o imposto a Cuba e em outras questões essenciais para a região. https://www.tn8.tv/nacionales/nicaragua-defiende-los-principios-fundacionales-de-la-celac-no-podiamos-ir-para-atras/

americana e caribenha. A Cúpula sinaliza uma inflexão histórica, na qual os países da região buscam rearticular suas alianças diante das transformações da geoeconomia mundial e, simultaneamente, rechaçam modelos excludentes de política econômica e migratória, como os que marcaram o governo de Donald Trump nos Estados Unidos.

Ao consolidar consensos em torno de temas estratégicos, a CELAC demonstra capacidade de reconstruir uma agenda própria de inserção internacional. Isso se expressa na expansão e diversificação de seus vínculos multilaterais, como nos diálogos em curso com a China (CELAC-China) [91], África (CELAC-África), países do Golfo (CELAC-Golfo) e a União Europeia (CELAC-UE) [92]. Esses espaços de interlocução oferecem à região uma plataforma para fortalecer sua voz coletiva nos fóruns globais, ampliar sua margem de ação internacional e contribuir de forma mais ativa para a construção de soluções a desafios comuns da agenda global, como as mudanças climáticas, a insegurança alimentar, a desigualdade e os fluxos migratórios.

A reafirmação do compromisso com a unidade na XI Cúpula da CELAC ocorre em meio a um cenário político regional heterogêneo, onde coexistem projetos de governo com visões profundamente distintas. As tensões internas não são desprezíveis: à direita, países como Argentina e Paraguai expressam reservas frente ao aprofundamento da integração, postura que pode ser reforçada pela recente guinada política no Equador; à esquerda, a Nicarágua mantém uma linha mais radical e distante de consensos amplos. Ainda assim, o fato de que todos os 30 países tenham acordado uma declaração conjunta reflete um grau notável de maturidade política e compromisso com a convivência na diversidade, elemento central para a revitalização de qualquer projeto de integração regional sustentável.

Essa capacidade de convergência em torno de interesses comuns se traduz, por exemplo, nas propostas que visam fortalecer a soberania regional em áreas estratégicas, como a saúde. A possibilidade de criação de uma agência regional para a produção de medicamentos essenciais — tema presente nas deliberações da CELAC — representa um passo concreto em direção à autonomia sanitária, ao mesmo tempo em que sinaliza uma aposta em soluções regionais para desafios históricos. Trata-se de uma resposta articulada às vulnerabilidades expostas pela pandemia de COVID-19 e às limitações do acesso desigual a tecnologias de saúde.

Nesse contexto, o chamado à integração e à unidade da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos adquire um caráter estratégico. Em tempos de reconfiguração das disputas geopolíticas e de ressurreições de doutrinas intervencionistas — como a *Doutrina Monroe Reload*, que pretende Donald Trump —, a consolidação da CELAC como espaço de

[91] O presidente colombiano Gustavo Petro será o representante na cúpula CELAC-China, que será realizada em 13 de maio em Pequim. Além do presidente colombiano, são esperadas a presença de líderes de outros países latino-americanos, como Honduras e São Vicente e Granadinas. Nesse contexto, a visita a Pequim representa um movimento estratégico de vários países latino-americanos para diversificar suas relações internacionais e explorar novas oportunidades comerciais. A Colômbia, tradicionalmente alinhada aos Estados Unidos, busca abrir novas alianças, especialmente diante das dificuldades econômicas internas e da necessidade de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento. https://www.pagina12.com.ar/817558-china-prepara-un-encuentro-con-la-celac

[92] A IV Cúpula da União Europeia (UE) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) será realizada nos dias 9 e 10 de novembro. https://www.infobae.com/america/agencias/2025/04/09/la-iv-cumbre-ue-celac-se-hara-el-9-y-10-.de-noviembre-en-una-ciudad-del-caribe-colombiano/. Para ver o contexto das Cimeiras CELAC/UE, ver: https://www.cancilleria.gov.co/international/consensus/eu-latc

coordenação regional fortalece a capacidade da América Latina e do Caribe de atuar com maior peso e autonomia no cenário internacional. Mais do que uma retórica de resistência, a unidade regional se apresenta como um instrumento pragmático de reposicionamento global.

Reunião de Chanceleres do Mercosul[93,94]

Os ministros das Relações Exteriores dos membros-plenos do Mercosul se reuniram informalmente na sede da Chancelaria argentina em Buenos Aires para discutir a posição do bloco frente ao cenário de instabilidade gerado pelas ações do governo Trump nas últimas semanas.

Em um cenário de imposição de tarifas extras, os países do bloco se reuniram para decidir ações frente ao impasse criado pelo novo governo estadunidense. Apesar do presidente Milei ter prometido mudar a legislação argentina para cumprir com os requerimentos da "proposta de tarifas recíprocas" de Trump, o bloco por ser uma união aduaneira possui uma normativa interna que impede que os países negociem acordos comerciais de forma independente.

Em comunicado a imprensa, os Ministros destacaram os avanços recentes de acordos comerciais assinados pelo bloco, como por exemplo Singapura, e da conclusão da negociação com a União europeia e apresentaram uma posição comum para lidar com a atual crise tarifária: ampliar temporariamente a Lista Nacional de Exceções à Tarifa Externa Comum de cada Estado Parte para até 50 códigos tarifários.

A medida pode ser analisada a partir de duas leituras. Uma primeira mais otimista frente a capacidade do Mercosul indicando que, mesmo com as tendências "separatistas" do governo Milei, a sua chancelaria argentina buscou os seus homólogos para uma decisão conjunta para lidar com esses choques externos. Uma outra que, sinaliza a incapacidade de posturas mais autônomas conjuntas que englobasse também os chefes de estado para fazer frente às tarifas impostas.

Brasil assume presidência do Conselho Permanente da OEA

O Brasil assumiu em 1º. de abril, a presidência do *Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA)*, em mandato que se estende até 30 de junho de 2025. O Conselho Permanente é o órgão político mais importante da OEA depois da Assembleia Geral e supervisiona a implementação dos mandatos adotados pelos Estados membros nas áreas de fortalecimento e defesa da democracia, direitos humanos e temas sociais, temas legais e de direito internacional, segurança hemisférica, e assuntos administrativos e orçamentários da Organização (*veja matéria no informe sobre ALC*).

93 https://exame.com/ultimas-noticias/mundo/chanceleres-do-mercosul-chegam-a-chancelaria-argentina-para-reuniao/

94 https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-a-imprensa-2013-reuniao-de-chanceleres-do-mercosul-2013-buenos-aires-11-de-abril-de-2025#:~:text=NOTA%20N%C2%BA%20166-,Comunicado%20%C3%A0%20imprensa%20%E2%80%93%20Reuni%C3%A3o%20de%20Chanceleres%20do%20Mercosul%20%E2%80%93%20Buenos%20Aires,11%20de%20abril%20de%202025&text=Os%20Ministros%20das%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Exteriores,do%20processo%20de%20integra%C3%A7%C3%A3o%20regional.

Ao assumir a presidência, o Brasil presidirá os trabalhos preparatórios e as negociações dos documentos finais da Assembleia Geral, vai preparar a eleição da(o) Secretária(o)-Geral Adjunta(o), organizar a apresentação de candidatas(os) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos e acompanhar a transição e a posse do novo Secretário-Geral da OEA, Albert Ramdin, eleito no dia 10/03 último.

Segundo nota do Itamaraty, o Brasil valoriza a OEA como espaço fundamental para a democracia, a paz, os direitos humanos e a segurança na região, e considera fundamental que a Organização impulsione seu pilar de desenvolvimento, com vistas a beneficiar diretamente os povos das Américas. Na presidência do Conselho Permanente, o Brasil se pautará por seu firme compromisso com o multilateralismo e o direito internacional, trabalhando pelo aprimoramento de regras de procedimento com vistas a aumentar a transparência, a previsibilidade e a segurança jurídica nas negociações e deliberações. O objetivo é criar ambiente propício para a busca de soluções conjuntas diante de desafios comuns, o que requer assegurar oportunidade para a participação ativa e informada de todas as delegações nos debates e processos decisórios, sem qualquer distinção. A igualdade soberana dos Estados, tal como consagrada na Carta da OEA, é um princípio irrenunciável.

Além do compromisso com negociações abertas, transparentes e inclusivas, o Brasil pretende intensificar os esforços na área da inclusão social, criando sinergias entre o sistema interamericano e a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza por meio de estreita coordenação entre o Conselho Permanente e o Conselho de Desenvolvimento Integral.

Será igualmente prioridade do Brasil a superação do racismo e todas as formas de discriminação, o que se traduzirá em impulso político renovado ao processo que deverá levar à negociação de uma declaração interamericana dos direitos das pessoas afrodescendentes. O Brasil refletirá, na presidência do Conselho Permanente, sua vocação diplomática para o diálogo e a construção de consensos.

Eleições no Equador [95,96,97,98]

Fernando Jacome[99]

Samia de Brito Franco

O segundo turno das eleições do Equador foi realizado neste domingo (13/05). Quase 14 milhões de equatorianos decidiram entre dois candidatos: Daniel Noboa (Ação Democrática Nacional), atual presidente, e Luisa González (Revolução Cidadã), candidata considerada herdeira do correísmo no país. Em levantamentos pós-primeiro turno, os dois candidatos apareciam em empate técnico, Noboa (50,3%) e González (49,7%) e as estratégias dos candidatos eram buscar os votos dos equatorianos ainda indecisos.

As votações foram marcadas por grande tensão e, Noboa ordenou, além do fechamento das fronteiras terrestres com a Colômbia e Peru, o envio de militares para as regiões fronteiriças para coibir a entrada de possíveis ameaças do crime organizado internacional durante o pleito. Além disso, o presidente ainda decretou por 60 dias "estado de exceção por grave comoção interna" nas penitenciárias e sete províncias e proibiu o uso de telefones celulares na hora de votar.

Ao final do domingo e urnas já apuradas, os equatorianos decidiram manter o atual líder do Executivo para mais um mandato (2025-2029). O resultado, no entanto, surpreendeu dado que, apesar de figurar um empate técnico dias antes, Daniel Noboa ganhou de Gonzales com uma vantagem de 12 pontos (56% contra 44%). A discrepância na diferença entre os candidatos, levou a candidata oposicionista a se posicionar contra o resultado nas urnas, chegando a acusar uma fraude eleitoral e sinalizou que vai pedir recontagem de votos.

Daniel Noboa chegou à presidência em 2023, após derrotar a sua então oponente, Luisa González. Noboa tinha como objetivo substituir o ex-presidente Lenin Moreno que renunciou ao cargo após uma crise política, econômica e securitária complexa, pouco antes de um ano antes do fim do seu mandato. Desconhecido no âmbito político, mas filho de um dos mais influentes empresários do país, Noboa chegou ao cargo com a promessa de executar uma política linha dura contra a violência no país e promover o liberalismo econômico.

18 meses de governo depois, os números do governo foram bastante "tímidos" frente às promessas de campanha e os desafios socioeconômicos no país andino. Apesar de lançar um grande plano de segurança, o "Fênix", que permitiu as Forças Armadas intervirem nas prisões e

[95] https://www.bbc.com/portuguese/articles/cy8qge2v24po

[96] https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2025/04/13/eleicao-mais-acirrada-da-historia-do-equador-define-continuidade-da-direita-neoliberal-ou-retorno-da-esquerda.htm

[97] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/daniel-noboa-lidera-corrida-presidencial-do-equador/

[98] https://elpais.com/america/2025-04-14/daniel-noboa-arrasa-en-las-elecciones-en-ecuador-y-luisa-gonzalez-denuncia-fraude.html

[99] Fernando Jácome é equatoriano, formado em relações internacionais pela Universidade Católica do Equador e possui mestrado em negociações e política internacional pela Flacso Equador e pela Universidade Complutense de Madrid, Espanha, onde é doutorando no Programa de Política Internacional e Governo. Atualmente, ele é especialista em políticas no MSD do Equador.

nas ruas, o número médio de assassinatos diários caiu de 22 em 2023 para 19 em 2024 e em 2025, nos dois primeiros meses do ano, o país apresentou uma média de 26 mortes por dia.

Além dos parcos resultados na segurança, na economia, o Equador entrou em recessão técnica em 2024 e sofreu, no último ano, com apagões diários em uma profunda crise energética, resultado de uma seca prolongada e subinvestimento em infraestrutura. Além disso, indicadores como nível de pobreza, poder de compra, desemprego têm se deteriorado. Noboa, em sua campanha de 2025, no entanto, previu um crescimento econômico de 4% para seu próximo mandato, sinalizando que haverá um aumento na arrecadação de impostos e algumas medidas de austeridade, além disso, prometeu evitar novos cortes de energia e fortalecer o setor petrolífero com investimentos privados.

Na área de saúde pública, Noboa enfrenta um sistema de saúde pública fraturado e deficiente. Espera-se que, após sua reeleição, seu governo reforce o foco no sistema de saúde pública, transcendendo a visão atual de contenção de custos em favor do desenvolvimento de políticas públicas. Dada a sua proximidade com os multilaterais, espera-se que os aspectos relacionados à agenda de digitalização (registros médicos digitais ou a implementação de plataformas digitais para agendamento de consultas), o uso de tecnologias para melhorar a eficiência da administração pública ou o acesso a serviços médicos básicos e a modernização da infraestrutura de saúde ganhem visibilidade.

Quanto ao financiamento do sistema de saúde, é de se esperar que, com base em sua abordagem econômica liberal, ele busque consolidar parcerias público-privadas e maior eficiência nos gastos públicos, em vez de um aumento significativo no investimento estatal. Isso poderia gerar tensões em setores que exigem uma expansão da cobertura e um maior compromisso do Estado. No entanto, Noboa expressou sua intenção de manter certos programas sociais essenciais, especialmente em áreas como desnutrição infantil crônica, doenças crônicas não transmissíveis e a promoção do acesso à saúde sexual e reprodutiva. Para isso, espera-se um maior investimento no primeiro nível de atendimento sob os preceitos de um equilíbrio entre a sustentabilidade fiscal e a atenção às necessidades básicas por meio de políticas de saúde seletivas, porém estratégicas.

Na política externa, a agenda de Noboa tem se caracterizado por um alinhamento mais estreito com os Estados Unidos e pela busca de investimentos estrangeiros diretos. Isso poderia se traduzir em uma cooperação mais ativa em questões como segurança da saúde, acesso a medicamentos e vacinas e fortalecimento da capacidade de resposta a emergências de saúde. Também poderia facilitar a assinatura de acordos internacionais que permitam a entrada de tecnologia médica ou treinamento profissional, beneficiando o sistema de saúde equatoriano a médio e longo prazo. No entanto, essa estratégia dependerá de sua capacidade de manter relações diplomáticas estáveis e criar confiança internacional.

Declaração emitida por ocasião da IX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC – Tegucigalpa, 9 de abril

Fonte: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-emitida-por-ocasiao-da-ix-cupula-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-celac-2013-tegucigalpa-9-de-abril

DECLARACIÓN DE TEGUCIGALPA

LA COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS

IX Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno de la CELAC

Tegucigalpa, 9 de abril de 2025

Adoptada por "consenso suficiente" por 30 Estados Miembros

Las Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno y altos representantes de la CELAC, reunidos en la ciudad de Tegucigalpa en el marco de la IX Cumbre de Jefas y Jefes de Estado y de Gobierno y ante los retos actuales de la región, declaran:

1. Refrendar su compromiso por el fortalecimiento de la CELAC como el mecanismo de concertación política que integra a todos los países de la región y que tiene como base el acervo de las declaraciones adoptadas en las cumbres previas.

2. Resaltar la plena vigencia de la Proclama de América Latina y el Caribe como Zona de Paz, sustentada en la promoción y el respeto a los propósitos y principios de la Carta de la Organización de las Naciones Unidas y del Derecho Internacional, la cooperación internacional, la democracia y el Estado de Derecho, el multilateralismo, la protección y promoción de todos los derechos humanos, el respeto a la autodeterminación, la no injerencia en los asuntos internos, la soberanía y la integridad territorial. De igual manera, rechazar la imposición de medidas coercitivas unilaterales, contrarias al Derecho Internacional, incluidas las restrictivas al comercio internacional.

3. Afirmar su convicción común de que es oportuno y adecuado que una persona nacional de un Estado de América Latina y el Caribe ocupe la Secretaría General de la Organización de las Naciones Unidas, considerando que de los nueve Secretarios Generales que ha tenido la ONU hasta la fecha, sólo uno provino de un Estado de la región y recordando que el cargo nunca ha sido ocupado por una mujer.

4. Subrayar la importancia de concertar intervenciones conjuntas de la CELAC en los foros multilaterales en temas de interés común.

5. Expresar su reconocimiento hacia la República de Honduras por el trabajo realizado en su calidad de Presidencia Pro Témpore (PPT) de la CELAC, destacando la celebración de reuniones de alto nivel para compartir esfuerzos y experiencias en materia de seguridad alimentaria, mujer, educación, café, energía, cooperación financiera, cambio climático y movilidad humana.

6. Reafirmar su voluntad por continuar el diálogo político para profundizar los lazos de cooperación de la CELAC con otros países y grupos regionales, reconociendo los avances realizados durante las reuniones convocadas por la PPT de Honduras al margen del 79º periodo de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas.

7. Dar la bienvenida a la República de Colombia como PPT del mecanismo (2025-2026) y reconocer sus prioridades identificadas para el trabajo de la CELAC; principalmente lo referente a: energía (transición energética e interconexión); movilidad humana; salud y autosuficiencia sanitaria; seguridad alimentaria; medio ambiente y cambio climático; pueblos indígenas y afrodescendientes; ciencia, tecnología e innovación; conectividad e infraestructura; fortalecimiento del comercio e inversión; delincuencia organizada transnacional; educación; igualdad de género, entre otros.

8. Refrendar su firme respaldo a la estabilidad de la República de Haití y a contribuir decididamente, conforme a las capacidades de cada país, a apoyarla en sus esfuerzos, junto con la comunidad internacional y las Naciones Unidas, para restablecer un entorno de seguridad humana para la normalización de la situación política, económica y social, con un enfoque integral de desarrollo.

Nota: Esta Declaración fue objetada por las Delegaciones de Argentina, Nicaragua y Paraguay, por diferentes razones, las cuales respetamos y reconocemos.

****

(tradução não oficial)

DECLARAÇÃO DE TEGUCIGALPA

COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS

IX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC

Tegucigalpa, 9 de abril de 2025

Adotada por "consenso suficiente" por 30 Estados Membros

As Chefes e os Chefes de Estado e de Governo e os altos representantes da CELAC, reunidos na cidade de Tegucigalpa, no âmbito da IX Cúpula de Chefes de Estado e de Governo e diante dos desafios atuais da região, declaram:

1. Reiterar seu compromisso com o fortalecimento da CELAC como o mecanismo de concertação política que integra todos os países da região e que se baseia no acervo das declarações adotadas em cúpulas anteriores.

2. Ressaltar a plena vigência da Proclamação da América Latina e do Caribe como Zona de Paz, sustentada na promoção e no respeito aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional, na cooperação internacional, na democracia e no Estado de Direito, no multilateralismo, na proteção e promoção de todos os direitos humanos, no respeito à autodeterminação dos povos, na não ingerência nos assuntos internos, na soberania e na integridade territorial. Da mesma forma, rechaçar a imposição de medidas coercitivas unilaterais, contrárias ao Direito Internacional, incluindo aquelas que restringem o comércio internacional.

3. Afirmar sua convicção comum de que é oportuno e adequado que nacional de um Estado da América Latina e do Caribe ocupe a Secretaria-Geral da Organização das Nações Unidas, considerando que, dos nove Secretários-Gerais que a ONU teve até o momento, apenas um veio de um Estado da região, e recordando que o cargo nunca foi ocupado por uma mulher.

4. Sublinhar a importância de articular intervenções conjuntas da CELAC nos fóruns multilaterais sobre temas de interesse comum.

5. Expressar seu reconhecimento à República de Honduras pelo trabalho realizado na qualidade de Presidência Pro Tempore (PPT) da CELAC, destacando a realização de reuniões de alto nível para compartilhar esforços e experiências em matéria de segurança alimentar, mulheres, educação, café, energia, cooperação financeira, mudanças do clima e mobilidade humana.

6. Reafirmar sua vontade de continuar o diálogo político para aprofundar os laços de cooperação da CELAC com outros países e grupos regionais, reconhecendo os avanços alcançados durante as reuniões convocadas pela PPT de Honduras à margem do 79º período de sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas.

7. Dar boas-vindas à República da Colômbia como PPT do mecanismo (2025-2026) e reconhecer as prioridades por ela identificadas para o trabalho da CELAC, principalmente em relação a energia (transição

energética e interconexão); mobilidade humana; saúde e autossuficiência sanitária; segurança alimentar; meio ambiente e mudança do clima; povos indígenas e afrodescendentes; ciência, tecnologia e inovação; conectividade e infraestrutura; fortalecimento do comércio e investimento; crime organizado transnacional; educação; igualdade de gênero, entre outros.

8. Referendar seu firme apoio à estabilidade da República do Haiti e a contribuir de forma decidida, conforme as capacidades de cada país, para apoiá-la em seus esforços, junto à comunidade internacional e às Nações Unidas, para restabelecer um ambiente de segurança humana que permita a normalização da situação política, econômica e social, com um enfoque integral de desenvolvimento.

Nota: Esta Declaração foi objetada pelas Delegações de Argentina, Nicarágua e Paraguai, por diferentes razões, as quais respeitamos e reconhecemos.

Palabras del presidente Gustavo Petro Urrego al asumir la Presidencia Pro Témpore de la CELAC para el periodo 2025-2026

Tegucigalpa (Honduras), 9 de abril del 2025

Fonte: https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Palabras-del-presidente-Gustavo-Petro-Urrego-al-asumir-la-Presidencia-250409.aspx

Gracias, no voy a alargarles el tiempo de la escucha, porque he escrito algunos temas. Quiero agradecerle a la excelentísima Presidenta Constitucional de la República de Honduras, señora Iris Xiomara Castro Sarmiento, por su gestión al frente de la CELAC. Asumo ese papel ahora, y trataremos de hacerlo lo más responsable posible. Gracias a todas y todos ustedes, por su apoyo en lo que sigue, que serán meses, creo yo, de tormenta.

Las tormentas siempre son buenas, nos llevan a algún puerto más rápido que antes, o a otras cosas. Al asumir la presidencia de la CELAC, Comunidad de América Latina y el Caribe, que es el mecanismo integrador que nos queda, quiero que América Latina y el Caribe, en su propia diversidad enorme, tomen la opción de juntarse en el mundo y no actuar sola.

La humanidad está aquí, en el planeta Tierra, porque aprendimos desde los primeros seres humanos a ayudarnos, no somos pueblos solos, somos pueblos que se ayudan. Ayuda es la palabra clave, ayudarnos es la primera base de la humanidad, ayuda y colaboración mutua. La Comunidad de América Latina y el Caribe es, por tanto, ayuda y colaboración mutua.

Pero vamos más allá, mi misión como presidente de la CELAC será ayudarnos a conectar Latinoamérica y el Caribe con el mundo entero, ser puente del mundo y ser un nosotros propio, dentro de un nosotros común que es la humanidad. Por eso, como un nosotros, hablaremos con civilizaciones antiquísimas, como la china y la hindú. Hablaremos con los pueblos que hoy viven donde nació la humanidad, África. Hablaremos con los pueblos que llegaron al Caribe, al lado de los castellanos, los árabes. Hablaremos con Europa.

El mundo de hoy es un mundo de peligro para la vida. Quizá lo fue siempre, pero nunca como hoy. Lo dicen los científicos que algunos quisieran acallar. Lo dice la ciencia que ha sido nuestro faro desde hace siglos. Estamos en peligro.

Y estando en peligro no podemos salir cada uno por su lado en un sálvese quien pueda irracional. Buscando la nave milagrosa que saque a alguno del planeta, mientras los demás se quedan.

Cuando estamos en peligro nos juntamos, nos ayudamos y salimos adelante. Eso aprendí de Bolívar, el gran emancipador de naciones y pueblos. Él nos enseñó la gran importancia planetaria de ser el corazón del mundo.

Y allí en el corazón del mundo, Omar Torrijos nos enseñó dignidad y lo ayudamos. Y cuando las guerras y las dictaduras nos invadían por doquier, nos juntamos en Contadora, también en el corazón del mundo, para buscar la paz de Centroamérica y la de Colombia. Somos paz y vida, y ese es nuestro destino. Los pueblos derrocaron las dictaduras.

Faro de democracia, paz, libertad y vida

En Bocas del Toro (Panamá) me encontré con la fosa común donde panameños, colombianos, cubanos, mexicanos, jamaiquinos y nicaragüenses en 1895 decidieron un asalto a un cuartel y murieron todos en el intento. Al parecer fueron descuartizados, enterrados y olvidados.

Pero tenían una idea de una América Latina y caribeña unida y libre. Yo soy caribeño, y sé que allí no hay solo historias de piratas europeos, sino historia de revolucionarios que no solo sintieron los huracanes del

mar, sino que produjeron los huracanes de la historia. América Latina y el Caribe tienen que juntarse, y cuando se junten, allí en Panamá, en Bocas del Toro, o en cualquiera de nuestros países, quizás se construya un faro inmenso que alumbre el planeta.

Hoy somos faro de democracia, paz, libertad y vida. Dignidad, democracia, paz, libertad y vida son sinónimos del Caribe y de América Latina. Ese es nuestro destino.

La CELAC es el comienzo para construir un nosotros, para la paz y para el conocimiento humano. América Latina y el Caribe es paz, no exporta guerras. Ayudamos a terminarlas.

América Latina y el Caribe es vida, no exportamos la muerte. Exportamos la solución al calentamiento global, las energías limpias, la alimentación. Exportamos vida.

Hay que ayudar a Haití, la primera tierra libertaria. Hay que ayudar a Cuba y a Venezuela. La juventud venezolana no es 'El Tren de Aragua'.

Hay que ayudar a Panamá y su soberanía, lo dice un colombiano. Hay que construir la red eléctrica americana para que las energías limpias del sur ayuden a descarbonizar la economía de los Estados Unidos. Hay que construir nuestra red de soberanía alimentaria para alimentar un mundo que se queda sin agua y sin tierra fértil.

Hay que construir la agencia de medicinas para la salud para que los vampiros de la salud no nos dejen sin vacunas. Hay que construir el desarrollo digital, la inteligencia artificial controlada por el nosotros y las redes de fibra óptica que nos unan. Y, finalmente, pues, dejo algunas inquietudes como tareas posibles y voluntarias.

El consenso suficiente en la CELAC

Una es ver si la CELAC pasa a la acción y a la integración práctica. Y para ello creo que tenemos que pasar a un concepto que usan los europeos en su propia unidad, que es el concepto del consenso suficiente. No tiene poder de veto.

Si nosotros tenemos poder de veto o alguno de nuestros países, la CELAC no funciona. Los europeos, que tienen un esfuerzo mucho más desarrollado, pero similar que este, usan otro concepto que supera el veto y es el de consenso suficiente. Es decir, el de una mayoría tal que se puede llamar consenso, pero que no llega a la unanimidad absoluta. Porque la unanimidad absoluta es veto, también, de cualquiera de nosotros.

Grupos voluntarios de trabajo por temas clave

Creo que debemos organizar unos grupos de trabajo voluntarios de los países que quieran participar en una serie de objetivos que aquí se han dicho en parte y otros los propongo. Nosotros deberíamos tener un grupo de trabajo para una articulación militar y policial de América Latina y el Caribe.

Creo que el mundo de hoy lo demanda. Creo que la lucha contra mafias diversas y el crimen organizado a escala multinacional lo demanda. Y creo que las circunstancias de crisis climática, de desastre humano, cada vez más intenso y permanente, lo demanda.

Grupos de trabajo voluntarios para establecer una estrategia latinoamericana y caribeña hacia Haití y su fortalecimiento democrático. Hacia la superación concreta de los bloqueos impuestos a Cuba y a Venezuela. Grupos que tengan que ver con objetivos concretos a alcanzar.

Las energías limpias y su red a escala americana. La agencia de medicamentos que ya hemos mencionado. La inteligencia artificial y la red de fibra óptica y el desarrollo digital.

La Amazonía como tal, porque es el tercer pilar climático de toda la humanidad, ya tiene una organización específica, la OTCA (Organización del Tratado de Cooperación Amazónica).

Estos grupos nos podrían permitir avanzar en aspectos concretos de superación de conflicto, de profundización democrática y pacífica y de integración como proyectos específicos.

La economía europea se juntó alrededor del carbón. Nosotros podríamos juntarnos una época ya pasado de la economía fósil alrededor de las energías limpias.

Agenda de la CELAC con el mundo

Vienen una serie de reuniones en donde algunos de nosotros nos encontraremos. La reunión del 13 de mayo entre la CELAC y China.

La reunión en septiembre entre la CELAC y el Golfo Arábigo. Y en ese mismo mes la CELAC y la Unión Africana. Un foro, no pertenece a la CELAC, pero quedan invitados, ya está en plena construcción. El Foro de Migraciones en la ciudad de Riohacha, en La Guajira, Colombia. También para los países que hacen parte de la cuenca amazónica, la reunión de la OTCA. La organización que se ha constituido para el efecto en agosto en Bogotá.

La organización de jefes de estados caribeños en la ciudad de Montería el 29 de mayo. Y podremos, a partir, de esta agenda intentar construir lo que llamamos el consenso suficiente para la toma de decisiones si es posible. Obviamente, cada estado, cada presidente, jefe de Estado, primer ministro, etc, será consultado.

Pero creo que tenemos que ahondar en este mundo tormentoso con audacia, con decisión, con ganas, con unidad.

Nos falta la reunión que es la Unión Europea-CELAC, que se realizará en la ciudad de Santa Marta, Colombia. Santa Marta es la primera ciudad que se construyó en territorio americano por los españoles. No fue encuentro, fue conflicto.

Y es una de las regiones más bellas de Colombia y del Caribe. Con su serranía más alta de todo el Caribe, con su río más grande, el río Magdalena, que es la tierra donde se escribió Cien Años de Soledad. Allí los indígenas huyeron para defenderse de los españoles hacia las alturas que aún están allí.

Y esperamos, cumple 500 años, cinco siglos. Desde entonces, que esta vez sea en sus 500 años un encuentro, ya no un conflicto. Un encuentro entre Europa, el Mediterráneo, concretamente, en toda su diversidad africana, del Medio Oriente y de Europa, con el Caribe. En toda su diversidad también.

Y entonces, allí, en Santa Marta, se va a realizar el encuentro en medio de los 500 años, cinco siglos, de la primera ciudad de conquista, de la CELAC y la Unión Europea.

Gracias, muy amables por haberme escuchado.

Pronunciamento do presidente Lula na abertura da 9ª reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

Tegucigalpa (Honduras), em 9 de abril de 2025

Fonte: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/discurso-do-presidente-lula-durante-abertura-da-9a-reuniao-da-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos

Companheira Xiomara Castro, presidente da República de Honduras, em nome de quem cumprimento os chefes de Estado de governo, ministros e ministras de Relações Exteriores e demais chefes de delegações de países-membros da CELAC.

Companheiros e companheiras,

A América Latina e o Caribe enfrentam hoje um dos momentos mais críticos de sua história.

Percorremos um longo caminho para consolidar nossos ideais de emancipação.

Abolimos a escravidão, superamos as ditaduras militares, mas seguimos convivendo com a exclusão social, a fome e a miséria.

Só recentemente passamos a valorizar nossos povos originários.

A ingerência de velhas e novas potências foi e é uma sombra perene ao longo desse processo.

Agora, nossa autonomia está novamente em xeque.

Tentativas de restaurar antigas hegemonias pairam sobre nossa região.

A liberdade e a autodeterminação são as primeiras vítimas de um mundo sem regras multilateralmente acordadas.

Migrantes são criminalizados e deportados sob condições degradantes.

Tarifas arbitrárias desestabilizam a economia internacional e elevam os preços.

A história nos ensina que guerras comerciais não têm vencedores.

Se seguirmos separados, a comunidade latino-americana e caribenha corre o risco de regressar à condição de zona de influência em uma nova divisão do globo entre superpotências.

O momento exige que deixemos as diferenças de lado.

É preciso resgatar o espírito plural e pragmático que nos uniu no início dos anos 2000 e que levou à criação da UNASUL e da própria CELAC.

Outras regiões se preparam para responder às transformações em curso.

Acabo de voltar da Ásia, onde testemunhei a pujança da ASEAN.

A União Europeia está se reorganizando para fazer frente à crise da OTAN e às medidas comerciais unilaterais.

A União Africana formulou visão comum de desenvolvimento para as próximas quatro décadas.

É imperativo que a América Latina e o Caribe redefinam seu lugar na nova ordem global que se descortina.

Nossa inserção internacional não deve se orientar apenas por interesses defensivos.

Precisamos de um programa de ação estruturado em torno de três temas que demandam ação coletiva.

O primeiro deles é a defesa da democracia.

Nenhum país pode impor seu sistema político a outro.

Mas foi nos períodos democráticos que o Brasil mais avançou na superação de seus desafios sociais e econômicos.

Assistimos nos últimos anos à erosão da confiança na política, o que abriu espaço para projetos autoritários.

A desinformação, o ódio e o extremismo se disseminam nas plataformas virtuais, deturpando e deformando a liberdade de expressão.

Negacionistas desprezam a ciência e a cultura e atacam até as universidades.

Indivíduos e empresas poderosas, que se consideram acima da lei, investem contra a soberania de nossos países.

É trágico que tentativas de golpe de Estado voltem a fazer parte do nosso cotidiano.

Nossos países só estarão seguros se forem capazes de erradicar a fome, gerar bem-estar e garantir oportunidades para todos.

Em linha com o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional da CELAC, o Brasil lançou, em sua presidência do G20, a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Convidamos todos a se somarem à iniciativa, que começará seus trabalhos com projetos no Haiti e na República Dominicana.

O segundo tema que demanda atuação conjunta é a mudança do clima.

O último relatório do IPCC descreve a América Latina e o Caribe como uma das regiões mais vulneráveis do planeta.

Os riscos de colapso da Floresta Amazônica e de degelo da Antártida são pontos de não-retorno que colocam em xeque nossa sobrevivência.

A elevação do nível do mar representa ameaça existencial para as ilhas caribenhas e zonas costeiras.

A COP30, em pleno coração da Amazônia, não será apenas a COP do Brasil, mas de toda a América Latina e Caribe.

Precisamos exigir dos países ricos metas de redução de emissões alinhadas ao Acordo de Paris e de financiamento à altura das necessidades da transição justa.

O Fundo Florestas Tropicais para Sempre, que lançaremos em Belém permitirá que nações que preservam sua cobertura florestal sejam remuneradas por esse esforço.

Somos berço de imensa biodiversidade e fonte abundante de energias renováveis, incluindo importantes reservas de minerais críticos, que precisam estar a serviço do nosso desenvolvimento.

A cooperação energética na América Latina e Caribe não é apenas um imperativo ambiental, mas também uma necessidade estratégica e uma oportunidade econômica.

O terceiro tema de interesse comum é nossa integração econômica e comercial.

Quanto mais fortes e unidas estiverem nossas economias, mais protegidos estaremos contra ações unilaterais.

Em 2023, o comércio entre países da América Latina e Caribe correspondeu a apenas 14% das exportações da região.

O volume de comércio anual que o Brasil mantém com os países da CELAC é de 86 bilhões de dólares, maior do que temos com os Estados Unidos e próximo do que possuímos com a União Europeia.

Precisamos promover o comércio regional de bens e serviços, sua diversificação e crescente facilitação.

Para ampliar nosso intercâmbio, meu governo está determinado a reativar o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI e a expandir o Sistema de Pagamentos em Moeda Local. Integrar redes de transporte, energia e telecomunicações reduz distâncias, diminui custos e incentiva sinergias entre cadeias produtivas.

O Brasil vem impulsionando cinco Rotas de Integração Sul-Americana, que vão unir o Caribe, o Atlântico e o Pacífico.

Fortalecer as instituições financeiras regionais, como a CAF, o Banco de Desenvolvimento do Caribe e o Fonplata, é fundamental para garantir que esses projetos saiam do papel.

Terei prazer em receber os líderes caribenhos em Brasília, no mês de junho, para aprofundar esse debate na segunda Cúpula Brasil-Caribe.

Também atuaremos na presidência brasileira do Mercosul para assinar o acordo com a União Europeia e estreitar os laços com os países centro-americanos.

Nossa integração é uma tarefa inadiável, que não deve ficar à mercê de divergências ideológicas.

Por isso, é chegada a hora de enfrentar o debate sobre a regra do consenso.

Mesmo que reconheçamos seu mérito de forjar convergências, é inegável que hoje ela tem gerado mais paralisia do que unidade, transformando-se em verdadeiro direito de veto.

As inúmeras notas de rodapé incluídas em declarações recentes mostram que a expectativa de uniformidade é irrealista.

Existem exemplos em outras regiões nos quais podemos nos inspirar.

Para analisar essa questão, sugiro a constituição de um grupo de trabalho que possa apresentar recomendações até a próxima Cúpula.

Senhoras e senhores,

O mundo ostenta o triste recorde do maior número de conflitos desde a Segunda Guerra Mundial.

Não queremos guerras nem genocídio. Precisamos de paz, desenvolvimento e livre-comércio.

Manter a América Latina e o Caribe como uma zona de paz significa trabalhar para que o uso da força não se sobreponha à resolução pacífica de conflitos.

O multilateralismo é abalado cada vez que silenciamos ante as ameaças à soberania dos países da região.

Não podemos nos omitir em face do embargo a Cuba, das sanções contra a Venezuela ou do caos social no Haiti.

É essencial recuperar nossa tradição regional de respeito ao asilo diplomático.

A CELAC pode contribuir para resgatar a credibilidade da ONU elegendo a primeira mulher Secretária-Geral da organização.

Companheiras e companheiros,

Quero agradecer à nossa companheira Xiomara Castro por liderar a CELAC num ano especialmente desafiador para o mundo e para a região.

Desejo ao companheiro Gustavo Petro muito sucesso na condução da CELAC no próximo período.

Saúdo também a decisão do meu amigo Yamandú Orsi de assumir a presidência da CELAC em 2026.

Só posso dizer para vocês: contem com o Brasil para seguir construindo nossa Pátria Grande.

Muito obrigado.

O Mês dos Institutos Nacionais de Saúde Pública

The Month of National Institutes of Public Health

Augusto Paulo Silva
Manuel Mahoche
Tomé Cá
Dala Djop
Felix Rosenberg

Abstract. *Between April 9 and 10, Maputo hosted the main global meeting of National Public Health Institutes, organized by the International Association of National Public Health Institutes (IANPHI) and the National Institute of Health (INS) of Mozambique. The event, opened by the Minister of Health, Dr. Ussene Isse, took place in the context of major challenges for global health, such as climate change, rapid population growth in Africa, armed conflicts, destructive technologies, and a reduction in international health funding. IANPHI President Duncan Selbie emphasized the unique role of the network as global governmental institutions, highlighting the need for collaboration in the face of shrinking resources. During the event, the Director-General of Africa CDC, Jean Kaseya, visited the INS and praised its performance, considering it a model for Portuguese-speaking African countries and for the African continent. The meeting resulted in the Maputo Declaration, which proposes strengthening cooperation networks, creating standardized crisis response protocols, and promoting the use of digital technologies and data sharing between countries. At the same time, Kigali (Rwanda) hosted the first Global Artificial Intelligence (AI) Summit in Africa, bringing together leaders and experts to discuss the potential of AI on the continent. Within the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), the 6th Ordinary Meeting of the Network of National Public Health Institutes (RINSP-CPLP) took place, with representatives from Angola, Cape Verde, Mozambique, Portugal, São Tomé and Príncipe, and Timor-Leste. Progress and challenges of the Biennial Plan were assessed, actions to strengthen the institutes were discussed, and Felix Rosenberg, Executive Secretary of RINSP, was honored for his contribution to the development of RINSP-CPLP.*

Keywords: *Moçambique. Africa CDC. IANPHI. RINSP-CPLP.*

Resumo. Entre os dias 9 e 10 de abril, Maputo sediou a principal reunião global dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, promovida pela Associação Internacional dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI) e pelo Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique. O evento, aberto pelo Ministro da Saúde, Dr. Ussene Isse, ocorreu em um contexto de grandes desafios para a saúde global, como mudanças climáticas, crescimento populacional acelerado na África, conflitos armados, tecnologias destrutivas e redução do financiamento internacional para a saúde. O presidente da IANPHI, Duncan Selbie, enfatizou o papel exclusivo da rede como instituições governamentais globais, destacando a necessidade de colaboração diante da redução de recursos. Durante o evento, o Diretor-Geral do CDC África, Jean Kaseya, visitou o INS e elogiou sua atuação, considerando-o um modelo para os países africanos de língua portuguesa e para o continente africano. A reunião resultou na Declaração de Maputo, que propõe fortalecer redes de cooperação, criar protocolos padronizados para resposta a crises e promover o uso de tecnologias digitais e troca de dados entre países. Paralelamente, Kigali (Ruanda) sediou a primeira Cúpula Global de Inteligência Artificial (IA) na África, reunindo líderes e especialistas

para discutir o potencial da IA no continente. No âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), ocorreu a VI Reunião Ordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública (RINSP-CPLP), com representantes de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Foram avaliados avanços e desafios do Plano Bienal, discutidas ações para fortalecimento dos institutos e homenageado Felix Rosenberg, Secretário Executivo da RINSP, por sua contribuição ao desenvolvimento da RINSP-CPLP.

Palavras-chave: Moçambique. CDC África. IANPHI. RISNP-CPLP.

Reunião Anual da IANPHI

Decorreu de 9 a 10 de abril, na cidade de Maputo, a maior e principal reunião global dos Institutos Nacionais de Saúde Pública, organizado pela Associação Internacional dos Institutos Nacionais de Saúde Pública (IANPHI) e o Instituto Nacional de Saúde (INS) e cuja sessão de abertura foi presidida pelo Ministro da Saúde de Moçambique, Dr. Ussene Isse.

Na ocasião, o governante declarou que o evento decorre num dos momentos mais preocupantes e desafiantes para a saúde global das últimas décadas, devido à ocorrência simultânea de múltiplas crises, tais como mudanças climáticas e aquecimento global, rápido crescimento populacional em África, aumento de conflitos armados no mundo, tecnologias destrutivas e redução do financiamento global para a saúde.

Os referidos fatores, de acordo com o Ministro, favorecem o surgimento de emergências ou agravamento de diversas doenças com consequências diretas para as comunidades e aumentam o fardo de doenças para o setor da saúde, resultando no aumento da frequência e gravidade de surtos e epidemias, sobretudo nos países de baixa renda, onde, coincidentemente, os sistemas de saúde são os mais frágeis.

Ussene Isse explicou que, perante o cenário acima descrito, Moçambique tem vindo a defender reformas urgentes nas agendas globais de saúde, de modo a assegurar que a cooperação multilateral seja orientada para o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde e para a edificação de sistemas resilientes a várias crises globais.

“Face a este desafio, defendemos que o uso de inteligência científica assuma um papel-chave para perspectivar um futuro melhor para a saúde global. Por isso, devemos apostar nos Institutos Nacionais de Saúde Pública como um pilar-chave nessa jornada”, vincou.

Imagem 1: O Ministro da Saúde proferindo o discurso na abertura da Reunião Anual da IANPHI

Fonte: INS, 2025.

A Reunião Anual da IANPHI decorreu sob lema “O papel dos Institutos Nacionais de Saúde Pública na promoção de sociedades saudáveis, equitativas e resilientes para enfrentar ameaças atuais e futuras”. O Ministro sublinhou que o lema esclarece o reconhecimento do papel fundamental dos referidos institutos na identificação de soluções tecnológicas e científicas para a melhoria da saúde e bem-estar das populações.

“Neste momento, particularmente desafiante da história da saúde global, defendemos, fortemente, que todos os países devem possuir um instituto nacional de saúde pública operacional como estratégia-chave para garantir mais e melhor saúde”, destacou, acrescentando que é neste contexto que o Governo de Moçambique tem vindo a fortalecer o INS, recentemente eleito como centro de excelência do África CDC para a área de formação de profissionais de saúde ao nível dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Por seu turno, o Diretor-geral do INS, Eduardo Samo Gudo, caracterizou a reunião como sendo histórica, tendo em consideração o número de participantes, que são mais de 200, metade dos quais participam de forma presencial, representando mais de 60 institutos ou agências de saúde a nível mundial.

“Estes números são um testemunho da dimensão, importância e relevância da reunião no panorama atual e global da saúde. Acima de tudo, são uma demonstração da qualidade dos debates que se esperam durante o evento. Por isso, a nossa expectativa é muito alta em relação à reunião”, sublinhou.

Imagem 2: O Diretor-Geral do Instituto Nacional de Saúde na sessão de abertura

Fonte: INS, 2025.

Na mesma ocasião, o Presidente da IANPHI, Duncan Selbie, destacou a importância e o crescimento da organização que dirige, salientando que os países membros mantêm uma ajuda mútua, partilhando experiências e conhecimentos.

“Nós não somos universidades nem grupos de reflexão ou uma outra forma de empreendimento de saúde pública. Eles são importantes, mas nós temos uma importância exclusiva, porque somos uma Rede de instituições governamentais a nível mundial. Há muitas incertezas e medo resultantes da perda de recursos e redução de financiamento em todo o mundo, mas há muito que podemos fazer”, vincou.

Imagem 3: O Presidente da IANPHI, Dr. Duncan Selbie, proferindo seu discurso na sessão de abertura

Fonte: INS, 2025.

A sessão de abertura foi igualmente prestigiada pela presença de diversas individualidades, com destaque para o Diretor-Geral do Centro Africano de Prevenção e Controlo de Doenças (CDC África), Jean Kaseya, o Diretor Regional Interino da Organização Mundial da Saúde para África, Chikwe Ihekweazu, do seu Representante em Moçambique, Severin von Xylander, entre outros. Esta Reunião Anual adotou a Declaração de Maputo

Diretor-Geral do CDC-África considera INS um modelo para os PALOP e para África

Imagem 4: O Diretor-Geral do CDC África, Dr. Jean Kasseya, em visita ao campus do INS

Fonte: INS, 2025.

O Diretor-Geral do Centro para o Controlo e Prevenção de Doenças de África (CDC-África), Jean Kaseya, visitou, à margem da Reunião Anual da IANPHI, a sede do Instituto Nacional de Saúde (INS), em Marracuene.

Durante a visita guiada pelo Diretor-Geral do INS, Eduardo Samo Gudo, Kaseya percorreu os diversos laboratórios da instituição e interagiu com alguns responsáveis das unidades, mostrando-se impressionado com o funcionamento e a dedicação das equipas.

“Estou impressionado e quero felicitar a Direção-Geral e toda a equipa do INS pelo excelente trabalho que têm vindo a realizar”, declarou, destacando a forma harmoniosa como a instituição integra os seus serviços e a capacidade de diversificar as parcerias.

“O INS, na qualidade de Centro de Excelência para os PALOP — estatuto atribuído pelo CDC-África, é hoje uma referência para os países de língua oficial portuguesa, e estou certo de que, com este trabalho, pode atrair outros países e tornar-se um modelo para todo o continente africano”, afirmou.

Resumindo, pode-se afirmar que a Reunião Anual da IANPHI não só evidenciou a relevância da cooperação internacional em saúde, mas também reforçou a necessidade de estratégias compartilhadas para enfrentar desafios globais – desde pandemias até crises emergentes de saúde.

Esta Reunião Anual, através da Declaração de Maputo, vai gerar desdobramentos que vão muito além de uma simples reunião de representantes dos Institutos Nacionais de Saúde Pública. Entre os principais resultados, destaca-se o fortalecimento das redes de cooperação internacional. Líderes e especialistas discutiram a criação de protocolos padronizados que garantam uma resposta rápida e coordenada a futuras crises de saúde, incorporando tecnologias digitais e a troca contínua de dados entre os países. Esse intercâmbio de ideias pretende transformar o modo de preparo para emergências sanitárias e solidificar o compromisso com práticas mais integradas globalmente.

Outra vertente importante foi a ênfase na promoção de sociedades equitativas e resilientes. Durante as mesas-redondas e sessões paralelas (realizadas para convidados), os participantes abordaram não só questões técnicas, mas também fatores políticos e sociais, como a transparência e o papel dos meios de comunicação em tempos de crise.

Cúpula Global de IA em África

A capita do Ruanda, Kigali, tornou-se o ponto central das discussões sobre inteligência artificial com a primeira Cúpula Global de IA em África, reunindo mais de 1600 líderes, inovadores e decisores políticos para explorar como a IA pode desbloquear o potencial do continente.

O Presidente Paul Kagame apelou ao continente africano para que aproveite a sua criatividade e inovação para beneficiar coletivamente da IA enfatizando que a África não pode dar-se ao luxo de ficar para trás nesta revolução tecnológica.

Kagame afirmou que, embora a IA esteja a revolucionar o mundo, os seus benefícios são frequentemente obscurecidos pela competição geopolítica e concentrados em poucos países.

"A África não pode dar-se ao luxo de ficar para trás, mais uma vez a tentar recuperar o atraso", disse Kagame. "Temos de nos adaptar, cooperar e competir. É do nosso melhor interesse fazê-lo."

Ele destacou o imenso potencial de inovação e criatividade de África, que pode ser amplificado através da IA, desde que haja investimento em áreas-chave.

O Presidente Paul Kagame apelou ao continente africano para que aproveite a sua criatividade e inovação para beneficiar coletivamente da IA, enfatizando que a África não pode dar-se ao luxo de ficar para trás nesta revolução tecnológica.

Kagame afirmou que, embora a IA esteja a revolucionar o mundo, os seus benefícios são frequentemente obscurecidos pela competição geopolítica e concentrados em poucos países.

"A África não pode dar-se ao luxo de ficar para trás, mais uma vez a tentar recuperar o atraso", disse Kagame. "Temos de nos adaptar, cooperar e competir. É do nosso melhor interesse fazê-lo."

Ele destacou o imenso potencial de inovação e criatividade de África, que pode ser amplificado através da IA, desde que haja investimento em áreas-chave.

Kagame delineou três prioridades: construir infraestruturas digitais com internet fiável de alta velocidade, desenvolver uma força de trabalho qualificada (cientistas de dados, engenheiros e especialistas em cibersegurança) e acelerar a integração continental para harmonizar a governação da IA e a mobilização de recursos.

Apesar das preocupações com o impacto da IA na privacidade e proteção de dados, Kagame expressou confiança no seu potencial como uma força para o bem se os africanos trabalharem em conjunto para impulsionar a sua aplicação de formas que sirvam os melhores interesses do continente.

"Vamos continuar a trabalhar juntos e a impulsionar a IA para reduzir a desigualdade e permitir que cada vez mais dos nossos cidadãos beneficiem do bem que a IA pode trazer a todos nós", disse Kagame.

A Cúpula também contou com declarações do Presidente Faure Essozimna Gnassingbé do Togo, que sublinhou a importância do pensamento estratégico e da cooperação, apesar dos desafios colocados pela competição global e pelo protecionismo tecnológico.

"Este é um momento de cooperação", disse Gnassingbé. "Precisamos de tirar lições disso, e seria sensato que o nosso continente baseasse as nossas esperanças na mera vontade e generosidade dos nossos parceiros. A IA não será uma exceção, e é por isso que precisamos de ter uma capacidade seletiva e estratégica adotada no continente."

Respondendo ao apelo por infraestruturas de IA, Strive Masiyiwa, Fundador e Presidente Executivo do Grupo *Econet*, destacou o progresso nas infraestruturas digitais de África na última década, com 120 km de fibra instalados para ligar o continente.

Ele anunciou que o primeiro carregamento de mais de 3000 GPUs (Unidades de Processamento Gráfico) chegará à África do Sul no próximo mês, com planos para instalar mais 10 000 unidades em cinco locais, fornecendo a capacidade computacional para apoiar o desenvolvimento de IA.

Masiyiwa também revelou planos para criar modelos de linguagem de IA africanos, começando com o *kinyarwanda* e o *suaíli*, como parte dos esforços para construir uma IA que reflita as culturas e necessidades únicas do continente.

Doreen Bogdan-Martin, Secretária-Geral da União Internacional de Telecomunicações, observou que 17 dos 54 países africanos já possuem uma política de IA sublinhando a

necessidade de diálogos globais contínuos para abordar questões como a segurança de dados. "Isso é progresso", disse ela.

Musalia Mudavadi, Primeiro-Ministro do Quénia, salientou a importância de alimentar os centros de dados com energia verde e promover o uso de energia geotérmica.

Ele apelou a um maior investimento em fontes de energia sustentáveis para satisfazer as crescentes exigências do setor da IA.

Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS-CPLP)

VI Reunião Ordinária da Rede de INSP (RINSP/CPLP)

A VI Reunião Ordinária da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP – RINSP-CPLP, foi realizada no dia 11 de abril em Maputo, à margem da Reunião Anual da IANPHI. Participaram na reunião os diretores ou seus representantes dos INSP de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe (em processo de formalização) e Timor-Leste.

A cerimónia de abertura contou com a presença do Senhor Embaixador do Brasil em Moçambique, Emb. Ademar Seabra da Cruz Junior; do Diretor-Geral do INS de Moçambique, Dr Eduardo Samo Gudo e do Secretário Executivo da RINSP, Felix Rosenberg. Os participantes fizeram uma avaliação do Plano RINSP / CPLP 2023 – 2025 para apreciarem os avanços e também desafios na implementação de ações preconizadas relativamente a:

- Criação/fortalecimento dos INSP de São Tomé e Príncipe;
- Realização de uma Conferência Trienal da CPLP sobre “Uma Saúde/Saúde Única” em Cabo Verde.
- Compromisso de aproximação com os CONSAN nacionais na tentativa de neles tomarem assento. A maioria deles já participam dos respectivos CONSAN e os novos Institutos (STP e TL) incorporaram esse compromisso nos seus respectivos planos estratégicos;
- Reflexão sobre o papel do Teatro do Oprimido (TO) na mobilização e participação comunitária na saúde pública;
- Propostas para o Plano 2025 -2026

INS homenageia Secretário Executivo da RINSP-CPLP

O Instituto Nacional de Saúde homenageou o Secretário Executivo da RINSP da CPLP, Felix Rosenberg, pela sua contribuição na restruturação e desenvolvimento desta instituição. O ato teve lugar durante a 6ª reunião do RINSP da CPLP.

Na ocasião, o antigo Diretor-Geral do INS, Ilesh Jani, enalteceu a figura de Rosenberg em várias dimensões do INS e daquela apreciação.

“A dinâmica da RINSP é do Felix, que, igualmente, teve uma grande influência na formatação da IANPHI. Ao longo destes 20 anos, tive oportunidades de discussões sobre várias matérias com ele, e a minha formação, como gestor do INS e profissional de saúde pública, também tem muita influência dele”, vincou.

Por seu turno, Eduardo Samo Gudo descreveu Rosenberg como sendo uma luz que enche a RINSP, exaltando os seus feitos ao longo dos anos que ele vem apoiando o sector da saúde em muitos países.

MAPUTO DECLARATION

IANPHI
ANNUAL MEETING
APRIL 9-11, 2025 | MAPUTO, MOZAMBIQUE

NATIONAL PUBLIC HEALTH INSTITUTES COMMIT TO JOINT EFFORTS TO PROMOTE HEALTHY, EQUITABLE AND RESILIENT SOCIETIES TO TACKLE CURRENT AND FUTURE THREATS

Statement from IANPHI Annual Meeting, hosted by Mozambique's National Institute of Health

WE, members of the International Association of National Public Health Institutes (IANPHI), gathered physically and virtually on April 9 and 10, 2025 in the city of Maputo, Mozambique for the IANPHI annual meeting.

RECOGNIZE THAT:
We are at an historic turning point for global public health, with continued vulnerability to pandemic disease, war and conflicts, the growing burden of non-communicable diseases, under-funded and fragile health systems, increasing environment and climate driven hazards, growing global inequalities, and significant cuts to funding for health, seriously threatening progress towards the Sustainable Development Goals and the realization of Universal Health Rights.

Misinformation and disinformation are undermining trust in the science, jeopardizing the effective health promotion efforts for communities to understand health risks and protect their own health.

The decrease in global solidarity for health presents a substantial risk to community cohesion and resilience and to planetary health, requiring urgent action.

CONFIRMED the need to build strong, well funded, resilient and sustainable public health systems to promote health and well being while protecting life-saving public health programs from any form of crisis.

REAFFIRMED the importance of all countries having the National Public Health Institutes and workforce capacity to deliver the Essential Public Health Functions.

WELCOMED the ambition clearly articulated by Africa Centres for Disease Control to support all countries in Africa develop a National Public Health Institutions, and the World Health Organization's commitment in building public health institutions and workforce capacity at country level.

WE CALL FOR ACTION to ensure:

- National Public Health Institutes are strengthened or established to deliver science based solutions under the umbrella of essential public health functions to protect lives and promote health and well being.
- Networks between National Public Health Institutions and the development of collaborative surveillance are strengthened, with all countries having the capacity to prevent, detect and respond to public health hazards.

- The scientific independence of National Public Health Institutes is protected to generate the evidence needed for health policy and build public trust in science to counter mis-information and disinformation.

- Available global funding is used to protect essential public health programs and maximize National public health capacity, with Regional and Global support increasingly focused on supporting the norms, standards necessary for effective intercountry, regional and global collaboration to protect and promote health and wellbeing.

- Agreement is reached on the metrics, indicators and methodology needed to monitor population health and the social determinants of health and to evaluate policies to improve health for at-risk populations is prioritized.

- Investment is increased in building the competencies of a multidisciplinary health workforce to deliver the essential public health functions and address current and future challenges to health.

WE COMMIT TO:

- Strengthening and expanding global and regional networking and partnerships; accelerating the generation of scientific evidence to inform health policy and empower communities; promoting equity and addressing social inequalities; promoting global solidarity as an essential pillar of worldwide health and wellbeing; strengthening collaboration between IANPHI Members and with all other public health organizations to reinforce the global public health community; promoting National Public Health Institutes as an essential component of a resilient public health system; enhancing prevention, health promotion and health security; and to supporting and preparing countries to deal with uncertainties associated with current and future crises.

Europa entre Trump e a febre aftosa

Europe between Trump and the foot-and-mouth disease

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo. Freire comenta sobre os novos ataques russos à Ucrânia, em meio às negociações de um remoto cessar-fogo, e sobre a criação de uma "força de segurança" europeia, que segue em pauta. Trump continua aterrorizando a Europa, isolando-a e perseguindo-a ideologicamente. Para a autora, as tarifas aduaneiras impostas por Trump, trazem um cenário propício à acordos de livre comércio, mas não aquele tão almejado com o Mercosul. Alemanha firma coalização entre conservadores e centro-esquerda, mantendo o "cordão sanitário" que neutraliza a extrema direita. Fiedrich Merz deve ser o novo chanceler. Epidemia de febre aftosa na Eslováquia e Hungria assusta, leva ao sacrifício de animais sadios, ameaça a segurança alimentar e impõe controles de fronteira.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Donald Trump; Guerra na Ucrânia; febre aftosa.

Abstract. *Freire comments on the new Russian attacks on Ukraine, amid negotiations for a remote ceasefire, and on the creation of a European "security force," which is still on the agenda. Trump continues to terrorize Europe, isolating it and persecuting it ideologically. For the author, the customs tariffs imposed by Trump create a scenario conducive to free trade agreements, but not the one so desired with Mercosur. Germany forms a coalition between conservatives and the center-left, maintaining the "cordon sanitaire" that neutralizes the extreme right. Fiedrich Merz should be the new chancellor. The foot-and-mouth disease epidemic in Slovakia and Hungary is frightening, leading to the slaughter of healthy animals, threatening food security and imposing border controls.*

Keywords: *Global Health; European Union; Donald Trump; Ukraine war; Foot-and-mouth disease*

A Guerra na Ucrânia segue sem perspectiva de trégua. A quinzena não viu avanço significativo nas negociações entre EUA e Rússia por um cessar-fogo mais abrangente. Pelo contrário, as partes seguem se acusando mutuamente de ataques à infraestruturas de energia, objeto do cessar-fogo temporário em vigor atualmente. Para além disso, 10 dias após um ataque que deixou 20 pessoas mortas, a Rússia desferiu novo ataque mortal à Ucrânia, que registrou mais de 30 mortes, dentre as quais 2 crianças, e centenas de feridos, em pleno Domingo de Ramos. Em resposta, os ministros de relações exteriors do bloco, clamaram pela urgência de uma nova rodada de sanções à Rússia. Para eles, trata-se de uma clara demonstração de que Vladimir Putin não está interessado em prosseguir as negociações de paz promovidas por Donald Trump. Este último, a propósito, classificou o ataque como "horrível", "terrível", mas minimizou a responsabilidade russa: "Disseram-me que cometeram um erro", disse Trump a jornalistas.

Dias antes, Steve Witkoff, enviado especial dos Estados Unidos para o Médio Oriente, esteve na Rússia conversando com Kirill Dmitriev, numa terceira reunião em busca de um cessar-fogo total na Ucrânia. No entanto, antes das conversações, o porta-voz do Kremlin,

Dmitry Peskov, disse que não eram esperados avanços e que “o processo de normalização das relações está em curso”. A bola está com os EUA, após a Rússia ter respondido à proposta de paz estadunidense com a recusa em negociar com Zelenski, propondo um governo de transição na Ucrânia liderado pela ONU. Outro ponto sensível da negociação é a exigência russa de retirada de sanções impostas pela UE. A pergunta que fica é como os EUA resolverão a questão, sem envolver o bloco europeu nas negociações de paz.

Após a sugestão de criação de uma “força de segurança” proposta por França e Reino Unido para o caso de um cessar-fogo na Ucrânia, o chefe do Estado-Maior francês, Thierry Burkhard, viajou à Kiev com seu homólogo britânico, para discutir o fortalecimento das Forças Armadas ucranianas e "opções de garantias" a serem fornecidas "assim que o cessar-fogo for implementado". Durante a visita, os dois líderes militares europeus mantiveram discussões com o general Oleksandr Syrsky, chefe do Estado-Maior ucraniano, o ministro da Defesa, Rustem Umerov, e o presidente Volodymyr Zelensky. O objetivo, era "trocar [informações] sobre as necessidades e os objetivos do exército ucraniano para apoiá-lo a longo prazo na reconstrução e no desenvolvimento de seu modelo", declarou Burkhard em um comunicado à imprensa. Segundo ele, tratava-se, portanto, de garantir "a manutenção de um apoio determinado ao exército ucraniano, permitindo-lhe continuar a luta" contra a Rússia, bem como definir "uma estratégia de longo prazo para a reconstrução e transformação do modelo do exército ucraniano, a principal garantia da segurança deste país". O presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, demonstrou satisfação com o "progresso tangível" e os "detalhes iniciais" sobre o envio de um contingente europeu para o território ucraniano quando um cessar-fogo for concluído com a Rússia.

Vale lembrar que a Rússia se opõe a qualquer tipo de ajuda dos europeus para armar o exército da Ucrânia: tanto a presença de soldados de países da Otan em território ucraniano, quanto a continuidade do fornecimento de armas, seriam considerados como atos de guerra contra Moscou.

Enquanto isso, UE e Ucrânia negociam um acordo de livre comércio. Desde o início da Guerra, vige um esquema de suspensão temporária de todas as tarifas e quotas sobre as exportações agrícolas ucranianas para o bloco. Mas o regime, que já foi renovado uma vez, expira em junho e não pode ser prorrogado. Espera-se que o acordo de livre comércio o substitua. A agricultura é o tema mais controverso das negociações. O executivo da UE visa reintroduzir as quotas, mas a Ucrânia quer manter o regime tal como está. A proposta do acordo vem recebendo críticas em vários Estados-membros da UE, em especial, por parte da França e da Polônia, onde os agricultores protestaram contra o aumento das importações agrícolas ucranianas desde a eliminação das barreiras comerciais.

Quanto ao “tarifaço” de Trump, a União Europeia vem se articulando como pode para responder à imposição de tarifas aduaneiras de 20% (posteriormente ajustada para 10%) sobre as importações europeias. Além disso, o aço, o alumínio e os automóveis estarão sujeitos a uma tarifa punitiva de 25%. Os países do bloco adotaram o primeiro pacote de medidas de retaliação contra as tarifas anunciadas pelos Estados Unidos.

A Comissão da União Europeia diz que as contramedidas podem ser suspensas a qualquer momento, caso os Estados Unidos concordem com um resultado negociado justo e equilibrado. A ação é uma resposta às tarifas de 25% sobre o aço e o alumínio implementadas pela Casa Branca. Trump ameaça impor mais taxas sobre os produtos farmacêuticos, um setor

precioso para os europeus. Este cenário traz especial importância aos acordos de livre comércio, mas engana-se quem aposta na imediata possibilidade de destravamento das negociações para o Acordo UE-Mercosul. Apesar da Áustria se mostrar agora favorável ao Acordo, o ministro francês da Economia, Eric Lombard, reconhece que a guerra comercial "aceleram" as discussões em favor do tratado com o bloco sul-americano, mas reitera a oposição francesa à ratificação do acordo comercial.

Num contexto em que Trump impõe um isolamento da UE nas negociações de paz da Ucrânia e um "tarifaço" ao mundo, a UE anunciou uma nova parceria estratégica com os países da Ásia Central, ao final de uma primeira cimeira UE-Ásia Central, que trouxe à mesa de negociações os líderes do Cazaquistão, Quirguizistão, Tajiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, acredita que a parceria conduzirá a novas oportunidades em setores como energia, turismo, comércio e transportes, ao anunciar um pacote de investimento de 12 bilhões de euros para a região. O novo pacote financiará projetos nas áreas de transportes (3 bilhões de euros), matérias-primas essenciais (2,5 bilhões de euros), da água, da energia e do clima (6,4 bilhões de euros), bem como da conectividade digital. O acesso a energias limpas e a terras raras é fundamental para a UE, que procura alcançar a neutralidade climática até 2050 e aumentar a sua autonomia em setores estratégicos. A Ásia Central possui grandes jazidas, incluindo 38,6% do minério de manganês do mundo, 30,07% de crómio, 20% de chumbo, 12,6% de zinco e 8,7% de titânio. Vale destacar que os 5 países se abstiveram de votar na ONU relativamente à guerra da Rússia, mantendo neutralidade.

Trump prossegue com sua investida ideológica contra a Europa. Várias universidades públicas portuguesas que têm programas financiados pelos Estados Unidos receberam uma carta da Embaixada estadunidense com um questionário de 36 perguntas sobre ideologia de gênero, ligações com partidos comunistas, "influências malignas da China", eventuais ligações a grupos terroristas e financiamentos recebidos de países como Rússia, Cuba ou Irã. As instituições foram ameaçadas de cortes no orçamento caso não respondam às questões. Algumas de fato já perderam financiamento, como no caso do Instituto Superior Técnico (IST) de Lisboa que teve financiamento cancelado para um programa que mantinha um espaço de divulgação da cultura estadunidense em suas instalações. Trata-se do programa "American Corner", que funciona em várias universidades portuguesas há mais de uma década. Além do IST, as universidades dos Açores, Aveiro, Porto (Faculdade de Letras), Lisboa (Faculdade de Letras) e Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências e Tecnologia) têm estes espaços. O objetivo do "American Corner" é promover a comunicação da ciência e aproximar as culturas estadunidense e portuguesa. O programa concede uma verba anual para eventos e atividades acadêmicas e para a compra de equipamentos tecnológicos de última geração. Os reitores repudiaram "intromissão intolerável" na autonomia das instituições e muitos declararam que não vão responder às questões.

Na Alemanha, uma nova coalizão está formada por conservadores e centro-esquerda. O CDU, legenda conservadora da ex-chanceler Angela Merckel, venceu as eleições antecipadas de fevereiro, enquanto o SPD, de centro-esquerda do ex-chanceler Olaf Scholz, ficou em terceiro lugar. O acordo, intitulado "Responsabilidade para a Alemanha", isola a extrema direita do AfD, que ficou em segundo lugar no pleito e sela a aliança entre os 2 principais partidos do país[100]. O conservador Friedrich Merz deve ser conduzido ao cargo de chanceler federal no início de maio.

[100] Apesar do partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD) ter conquistado 20,8% dos votos na eleição antecipada de fevereiro e se tornado a segunda maior força política do país, ele foi excluído da coalizão.

Além de manter o “cordão sanitário”, que boicota as extremas direita e esquerda, a nova coalizão promete reconhecer e priorizar o Brasil como parceiro estratégico, retomar o acordo União Europeia-Mercosul (já negado neste informe pelo ministro francês de economia) e combater o extremismo. “Queremos intensificar e aprofundar as relações estratégicas com o Brasil”, afirma o documento, que também estabelece o objetivo de "ampliar as cooperações econômicas, ambientais e tecnológicas" com países-chave fora da Europa. O texto do acordo, amplia o escopo das relações internacionais ao apontar a América Latina e o Caribe como regiões de interesse especial para parcerias.

A política migratória assume posição de eixo central do novo governo. A coalizão promete, em resposta a uma demanda que levou ao crescimento da extrema direita, "acabar em grande medida com a migração irregular". Entre as medidas anunciadas estão: fim de programas federais de acolhimento voluntário; suspensão temporária do reagrupamento familiar para pessoas com proteção subsidiária; controles reforçados nas fronteiras nacionais; e aceleração de processos de deportação. Apesar disso, a Alemanha afirma que continuará sendo um país de acolhida, mas com critérios mais claros e foco na migração qualificada. O acordo CDU-SPD também prevê medidas de enfrentamento à recessão econômica, fortalecimento da defesa nacional e modernização do Estado. Entre os principais pontos estão: criação de um Conselho Nacional de Segurança, vinculado à chancelaria; redução do imposto de renda corporativo a partir de 2028; fundo de 500 bilhões de euros para infraestrutura nos próximos dez anos; cortes de 10% nos gastos administrativos dos ministérios até 2029 (exceto segurança); e manutenção do salário mínimo em crescimento e apoio à classe trabalhadora.

A Romênia volta às urnas no dia 4 de maio, após a anulação do primeiro turno das eleições de dezembro de 2025, quando o ultranacionalista Calin Georgescu obteve supreendente vitória. A eleição foi anulada pelo Tribunal Constitucional depois de terem surgido alegações de interferência russa para promover Georgescu, que se candidatou como independente. A Rússia nega as acusações, mas Georgescu foi impedido de se recandidatar. Este foi um dos motivos para a polêmica fala do vice-presidente estadunidense JD Vance sobre a Europa na Conferência de Segurança de Munique, quando afirmou que o maior perigo enfrentado pelo continente vinha de dentro e acusou os líderes europeus de cercearem a liberdade de expressão. Pelas atuais pesquisas de intenção de voto, a extrema direita segue na liderança: desde que Georgescu foi impedido de se candidatar às novas eleições, a extrema-direita apoiou George Simion**,** líder da Aliança para a União dos Romenos (AUR) e favorito nas urnas romenas.

Uma grata novidade na área da saúde é que o governo britânico vem buscando inspiração no modelo brasileiro de agentes comunitários de saúde para replicar no sistema de saúde britânico o NHS, segundo reportagem publicada pelo jornal The Telegraph de 07/04. De acordo com a matéria, o governo britânico está fazendo um projeto-piloto inspirado no modelo brasileiro em um bairro de Londres, que deve posteriormente ser ampliado para 25 regiões na Inglaterra. O texto diz que governo do partido trabalhista estaria tão interessado na Estratégia Saúde da Família brasileira, que enviou representantes da área de saúde ao Rio de Janeiro para assinar uma carta de intenções sobre a cooperação em saúde entre o Reino Unido e o Brasil. Ainda de acordo com o texto, o ministro da Saúde britânico, Wes Streeting, convidou especialistas em saúde do Brasil para obter informações sobre os programas de saúde da família e para usar esse conhecimento em um planejamento de dez anos para o NHS. Esse plano deve ser publicado em junho, de acordo com o Telegraph — com maior ênfase na prevenção a

doenças e um deslocamento do foco dos hospitais em direção às comunidades, o que seria inspirado no modelo brasileiro.

Após 5 meses de silêncio, no Dia Mundial da Saúde, o diretor-geral da OMS Europa, Hans Kluge fez a sua primeira declaração de 2025, dedicando seu discurso à mortalidade materna. Ele afirma que mais de 700 mulheres perdem a vida em todo o mundo devido a complicações maternas evitáveis. Ele ressalta que a Região Europeia da OMS apresenta a menor taxa de mortalidade materna (TMM) de todas as regiões da OMS, com 11 mortes para cada 100.000 nascidos vivos. No entanto, observa que as reduções na mortalidade materna não são distribuídas uniformemente, com disparidades significativas entre países e sub-regiões, destacando desigualdades persistentes e falta de investimento ou acesso a serviços de saúde materna de qualidade. Dos 53 países da Região Europeia, 15 apresentam uma TMM superior à média regional (pouco mais de ¼). Além disso, 9 desses países registaram um aumento na TMM entre 2020 e 2023, em meio à pandemia de Covid-19. Mais de uma dúzia de outros países simplesmente pararam de progredir, com 14 dos 53 Estados-Membros sem qualquer melhoria na TMM entre 2020 e 2023.

Kluge aponta 3 ações abrangentes que ajudarão a reduzir a mortalidade materna em todos os níveis. Em primeiro lugar, a cobertura universal de saúde, incluindo o acesso a serviços abrangentes de saúde materna, é essencial e deve também incorporar apoio à saúde mental para grávidas e puérperas. Em segundo lugar, investir em campanhas de educação e sensibilização pode garantir que as mães e as suas famílias conheçam informações sobre nutrição, preparação para o parto e cuidados pós-parto. Por fim, a expansão dos cuidados obstétricos de emergência garantirá que, quando surgirem complicações e o tempo for essencial, a vida de uma mãe (e de seu filho) possa ser salva.

Os dados mais recentes revelam que países do norte e oeste da Europa, como Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega e Suécia, apresentam algumas das menores TMM da região, variando de 1 a 5 mortes por 100.000 nascidos vivos. Isso ocorre porque gestantes e puérperas nesses países têm amplo acesso a cuidados de saúde universais, com cobertura abrangente de cuidados maternos, assistência ao parto qualificada, incluindo cuidados conduzidos por parteiras, sistemas robustos de atendimento obstétrico de emergência, baixas disparidades socioeconômicas e políticas sólidas de igualdade de gênero. É importante que esses países compartilhem suas experiências e melhores práticas com outros. O sul da Europa revela tendências mistas de TMM. Países como Grécia, Itália, Portugal e Espanha geralmente apresentam TMM baixa, mas alguns registraram estagnação ou até mesmo ligeiros aumentos. Isso pode ser atribuído ao aumento das disparidades de saúde observadas em populações migrantes e às restrições ao financiamento da saúde. Dados da Europa Oriental e dos Balcãs Ocidentais revelam TMM acima da média e progresso desigual. Kluge ressalta que nos últimos 25 anos, esta parte da Região viu a TMM diminuir em 75%, o que precisa ser reconhecido e celebrado. Destaca a Bielorrússia, um dos 2 únicos Estados-Membros em toda a Região Europeia com uma TMM de apenas 1 morte por 100 000 nascidos-vivos. Por fim, reconhece que os países da Ásia Central fizeram grandes avanços na redução da TMM, registrando uma redução de 57% desde 2000, embora ainda enfrentem uma TMM de até 42 mortes por 100.000 nascidos vivos. O Cazaquistão se destaca, tendo reduzido a TMM em impressionantes 83% nos últimos 25 anos.

Kluge encerra seu pronunciamento reconhecendo que a Região Europeia fez progressos verdadeiramente significativos na redução da mortalidade materna, mas ainda existem lacunas significativas à medida que avançamos rumo à linha de chegada dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável de 2030: “Com pouco mais de 1.000 mortes por ano, já somos a região com melhor desempenho do mundo; mas mesmo uma morte materna evitável já é demais, porque toda mãe merece um parto seguro, independentemente de quem seja ou de onde viva.”, conclui.

No tocante à atuação da OMS Europa na guerra da Ucrânia, em 2025, 5 estações de tratamento de água foram instaladas em hospitais na cidade e região de Kharkiv. Este projeto, implementado pela OMS em parceria com o Ministério da Saúde da Ucrânia e com apoio financeiro da União Europeia (UE), garante que os hospitais nesta área afetada pela guerra possam operar de forma independente, fornecendo água limpa e segura para pacientes e funcionários. Isso é especialmente crítico para a cidade de Kharkiv e áreas vizinhas, que sofrem ataques diários à infraestrutura, frequentemente interrompendo os sistemas de abastecimento de eletricidade e água. Cada estação de tratamento de água passa por várias etapas de purificação, começando pela filtragem mecânica e desinfecção. Quando necessário, processos adicionais, como remoção de ferro, amaciamento da água ou osmose reversa, são aplicados para atingir o mais alto nível de pureza da água, particularmente crucial para cirurgias, maternidades e outras unidades de terapia intensiva.

Em parceria com seus 5 Estados-Membros da Ásia Central e diversas partes interessadas, a OMS Europa lançou a Iniciativa Ásia Central Livre de Tuberculose (CAI) — para acelerar a eliminação da tuberculose (TB), incluindo a tuberculose resistente a medicamentos (TB-DR), em toda a sub-região até 2030. Ministros da saúde e altos funcionários do Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão reuniram-se em Astana para marcar o lançamento e assinar uma declaração conjunta comprometendo-se a fortalecer a colaboração e impulsionar os esforços de eliminação da TB em estreita colaboração com a OMS, a Parceria Stop TB, o Fundo Global, a sociedade civil e outros parceiros. A CAI Livre de Tuberculose, liderada pela OMS/Europa, incentivará ações coordenadas entre os países, introduzirá inovações e fortalecerá as capacidades nacionais e sub-regionais. Isso implicará:

- ✓ garantir que pelo menos 95% dos casos novos e recorrentes de TB sejam testados com os testes de diagnóstico rápido recomendados pela OMS;
- ✓ ampliar regimes de tratamento oral mais curtos para TB-DR, garantindo uma taxa de sucesso do tratamento de 85% ou mais;
- ✓ acelerar a distribuição e a adoção de vacinas novas e inovadoras contra a TB, quando estiverem disponíveis;
- ✓ incorporar o controle e o tratamento da TB aos sistemas de atenção primária à saúde de cada país, com o Centro Europeu de Atenção Primária à Saúde da OMS em Almaty, Cazaquistão, desempenhando um papel de liderança crucial.

A carga da tuberculose e da DR-TB permanece elevada na Ásia Central. Apesar dos bons progressos, a tuberculose e a DR-TB representam há muito tempo uma ameaça significativa à saúde pública na Ásia Central, com mais de 35.000 casos de tuberculose e cerca de 8.000 casos de DR-TB notificados anualmente. Dos 5 países da Ásia Central, 4 estão entre os 30 países com maior incidência de TB-DR em todo o mundo. Em 3 desses países, as taxas de TB-DR ultrapassam 50% entre pacientes previamente tratados e variam de 26% a 34% entre novos pacientes, contribuindo para um quarto da incidência global de TB-DR.

Na área da saúde animal, uma nova preocupação ronda o continente europeu: um surto da febre aftosa na Eslováquia e na Hungria. Trata-se de uma doença viral altamente contagiosa

do gado, que afeta principalmente os bovinos, mas também pode infetar suínos, ovinos e caprinos**.** No final de março, a Eslováquia declarou estado de emergência devido à febre aftosa, depois de 3 casos terem sido detectados em explorações agrícolas diferentes. A Hungria também registrou casos da doença. Em resposta à escalada do surto, foram estabelecidos controles temporários nas fronteiras com Hungria, Áustria, Estônia e com a República Tcheca. "O risco mais significativo é devido à transmissão através de objetos humanos contaminados", disse Jiri Cerny, professor associado da Universidade Tcheca de Ciências da Vida de Praga: "Isto é, em pneus e carros, nas solas dos sapatos, através de alimentos contaminados". O vírus conserva-se na saliva, na urina, nas fezes e no leite. Transmite-se por contato com animais doentes, através do ar e das superfícies das pessoas, dos utensílios ou dos veículos.

De acordo com um regulamento veterinário da UE, que deve ser observado por todos os Estados-membros, o rebanho infectado tem de ser abatido e descrito de forma precisa, porque se continuar vivo pode infectar o país e até mesmo o bloco. Em função disto, no município de Levél, no norte da Hungria, 95% do gado era saudável, mas teve de ser abatido. O abate foi ordenado depois de vários animais de uma quinta em Levél terem sido infetados com febre aftosa, apesar de a maioria do gado ainda estar saudável**.** Agentes da polícia trabalham para garantir que apenas um veterinário e trabalhadores autorizados possam entrar nas instalações afetadas. A medida foi tomada para evitar a propagação da doença e poderá levar dez dias até que todo o gado seja abatido**.** Para além de cal e palha, será colocada uma camada de 2 metros de terra sobre os cadáveres. Alguns habitantes locais estão preocupados com a possibilidade das carcaças poderem contaminar as águas subterrâneas.

À medida que aumentam as preocupações com a potencial propagação da febre aftosa em toda a Europa, as explorações agrícolas reforçam as medidas de biossegurança para proteger tanto o gado como a indústria agrícola em geral, incluindo protocolos reforçados em matéria de segurança alimentar, circulação de animais e higiene dos funcionários. Outra iniciativa é a suspensão das visitas no âmbito do agroturismo. Muitas delas optaram por não participar no Dia das Quintas Abertas deste ano, um evento anual que normalmente atrai multidões ansiosas por conhecer o funcionamento interno das quintas locais. Os agricultores croatas também estão preocupados com a propagação da febre aftosa que se aproxima do seu país. O ministro da Agricultura, David Vlajčić, declarou que a Croácia está implementando todas as medidas necessárias e adequadas para evitar um surto, mas ainda não impôs controle de fronteiras.

Considerações finais

Putin demonstra a Trump e ao mundo que não quer saber de cessar-fogo, se suas condições não forem todas atendidas. Trump segue aterrorizando a Europa, não só isolando-a das negociações sobre a guerra da Ucrânia e com sua política tarifária, mas também com sua perseguição ideológica, agora direcionada à universidades portuguesas. A resposta europeia, vem sendo sempre moderada, tendo em vista o alinhamento histórico e estratégico com os EUA, que agora se mostram um parceiro nada confiável. Uma nova ameaça ronda o continente com um surto de febre aftosa que acomete Hungria e Eslováquia.

Terremoto e intensificação do sofrimento em Myanmar e a força da China na disputa tarifária

Lúcia Marques
Bárbara Nogueira

"Nós, o povo chinês, não provocamos os outros, nem nos esquivamos de problemas." "Como sempre, crescemos no vento e na chuva e ficamos mais fortes em tempos difíceis."[101]

Resumo: O terremoto que atingiu **Myanmar**, país multiétnico do Sul da Ásia, em final de março, com magnitude de 7.7 na escala Richter, encontro o país já devastado por uma guerra civil que já dura quatro anos, após golpe militar O epicentro do abalo atingiu principalmente a região onde se concentra o conflito entre os grupos de resistência e os militares do Tatmadaw. O sistema de saúde já era precário. O terremoto destruiu ou deixou inoperantes 193 instalações de saúde, 2311 escolas, pontes e estradas. Além das dificuldades logísticas e física de fazer chegar ajuda à região, a junta militar dificulta o acesso e cria "apagões" de comunicação, cortando internet. Ajuda chega de países vizinhos. Europa e EUA prometem ajuda. Justo num momento de cortes às agências de ajuda da ONU. No **Tabuleiro da Geopolítica**, China enfrenta a guerra tarifária americana usando o ponto fraco dos EUA: terras raras. No escopo das proibições das terras raras, estão os imãs – essenciais para fabricação de quase tudo, desde carros, drones, robôs, mísseis e indústria aeroespacial. A China vem se preparando ao longo dos últimos anos para enfrentar um cenário semelhante, desde quando primeiro governo Trump, em 2018, impôs impostos, barreiras comerciais e sanções para conter o gigante vermelho, que Biden manteve. Pequim rapidamente buscou alternativas: reforçou e ampliou suas capacidades domésticas de design e fabricação dos semicondutores – acaba de lançar um nanochip inovador, segundo artigo da Nature – acelerou o crescimento e modernização de sua indústria e vem estabelecendo acordos e parcerias comerciais com os países vizinhos e do Sul Global, como a Rota da Seda e Iniciativa RCEP.

Palavras chaves: Myanmar, terremoto, guerra civil, China x EUA, disputa tarifária, terras raras

Abstract: *The earthquake that struck Myanmar, a multi-ethnic country in South Asia, in late March, with a magnitude of 7.7 on the Richter scale, struck the country already devastated by a four-year civil war, following a military coup. The epicenter of the quake hit the region where the conflict between resistance groups and the Tatmadaw military where is concentrated. The health system was already precarious. The earthquake destroyed or rendered inoperative 193 health facilities, 2,311 schools, bridges and roads. In addition to the logistical and physical difficulties of getting aid to the region, the military junta makes access difficult and creates communication "blackouts," cutting off the internet. Aid is arriving from neighboring countries. Europe and the US promise help. Just at a time when UN aid agencies are t. On the Geopolitical Chessboard, China is facing the American tariff war by using the US's weak point: rare earths. The scope of the rare earths ban includes magnets – essential for the manufacture of almost everything, from cars, drones, robots, missiles and the aerospace industry. China has been preparing itself over the last few years to face a similar scenario, ever since the first Trump administration, in 2018,*

[101] Presidente chinês, Xi Jinping, falando em cadeia nacional, após o escalonamento das tarifas de Donald Trump, sobre "a coragem e a resiliência do povo chinês diante da adversidade". http://en.people.cn/n3/2025/0411/c90000-20300795.html

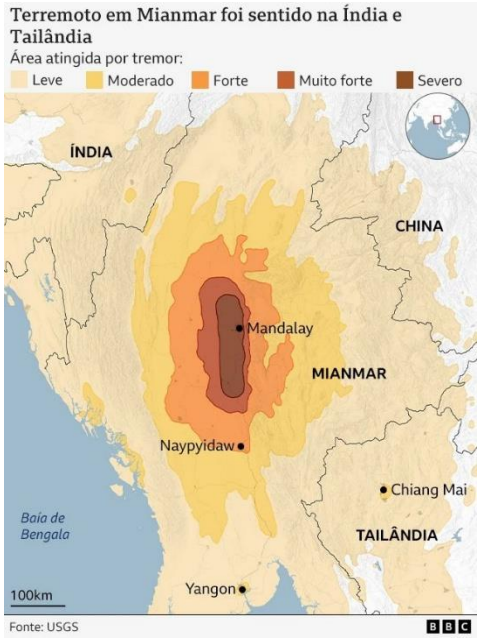
imposed taxes, trade barriers and sanctions to contain the red giant, which Biden maintained. Beijing quickly sought alternatives: it strengthened and expanded its domestic semiconductor design and manufacturing capabilities – it has just launched an innovative nanochip, according to an article in Nature – accelerated the growth and modernization of its industry and has been establishing trade agreements and partnerships with neighboring countries and the Global South, such as the Silk Road and the RCEP Initiative.

***Keywords**: Myanmar, earthquake, civil war, China x USA, tariff dispute, rare earths*

*

No último dia 28 de março, um terremoto atingiu a região central de Myanmar, agravando uma crise humanitária já existente devido a conflitos civis e instabilidade política. O tremor de magnitude 7.7, um dos mais fortes registrados no país em décadas, seguido de um forte segundo abalo de magnitude 6.4, causou destruição generalizada, deixando milhares de mortos, feridos, desabrigados e desaparecidos. Numa atualização das Nações Unidas, no dia 11 de abril, os números de mortos ultrapassavam a marca de 3,6 mil, além dos cinco mil feridos; chuvas intensas fora de temporada, ventos fortes e calor extremo (41°C) ameaçam as condições de vidas dos sobreviventes desabrigados e dificultam os trabalhos dos socorristas; o sistema de saúde é incapaz de lidar com a quantidade de pacientes que necessitam de atendimento.

Segundo o Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), o epicentro foi localizado na cidade de Sagaing, próxima às cidades de Mandalay e Nay Pyi Taw; essas três localidades, junto com Bago, Shan e Magway, declararam estado de emergência. A região da Birmânia é considerada uma das áreas geologicamente mais "ativas" do mundo, visto sua vulnerabilidade a abalos sísmicos causados por sua posição acima do contato entre quatro placas tectônicas[102]. O abalo também foi sentido na província de Yunnan, na China, e até mesmo em Dhaka, a capital de Bangladesh, países vizinhos de Myanmar.



Áreas mais impactadas pelo terremoto, sobrepostas a zonas de conflito

Estradas, pontes e muitos edifícios foram destruídos, dificultando a comunicação e acesso de ajuda humanitária, principalmente por serem áreas já devastadas pelo conflito civil entre grupos de resistência, formados pelos ex-membros do governo deposto, e militares, em andamento desde 1º de fevereiro de 2021, após o golpe de Estado da junta militar, conhecida como Tatmadaw. Essas localidades abrigam mais de 40% dos 3,5 milhões de deslocados internos do país, segundo o porta-voz do ACNUR, Babar Baloch, numa coletiva de imprensa nesses últimos dias.

Segundo boletim da UNICEF, houve graves danos ou destruição completa de 193 instalações de saúde, que já eram precárias após quatro anos de guerra civil. As instalações

[102] A camada superior da Terra é formada por placas tectônicas que estão sempre se movimentando. Esses movimentos causam terremotos e a formação de vulcões. Mianmar fica na convergência de quatro dessas placas: as microplacas Eurasiática, Indiana, Sonda e Birmânia.

restantes estão sobrecarregadas e relatando escassez crítica de suprimentos médicos. Ainda segundo o boletim, o terremoto intensificou drasticamente os riscos de violência, exploração e abuso, especialmente para mulheres e meninas que ficam em abrigos superlotados, onde a privacidade e a segurança são limitadas. Se tronando fundamental que os planos de mitigação integrem medidas de redução de violência baseadas em gênero em suas ações. Para as crianças separadas de suas famílias, a gestão de casos, o rastreamento familiar e o reagrupamento precisam ser imediatamente realizados. O sofrimento psicossocial é generalizado à medida que pais e filhos lidam com trauma, medos de tremores secundários e incerteza sobre o futuro.

Como agravante, os "apagões" comunicativos parecem fazer parte de uma estratégia para impedir a chegada de auxílio para vítimas em regiões onde há oposição ao governo[103], mesmo após a declaração de um cessar-fogo temporário de operações contra grupos dissidentes. Em demonstração de solidariedade às vítimas do desastre natural, o armistício tornaria possível a execução de operações de resgaste eficazes, mas ataques aéreos foram denunciados e investigados pela Anistia Internacional e pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, após a data declarada para o início: 2 de abril. Até mesmo um comboio de ajuda da Cruz Vermelha Chinesa foi recebido a tiros de advertência pela junta militar numa zona de conflito[104], confirmando a imposição de barreiras contra esforços de socorro.

Nas palavras da vice-diretora da Ásia da Human Rights Watch, Bryony Lau, num relatório, "Não se pode confiar na junta de Myanmar para responder a um desastre dessa escala". O conflito sangrento devastou a economia majoritariamente agrícola, forçou mais de 3,5 milhões de pessoas a deixarem suas casas e afetou serviços essenciais, como a saúde - o contexto da guerra civil, já descrito em informes anteriores[105], teve início com a tomada de poder dos militares do Tatmadaw, há quatro anos, após repressão violenta de opositores. Portanto, mesmo antes do desastre, quase 20 milhões de birmaneses (1/3 da população) precisavam de assistência e proteção humanitária, segundo a ONU.[106]

A infraestrutura de saúde do país foi deixada em farrapos pela guerra civil, fazendo com que sua capacidade de preparação para lidar com desastres naturais de grande escala fosse reduzida ao máximo. A energia vital, as comunicações e a infraestrutura de transporte foram interrompidas, deixando as comunidades afetadas sem acesso a serviços de eletricidade, telefone e internet e dificultando os esforços para reiniciar os mercados, bem como para obter mercadorias de socorro nas áreas mais afetadas.[107] Os atendimentos às vítimas estão a acontecer em estacionamentos, sob temperaturas de mais de 40ºC; o acesso a água potável é escasso; 500 mil pessoas estão sem acesso a cuidados básicos de saúde; 2.311 escolas destruídas; escassez severa de suprimentos médicos; relatos de cólera, hepatite e febre tifoide estão surgindo; saneamento em crise, que tem como alternativa escolhida por desabrigados a defecação a céu aberto[108]. Como agravante, muitos dos municípios mais atingidos já estavam

[103] A junta militar estabelecida após golpe de Estado em 2021 (relembre o episódio) detém o controle sobre rádio, televisão e jornais. O acesso à internet também é limitado na região.
[104] *Militares de Myanmar disparam contra comboio de ajuda humanitária, CNN Brasil.*
[105] Saiba mais em Marques, L. **MYANMAR – Morte de crianças**. In: Cadernos Cris-Fiocruz Informe 5-2021. P 74 E também em
[106] Myanmar: ONU busca US$ 240 milhões adicionais para reforçar alívio de terremotos
[107] https://reliefweb.int/report/myanmar/unicef-myanmar-flash-update-no-7-earthquake-11-april-2025
[108] Colapso de serviços e chuvas ameaçam sobreviventes do terremoto em Mianmar | ONU NEWS

contaminados com minas terrestres, e o terremoto mudou ou expôs restos explosivos, aumentando significativamente o perigo para as famílias forçadas a fugirem de suas casas.

Outra complicação importante da guerra civil que afeta grande parte de Myanmar, principalmente nas áreas atingidas pelo terremoto: muitos lugares são extremamente perigosos ou simplesmente impossíveis de serem alcançados por grupos de ajuda, uma vez que as forças do governo perderam o controle de grande parte do país.[109] Como se vê, o colapso institucional e estrutural de Myanmar não é apenas uma tragédia natural, mas um agravante brutal em meio a uma crise humanitária já instalada.

O país enfrenta uma forte crise econômica em função das sanções e bloqueios impostos por diversos países, em resposta ao golpe. A crise política, sistema de saúde em ruínas, risco de epidemias e o acesso bloqueado a ajuda humanitária constroem um cenário catastrófico e triste para a nação do sudeste asiático. Portanto, a comunidade internacional não pode permanecer indiferente diante desta crise, e, nesse sentido, alertou Titon Mitra, do PNUD, "Myanmar não pode ser esquecida quando as câmeras se virarem". Assim como, cidadãos da sociedade civil podem exercer sua humanidade contribuindo diretamente com doações a instituições de ajuda humanitária, como Médicos Sem Fronteiras, Cruz Vermelha, UNICEF e ACNUR – a Agência lançou um apelo por US$ 16 milhões para fornecer ajuda emergencial. As pessoas impactadas encurraladas pela guerra, pelos desastres e pelo descaso, precisam urgentemente de apoio, solidariedade e pressão internacional.

Primeiras ajudas

Logo após o desastres, além das agências da ONU, países da Ásia e do Pacífico (Rússia, Índia, China, Coreia do Sul, Malásia, Hong Kong, Taiwan, Nova Zelândia e Singapura) foram os primeiros a enviar ajuda com equipes de busca e resgate, equipe médica, anestesistas, psicólogos, unidades caninas, suprimentos médicos, alimentos, kits de higiene, tendas e sacos de dormir, lâmpadas solares, utensílios, entre outros.

Myanmar – antiga Birmânia

Myanmar está localizado no sudeste asiático. Faz fronteira com China, Índia, Bangladesh, Laos, Tailândia e Golfo de Bengala.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Myanmar

É um país rico em gemas (jade, rubi e lápis lazúli), petróleo, gás natural e outros recursos minerais (tungstênio, chumbo, prata, estanho, cobre, zinco, antimônio, cobalto, carvão e sal). Myanmar também possui energia renovável e o maior potencial de energia solar em comparação com outros países da sub-região.

Sua população de pouco mais de 56,61 milhões de pessoas é composta por mais de 150 etnias diferentes. É o mais país multiétnico e diversificado religiosamente. O preconceito existente entre as religiões e grupos étnicos já foram responsáveis por

[109] https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/03/30/mianmar-enfrenta-obstaculos-para-resgatar-vitimas-de-terremoto.ghtml

disputas violentas, como a expulsão da etnia minoritária islâmica Rohingyas, maior etnia apátrida.

Em 1º de fevereiro de 2021, os militares, designados como Tatmadaw, tomaram o poder em um golpe de estado sob o argumento de que o governo eleito usou de fraude eleitoral. As manifestações contra o golpe se transformaram em guerra civil. Já são milhares de mortos, deslocados ou refugiados nos países vizinhos.[110]

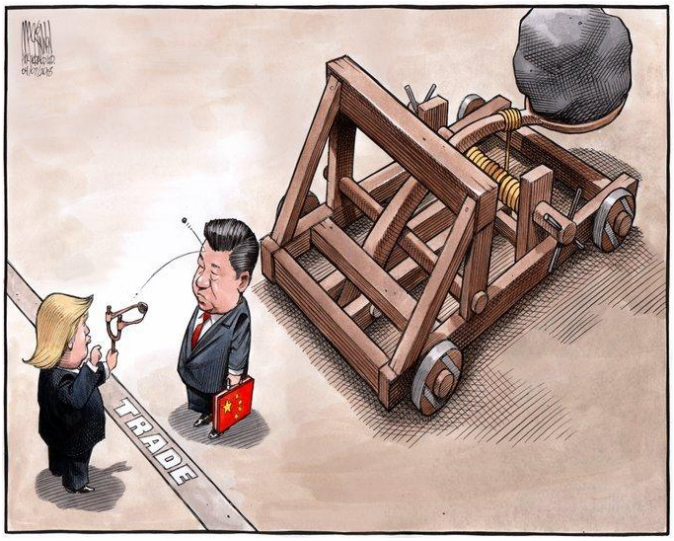
Myanmar é membro da Cúpula do Leste Asiático, do Movimento Não Alinhado, da ASEAN.

O Dicionário Houaiss traz o nome do país como "Myanmar, Mianmá ou Myanma". O governo brasileiro emprega a forma internacional "Myanmar".

NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

Enfrentando a guerra tarifária americana, China usa o ponto fraco dos EUA: terras raras

A escalada tarifária é uma boa tática? Ninguém sabe. Como também ninguém sabe o que o presidente Donald Trump fará com sua guerra comercial? Os países e os mercados tentam responder e se adequar, mas o ***"turn on turn off"*** de tarifas do Trump 2.0 se alterna num piscar de olhos. E as opiniões também.



Cartum de 2019, de Halifax Chronicle-Herald, atualíssima

O cenário é de incertezas. Mas uma coisa é certa: a China vem se preparando ao longo dos últimos anos para enfrentar um cenário semelhante, desde quando primeiro governo Trump, em 2018, impôs impostos, barreiras comerciais e sanções para conter o gigante vermelho. Quando o presidente Joe Biden assumiu em 2021, ele preservou a maioria das tarifas contra a China, além de impor algumas novas restrições, alegando adotar uma abordagem mais direcionada – tecnológica e estratégica.[111]

Pequim rapidamente buscou alternativas. Sem acesso aos equipamentos e a outros serviços para produzir nanochips e correndo risco de bloqueio ao acesso aos nanochips de Taiwan – o que afetaria sua produção de carros elétricos, de smartphones, processadores de alto desempenho, entre outros -, China fez grandes investimentos para reforçar suas

[110] https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/31/liderancas-politicas-de-mianmar-sao-presas.ghtml
[111] https://apnews.com/article/tariffs-timeline-trade-war-trump-canada-mexico-china-a9d714eea677488ef9397547d838dbd0

capacidades domésticas de design e fabricação dos semicondutores.[112] Em paralelo, acelerou o crescimento e modernização de sua indústria em várias áreas de alto valor agregado e altamente tecnológicas.[113] A China hoje está usando mais robôs em fábricas do que o resto do mundo junto, e a maioria deles é fabricada na China por empresas chinesas, embora alguns componentes ainda sejam importados. [114] Após alguns anos de rápido crescimento, "as instalações gerais de novos equipamentos de fábrica já aumentaram mais 18% este ano." Os investimentos e avanços da China em manufatura estão produzindo uma onda de exportações, não só para a América, como para todo o Sul Global. E a iniciativa Belt and Road, mais conhecida como nova Rota da Seda, e a iniciativa RCEP, maior acordo comercial entre país da Ásia, contribuíram para essa expansão.

O mundo acompanhava a rivalidade EUA x China tentando não tomar partido ou até mesmo ganhar com essa disputa, principalmente os países do Indo Pacífico. No entanto, o tarifaço Trump 2.0 para todos os países do mundo, incluindo uma ilha habitada por pinguins, a 4 mil quilômetros da costa da Austrália – Ilhas Heard e McDonald[115] – foi uma novidade. A onda de tarifas americana foi um golpe para os centros de fabricação da Ásia que contam com os EUA como um mercado-chave para as exportações que vão desde roupas até carros.

Recentemente, vimos um aumento significativo nas tensões, com EUA e China impondo tarifas sobre bilhões de dólares em bens. Essa disputa impacta o comércio global e gera preocupações sobre o futuro da economia mundial. Alguns exemplos de produtos afetados incluem aço, alumínio, painéis solares e diversos bens agrícolas. Essas tarifas podem levar ao aumento de preços para os consumidores e prejudicar empresas que dependem do comércio internacional. Entenda o timeline dessa guerra tarifária, que também envolve México e Canadá, em https://apnews.com/article/tariffs-timeline-trade-war-trump-canada-mexico-china-a9d714eea677488ef9397547d838dbd0 .

E em poucos dias, o governo chinês já enfrenta uma taxa de 145% sobre alguns dos produtos importados pelos EUA. Em recente declaração oficial, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro da Espanha, Pedro Sánchez, o presidente Xi Jinping pediu que a União Europeia se junte a Pequim na oposição à "intimidação" dos EUA.[116] Ele também afirmou que

---

[112] Um recente artigo publicado na Nature, apresenta o mais novo microprocessador semicondutor bidimensional (Chip 2D) mais complexo já criado, desenvolvido por pesquisadores chineses, com menos de um nanômetro de espessura. A inovação marca um avanço importante no desenvolvimento de chips que vão além do silício e pode impulsionar nova geração de eletrônicos ultracompactos. O novo chip 2D chinês, que usa materiais 2D, como dissulfeto de molibdênio (MoS2), se chama Lingyu CPU e foi desenvolvido pela empresa RiVAI Technologies. Ele é o primeiro chip de servidor RISC-V de alto desempenho totalmente criado pela China. Com um atraso de quase 10 anos em semicondutores, essa inovação pode fazer a China dar um salto para o futuro, uma vez que os chips tradicionais de silício estão se aproximando de seus limites físicos.

[113] A Huawei, um conglomerado que fabrica itens tão variados quanto smartphones e peças automotivas, acaba de inaugurar em Xangai um centro de pesquisa para 35 mil engenheiros que tem 10 vezes mais espaço para escritórios e laboratórios do que a sede do Google em Mountain View, Califórnia. Em https://www.estadao.com.br/economia/tsunami-aumento-exportacoes-china/?cb_rec=djRfMl8xXzBfN18xXzBfMF8&recomendacao=a_1&pos=1

[114] https://www.estadao.com.br/economia/tsunami-aumento-exportacoes-china/?cb_rec=djRfMl8xXzBfN18xXzBfMF8&recomendacao=a_1&pos=1

[115] https://www.bbc.com/news/articles/ce84jr5mvnno

[116] China retalia EUA com tarifa de 125% e pede que europeus se juntem a Pequim

“não há vencedor em uma guerra tarifária, e ir contra o mundo só resultará em autoisolamento”.[117]

Com essa filosofia, tentando responder à altura e fazer parar o escalonamento tarifário, China atinge a maior fraqueza americana para tecnologia do futuro: as **terras raras**. E não é que deu certo!

No dia seguinte ao anúncio chinês sobre o bloqueio às terras raras, Donald Trump anunciou a isenção de smartphones, laptops e outros eletrônicos das tarifas recíprocas anunciadas por ele no início do mês. Com a decisão, esses produtos ficam de fora das tarifas de 145% impostas à China e da alíquota de 10% aplicada à maioria dos outros países.[118] Os responsáveis pelo anúncio, listaram 20 categorias de produtos, que além dos celulares e computadores, incluem semicondutores, chips de memória e monitores de tela plana. Atente-se que estes itens não são fabricados nos EUA e a instalação de uma produção no país exigiria anos de estruturação. Também foram excluídas máquinas utilizadas na fabricação de semicondutores, decisão relevante para empresas como a Taiwan Semiconductor Manufacturing Co. (TSMC), que recentemente anunciou expansão de suas operações nos EUA.[119]

A China é principal polo de produção de eletrônicos, como o iPhone. O espetáculo da “fuga” do Iphones protagonizado pela Apple, que fretou seis aviões cargueiros para transportar cerca de 1,5 milhão de aparelhos da Índia, responsável por cerca de 20% das exportações dos celulares Apple[120] – o restante sai da China -, causou efeito. Além da Apple, empresas como Nvidia e Dell também se beneficiarão da isenção.

O governo chinês divulgou que a decisão anunciada foi um pequeno passo retificando seus erros e que a China estava avaliando o impacto dela. "Instamos os Estados Unidos (...) a tomarem medidas importantes para corrigir seus erros, eliminar completamente a prática errônea de tarifas recíprocas e voltar ao caminho certo do respeito mútuo", disse o porta-voz do ministério do Comércio chinês.[121]

Terras raras chinesas

As terras raras são os solos que contêm um grupo de 17 elementos químicos como lantânio, cério, praseodímio, neodímio, entre outros. Elementos estratégicos e críticos para a economia, sendo fundamentais para a indústria eletrônica, aeroespacial e de energia verde. São usadas na fabricação de ímãs, supercondutores, televisores, lasers, mísseis, equipamentos médicos, smartphones, baterias, turbinas eólicas, painéis solares, veículos elétricos, satélites, mísseis e nano chips, entre outros. E, portanto, essenciais para a Quarta Revolução Industrial. Também apresentam grande valor de aplicação no campo das ciências biológicas, como em estudos de biomoléculas, e dentro da área da imunologia, fazem parte de procedimentos de

[117] http://en.people.cn/n3/2025/0411/c90000-20300795.html

[118] https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/12/trump-isenta-celulares-e-computadores-de-tarifas-reciprocas.ghtml

[119] China diz que recuo de Trump sobre iPhones é "pequeno passo" para corrigir guerra tarifária | Revista Fórum

[120] https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2025/04/10/apple-transportou-15-milhao-de-iphones-da-india-para-os-eua-para-se-prevenir-de-tarifaco-diz-agencia.ghtml

[121] https://g1.globo.com/economia/noticia/2025/04/13/china-pede-que-eua-eliminem-completamente-tarifas-reciprocas-e-corrijam-seus-erros.ghtml

diagnósticos aplicados em investigações clínicas de enzimas, anticorpos, células e hormônios, além de uso para diagnósticos não invasivos de doenças, como a ressonância magnética nuclear.[122]

A China é quase um monopólio global em terras raras; ela detém 2/3 das reservas globais. Em 2023, a China produziu e processou cerca de 87% das terras raras do mundo. Desde a primeira guerra tarifária de Trump, a China vem restringindo as exportações de terras raras, desde a mineração até a exportação, e de tecnologias que as utilizam.

Diante do tarifaço de Trump 2.0, a resposta chinesa não se limitou a novas tarifas alfandegárias. Pequim decidiu suspender as licenças de importação para os produtos de seis empresas americanas e reforçar os controles de exportação de certas terras raras.[123] Prevendo o que estava por vir, no início de dezembro de 2024, a China proibiu a exportação de minerais críticos para os EUA, incluindo três elementos químicos essenciais para a indústria de semicondutores (gálio, germânio e antimônio), bem como certos materiais extremamente duros usados para fins militares.

É uma iniciativa de risco mas, mesmo que os EUA e seus aliados busquem a diversificação, Pequim continuaria sendo uma peça central do quebra-cabeça por vários anos - as cadeias de produção continuam muito dependentes do refino chinês, e a construção de infraestrutura local é lenta e cara.[124]

Como se pode ver, essa nova escalada confirma que a disputa entre a China e os EUA sempre foi mais do que uma disputa comercial. Há muito tempo, se tornou um confronto estratégico, com cada decisão voltada para enfraquecer a posição do outro na corrida pelo domínio tecnológico.[125] Saiba mais sobre essa guerra tecnológica iniciada no primeiro governo Trump em Marques, L. **É ideológico. É tecnológico. É estratégico. Os EUA estão dispostos a tudo para conter a China**. In: Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 15-2022. P. 157 (156-163).

Primeiros efeitos da disputa tarifária na Ásia

Três países da ASEAN receberão, entre os dias 14 a 18 de abril, o presidente Xi Jinping, à convite de seus líderes, o Sultão Ibrahim, rei da **Malásia**, Norodom Sihamom, rei do **Camboja**, e do presidente do **Vietnã**, Luong Cuong. Xi Jinping não costuma fazer viagens internacionais. Esse movimento é para ser observado.

Enquanto finalizávamos este informe, China e Vietnã anunciaram a assinatura de pelo menos 45 acordos sobre produção industrial e cadeias de suprimentos e cooperação ferroviária, durante a visita de Xi Jinping.[126] Embora o conteúdo dos acordos não tenha sido divulgado, ambos os países devem expandir a cooperação em campos emergentes, como 5G, inteligência artificial e desenvolvimento verde.

O Ministério do Comércio da **Índia** está identificando oportunidades de exportação decorrentes da guerra comercial entre EUA e China. A pausa de 90 dias nas tarifas recíprocas dá

[122] Terra-rara – Wikipédia, a enciclopédia livre
[123] China reage ao tarifaço de Trump visando um de seus pontos fracos: as terras raras
[124] China reage ao tarifaço de Trump visando um de seus pontos fracos: as terras raras
[125] A China reagiu às tarifas impostas pelos Estados Unidos atingindo um de seus pontos estratégicos mais sensíveis: as terras raras
[126] https://www.reuters.com/world/asia-pacific/china-vietnam-sign-agreements-supply-chains-railway-cooperation-2025-04-14/

aos exportadores indianos tempo para compartilhar os custos adicionais com os compradores. Com os EUA impondo tarifas pesadas à China, setores indianos como têxteis, calçados e alimentos veem potencial para ganhar participação de mercado, embora a concorrência chinesa continue forte.[127] E já há especulações de que a Índia vai aumentar as importações da China, evitando as consequências das tarifas impostas. As principais importações da China incluem eletrônicos, máquinas e equipamentos de telecomunicações, enquanto as principais exportações indianas incluem minério de ferro, produtos marinhos e especiarias.

Os membros da **Organização de Cooperação de Xangai** (OCX) assinaram acordos de cooperação industrial totalizando 4,8 bilhões de yuans, em Tianjin, na China, durante a Conferência China-SCO sobre Cooperação Industrial para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 10 de abril. Foram assinados acordos para um total de 18 projetos, com foco em áreas-chave como nova energia, novos materiais, infraestrutura, mineração e petroquímica. Os representantes consideram que países membros da OCX[128] têm vantagens complementares no campo do desenvolvimento sustentável, bem como um enorme potencial de cooperação industrial, especialmente nas áreas de construção de infraestrutura, desenvolvimento de energia e recursos minerais, economia digital e manufatura inteligente.[129] Na declaração final, três parágrafos simplificam o pensamento desses países: 1) Os Estados-Membros da OCS apoiam um sistema de comércio multilateral aberto, transparente, justo, inclusivo e não discriminatório com a OMC no seu núcleo e estão empenhados em promover o desenvolvimento de uma economia mundial aberta. 2) Os países membros defendem e fortalecem firmemente o sistema multilateral de comércio com a OMC em sua essência para enfrentar efetivamente os desafios comerciais. 3) Os Estados-Membros reafirmaram a importância de reforçar as discussões sobre questões de desenvolvimento no âmbito da OMC e salientaram a necessidade de apoiar cadeias de abastecimento globais abertas, inclusivas, sustentáveis, estáveis, diversificadas e fiáveis.

Os Ministros da Economia da **Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)**[130], durante a 12ª Reunião de Ministros das Finanças e Governadores de Bancos Centrais da ASEAN, emitiram uma declaração manifestando a preocupação com os efeitos do tarifaço americano.

> "A ASEAN, sendo a quinta maior economia do mundo, está profundamente preocupada com a recente introdução de tarifas unilaterais pelos EUA, incluindo as tarifas anunciadas em 2 de abril de 2025 e, posteriormente, a suspensão mais recente em 9 de abril de 2025. Isso causou incerteza e trará desafios significativos para as empresas, especialmente micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), bem como para a dinâmica do comércio global. A imposição sem precedentes de tarifas pelos EUA interromperá os fluxos regionais e globais de comércio e investimento, bem como as cadeias de

[127] https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/india-eyes-export-gains-as-us-china-trade-war-opens-market-opportunities/articleshow/120173303.cms?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=economynewsletter&ncode=7196789a3e4ae04486548d346066e0c9a30918667d831257fda15b40747f810d89948e88c7d5e6b9473deb67a9afe177b263040249c61fdaa9a24c5c62083d59fef736c96507fa00646c7a3c385b0870&nl_id=5f5a31db80f79664e95679da

[128] Membros da OCX: Bielorrússia, Cazaquistão, China, Índia, Irã, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão e Uzbequistão.

[129] http://en.people.cn/n3/2025/0411/c90000-20300413.html

[130] 11 países membros: Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Singapura, Tailândia, Vietnã + Timor Leste, em fase final da adesão.

suprimentos, afetando empresas e consumidores em todo o mundo, incluindo os dos EUA. Também impactará a segurança e a estabilidade econômicas, afetará os meios de subsistência de milhões de pessoas na região e dificultará o progresso econômico na ASEAN, particularmente nas economias menos desenvolvidas, e o relacionamento econômico e comercial de longa data entre a ASEAN e os EUA. Isso ocorre principalmente porque, em 2024, os EUA são a maior fonte de IED da ASEAN e o segundo maior parceiro comercial."

Considerações finais

No escopo das proibições das terras raras, estão os imãs – essenciais para fabricação de quase tudo, desde carros, drones, robôs, mísseis e indústria aeroespacial. As restrições envolvem a cadeia produtiva em outros países, portanto, fica difícil para os EUA estabelecer variantes para acessar os derivados das terras raras.

São os EUA fazendo o mundo torcer pela China. Essa mudança de olhar pode ser temporária, mas jamais voltará ao ponto anterior. Os países, principalmente do Sul Global, já não vêm a China como um grande inimigo, ao mesmo tempo que já não vêm a América como o grande provedor da paz.

https://x.com/Stockavenger2/status/1907829265556484498

A perda de confiança na América pelos países do Sul Global foi abalada pelo apartheid da vacina, durante a pandemia da Covid-19[131], pela retirada desastrosa do Afeganistão, deixando para trás centenas de aliados,[132] pela "traição" à França, quando a surpreendeu com o acordo AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA) envolvendo transferência de tecnologia para construção de submarinos de propulsão nuclear para Austrália, compradora de submarinos franceses; pelo "fechar de olhos" às ações de Israel na Palestina, que deixaram os líderes regionais cautelosos.[133] E recentemente, pela "traição" à Ucrânia e, consequentemente, à Europa.

A China é um forte parceiro comercial e vem estabelecendo importantes acordos e parcerias nos últimos anos com seus vizinhos da Ásia Pacífico, da Ásia Central e do Oriente Médio, no âmbito da Rota da Seda e da Iniciativa RCEP.[134]

Ao mesmo tempo, as ações dos EUA de contenção à ascensão da China, que tiveram início no primeiro mandato de Trump[135,] foram ficando cada vez mais hostis. Embora tivesse um estilo diferente, seu sucessor, Joe Biden, seguiu a mesma tática combativa e o pensamento

[131] Marques, L. **O preço do apartheid da vacina: não-alinhamento de países da Ásia, Oriente Médio e África.** In: Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2023. P. 183 (182-190).
[132] Marques, L. **O que está em jogo não é o uso da burca**, In: Consolidado 2021, p. 137.
[133] Marques, L. **Biden tenta recuperar as relações com Oriente Médio**. In: Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 13-2022, p. 152.
[134] Cadernos Cris-Fiocruz Informe 2-2022, p. 137
[135] Entre 2017 e 2021.

surgido após a Segunda Guerra Mundial, com normas e ideias moldadas por um grupo relativamente pequeno de países liderados pelos EUA, que sabem o que é melhor para o mundo.

Mas o mundo mudou. Diferente daquela época e dos tempos da guerra fria entre EUA e Rússia, o mundo globalizado evoluiu e as relações comerciais e de cooperação se ampliaram. E viu emergir a China como um ator chave não só para a sua região, mas para grande maioria dos países em desenvolvimento do Sul Global. E um parceiro estratégico para os desafios globais que estão por vir – novas pandemias, mudanças climáticas, insegurança alimentar e novas tecnologias para energia verde.

Considerando que Pequim é a segunda economia do mundo e principal parceira comercial de muitos países ao redor do globo, o sentimento anti-China fica limitado e explica a resistência dos países da Ásia e do OM em tomar partido contra o gigante asiático. E, mais do que entender de budismo, o Ocidente precisa entender o pensamento chinês construído ao longo de mais de 5 mil anos de história. Ao avaliar a melhor forma de trabalhar com a China, os países seriam mais bem servidos por analogias históricas da Ásia do que aquelas tiradas das tradições europeias.[136] Isto é, sobre China não devemos ler apenas Henry Kissinger.[137]

[136] Em um artigo de opinião, o colunista financeiro australiano, Daryl Guppy, fala Porque a equipe de política chinesa de Joe Biden deve olhar para a dinastia Tang, não para a história europeia**.** Para ele, o presidente americano repetiu os erros de seu antecessor, Donald Trump, em seu primeiro mandato, porque o mal-entendido sobre a situação da China continuou semelhante.

[137] Kissinger, Henry. Sobre China. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

Beijing, cidade global da saúde

Beijing, global health city

André Costa Lobato

Summary. *China reacted to the U.S. tariff hike by raising its own tariffs on American products to 125% and banning the export of dual-use items to 16 U.S. entities, citing national security. During a visit to Fiocruz, Beijing's Vice Mayor Jin Wei addressed key public health challenges, such as population aging and microbial resistance, urging deeper scientific collaboration with Brazil. Economically, China issued 9.78 trillion yuan in new loans in Q1 2025, mainly to businesses. The country also saw strong growth in yuan-denominated deposits and total social financing, signaling continued economic momentum amid rising global trade tensions.*

Keywords: *Trade, Beijing City Health Science and Technology delegation, public debt*

Resumo. A China respondeu ao aumento tarifário dos EUA com a elevação das tarifas sobre produtos americanos para 125% e bloqueou exportações de itens de uso dual a 16 entidades dos EUA, citando segurança nacional. Em visita à Fiocruz, o vice-prefeito de Pequim, Jin Wei, destacou desafios de saúde como envelhecimento populacional e resistência microbiana, propondo cooperação científica com o Brasil. No campo econômico, a China concedeu 9,78 trilhões de yuans em novos empréstimos no primeiro trimestre de 2025, com forte expansão no financiamento a empresas. O país também registrou alta nos depósitos e no total de financiamento social, impulsionando sua economia.

Palavras-chave: Comércio, Delegação de Ciência e Tecnologia da Saúde da Cidade de Pequim, dívida pública

Diplomática

A China foi o principal alvo do tarifaço global da Casa Branca, algo para o qual já vinha se preparando há anos. Legislações criadas para esse enfretamento foram colocadas em vigor, com o anúncio do Ministério do Comércio da China da proibição da exportação de itens de uso duplo (civil e militar) para 16 entidades dos EUA, citando preocupações com a segurança nacional[138]. Tarifas para produtos dos EUA também foram elevadas. A China anunciou aumento de 125% das tarifas sobre produtos importados dos Estados Unidos, em resposta à decisão dos EUA de elevar suas tarifas sobre produtos chineses ao mesmo nível. Segundo a Comissão de Tarifas Aduaneiras do Conselho de Estado, a medida americana viola regras internacionais e representa uma forma de coerção unilateral. A comissão afirmou que novas tarifas dos EUA seriam economicamente irracionais e comparáveis a uma "piada na história econômica

[138] https://news.cgtn.com/news/2025-04-04/China-adds-16-U-S-firms-to-export-control-list-1CiEQoZ3rpe/p.html

mundial". Por fim, alertou que, se os EUA continuarem a prejudicar os interesses chineses, a China "adotará contramedidas firmes"[139].

Sanitária

Em visita à Fiocruz, o vice-prefeito de Pequim, Jin Wei, acompanhado de delegação de ciência e tecnologia bem como de representantes de fundo de investimentos, apresentou um panorama das principais questões de saúde pública enfrentadas pela capital chinesa, destacando os impactos do envelhecimento populacional, a vulnerabilidade infantil diante de doenças respiratórias, e a importância da inovação científica. A fala ocorreu durante encontro do IDRPC 2025, cuja ênfase foi resistência microbiana. Pequim e Rio de Janeiro são, desde 1986, cidades irmãs[140].

Segundo Jin Wei, o investimento anual da cidade em saúde ultrapassa os 380 bilhões de yuans, o que representa uma fração considerável do Produto Interno Bruto local. Com 21 milhões de habitantes, Pequim enfrenta dois grandes desafios sanitários: o crescimento acelerado da população idosa e o aumento de doenças infecciosas em crianças.

"O envelhecimento é um problema cada vez mais proeminente. Hoje, 22% da população já tem mais de 60 anos, e essa proporção cresce cerca de um ponto percentual ao ano. Até 2030, essa faixa etária representará uma parcela ainda maior", afirmou o vice-prefeito.

Além da questão demográfica, Jin Wei chamou atenção para as recorrentes crises respiratórias que afetam as crianças, principalmente após o fim da pandemia de COVID-19. O Mycoplasma pneumoniae — conhecido por causar surtos sazonais de tosse — voltou com força nos últimos dois anos. "A resistência antimicrobiana é hoje um dos maiores problemas enfrentados pelas nossas crianças. Essa é uma área que precisa de mais atenção e colaboração internacional", alertou.

Durante sua fala, Jin Wei também elogiou a infraestrutura hospitalar da cidade, afirmando que Pequim conta com cerca de 130 hospitais de nível terciário (3A) e quase 50 mil profissionais de saúde. Com quase 3 bilhões de atendimentos ambulatoriais e 5 milhões de internações anuais, a cidade se consolidou como centro médico nacional e global.

"É difícil encontrar outro lugar no mundo com essa densidade de recursos médicos", declarou.

O vice-prefeito também destacou o papel estratégico do setor de biotecnologia, responsável por 30% das novas startups da cidade, e comemorou a instalação de centros de inovação e inteligência artificial de grandes farmacêuticas internacionais em Pequim, como Pfizer, AstraZeneca e Bayer. Segundo ele, 9% do orçamento total da cidade se destina à saúde pública e metade dos laboratórios nacionais do setor estão na cidade. A capital registra a abertura de 700 start ups por dia.

Ao abordar a parceria com o Brasil, Jin Wei defendeu a ampliação de programas conjuntos, com foco em pesquisa sobre resistência a antibióticos, doenças neurodegenerativas como o Alzheimer, e sequenciamento genético populacional. Ele propôs ainda a criação de

[139] https://news.cgtn.com/news/2025-04-11/China-raises-additional-tariffs-to-125-on-imported-U-S-products-1Cu7dVmoPwQ/p.html

[140] https://english.beijing.gov.cn/beijinginfo/sistercities/index.html

mecanismos mais profundos de cooperação. O prefeito disse que acredita que Fiocruz e instituições chinesas deveriam assinar mais memorandos de entendimento e num espaço de tempo mais curto.

"Temos uma oportunidade de ouro para aprofundar a colaboração. Pequim pode contribuir com seu ecossistema inovador e infraestrutura robusta, enquanto o Brasil traz sua expertise e capital humano", disse Jin Wei.

A fala foi encerrada com um chamado à superação das barreiras culturais e linguísticas, citando o exemplo de cooperação bem-sucedida durante a pandemia, quando a China auxiliou o Brasil na construção rápida de hospitais e fornecimento de equipamentos. O vice-prefeito também sugeriu que as iniciativas bilaterais sejam incluídas na agenda do prestigiado Fórum Zhongguancun, que reuniu representantes de mais de 150 países em sua última edição, e convidou a Fiocruz a ter uma participação especial no ano que vem.

Socioeconômica

No primeiro trimestre de 2025, a China emitiu 9,78 trilhões de yuans (aproximadamente 1,36 trilhão de dólares americanos) em novos empréstimos denominados em yuans, de acordo com dados divulgados pelo Banco Popular da China[141]. No final de março, o total de empréstimos em yuans pendentes atingiu 265,41 trilhões de yuans, refletindo um aumento ano a ano de 7,4%. Desses novos empréstimos, os empréstimos às famílias contribuíram com 1,04 trilhão de yuans, enquanto os empréstimos a empresas totalizaram 8,66 trilhões de yuans, com 5,58 trilhões de yuans sendo empréstimos de médio e longo prazo.

Os indicadores monetários também mostraram um crescimento modesto. A oferta monetária do M2, que inclui dinheiro e todas as formas de depósitos, aumentou 7% ano a ano para 326,06 trilhões de yuans. O M1 mais estreito, abrangendo dinheiro, depósitos à vista e reservas detidas por instituições de pagamento não bancárias, atingiu 113,49 trilhões de yuans no final de março — um aumento de 1,6% em comparação com o mesmo período do ano passado. Em termos de poupança e financiamento, os depósitos denominados em yuan cresceram em 12,99 trilhões de yuans nos primeiros três meses, com depósitos domésticos representando 9,22 trilhões de yuans desse crescimento.

Enquanto isso, o estoque total de financiamento social — uma ampla medida de crédito e liquidez na economia — atingiu 422,96 trilhões de yuans, um aumento de 8,4% ano a ano. O financiamento social recém-adicionado para o período foi de 15,18 trilhões de yuans, um aumento significativo de 2,37 trilhões de yuans em comparação com o mesmo trimestre de 2024.

141 http://english.www.gov.cn/archive/statistics/202504/13/content_WS67fb9fc4c6d0868f4e8f1a47.html

Departamentos Locais de Saúde Pública (LHDs) nos EUA em questão

Guto Galvão

Resumo: A Semana Nacional de Saúde Pública (NPHW) 2025, organizada pela Associação Americana de Saúde Pública (APHA), comemorou seu 30º aniversário, destacando três décadas de esforços para aumentar a conscientização, promover a educação e defender a importância da saúde pública na melhoria do bem-estar da comunidade nos Estados Unidos. Este evento ocorre anualmente na primeira semana completa de abril, com a próxima celebração marcada para 7 a 13 de abril de 2025. Um artigo de Jennifer Avegno destaca o papel essencial dos Departamentos Locais de Saúde Pública (LHDs) no gerenciamento de emergências de saúde e no combate à hesitação vacinal. Ao integrar serviços diretos com políticas nacionais, os LHDs se concentram em água potável, prevenção de doenças crônicas e vacinação infantil. Sua compreensão das necessidades da comunidade os torna cruciais para os esforços de teste, educação e vacinação do COVID-19. Os Departamentos Locais de Saúde Pública (LHDs) nos EUA são agências governamentais responsáveis por proteger e promover a saúde da comunidade nos níveis municipal ou regional. Estabelecidas no final do século XVIII, suas funções evoluíram, especialmente durante movimentos significativos de saúde nos séculos XIX e XX. Os LHDs oferecem vários serviços essenciais de saúde pública com base na estrutura dos "10 Serviços Essenciais de Saúde Pública".

Palavras-chave: Semana Nacional de Saúde Pública, Departamentos Locais de Saúde Pública (LHDs)

Summary

The National Public Health Week (NPHW) 2025, organized by the American Association of Public Health (APHA), celebrated its 30th anniversary, highlighting three decades of efforts to raise awareness, promote education, and advocate for public health's significance in enhancing community well-being across the United States. This event takes place annually in the first full week of April, with the next celebration scheduled for April 7-13, 2025. Jennifer Avegno's article highlights the essential role of Local Public Health Departments (LHDs) in managing health emergencies and addressing vaccine hesitancy. By integrating direct services with national policies, LHDs focus on safe water, chronic disease prevention, and childhood vaccinations. Their understanding of community needs makes them crucial for COVID-19 testing, education, and vaccination efforts. Local Public Health Departments (LHDs) in the U.S. are government agencies responsible for protecting and promoting community health at the county or regional levels. Established in the late eighteenth century, their functions have evolved, especially during significant health movements in the nineteenth and twentieth centuries. LHDs offer various essential public health services based on the "10 Essential Public Health Services" framework.

Keywords: National Public Health Week, Local Public Health Departments (LHDs)

Celebrando 30 Anos de Empoderamento da Saúde Pública: A Semana Nacional de Saúde Pública

A Semana Nacional de Saúde Pública (NPHW) da American Association of Public Health (APHA) de 2025 marcou o 30º aniversário em 2025, representando três décadas de um esforço

coletivo dedicado a aumentar a conscientização, promover a educação e defender a importância crucial da saúde pública para o bem-estar de todas as comunidades nos Estados Unidos. Celebrada anualmente durante a primeira semana completa de abril (de 7 a 13 de abril em 2025), a NPHW serve como um ponto focal para reconhecer as contribuições multifacetadas dos profissionais de saúde pública, destacar os desafios de saúde urgentes que a nação enfrenta e mobilizar indivíduos, organizações e formuladores de políticas para construir comunidades mais saudáveis, resilientes e equitativas.

Ao longo destas três décadas, a saúde pública evoluiu significativamente. Houve progressos notáveis na erradicação e controle de doenças infecciosas, avanços na saúde materno-infantil e um reconhecimento crescente dos determinantes sociais e ambientais da saúde – as condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem – como fatores cruciais que moldam os resultados de saúde. No entanto, a saúde pública também tem enfrentado desafios persistentes e emergentes, incluindo a crescente epidemia de doenças crônicas (como doenças cardíacas, diabete e obesidade), a crise de saúde mental, as disparidades de saúde raciais e étnicas profundamente enraizadas e as ameaças existenciais representadas por pandemias como a COVID-19 e as crescentes consequências das mudanças climáticas.

A Semana Nacional de Saúde Pública desempenhou um papel vital ao longo dos anos, fornecendo uma plataforma unificada para abordar essas questões críticas e catalisar a ação em vários níveis. A cada ano, a American Public Health Association (APHA), que organiza a NPHW desde sua fundação em 1995, define um tema abrangente para orientar as atividades e discussões em todo o país. O tema de 2025, "Começa Aqui" ("It Starts Here"), enfatiza que a saúde pública começa com cada um de nós, fazendo a diferença em nossos lares e comunidades, e destacou cinco áreas prioritárias:

- Sua Saúde é Nossa Missão: Reconhecer o papel fundamental da saúde pública na proteção e melhoria da saúde individual.
- Ação Climática Começa Aqui: Defender a Resiliência para a Saúde, abordando os crescentes impactos das mudanças climáticas na saúde pública e promovendo soluções sustentáveis.
- Equidade em Saúde Começa Aqui: Otimizando a Saúde para Todos, enfocando na eliminação das disparidades de saúde e na garantia de oportunidades iguais de saúde para todos.
- Advocacia Começa Aqui: Ampliando Vozes para a Saúde Pública: Encorajar o envolvimento cívico e a defesa de políticas que apoiem a saúde pública.
- O Futuro da Saúde Pública Começa Aqui: Fortalecer a Força de Trabalho da Saúde Pública, destacando a necessidade de uma força de trabalho de saúde pública forte, diversificada e bem apoiada.

Ao longo dos seus 30 anos, a NPHW tem sido fundamental para:

- Educar Milhões: Atingindo amplos públicos com informações cruciais sobre prevenção de doenças, promoção da saúde e a importância dos serviços de saúde pública. Por exemplo, campanhas anteriores se concentraram em temas como a importância da vacinação, a prevenção do tabagismo e a promoção de estilos de vida ativos.
- Homenagear uma Força de Trabalho Dedicada: Reconhecendo o trabalho muitas vezes invisível de epidemiologistas, sanitaristas, enfermeiros de saúde pública, educadores de

saúde e inúmeros outros profissionais que trabalham incansavelmente para proteger a saúde da população.

- Mobilizar a Advocacia: Unindo organizações e indivíduos para defender políticas de saúde pública eficazes em níveis local, estadual e federal. Isso inclui o apoio a financiamento adequado para programas de saúde pública e a implementação de leis que protejam a saúde da comunidade.
- Construir Parcerias Estratégicas: Facilitando a colaboração entre agências governamentais, organizações sem fins lucrativos, o setor privado e grupos comunitários para abordar desafios complexos de saúde pública de forma coletiva.
- Inspirar a Próxima Geração de Líderes: Envolvendo estudantes e jovens profissionais em atividades de saúde pública e destacando as oportunidades de carreira impactantes no campo.

Estatísticas recentes destacam a importância de continuar promovendo a saúde pública diante de um quadro de desinvestimento dos últimos anos. Por exemplo, um relatório do Health Policy Institute de Ohio divulgado durante a NPHW de 2025 observou que o investimento de Ohio em saúde pública per capita estava abaixo da média de outros estados, sublinhando a necessidade de maior apoio financeiro para essas funções essenciais. Além disso, dados dos CDC mostram que, embora a expectativa de vida nos EUA tenha aumentado significativamente no século XX devido em grande parte aos avanços da saúde pública, houve um retrocesso nos últimos anos, enfatizando a necessidade de esforços renovados em prevenção e equidade em saúde.

Ao celebrar o 30º aniversário da Semana Nacional de Saúde Pública, foram reconhecidas conquistas significativas alcançadas e reafirmando o compromisso da APHA de enfrentar os desafios futuros. A NPHW serve como um lembrete poderoso de que a saúde pública é fundamental para a prosperidade coletiva e ressalva que um investimento robusto e sustentado em saúde pública é essencial para garantir um futuro mais saudável e equitativo para todos. Que os próximos 30 anos da NPHW inspirem ainda mais colaboração, inovação e ação para fortalecer a saúde pública em todo o país.

A Saúde Pública Local em Tempos de Surtos

Um artigo escrito por Jennifer Avegno discute o papel crítico dos Departamentos de Saúde Pública Locais (LHDs) no gerenciamento de crises de saúde pública, particularmente durante surtos e diante da hesitação vacinal. Ele enfatiza que os LHDs operam na intersecção de serviços diretos e política nacional de saúde pública, garantindo sistemas de água seguros, promovendo a prevenção de doenças crônicas e fornecendo imunizações infantis. Os LHDs estão em uma posição única para entender e responder às necessidades da comunidade, traduzindo a pesquisa científica para contextos locais. Durante a pandemia de COVID-19, eles desempenharam um papel crucial nos esforços de testagem, educação e vacinação.

A autora, Jennifer Avegno, Diretora de Saúde do Departamento de Saúde de Nova Orleans, compartilha suas experiências durante a pandemia de COVID-19, destacando os desafios e sucessos do Departamento de Saúde de Nova Orleans. Ela enfatiza a importância da confiança e do engajamento da comunidade, observando que a presença e a capacidade de resposta do departamento na comunidade foram vitais no gerenciamento da crise. O artigo também aborda a crescente questão da hesitação vacinal e a necessidade de os LHDs manterem seu papel como fontes confiáveis de informação. Conclui exortando o apoio aos LHDs e

defendendo a ampliação de suas mensagens e a importância das parcerias comunitárias para enfrentar os desafios de saúde pública de forma eficaz.

Departamentos de Saúde Pública Locais (LHDs) nos EUA

Os Departamentos de Saúde Pública Locais (LHDs) nos EUA são agências governamentais a nível municipal, de condado ou multi-condado que estão na linha de frente da proteção e promoção da saúde e bem-estar de suas comunidades. Sua história remonta ao final do século XVIII, com o estabelecimento dos primeiros departamentos de saúde a nível municipal. Ao longo do tempo, seus papéis e responsabilidades se expandiram significativamente, particularmente durante o "grande despertar sanitário" do século XIX e as reformas de bem-estar social do século XX.

Os LHDs fornecem uma ampla gama de serviços essenciais de saúde pública, muitas vezes guiados pela estrutura dos "10 Serviços Essenciais de Saúde Pública". Esses serviços incluem:

- Avaliação: Monitoramento do estado de saúde da comunidade, investigação de problemas e riscos à saúde.
- Desenvolvimento de Políticas: Informar e educar o público sobre questões de saúde, mobilizar parcerias comunitárias e desenvolver políticas para apoiar a saúde.
- Garantia: Fazer cumprir leis e regulamentos de saúde, conectar pessoas aos cuidados necessários, garantir uma força de trabalho de saúde pública competente e avaliar a eficácia dos serviços de saúde.

Os serviços específicos exigidos podem variar de estado para estado, mas geralmente incluem áreas como segurança alimentar, saneamento, controle de doenças transmissíveis, registros vitais, saúde infantil e adulta, imunizações e preparação para emergências.

Os LHDs enfrentam inúmeros desafios, incluindo:

- Limitações de financiamento: Muitas vezes dependendo de uma combinação de financiamento federal, estadual e local, que pode ser inconsistente e insuficiente para atender às crescentes demandas.
- Vulnerabilidades da força de trabalho: Problemas com pessoal, especialização e recrutamento.
- Infraestrutura de dados: Dificuldade em adquirir e utilizar dados oportunos e abrangentes.
- Ameaças de saúde em evolução: Abordar tanto preocupações tradicionais, como doenças infecciosas, quanto desafios emergentes, como doenças crônicas, bioterrorismo e disparidades de saúde.
- Manutenção da confiança pública: Especialmente em uma era de declínio da confiança nas instituições.

Apesar desses desafios, os LHDs são um componente crítico do sistema de saúde pública dos EUA. Eles trabalham para prevenir epidemias, proteger contra riscos ambientais, promover comportamentos saudáveis, responder a desastres e garantir a qualidade e acessibilidade dos serviços de saúde para todos os membros de suas comunidades. A colaboração com vários parceiros, incluindo agências estaduais e federais, prestadores de serviços de saúde, organizações comunitárias e o público, é essencial para sua eficácia.

Aprofundando a visão geral anterior, vamos detalhar mais informações e estatísticas específicas sobre os Departamentos de Saúde Pública Locais (LHDs) nos EUA.

Estrutura e Jurisdição

- Existem aproximadamente 3.000 departamentos de saúde locais nos Estados Unidos.
- A jurisdição dos LHDs varia:
    - Cerca de 59% operam a nível de condado.
    - Cerca de 7% atendem cidades.
    - Aproximadamente 14% têm jurisdições combinadas de cidade e condado.
    - 10% cobrem áreas regionais ou multi-condado.
    - O restante inclui vilas, municípios ou outras configurações.
- Uma proporção significativa, 77%, dos LHDs atende populações de menos de 100.000 pessoas, o que é considerado a escala mínima eficiente (EME) para um departamento de saúde pública local. Isso sugere potenciais ineficiências devido a recursos e capacidade limitados em muitos LHDs.

Financiamento

- O financiamento dos LHDs é uma mistura complexa de fontes federais, estaduais e locais, bem como taxas e doações privadas.
- Em 2021, as fontes federais constituíram a maior parte dos orçamentos dos departamentos de saúde estaduais (53%), seguidas pelas fontes estaduais (36%) e outras fontes (11%). Embora esses números sejam para os departamentos de saúde estaduais, eles indicam a dependência geral do financiamento federal para atividades de saúde pública que muitas vezes chegam ao nível local.
- As fontes de financiamento locais incluem dotações municipais e de condado, que podem variar significativamente com base na vontade política local e nas condições econômicas.
- O gasto per capita em saúde pública local varia amplamente entre estados e localidades.
- Muitas bolsas federais são categóricas, direcionadas a doenças ou programas específicos (por exemplo, preparação para emergências, prevenção de HIV/AIDS), o que pode limitar a flexibilidade no nível local.

Força de Trabalho

- A força de trabalho de saúde pública é predominantemente feminina (79%) e majoritariamente branca (54%), com 63% tendo 40 anos ou mais (com base em dados de 2021). Há menos diversidade em níveis superiores.
- Uma parte significativa da força de trabalho de saúde pública (72% em 2021) esteve envolvida na resposta à pandemia de COVID-19, destacando seu papel crucial durante emergências de saúde pública.
- Muitos LHDs enfrentam desafios no recrutamento e retenção de pessoal qualificado, particularmente em áreas rurais e para posições especializadas.
- Quase um terço (32% em 2021) dos funcionários de saúde pública estaduais e locais estavam considerando deixar suas organizações no próximo ano, indicando potenciais escassez de mão de obra. As áreas que experimentaram as maiores diminuições de pessoal entre 2017 e 2021 incluíram competências organizacionais, saúde ambiental e comunicações.

Desafios e Tensões

- Pressões Financeiras: Uma diminuição no apoio estadual e local aos LHDs foi observada mesmo antes da pandemia de COVID-19. De 2008 a 2016, a receita anual média per capita estadual e local para serviços de saúde pública locais diminuiu cerca de 18% e 13%, respectivamente.
- Capacidade Limitada: Muitos LHDs, particularmente aqueles que atendem populações menores, lutam com pessoal, especialização e infraestrutura limitados para enfrentar eficazmente a crescente gama de desafios de saúde pública.
- Demandas Crescentes: Os LHDs são encarregados de abordar ameaças tradicionais, como doenças infecciosas, juntamente com questões emergentes, como doenças crônicas, a crise de opioides, saúde mental e os impactos da saúde das mudanças climáticas.
- Problemas com Dados: A dificuldade em acessar, integrar e utilizar dados oportunos e precisos dificulta a vigilância, os esforços de resposta e a tomada de decisões baseada em evidências.
- Erosão da Confiança Pública: O declínio da confiança pública no governo e na ciência representa um desafio significativo para os LHDs na comunicação eficaz e na implementação de medidas de saúde pública.
- Disparidades de Saúde: Abordar as persistentes desigualdades de saúde entre diferentes grupos demográficos e áreas geográficas requer intervenções direcionadas e muitas vezes com uso intensivo de recursos.

Acreditação e Desempenho

- Em setembro de 2024, 394 departamentos de saúde locais nos EUA foram credenciados pelo Public Health Accreditation Board (PHAB). A acreditação significa que esses LHDs atendem a um conjunto de padrões nacionais de qualidade e desempenho.
- Em 2016, 67,2% das jurisdições locais de saúde pública haviam desenvolvido ou participado do desenvolvimento de um plano de melhoria da saúde. A meta para o Healthy People 2030 é de 71,8%.
- A maioria dos departamentos de saúde estaduais (80,9%) e uma parte significativa dos locais (53,3%) relatam usar o Guia Comunitário para informar suas práticas, indicando um movimento em direção à saúde pública baseada em evidências.

Em conclusão, os LHDs são uma pedra angular vital do sistema de saúde pública dos EUA, fornecendo serviços essenciais no nível comunitário. No entanto, eles enfrentam desafios significativos e multifacetados relacionados a financiamento, força de trabalho, infraestrutura de dados e ameaças de saúde em evolução. Abordar esses desafios por meio de financiamento aumentado e mais estável, iniciativas de desenvolvimento da força de trabalho, sistemas de dados aprimorados e parcerias comunitárias fortalecidas é crucial para garantir a eficácia contínua dos LHDs na proteção e melhoria da saúde de todos os americanos.

ENSP é designada Centro Colaborador da Opas/OMS em Sistemas de Saúde com Ênfase na Atenção Primária de Saúde[142]

Danielle Monteiro

A ENSP foi designada *Centro Colaborador da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) em Formação e Desenvolvimento Estratégico para Sistemas de Saúde com Ênfase em Atenção Primária à Saúde (APS).* Com a designação, a Escola é uma das primeiras instituições na América Latina a se tornar um Centro Colaborador com enfoque especial na APS.

"Essa é uma conquista coletiva, resultado de 70 anos de trabalho da nossa instituição, de cada trabalhador, trabalhadora e discente que dedicaram sua passagem por aqui ao fortalecimento da saúde pública, da saúde coletiva e, nas últimas décadas, ao fortalecimento do SUS. O reconhecimento que recebemos hoje é fruto do papel estratégico da ENSP na construção do sistema de saúde brasileiro e nos dá mais força para contribuir com sistemas de saúde em âmbito regional e global", celebra o diretor da ENSP, **Marco Menezes** (centro, foto abaixo).

Para o vice-diretor da Escola de Governo em Saúde da ENSP, **Eduardo Melo** (esquerda, foto acima), a designação expressa o reconhecimento da relevância internacional da atuação da ENSP em solo nacional e em outros países nas áreas de formação, pesquisa e cooperação técnica e

[142] Publicado originalmente no Portal da ENSP, em 15/04/2025. Acesso: Pela primeira vez, ENSP é designada Centro Colaborador da Opas/OMS em sistemas de saúde com ênfase na APS

acadêmica, contribuindo para a constituição de sistemas públicos de saúde abrangentes e tendo a APS como um importante pilar. “É um reconhecimento que considera o que já fazemos na ENSP, prevendo a continuidade de ações e também a realização de novos esforços e iniciativas diante dos desafios contemporâneos”, afirma Melo, responsável pelo Centro Colaborador.

Segundo o vice-diretor, a designação, que terá a duração de quatro anos, possibilitará maior visibilidade internacional a diferentes linhas de atuação da Escola e, indiretamente, ao SUS, além de impulsionar a instituição a consolidar processos e explorar novas frentes, modos e espaços de atuação.

Enquanto Centro Colaborador, a ENSP terá, dentre outras atribuições, o desenvolvimento de ações para o fortalecimento de capacidades institucionais das Escolas de Saúde Pública para enfrentar os desafios dos Sistemas de Saúde; o apoio ao desenho e desenvolvimento de pesquisas e estudos estratégicos sobre e para os sistemas de saúde; e o auxílio à formulação, à implementação e ao monitoramento de ações para fortalecer os Sistemas de Saúde com ênfase na Atenção Primária.

Melo destaca que Sistemas de Saúde, Formação em Saúde Coletiva e Atenção Primária à Saúde são núcleos centrais do Centro Colaborador, com diferentes linhas de ação daí derivadas. Segundo ele, é fundamental partir de um olhar mais global sobre a saúde e considerar grandes desafios dos sistemas de saúde na América Latina (como a segmentação e fragmentação), em boa parte ligados ao lugar do público e do privado, ao modelo predominante de desenvolvimento e às desigualdades que nos marcam, às quais se contrapõem, por outro lado, um conjunto de lutas por direitos, reconhecimento e cidadania. Além disso, ter também em mente os modelos de atenção, a situação de saúde e a reestruturação produtiva na saúde é fundamental para contextualizar o lugar da APS.

A Atenção Primária à Saúde, segundo o vice-diretor, é uma área estratégica e base dos sistemas de saúde, podendo ser vista também como um espaço de desenvolvimento de saberes e práticas de várias ordens, além de dispositivo de mudança na Saúde. “Na ENSP, a APS é uma área transversal que mobiliza, direta e/ou indiretamente, diferentes atores, grupos, programas, departamentos e centros, com distintas intensidades e ênfases. A partir da APS, também se pode pensar, por exemplo, em trabalho; formação; organização e gestão de serviços e redes; assistência farmacêutica; promoção; vigilância e emergências sanitárias; cuidado; participação; informação e digitalização, além de vários outros temas. O Centro Colaborador foi designado considerando esta abrangência”, explica.

O vice-diretor conta que a designação é fruto de uma atuação da ENSP com importante apoio da Opas: “A partir da aproximação da Direção junto à representação da Opas no Brasil, o processo de submissão, sabidamente exigente, durou mais de um ano, passando por inúmeras etapas e instâncias da OPAS e OMS, o que nos exigiu um grande esforço no levantamento de informações e na construção de uma proposição articulada com a lógica de um Centro Colaborador. O resultado compensou todo o empenho e, certamente, incentivará diversos atores da Escola a seguir com importantes iniciativas e a integrar novos projetos”.

Não é a primeira vez em que a ENSP se torna Centro Colaborador da Opas/OMS. Em 2024, o Departamento de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica da Escola (NAF) foi redesignado Centro Colaborador na área de Políticas Farmacêuticas. Com a nova designação na ENSP, a Fiocruz passa a ter seis Centros Colaboradores da Opas/OMS.

CRÉDITOS DOS AUTORES DOS CADERNOS

Adhemar Bahadian – Diplomata aposentado, Ministério de Relações Exteriores do Brasil

Ana Carol Aldapi Vaquera - Doutoranda em Ciências Políticas, UFSCar; Mestre em Ciências Políticas e Relações Internacionais, UFPB; Licenciatura em Ciências Políticas, Universidad Católica Boliviana (titulação revalidada em Relações Internacionais pela UFPB)

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, Doutor pela UFRJ, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica, Mestre em Medicina e Saúde, Doutoranda do Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde, Doutora em História das Ciências e da Saúde, Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação do CRIS/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestre em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg **-** Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Giacomo Giannelli **-** Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Gisele Sanglard **-** Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Giulia Mariano Machado **-** Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Júlia Moraes e Silva **-** Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz **-** MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Pesquisadora, CRIS/Fiocruz

João Miguel Estephanio **-** Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

Juan Garay - Professor of global health equity in Spain (ENS), Mexico (UNACH) e Cuba (ELAM, UCLV and UNAH); Pesquisador Visitante Sênior, CRIS/Fiocruz

Laurenice Pires **-** Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutora em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez **-** Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

Lúcia Marques **-** Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão **-** Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e pesquisador sênior do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza **-** Professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Manuel Mahoche **-** *Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), Mestre em Saúde Pública (UFRGS), Especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ), MBA em DataScience Analytics (USP/ESALQ)*

Marciglei Brito Morais **-** Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes **-** Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari **-** Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marina Sujkowski Lima - Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito - Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira - Doutorando em Relações Internacionais, IRI/PUC-Rio, Bacharel (UNAMA) e Mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Co-Editor da Revista Debates Indígenas

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis Carpio - Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade, FSP/USP; Mestre em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel duplo em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

René Mendes - Pesquisador Colaborador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP); Pesquisador Visitante Sênior, Centro de Relações Internacionais em Saúde, Fundação Osvaldo Cruz (CRIS/Fiocruz)

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar - Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Sonia Fleury – Doutora em Ciência Política, pesquisadora sênior do CEE, coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco (wikifavelas.com.br)

Tatiana Cerqueira Machado Medrado - Graduada em Ciências Biológicas (UCSal) e Medicina Veterinária (UFBA); Especialista em análise de dados secundários, e em monitoramento, avaliação e informação estratégica (ISC/UFBA), Especialista em análise da situação de saude (UFG), Mestre em Saúde Pública e Doutoranda em Saude Coletiva, ISC/UFBA

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI), Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues - Graduado em Relações Internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, um dos produtos do Observatório CRIS de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram produzidos **106** Informes quinzenais. Para 2025 está programada a edição de 24 fascículos quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas em:

https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Os Seminários são um dos produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Entre 2020 e 2024 foram realizados 114 Seminários e, em 2025, estão programados 24 Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 23 de abril – *Movimentos sociais globais e saúde numa era de incertezas*

Dia 07 de maio – *Migração, refúgio e saúde*

Dia 21 de maio – *Saúde da mulher e da criança*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Centro de Relações Internacionais em Saúde
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 06/2025
Período de 02 a 15. de abril de 2025

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e FABIANE GASPAR

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2025

290 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores a as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.